Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Bruno Cezar Pozzobon

Preservação do Patrimônio Cultural: discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC

Rio de Janeiro

2016

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Bruno Cezar Pozzobon

Preservação do Patrimônio Cultural: discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural

Orientador: Profª. MsC. Helena Mendes dos Santos

Coorientador: MsC. Gabriela de Oliveira Cancillier

Rio de Janeiro

2016

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul.

P894p Pozzobon, Bruno Cezar.
Preservação do Patrimônio Cultural: discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC / Bruno Cezar Pozzobon – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

194 f.: il.

Orientador: Helena Mendes dos Santos.

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2016.

1. Patrimônio Cultural. 2. Preservação - Interdisciplinaridade. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.
CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Bruno Cezar Pozzobon

"Preservação do patrimônio cultural: discutindo ações para o centro histórico e paisagístico de São Francisco do Sul/SC"

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2016.

Banca examinadora

Professora Me. Helena Mendes dos Santos (orientadora)

Professor Me. Luciano dos Santos Teixeira – PEP/MP/IPHAN

Professor Dr. Marcelo Antonio Sotratti – PEP/MP/IPHAN

Professor Dr. José Simões de Belmont Pessôa – UFF

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo incentivo e apoio incondicional. Mesmo de longe vocês foram meu porto seguro, sempre me fazendo acreditar em minha capacidade e nos meus sonhos.

Ao Bolívar, por todo carinho e conforto, por abrandar minhas angústias e acreditar que essa dissertação seria possível.

À professora Helena, pela competente orientação e por ter acreditado nesse trabalho.

À Gabriela Cancillier, pela supervisão, pelas conversas e pela amizade nesse último ano do curso de mestrado.

À Candice Ballester, pela supervisão no início dessa jornada e por me fazer abrir os olhos para além da arquitetura.

À equipe do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul, pela amizade e pelo aprendizado cotidiano, mas sobretudo pela acolhida nesse período em São Chico.

À equipe da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina, especialmente aqueles com quem tive oportunidade de ter maior convívio e aprendizado.

A todos os entrevistados que dispuseram do seu tempo e contribuíram grandemente com essa pesquisa.

Aos professores e toda equipe da COPEDOC, pela atenção e presteza de sempre.

Aos meus colegas e amigos da turma do PEP, pelos momentos compartilhados, por todo aprendizado e por permitirem que levasse comigo um pedacinho de cada canto desse Brasil. Em especial, para meus queridos do "Big PEP", Claudio, Déborah, Fernanda, Lidiane, Luciana e Suelen, pelo companheirismo e pelos ótimos momentos vividos no Rio de Janeiro.

RESUMO

Diante de um contexto de gradual diminuição de seu papel enquanto centralidade municipal, o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, vem perdendo sua vitalidade o que, consequentemente, vem trazendo prejuízos para a preservação de seu patrimônio. Dessa forma, acreditando que para garantir a preservação de um bem patrimonial é necessária sua inserção no cotidiano do lugar, de forma que seja amplamente utilizado e apropriado pela população, esse trabalho tem por objetivo central discutir ações para a promoção da preservação do Centro Histórico e Paisagístico a partir da retomada de sua vitalidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Preservação. Centro Histórico e Paisagístico. São Francisco do Sul.

ABSTRACT

Facing a context of gradual decrease of its role as a municipal center, the Historical and Landscape Center of São Francisco do Sul, listed by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (National Institute of Historical and Artistic Heritage), has been losing its vitality that and, consequently, causing damages to the preservation of its heritage. Thus, believing that in order to guarantee the preservation of a heritage, it is necessary to insert it in the daily life of the site, in a way that it can be widely used and appropriated by the population, the main objective of this work is to discuss actions to promote the preservation of the Historical and Landscape Center from the regain of its vitality.

Keywords: Cultural Heritage. Preservation. Historical and Landscape Center. São Francisco do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trapiche da Hoepke & Cia, [s.d.]. 20

Figura 2 - Movimentação de cargas nos armazéns da Hoepke & Cia., década de 1920. 20

Figura 3 - Igreja Matriz no início do século XX. 21

Figura 4 - Igreja Matriz atualmente, com a inserção de nova torre e janelas. 21

Figura 5 – Armazenamento de carga do antigo porto junto aos armazéns da Hoepke & Cia. [s.d.]. 23

Figura 6 – Fortaleza de São José da Ponta Grossa, em Florianópolis. 25

Figura 7 - Palácio dos Príncipes, em Joinville 25

Figura 8 - Casa onde nasceu Victor Meirelles. 26

Figura 9 - Casa de Câmara e Cadeia, em Laguna. 26

Figura 10 – Sobradão, Biguaçu. 26

Figura 11 - Antiga Alfândega, Florianópolis 26

Figura 12 - Centro Histórico de Laguna. 28

Figura 13 - Vista aérea do centro histórico de São Francisco do Sul, [s.d.]. 31

Figura 14 - Carregamento das embarcações no trapiche da Hoepke e Cia. 33

Figura 15 - Barcos de pesca ao lado do Mercado Municipal. 33

Figura 16 –Barcos de pesca junto ao trapiche da rua Babitonga atualmente. 33

Figura 17 - Baía Babitonga visualizada da rua Almirante Aristides Guilhen. 34

Figura 18 - Visual da Baía Babitonga a partir da rua Coronel Camacho. 34

Figura 19 - "Paisagem clássica" de São Francisco do Sul, pintura de Basílio Ferrari, 1911. 35

Figura 20 - Visual a partir da Baía Babitonga para o conjunto histórico e paisagístico de São Francisco do Sul, [s.d.]. 35

Figura 21 - Fachada marítima do conjunto tombado, atualmente. 36

Figura 22 - Salas expositivas do Museu Nacional do Mar. 37

Figura 23 – Centro Histórico e Paisagístico e área portuária de São Francisco do Sul.....55

Figura 24 - Vista a partir da Baía Babitonga mostrando a relação do porto com o centro histórico. 55

Figura 25 - Relação do conjunto tombado com a nova centralidade.....66

Figura 26 - Rua Babitonga.....70

Figura 27 - Rua Fernandes Dias, imediações do porto. 70

Figura 28 - Desfile de carnaval, [s.d.]. 90

Figura 29 - Desfile de carnaval, 2016.....90

Figura 30 - Bloco carnavalesco Unidos do Centro Histórico. 91

Figura 31 - Edificações em arruinamento nas proximidades do porto. 146

Figura 32 – Imagens da proposta da nova edificação da empresa Oceânica. 147

Figura 33 - Largo do Mercado Municipal. 162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População total de São Francisco do Sul no período de 1991 a 2015. 58

Gráfico 2 - Composição da população de São Francisco do Sul por bairro nos Censos de 2000 e 2010. 58

Gráfico 3 - Usos do solo do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. 72

Gráfico 4 - Usos mistos no Centro Histórico e Paisagístico. 73

Gráfico 5 - Usos por estabelecimento no Centro Histórico e Paisagístico. 74

Gráfico 6 - Estabelecimentos de serviço no Centro Histórico e Paisagístico. 76

Gráfico 7 - Estabelecimentos comerciais no Centro Histórico e Paisagístico. 77

Gráfico 8 - Estabelecimentos institucionais no Centro Histórico e Paisagístico. 78

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de IBGE, 2016; Google Earth, 2016. 17

Mapa 2 - Poligonal de tombamento do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. 30

Mapa 3 - Localização no Centro Histórico e Paisagístico do ângulo das fotografias nas Figuras 14 a 16. 33

Mapa 4 - Localização no Centro Histórico e Paisagístico dos ângulos das fotografias nas Figuras 17 e 18. 34

Mapa 5 - Intervenções do Programa Monumenta em São Francisco do Sul. Fonte: BONDUKI, 2010, p. 118. 40

Mapa 6 – Delimitações do bairro Centro, do Centro Histórico e Paisagístico e da Zona Especial. Fonte: adaptado de Google Earth, 2016. 48

Mapa 7 - Identificação dos bairros da cidade de São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de Google Earth, 2016. 51

Mapa 8 - Localização do Centro Histórico e Paisagístico, área portuária e principais praias de São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de Google Earth, 2015. 53

Mapa 9 - Localização dos novos terminais portuários de São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de Google Earth, 2016 56

Mapa 10 - Principais vias de circulação de São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de Google Earth, 2015. 64

Mapa 11 - Setores considerados pelo planejamneto municipal no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. 68

Mapa 12 - Localização das quadras 03, 04 e 06. 70

Mapa 13 - Localização das quadras 27 a 32. 70

Mapa 14 - Usos do solo do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. 71

Mapa 15 - Detalhamento dos usos do solo do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. 75

Mapa 16 – Equipamentos estratégicos do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. 82

Mapa 17 – Localização das quadras 03, 04 e 06, e 27 a 32. 84

Mapa 18 - Estado de conservação dos imóveis do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. 85

Mapa 19 - Região Turística Caminho dos Príncipes. Fonte: adaptado de MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016b. 94

Mapa 20 - Locais com potencial de renovação no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. 145

Mapa 21 - Localização no Centro Histórico e Paisagístico da Figura 31. 146

Mapa 22 - Localização da edificação da empresa Oceânica no Centro Histórico e Paisagístico. 147

Mapa 23 – Pré-setorização do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul 151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Intervenções do Programa Monumenta no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. 41

Tabela 2 - Taxas de acréscimo ou decréscimo de população por bairro no período de 2000 a 2010. Fonte: IBGE, 2016. 59

Tabela 3 - Estado de conservação dos imóveis do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. 83

Tabela 4 – Relação dos entrevistados. 100

Tabela 5 – Síntese das informações fornecidas pelos entrevistados. 126

Tabela 6 - Locais com potencial de renovação no Centro Histórico e Paisagístico de Sul. ... 142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1 – O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul 17

1.1 Antecedentes históricos 18

1.2 O tombamento do Centro Histórico e Paisagístico pelo IPHAN 24

1.3 As ações de preservação do IPHAN em São Francisco do Sul 36

CAPÍTULO 2 – As dinâmicas territoriais 47

2.1 As dinâmicas do município de São Francisco do Sul 47

2.2 Os usos do Centro Histórico e Paisagístico 69

2.3 As práticas sociais no Centro Histórico e Paisagístico 87

2.4 Os diferentes olhares sobre o Centro Histórico e Paisagístico 98

CAPÍTULO 3 – Discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico 132

3.1 Ações de preservação 132

3.2 Preservação do patrimônio cultural e vitalidade 134

3.2.1 Diversidade de usos 136

3.2.2 Adaptação da infraestrutura existente e novos espaços construídos 141

3.2.3 Atividades turísticas e festividades 152

3.2.4 Mobilidade urbana 158

CONSIDERAÇÕES FINAIS 164

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 167

ENTREVISTAS REALIZADAS 177

ANEXO 180

APÊNDICES 181

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte de uma demanda do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul de definição de diretrizes para a normatização do Centro Histórico e Paisagístico da cidade, de forma a tornar a gestão da área mais transparente e eficaz.

Diante disso, como eu não era morador de São Francisco do Sul, ao chegar à cidade necessitava conhecer e me apropriar desse centro histórico. Desde o primeiro contato e das primeiras caminhadas buscando compreender o conjunto, algumas indagações já começavam a surgir. Estranhava a baixa movimentação de pessoas pelas ruas do conjunto, afinal, esperava encontrar maior número de pessoas utilizando os espaços públicos para o convívio e lazer, mas pouco disso presenciei. Nessa primeira impressão o centro histórico me pareceu um espaço com pouca vitalidade, bastante parado e pouco usufruído.

No contato diário com o conjunto e em conversas realizadas com técnicos do IPHAN e com moradores da cidade, essa primeira impressão sobre o centro histórico acabou se confirmando. Assim, algumas preocupações começaram a surgir. Constatava que muitos imóveis estavam sem uso, passando por processos de degradação e muitos deles já em estado de arruinamento, comprometendo grandemente a preservação do conjunto tombado. Junto a isso, verificava que algumas instituições consideradas importantes haviam deixado o centro histórico e isso era visto como algo muito negativo pelas pessoas com que pude conversar. Era comum essas pessoas terem falas bastante semelhantes, comentando que antes da saída de determinada instituição o centro histórico era de um jeito, e após a saída muitas coisas foram piorando.

Assim, imaginava que meu papel enquanto arquiteto e urbanista e pesquisador no âmbito do curso de Mestrado em Preservação do Patrimônio não poderia se limitar somente ao desenvolvimento de diretrizes para a normatização da área, estipulando parâmetros para a sua gestão. No entanto, necessitava agregar a isso discussões mais amplas, de forma a proporcionar reflexões sobre a situação do centro histórico, o que deu um novo rumo para a pesquisa.

Nesse sentido, o entendimento de que um bem patrimonial para se manter preservado necessita estar inserido no cotidiano da população, sendo amplamente utilizado de forma que as pessoas se apropriem do bem e auxiliem em sua preservação, foi inserido na temática de

pesquisa. Assim, essa ampla utilização e apropriação consideradas devem se dar pelas diversas camadas da sociedade, de forma a não provocar a exclusão de nenhuma parcela da população desse processo.

Diante disso, a questão norteadora do trabalho é: como garantir a vitalidade do centro histórico de São Francisco do Sul, integrando os diversos agentes que participam de seu cotidiano, de forma a promover a preservação do patrimônio cultural?

Assim, essa dissertação tem por objetivo geral discutir ações para a promoção da preservação do patrimônio cultural do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul a partir da retomada de sua vitalidade.

Para desenvolver o trabalho, primeiramente foram realizados levantamentos bibliográficos buscando compreender os antecedentes históricos de São Francisco do Sul, para posteriormente entender a atribuição de valores feita pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ao reconhecer o Centro Histórico e Paisagístico como patrimônio nacional. A leitura do processo de tombamento nº 1.163-T-85 auxiliou no entendimento dos motivos que levaram à proteção do centro histórico e na identificação dos valores atribuídos ao conjunto e quais elementos são representantes desses valores.

Em seguida, foram realizadas diversas análises buscando identificar a situação atual do sítio tombado e as dinâmicas territoriais a ele associadas. Assim, diferentes áreas da cidade foram observadas e levantamentos *in loco* foram executados no centro histórico, para posteriormente as informações serem sistematizadas e organizadas em mapas, tabelas e gráficos.

Além disso, procurando entender como o centro histórico é percebido pelos diferentes atores envolvidos com o lugar, foram realizadas entrevistas qualitativas. As entrevistas foram organizadas de forma semiestruturada e os entrevistados foram organizados a partir da definição de três grupos que apresentam olhares diferentes sobre a área: agentes públicos, população local e visitantes. Após as entrevistas serem efetuadas, elas foram transcritas e as principais demandas e anseios dos diferentes grupos frente ao centro histórico foram destacadas e sistematizadas em uma tabela síntese, de forma a auxiliar na discussão de ações para a área.

O trabalho então foi estruturado em três capítulos que buscam dar condições para que se atinja o objetivo central dessa pesquisa. O capítulo 1 “O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul” inicia buscando compreender os antecedentes históricos da cidade, para

em seguida entender a atribuição de valores feita pelo IPHAN quando se deu o tombamento do Centro Histórico e Paisagístico. Posteriormente, buscou-se compreender a atuação do IPHAN no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul desde o tombamento até os dias atuais.

No capítulo 2 “As dinâmicas territoriais” procurou-se analisar a situação atual do sítio tombado e as dinâmicas territoriais a ele associadas. Assim, as análises buscaram identificar quais as principais áreas onde ocorrem as dinâmicas territoriais francisquenses e que influenciam nas dinâmicas do centro histórico. Após, buscou-se dar enfoque aos usos do Centro Histórico e Paisagístico, identificando as relações entre eles, os equipamentos considerados estratégicos por auxiliar na recuperação da vitalidade da área, bem como a relação dos usos e atividades com o estado de conservação dos imóveis do conjunto. Também, as manifestações culturais realizadas no centro histórico foram identificadas, visando constatar sua relação com a vitalidade do lugar. Para tanto, foram analisadas as principais festividades que acontecem no centro histórico e a atividade turística, de forma a compreender como essa acontece no conjunto tombado e no restante da cidade. Posteriormente, foram realizadas entrevistas tendo por objetivo entender como o centro histórico é percebido pelos agentes públicos, pela população local e pelos visitantes do lugar, sendo destacadas as principais demandas e anseios desses grupos frente ao centro histórico.

Por fim, no capítulo 3 “Discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico” procurou-se discutir ações para a preservação do Centro Histórico e Paisagístico a partir das demandas e anseios elencados pelos entrevistados e das análises realizadas ao longo da dissertação. Essas discussões estão vinculadas, prioritariamente, ao retorno da vitalidade da área como forma de garantir a preservação do patrimônio cultural e a sua apropriação pela população, de forma a proporcionar maior qualidade de vida. Na discussão das ações, quando cabível, foi inserida a questão das diretrizes para a normatização do Centro Histórico e Paisagístico, demanda inicial do trabalho desenvolvido no curso de Mestrado na unidade do IPHAN.

Através dessa pesquisa pretende-se contribuir com as discussões acerca das práticas preservacionistas de centros históricos tombados, buscando uma maior reflexão diante da questão da importância da manutenção da vitalidade dessas áreas, que precisam estar inseridas no cotidiano da população, como forma de propiciar uma maior apropriação e garantir a preservação do patrimônio cultural.

CAPÍTULO 1 – O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul

O trabalho aqui apresentado tem como universo de estudo o centro histórico de São Francisco do Sul, município localizado no litoral norte do Estado de Santa Catarina, que se configura por uma porção continental, correspondente ao Distrito do Saí, e por uma porção insular, a Ilha de São Francisco (Mapa 1). Localizada às margens da Baía Babitonga e banhada pelo Oceano Atlântico, a ilha se configura como a porção de maior relevância do território, concentrando a maior parte da área urbana do município, as principais praias, o porto e o centro histórico.

Assim, o presente capítulo busca apresentar uma visão geral do centro histórico de São Francisco do Sul, abordando os antecedentes históricos, a atribuição de valores feita pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que reconheceu o Centro Histórico e Paisagístico da cidade como patrimônio nacional e a atuação institucional após o tombamento.

Mapa 1 - Localização de São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de IBGE, 2016; Google Earth, 2016.



1.1 Antecedentes históricos

Com base nos relatos históricos e nos pareceres contidos no processo de tombamento do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul[1] a história da cidade remonta a 5 de janeiro de 1504, quando, após perder a rota em direção às Índias, o navegador normando Binot Paulmier de Gonneville, a bordo da embarcação L'Espoir, aporta por essas terras (SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 24-25).

Após Gonneville, diversos outros navegadores europeus chegaram ao litoral do estado de Santa Catarina - buscando descobrir uma passagem para o Oceano Pacífico, na tentativa de alcançar às Índias -, beneficiando-se dos notáveis portos naturais que a região apresentava, importantes pontos para as paradas das embarcações após as longas viagens.

No ano de 1515, segundo historiadores, a denominação São Francisco é conferida à ilha pela expedição do espanhol Juan Díaz de Solís. O nome que se estendeu para a baía conhecida pelos nativos como Babitonga ou Bopitanga (SAN THIAGO, 1938; SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 76-77).

Devido à indefinição da demarcação do Tratado de Tordesilhas, ocorreram movimentações tanto de espanhóis como de portugueses nas terras do sul. Os espanhóis, convictos de seus direitos, resolveram fundar uma povoação em São Francisco por volta de 1553, permanecendo na ilha até meados de 1555 quando se retiraram rumo a Assunção, no Paraguai (SAN THIAGO, 1938).

Somente após o fim da União Ibérica (1640), o povoamento de Santa Catarina se efetivou. Com o desejo dos portugueses de se anteciparem a seus rivais espanhóis na posse das terras localizadas entre a Capitania de São Vicente e o Estuário do Prata, pequenos grupos de colonizadores partem de São Vicente ocupando pontos da costa do litoral sul, desde o século XVII. São Francisco do Sul faz parte desse empenho português de ocupação do litoral. O estabelecimento do bandeirante Manoel Lourenço de Andrade no local, em 1658, marca o

[1] O bem foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Histórico, em 16/10/1987. Disponível em: <www.iphan.gov.br>.

efetivo povoamento da ilha, tornando-a o primeiro povoamento estável do Estado e, assim, a cidade mais antiga[2] (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 54).

Da mesma forma que São Francisco do Sul, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e Laguna fazem parte desse processo de ocupação do litoral. De acordo com a historiadora Márcia Chuva e o arquiteto e urbanista José Simões Pessôa, "são cidades que vivem em função do movimento de seus portos dando o apoio necessário aos navios portugueses que seguem a longa viagem até a desembocadura do Rio da Prata, em busca do intenso comércio ali existente" (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 54).

De acordo com Arnaldo San Thiago (1938), São Francisco foi elevada à categoria de vila em 1660, já existindo no local uma igreja matriz, que, apesar de algumas intervenções, permanece até os dias atuais, e, em 1665, foi elevada à categoria de Paróquia. A partir de então a povoação progrediu lentamente, sendo em 1847 elevada à categoria de cidade.

De acordo com Chuva e Pessôa (1995, p.56-57), São Francisco do Sul apresentava uma economia voltada para a subsistência, tendo na farinha de mandioca e no peixe os principais produtos destinados à alimentação local. Não havia um incentivo para uma maior produção e o tipo de propriedade estabelecida na cidade, aliado ao reduzido número de escravos, não proporcionava um excedente na produção. Uma das poucas trocas comerciais que a cidade estabeleceu foi com Curitiba, que abastecia precariamente a população de carne de gado.

Em meados do século XIX o sistema escravocrata estava no auge de sua crise no país, mas a economia na região norte de Santa Catarina pouco sofreu com a crise. Longe disso, com as medidas adotadas para solucionar a crise, isto é, com o programa de incentivo à imigração criado pelo governo, a região de Santa Catarina foi privilegiada (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 59).

Pelo porto de São Francisco, localizado às margens da atual rua Babitonga, inúmeros foram os imigrantes que entraram no país. Sua vinda proporcionou a ocupação do interior de Santa Catarina e aos poucos se constituiu um mercado interno, que intensificou o comércio, bem como a produção agrícola. Assim, São Francisco do Sul teve papel fundamental no escoamento da produção do norte catarinense através de seu porto. Essa necessidade de uma ligação regular com o interior do Estado possibilitou a abertura de vias de circulação, sendo

[2] Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) foi fundada em 1673 e Laguna em 1676. Disponível em: <http://www.cmf.sc.gov.br/noticias/e9bc3f16-f049-460f-bdaf-026847ac29ea> e <www.laguna.sc.gov.br/historia.php>.

que em 1858 iniciou-se a abertura da estrada Dona Francisca, concluída somente 15 anos após. A estrada, que ligava o porto ao planalto catarinense foi a principal via de escoamento da produção no período, mas com a construção da via férrea, alguns anos depois, tornou-se um caminho secundário na região (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 59).

O início do século XX marcou uma nova etapa na cidade: a crescente demanda de exportação da produção agrícola (basicamente composta pela erva-mate) e dos produtos industrializados do norte catarinense ocasionou a ampliação e remodelação do porto de São Francisco, com a construção de armazéns para a estocagem da produção, podendo ser citado como exemplo a estrutura da Hoepcke & Cia. (Figura 1 e Figura 2). Presente até os dias de hoje, esses equipamentos, desde 1993, abrigam as instalações do Museu Nacional do Mar (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 60; SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 199).



Figura 1 - Trapiche da Hoepke & Cia, [s.d.].
Fonte: Acervo MHSFS.



Figura 2 - Movimentação de cargas nos armazéns da Hoepke & Cia., década de 1920.
Fonte: Acervo MHSFS.

Em 1905 é iniciada a construção do ramal ferroviário para ligar a cidade de São Francisco do Sul a outros estados, por meio da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, sendo inaugurado em 1910 e trazendo novas perspectivas para o local (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 60). Um excerto do jornal “A Pátria”, demonstra esse sentimento de prosperidade vivenciado em São Francisco:

> [...] este município vai, como um ente que depois de longa enfermidade entra em convalescência, levantando-se preguiçosamente escolhendo com cautella o lugar onde deve pisar com receio de que as pernas lhe faltem o equilíbrio, reconhecendo que realmente a contrucção da estrada de ferro vai deixar de ser um sonho. Na cidade como centro de maior movimento já se nota alguma mudança, diversas

> construcções de casas outras em começo, entre ellas um novo trapiche e armazém da acreditada firma comercial dos senhores Carlos Hoepke & Cia. A nossa Municipalidade por sua vez está tratando do embelezamento da cidade mandando melhorar as ruas, construindo um jardim na Praça da Matriz, assim como em breve construirá um edifício próprio na mesma praça [...] (A Pátria, São Francisco do Sul, [s.d] 1905, p.1-2 apud BAUER, 2008, p. 31).

A partir de então, grandes esforços são realizados para o melhoramento e crescimento da cidade. Qualquer avanço era visto com muito orgulho pelos francisquenses. De acordo com Letícia Bauer (2008, p. 39), em 1912 já existia um setor específico responsável pela remodelação da cidade, a Comissão de Embelezamento das Praças e Ruas, intervenção que provocou a valorização dos imóveis urbanos e das áreas rurais, ocasionando a ocupação de todo o estoque imobiliário disponível para locação na época. A necessidade de construção de novos imóveis na cidade tornava-se evidente, mas, mesmo assim, diversas construções antigas foram demolidas. Data dessa época a demolição da grande maioria das casas coloniais localizadas em volta da Igreja Matriz e da praça, possivelmente as mais antigas do conjunto, para a implantação da Superintendência Municipal e construção de novas edificações mais imponentes, com o objetivo de demonstrar a modernidade que a cidade vivenciava.

Nem a Igreja Matriz escapou das modificações ocorridas em São Francisco. As críticas feitas ao aspecto da igreja, principalmente quanto à sua fachada principal, teriam motivado a elaboração de um novo desenho, em 1920, inserindo mais uma torre e a abertura de diversas janelas. Essas modificações foram concluídas somente em 1957 e correspondem à fachada da igreja que ainda hoje pode ser contemplada (BAUER, 2008, p.45). A Figura 3 demonstra o momento anterior à intervenção na Igreja e a Figura 4 seu estado atual.



Figura 3 - Igreja Matriz no início do século XX.
Fonte: Acervo MHSFS.



Figura 4 - Igreja Matriz atualmente, com a inserção de nova torre e janelas.
Fonte: Acervo do autor, 2015.

Ainda na década de 1920, conforme Letícia Bauer (2008), a falta de imóveis ainda era sentida, e tanto o poder central como os meios de comunicação expressavam o nítido apelo para a densificação da rua Babitonga, às margens da baía de mesmo nome. O jornal "A Razão", em 12 de fevereiro de 1921, publicou um artigo assim se manifestando: "Precisamos tirar da cidade essa feição de uma cidade adormecida, cujos beiraes se parecem com pálpebras cerradas; as platibandas dão-lhes uma feição risonha, alteiam os edifícios, modernizam-os, tornando-os altivos, encantadores e interessantes" (A Razão, p.3 apud BAUER, 2008, p.46).

Nesse período, inúmeras foram as modificações na área, ocorrendo a substituição de diversos exemplares existentes por edificações consideradas mais modernas. Mas, de acordo com Vanessa Pereira, apesar disso, no núcleo inicial de ocupação da área, representado pela região da atual rua Babitonga, o traçado urbano foi preservado, assim como o parcelamento no interior das quadras: "A imagem da cidade enquanto conjunto manteve-se muito próxima do que era antes das transformações do início do século XX, se considerar-se a observação deste conjunto, a partir de pontos longínquos de observação da paisagem [...]" (PEREIRA, 2007, p.37). A forma urbana representa um documento importante para o entendimento da origem da cidade, e a sua preservação foi considerada de grande relevância, sendo reconhecida na atribuição de valores que fundamentaram o tombamento pelo IPHAN, que ocorreu muitos anos depois.

As fontes bibliográficas consultadas também indicam que ao fim da década de 1920 começou a ser feito o calçamento das ruas da cidade, sendo priorizadas aquelas que faziam a ligação do porto com a estação férrea, com o objetivo de facilitar o transporte de mercadorias realizado por carroças. Mas apesar das melhorias efetuadas, continuou a ocorrer a demora no carregamento dos vagões da locomotiva, problema que era acentuado com o aumento das cargas a cada dia, mostrando a necessidade desse processo ser agilizado. Além disso, a estrutura portuária, mais especificamente os armazéns de estocagem, muitas vezes eram em número insuficiente para o armazenamento da carga, ocasionando frequentemente a ocupação da rua, como demonstrado na Figura 5 (BAUER, 2008, p. 48-49).



Figura 5 – Armazenamento de carga do antigo porto junto aos armazéns da Hoepke & Cia. [s.d.].
Fonte: Acervo MHSFS.

Diante dessa problemática era visível a necessidade de ampliação do porto, mas o espaço físico que este ocupava não permitia sua expansão. Assim, uma nova estrutura portuária começou a ser pensada e, em 1927, foram iniciadas as obras do novo porto (BAUER, 2008, p. 52).

A partir da década de 1940 a cidade experimentou um processo de estagnação econômica, provocado pela crise mundial durante as guerras, pelo declínio das exportações de madeira e erva-mate, que eram responsáveis por boa parte da atividade portuária da cidade, e pelos incentivos fiscais dados a outros portos do sul do país. Esse processo de estagnação, impediu o crescimento da cidade e, por outro lado, evitou a descaracterização da área urbana e o processo de verticalização das edificações (BRASIL, 2005, p. 376; PEREIRA, 2007, p. 38).

A partir desse período de crise, na década de 1950, foi criada a Autarquia da Administração do Porto de São Francisco do Sul. Com a inauguração da nova área portuária, mesmo que ainda pequena diante do fluxo das atividades, foi dado o impulso inicial para que o porto se tornasse de grande importância no Estado (SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p.167).

Na década de 1970 o porto foi caracterizado como terminal graneleiro[3], possibilitando a expansão de suas atividades e a melhoria da infraestrutura. Ao fim da referida década e início da seguinte, duas grandes empresas - Bunge Alimentos S.A. e Terlogs - se instalaram na cidade e colocaram São Francisco do Sul em evidência no cenário nacional.

Desde então a atividade portuária só vem crescendo e ganhando maior visibilidade, "[...] os investimentos privados dos últimos anos implicaram também outras empresas, como a Vega do Sul, a Cargo Link, a Rocha Top Terminais e Operadores Portuários Ltda. e o Terminal Babitonga" (SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p.172).

1.2 O tombamento do Centro Histórico e Paisagístico pelo IPHAN

As ações de preservação[4] adotadas pelo IPHAN ao longo de sua história são marcadas por períodos distintos. O primeiro teve início com o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e criou o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN[5] e vai até 1967, período que corresponde à atuação do advogado e jornalista Rodrigo Mello Franco de Andrade à frente da Instituição (IPHAN, 2013). Nesse primeiro momento, as práticas institucionais estavam pautadas na noção de identidade nacional, visando "à construção da 'nação brasileira', por meio da produção de

[3] O reconhecimento como terminal graneleiro se dá em função da especificidade do transporte de mercadorias a granel predominante no porto. Esse tipo de carga pode ser líquida ou seca, transportada sem acondicionamento, diretamente nos porões do navio. No porto de São Francisco do Sul destaca-se a movimentação de soja em grão, farelo e óleo, trigo, milho, derivados do petróleo e fertilizantes. Disponível em: <www.litoralsfs.com.br>.

[4] Segundo Sonia Rabello, a "Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar esse aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. A par da legislação, há também as atividades administrativas do Estado que, sem restringir ou conformar direitos, se caracterizam como ações de fomento que têm como consequência a preservação da memória". Cf. RABELLO, 2009, p. 19.

[5] Em sua trajetória, a Instituição passa por diversas alterações na sua estrutura regimental e nomenclatura: 1937 a 1946 – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; 1946 a 1970 – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN; 1970 a 1979 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; 1980 a 1981 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; 1981 a 1983 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; 1983 a 1990 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; 1990 a 1994 – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBCP; 1994 até atualmente – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Cf. IPHAN, 2004, p. 44-45.

discursos em busca das raízes e origens da nação" (CHUVA, 2011a, p. 8). No primeiro ano (1938) foram tombados bens arquitetônicos considerados representativos da nação, sendo o período colonial escolhido como a herança mais forte da cultura brasileira. Dentre as 235 inscrições realizadas nos Livros do Tombo estão incluídas, também, "... seis cidades de Minas Gerais [...] inscritas no Livro do Tombo de Belas Artes: Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Tiradentes, São João del Rei e Serro". (SANT'ANNA, 1995, p. 123-124), o que demonstra a complexidade das iniciativas de proteção aos bens culturais.

Em Santa Catarina, as práticas preservacionistas adotadas pela Instituição, não fogem desse contexto. O início das ações no Estado é marcado pelo tombamento, em 1938, de quatro fortalezas: Fortaleza de Santo Antônio, Fortaleza de Santana e Fortaleza de São José da Ponta Grossa (Figura 6), na cidade de Florianópolis, e Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Governador Celso Ramos. No ano seguinte, uma antiga propriedade pertencente aos patronos da cidade de Joinville, denominada como Palácio dos Príncipes (Figura 7). Os bens foram inscritos no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico (IPHAN, 2015).

Nesse primeiro momento, ainda, foram tombados mais quatro bens no Estado: em 1950, a casa onde nasceu Victor Meirelles (Figura 8), em Florianópolis, em 1954, a Casa de Câmara e Cadeia (Figura 9), em Laguna, inscritas no Livro do Tombo Histórico; em 1962, o Cemitério Protestante, em Joinville, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico; e, em 1965, o Parque à Rua Marechal Deodoro, em Joinville, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (IPHAN, 2015).



Figura 6 – Fortaleza de São José da Ponta Grossa, em Florianópolis.
Fonte: UFSC, 2016.



Figura 7 - Palácio dos Príncipes, em Joinville.
Fonte: SANTUR, 2016b.



Figura 8 - Casa onde nasceu Victor Meirelles.
Fonte: LIMA, 2015.



Figura 9 - Casa de Câmara e Cadeia, em Laguna.
Fonte: Acervo do autor, 2016.

O segundo período, de 1968 a 1978, corresponde à atuação do arquiteto Renato Soeiro à frente da Instituição. Nesse período, apesar da seleção de grande parte dos bens tombados ter sido pautada "[...] em critérios consagrados, como o estilístico, estético e artístico, e na 'autenticidade' e 'excepcionalidade' dos bens para a evolução histórico-arquitetônica do país" (PEREIRA, 2009, p. 393), ocorre os tombamentos de bens da arquitetura eclética.

Nesse período, em Santa Catarina, foram tombados o conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila de São Miguel (igreja, aqueduto e carioca) e o Sobradão (Figura 10), também conhecido como Casa dos Açores, ambos na cidade de Biguaçu, em 1969, inscritos respectivamente no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico; e a edificação que foi sede da antiga Alfândega (Figura 11), localizada em Florianópolis e inscrita no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo de Belas Artes em 1975.



Figura 10 – Sobradão, Biguaçu.
Fonte: FCC, 2016.



Figura 11 - Antiga Alfândega, Florianópolis.
Fonte: FCC, 2016.

No ano de 1975 foi criado o Centro Nacional de referência Cultural - CNRC[6], coordenado pelo *designe*r Aloísio Magalhães, que, em 1979, passou a dirigir a Instituição, transformada no mesmo ano em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, após a incorporação do CNRC e do Programa das Cidades Históricas - PCH. Ainda em 1979, a recém-criada Fundação Nacional pró-Memória foi também incorporada ao SPHAN e Aloísio Magalhães tornou-se seu presidente, acumulando o cargo com o que ocupava na Secretaria. Essas mudanças administrativas também provocaram mudanças na políticas culturais e inseriram as discussões sobre a noção de referência cultural nas práticas preservacionistas, novas formas de atribuição de valor, vinculando os bens à etnografia, à arqueologia, à história e colocando em evidência outros contextos culturais representativos da nação. Apesar do curto período da atuação de Aloísio Magalhães (1979 - 1981), a década de 1970 é marcada pela reformulação das práticas institucionais, no contexto da redemocratização do país. (CHUVA, 2011b, p.159; THOMPSON, 2015, p. 46-48; 60). Com o avanço da Antropologia e das Ciências Sociais na área da cultura, ela passa a ser entendida como um processo e a vida cotidiana a ser objeto de interesse de pesquisa. Esse processo também contribuiu para o avanço das discussões no campo do patrimônio cultural, agregando novos objetos, bens e práticas. (CHUVA, 2011b, p.160-161)

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, foi fundamental para a ampliação da noção de patrimônio cultural, considerando tanto os bens natureza material quanto imaterial, "[...] tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]" (BRASIL, 1988).

Quanto às áreas urbanas, foi a partir da década de 1980 que a instituição alterou a sua prática, passando a atribuir valor a essas áreas a partir de seu valor documental. Marcia Sant'Anna, comenta:

> A grande mudança na prática de seleção de áreas urbanas-patrimônio ocorre na década de 80. [...] Ocorre, na realidade, uma mudança de conceitos. De cidade-monumento, relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir, a área urbana-patrimônio passa a cidade-documento, objeto rico em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases da sua história [...]. Em suma, a área urbana-patrimônio passa a ser percebida

[6] O CNRC teve origem em um convênio firmado em 1975 entre o Ministério da Indústria e Comércio, a Secretaria de Educação do Distrito Federal contando, no ano seguinte, incorporação de outras parcerias, como a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, os ministérios da Educação e Cultura, do Interior e das relações internacionais, além da Caixa Econômica Federal, da Fundação Universidade de Brasília, a Fundação Cultural do Distrito Federal. Em 1977, foram ainda incorporados o Banco do Brasil e O Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. Cf. THOMPSON, 2015, p. 46.

> como documento histórico, um "objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas" [...]. (SANT'ANNA, 1995, p.209).

Em Santa Catarina, a mudança nas práticas preservacionistas adotadas pelo IPHAN é percebida em 1984, quando é encaminhado o pedido de tombamento do Centro Histórico de Laguna (Figura 12), inaugurando uma nova abordagem na atribuição de valores dos conjuntos urbanos pela Instituição, a partir do conceito de cidade como documento histórico. O bem foi inscrito, no ano de 1985, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico. É nesse mesmo contexto, que poucos anos depois o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul seria protegido como patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2015).



Figura 12 - Centro Histórico de Laguna.
Fonte: IPHAN, 2016b.

Conforme o processo de tombamento nº 1.163-T-85, o pedido de abertura do processo é um desdobramento do Inventário dos Bens Culturais realizado no munícipio pelas Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Catarinense de Cultura, Fundação Educacional da Região de Joinville e Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, que incluiu, entre as sugestões, o tombamento do referido conjunto.

Em 1985, o então prefeito da cidade, José Schmidt, encaminhou pedido de abertura do processo de tombamento à então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, alegando que a proteção do centro histórico era necessária visto sua importância

para a compreensão da história da região sul do país e do Estado de Santa Catarina, e da crescente dificuldade para a manutenção da integridade do local somente pela Prefeitura Municipal[7]. A iniciativa por parte da Prefeitura de encaminhar pedido de abertura do processo de tombamento é ressaltada pelo Presidente do Conselho Consultivo Ângelo Oswaldo na 124ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada no dia 13 de janeiro de 1987, conforme a ata da referida reunião:

> O Presidente do Conselho agradeceu as palavras do Sr. José Schmidt, e ressaltou o fato de que foi o Prefeito Municipal que, traduzindo um sentimento e uma aspiração da comunidade, dirigiu à SPHAN o pedido de abertura do processo de tombamento, o que demonstra a certeza de que a administração municipal e a comunidade francisquense estão matriculadas no compromisso fundamental de preservar e valorizar este acervo que passa, agora, a integrar o patrimônio cultural do povo brasileiro (IPHAN, 1987, p. 68).

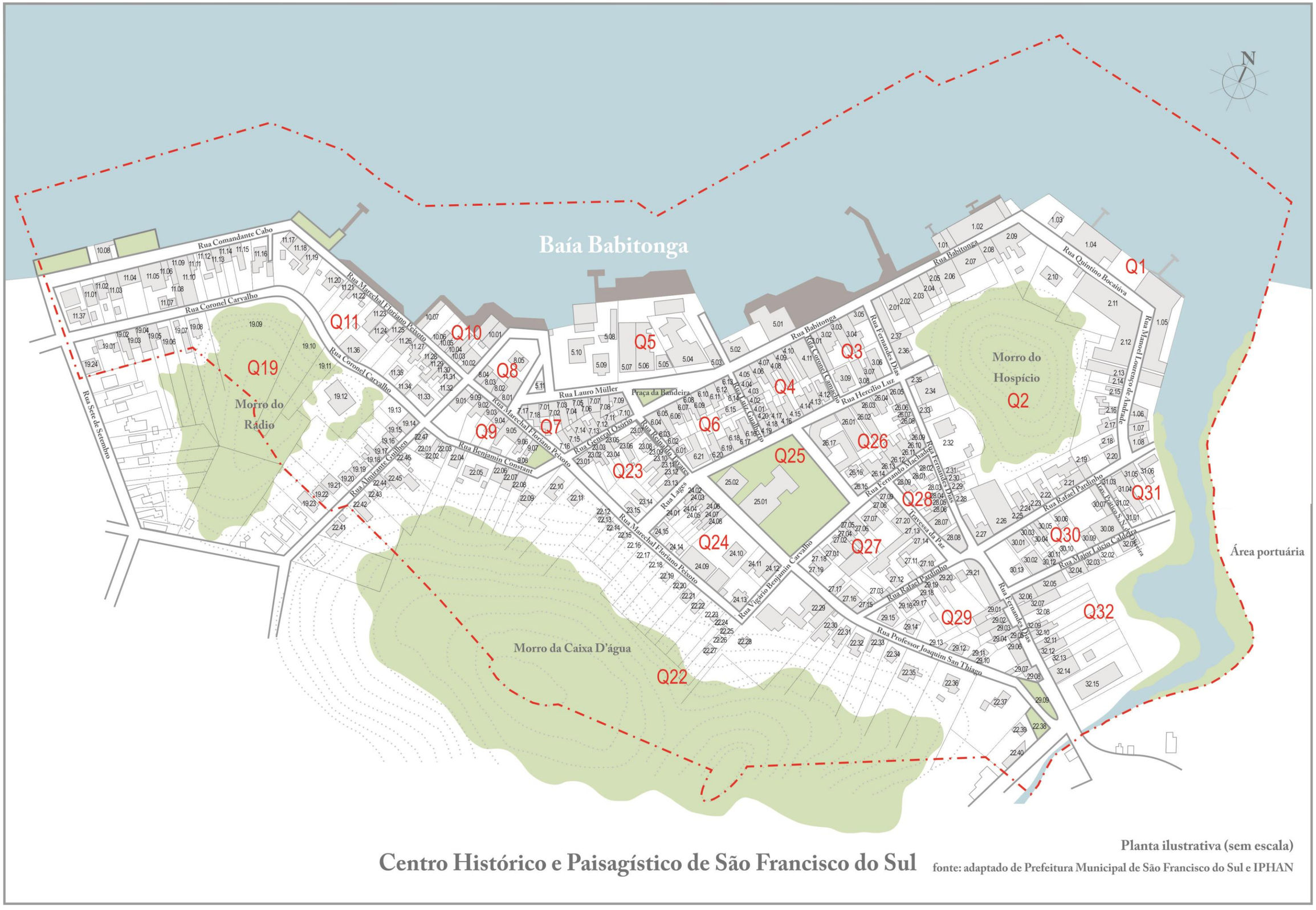
O processo de tombamento foi embasado no estudo e no parecer técnico nº 106/86 realizados pela historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva e pelo arquiteto José Simões de Belmont Pessôa. Para fundamentar a proposta de tombamento do centro histórico de São Francisco do Sul os técnicos argumentam que:

> A possibilidade de construir-se a história urbana de São Francisco, através de uma metodologia histórica concomitante com a leitura urbana da cidade hoje é, portanto, o que nos leva a identifica-la como documento potencialmente passível de infinitas leituras o que a compromete como um bem a ser preservado, posto que "a construção" de um documento histórico dá-se, efetivamente, apenas em função de problemáticas do presente. Desta forma, o bem a ser preservado se atualiza, identifica-se com o homem de hoje e torna-se elemento do seu cotidiano na medida em que pode ser lido por ele (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 53).

A área tombada é delimitada pela orla da Baía Babitonga e os morros da Caixa D'água e da Rádio, "onde encontramos as referências no tecido urbano que contam, sobre a história do assentamento, mais do que os monumentos" (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 60), abrangendo a área central da cidade, onde estão inseridos cerca de quatrocentos imóveis (Mapa 2).

[7] Contido no processo de tombamento nº 1.163-T-85: Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul – SC.

Mapa 2 - Poligonal de tombamento do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.



Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul

Planta ilustrativa (sem escala)

fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e IPHAN

Conforme mencionado, o tombamento de São Francisco do Sul está vinculado a um novo momento de atuação da instituição, buscando avançar no entendimento das cidades como repositório de bens monumentais, considerando-as como "cidade-documento" (SANT'ANNA, 1995, p. 212). No parecer de tombamento da cidade de Laguna, o arquiteto Luiz Fernando Franco, expressa o seguinte excerto que representa as abordagens e metodologias de análises de ambos os municípios catarinenses:

> Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não apresenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento [...]. Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis – embora estes também tenham sido ali assinalados – do que pela escolha criteriosa do sítio; pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais; e, sobretudo, pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes (FRANCO, 1995, p. 9).

Nesse contexto, a proteção do Centro Histórico e Paisagístico não se justifica "[...] por concentrar em sua história uma densa lista de 'acontecimentos notáveis', mas por tratar-se de um documento da história urbana do país dentro do contexto histórico de expansão das fronteiras meridionais [...]" (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 53). Assim, verificar que o traçado urbano de outrora permanece bastante íntegro é uma forma de entender tanto o processo de formação da cidade como o processo de ocupação do território sul brasileiro (Figura 13).

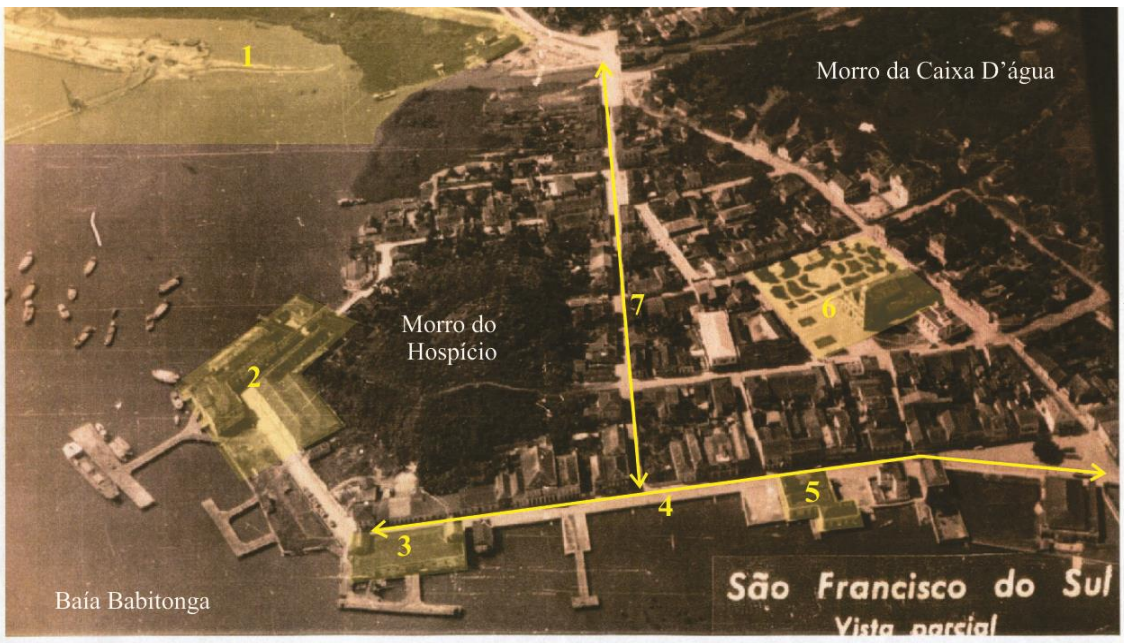


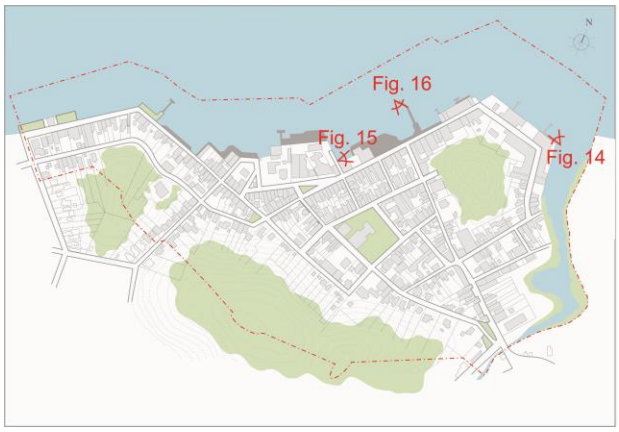
Figura 13 - Vista aérea do centro histórico de São Francisco do Sul, [s.d.].
Fonte: adaptado de acervo MHSFS.

A proteção da cidade como patrimônio cultural se dá diante da inegável e sempre presente relação de seus habitantes com o mar (Figuras 14 a 16). Localizada diante de uma das baías com maior navegabilidade do país e protegida pelos morros que a cercam, o mar e os usos a ele ligados, como a pesca e o transporte por barcos, estão sempre presentes. A atividade portuária também marca toda a história de São Francisco do Sul, que em determinado momento, funcionou como posto de parada e abastecimento de mantimentos para as embarcações durante as longas viagens à região do Prata e, em outros, como local de entrada e saída de mercadorias na região.

De acordo com o Conselheiro relator do processo de tombamento Alcídio Mafra de Souza, São Francisco do Sul "[...] desde a sua criação até hoje manteve sua tradição, pois a relação de seus habitantes com o mar é, na realidade, toda e sua verdadeira história" (SOUZA, 1987, p. 63). Márcia Chuva e José Pessôa, no parecer técnico de tombamento, destacam:

> Vemos o mar intervindo diretamente no dia a dia das pessoas, constituindo um "cotidiano coletivo" que dá corpo a uma forma de vida, de mentalidade. Compreender essa particularidade de São Francisco é um meio de compreender sua realidade. É a maneira de trazer, ao nível do consciente, elementos que participam do inconsciente daquela população, numa tentativa de produzir um auto-conhecimento enquanto conjunto ao mesmo tempo individual e cultural, econômico e social. É um processo de formalização consciente do espaço em que se vive em busca de reproduzi-lo no sentido de uma melhoria da qualidade de vida (1995, p.56).

Mapa 3 - Localização no Centro Histórico e Paisagístico do ângulo das fotografias nas Figuras 14 a 16.



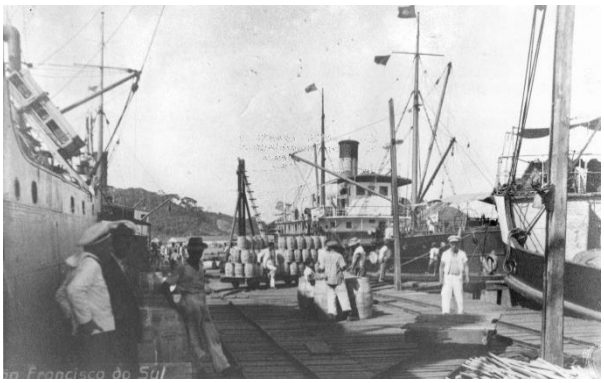


Figura 14 - Carregamento das embarcações no trapiche da Hoepke e Cia.
Fonte: acervo MHSFS.



Figura 15 - Barcos de pesca ao lado do Mercado Municipal.
Fonte: acervo MHSFS.



Figura 16 –Barcos de pesca junto ao trapiche da rua Babitonga atualmente.
Fonte: acervo do autor, 2015.

Além disso, compreende-se que esse elemento natural teve papel fundamental para a conformação da área, constatando-se que as ruas inseridas no conjunto tombado, em sua maioria, convergem para o mar, e que, de diversos pontos dessa área é possível visualizá-lo (Figuras 17 e 18). Isso ressalta a marcante participação da Baía Babitonga na ambiência da cidade e a forte relação que seus habitantes possuem com ela. Conforme parecer de Márcia Chuva e José Pessôa:

> É uma ideia de vida marítima, intrínseca aos habitantes, que perpassa a cultura local: seus prédios novos ou antigos, suas ruas; a certeza de, a cada passo, avistar a baía, a cada esquina que se dobra ver o mar num vazio entre dois prédios, ou numa rua que dentro dele termina (1995, p.66).

Mapa 4 - Localização no Centro Histórico e Paisagístico dos ângulos das fotografias nas Figuras 17 e 18.

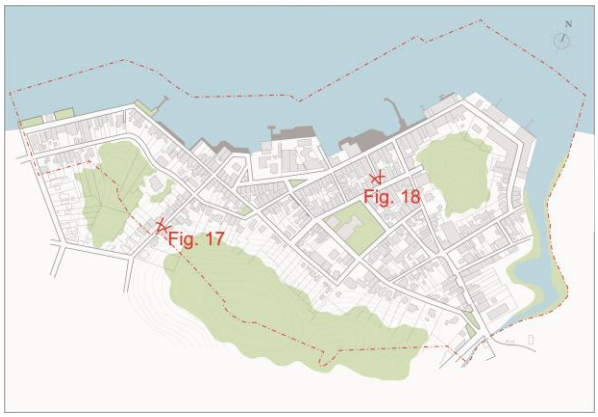




Figura 17 - Baía Babitonga visualizada da rua Almirante Aristides Guilhen.
Fonte: acervo do autor, 2015.



Figura 18 - Visual da Baía Babitonga a partir da rua Coronel Camacho.
Fonte: acervo do autor, 2015.

O valor paisagístico atribuído ao sítio está relacionado à vista panorâmica no sentido da Baía Babitonga para o conjunto histórico. Essa vista é reconhecida como a "paisagem clássica" da cidade porque possibilita a percepção da íntima relação do conjunto com o mar e os morros que o circundam. Essa paisagem possui grande importância para o sítio e vem sendo representada por diversos pintores e fotógrafos ao longo da história da cidade (Figura 19 e Figura 20).



Figura 19 - "Paisagem clássica" de São Francisco do Sul, pintura de Basílio Ferrari, 1911.
Fonte: MHSFS.



Figura 20 - Visual a partir da Baía Babitonga para o conjunto histórico e paisagístico de São Francisco do Sul, [s.d.].
Fonte: MHSFS.

No parecer, o Conselheiro relator, Alcídio Mafra de Souza, destaca:

> É sobre a diretriz da orla marítima que emergem com maior clareza os vestígios da lenta arrumação do quadro de vida material em São Francisco e, identificada a praia

> como geradora da ocupação do sítio, vemos, com clareza, toda a ordenação do tecido urbano, onde inexiste a predominância da arquitetura de um determinado período sobre o outro, sendo norma a diversidade arquitetônica, que bem configura o universo da evolução cotidiana, através da qual a cidade se formou (SOUZA, 1987, p. 63-64).

Ainda hoje, percebe-se que a "fachada marítima" é o trecho mais coeso do conjunto, correspondendo à área mais íntegra da ocupação (Figura 21). Ponto de grande relevância nessa paisagem é a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, que aparece em destaque dentre as outras edificações. A dominância de suas torres na paisagem é considerada um dos elementos mais marcantes do Centro Histórico e Paisagístico tombado.



Figura 21 - Fachada marítima do conjunto tombado, atualmente.
Fonte: acervo do autor, 2014.

1.3 As ações de preservação do IPHAN em São Francisco do Sul

Ocorrido o tombamento do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, os anos imediatamente posteriores se passaram sem que ações significativas fossem executadas. Somente em 1993 essa situação mudou, com a criação do Museu Nacional do Mar, resultado da parceria entre o IPHAN e o governo do estado de Santa Catarina.

O Museu – criado com o objetivo de valorizar o conhecimento e a arte dos homens que vivem no mar, bem como suas manifestações culturais (BONDUKI, 2010, p. 123) – conta, atualmente, com mais de setenta embarcações, representando o patrimônio naval brasileiro (Figura 22) que, "[...] embora pouco conhecido, é um dos mais significativos do mundo [...]. Associada à vida e ao desenvolvimento de atividades econômicas junto ao mar,

desenvolveu-se uma fecunda diversidade de manifestações culturais e religiosas presente em festas, procissões, tradições e trabalhos" (BONDUKI, 2010, p. 123).




Figura 22 - Salas expositivas do Museu Nacional do Mar.
Fonte: acervo ETEC-SFS.

Posteriormente, por volta de 1995, o IPHAN convidou administradores e lideranças locais para refletir e discutir sobre o futuro do conjunto tombado. Como um dos primeiros resultados dessas reflexões, o porto e o turismo foram elencados como as principais fontes de desenvolvimento municipal e com o prosseguimento dos debates, foi constatado que as possibilidades de repasses de recursos para a cidade, advindas das atividades portuárias eram bastante restritas, e, ainda, que as atividades turísticas estavam muito concentradas no período do verão. Dessa forma, segundo o arquiteto e urbanista Dalmo Vieira Filho, atualmente técnico da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina, ex-superintendente e ex-diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM-IPHAN), junto com as atividades elencadas, duas metas foram traçadas para o futuro do centro histórico:

> [...] A primeira é continuar sendo uma cidade, porque muitas das cidades tombadas no mundo [...] atraem tanta gente, possuem cenários tão bonitos, que aquilo acaba sendo apropriado por quem vem de fora, muitas vezes pra passar o fim de semana, e a cidade fica sendo uma espécie de cenário. São Francisco corre esse risco. [...] Há todo um movimento de que a cidade perca a vitalidade na função habitacional, a consequência disso é o enfraquecimento do comércio, virá um processo que no mundo inteiro se tenta reverter. O primeiro compromisso de uma cidade tombada é continuar sendo uma cidade, quer dizer, o que que é cidade? Lugar de cidadãos. E o segundo objetivo para o centro histórico, proposto na época e aceito, era fazer do centro histórico de São Francisco uma espécie de centro regional de lazer. Por quê? Como se preserva aqui essa qualidade do cenário urbano, a força que tem, até emotiva dos casarões, da escala humana, da harmonia da paisagem, isso pode servir para que as pessoas, mal comparando, trabalhem durante a semana em Jaraguá do Sul, em São Bento, em Joinville, em Curitiba, em Blumenau, e venham gastar o dinheiro que conquistaram naquela semana aqui em São Francisco do Sul, na Babitonga, no centro histórico, em restaurantes, no museu, no Cine Teatro, assim

> acontece no mundo. [...] Mas esse tipo de atividade praticamente não tem sido explorada, não tem sido devidamente explorada no Brasil.[8]

As duas metas elencadas, continuar sendo uma cidade e se tornar um centro regional de lazer, foram inseridas nas ações implementadas na cidade nos anos seguintes. A principal foi sem dúvida o Programa Monumenta[9], que do ano 2002 até o ano de 2013 atuou na reabilitação[10] do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. De acordo com Dalmo Vieira Filho:

> [...] não foi fácil que São Francisco fosse incluída nas 18 ou 16 cidades do Monumenta, era praticamente impossível. Nunca tinha havido no Brasil um programa dessa dimensão [...]. Nós fizemos um trabalho de garimpagem, o então prefeito Rogério Zattar ajudou muito nesse processo, e o que aconteceu foi que se conseguiu quase o impensável, a cidade ficou acho que em 15º, das 16 selecionadas, porque lutava com Ouro Preto, com Mariana, com Diamantina, Olinda, todos os principais centros históricos do Brasil [...]. Mas mais importante do que isso foi que o projeto de São Francisco era o único que estava pronto, era o único que tinha sido feito pelo IPHAN com base numa discussão comunitária, com a participação ampla de pessoas. E o que aconteceu na sequência é que São Francisco não só entrou no processo como mudou radicalmente o Programa Monumenta. A primeira reunião geral do Programa aconteceu em Brasília [...], a segunda onde é que foi? Foi em São Francisco do Sul. E a dimensão do Programa, a dimensão urbanística do Programa mudou [...]. Essa mudança influenciou todos os demais projetos do Programa Monumenta no Brasil a partir daquele momento, que passaram a buscar a dimensão urbana. Então, [...] Cachoeira, Olinda, mesmo Ouro Preto, as obras produziram impactos, impactos urbanos, em calçadões, em espaços públicos, realmente uma conquista naquele momento.[11]

A dimensão urbanística perseguida no projeto desenvolvido em São Francisco do Sul buscou fortalecer a relação do conjunto tombado com a Baía Babitonga, buscando proporcionar condições para que o comércio, os serviços e o lazer se consolidassem. O espaço público passou por intervenções, buscando a ligação através da orla, das duas extremidades

---

[8] Informação fornecida por Dalmo Vieira Filho no I Encontro para Debates – O Papel do Centro Histórico no Desenvolvimento de São Francisco do Sul, realizado no Museu Nacional do Mar, com a participação de técnicos do IPHAN, representantes da prefeitura municipal, comerciantes e moradores do centro histórico, no dia 09 de dezembro de 2015.

[9] O Programa Monumenta foi uma política pública federal realizada entre 1996 e 2013 e vinculada ao Ministério da Cultura, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Programa atuou buscando aliar a recuperação e preservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento econômico e social, empenhando-se para garantir condições para a sua sustentabilidade, a partir da geração de recursos que possibilitassem a conservação do sítio de intervenção. O Monumenta contemplou, durante esse período, conjuntos tombados localizados nas seguintes cidades: Alcântara (MA); Belém (PA); Salvador (BA); Lençóis (BA); Cachoeira (BA); Congonhas (MG); Serro (MG); Diamantina (MG); Mariana (MG); Ouro Preto (MG); Corumbá (MS); Goiás (GO); Icó (CE); Laranjeiras (SE); São Cristóvão (SE); Manaus (AM); Natividade (TO); Oeiras (PI); Recife (PE); Olinda (PE); Porto Alegre (RS); Pelotas (RS); Penedo (AL); Rio de Janeiro (RJ); São Francisco do Sul (SC); São Paulo (SP). Cf. IPAC, 2016; GIANNECCHINI, 2014, p. 10.

[10] Será adotado nessa pesquisa a definição de reabilitação empregada por Ermínia Maricato (2001, p. 126), que a entende como "[...] uma ação que preserva, o mais possível, o ambiente construído existente (pequenas propriedades, fragmentação no parcelamento do solo, edificações antigas) e dessa forma também os usos e a população moradora".

[11] Informação fornecida por Dalmo Vieira Filho no I Encontro para Debates – O Papel do Centro Histórico no Desenvolvimento de São Francisco do Sul, no dia 09 de dezembro de 2015.

opostas da área, onde se localizam, respectivamente, o Museu Histórico Municipal e o Museu Nacional do Mar. Dessa forma, ruas, calçadas e praças sofreram intervenções e o mobiliário urbano foi especialmente pensado para compor esse novo espaço e proporcionar a proximidade com a baía (DIOGO, 2009, p. 277). Dalmo Vieira Filho ressalta que "todas as calçadas foram alargadas e todos os estabelecimentos [que desejavam ter mesas nas calçadas], como sorveterias, restaurantes, tiveram alargadas as calçadas na frente [...]"[12].

Além da reabilitação urbanística algumas edificações receberam especial atenção: é o caso do Terminal Marítimo de Passageiros que se encontrava em ruínas e foi totalmente recuperado, podendo receber atualmente pequenas embarcações. Um píer de atracação de cruzeiros, anexo ao terminal, está sendo construído com o objetivo de permitir a chegada de maior número de turistas à cidade por ele.

Ainda, o Mercado Municipal foi recuperado, mantendo suas atividades tradicionais até hoje e podendo ser considerado um ponto de encontro para os moradores locais e uma atração turística para quem visita a cidade. A Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça foi restaurada e junto a ela foi implantado o Museu de Arte Sacra. O Museu Nacional do Mar e o Museu Histórico também passaram por obras de recuperação, assim como o Clube XXIV de Janeiro. Foi também implantado o Parque Ecológico Municipal, junto ao Morro do Hospício proporcionando uma vista panorâmica de todo o centro histórico (Mapa 5 e Tabela 1).

[12] Informação fornecida por Dalmo Vieira Filho no I Encontro para Debates – O Papel do Centro Histórico no Desenvolvimento de São Francisco do Sul, no dia 09 de dezembro de 2015.

Mapa 5 - Intervenções do Programa Monumenta em São Francisco do Sul. Fonte: BONDUKI, 2010, p. 118.



Tabela 1 - Intervenções do Programa Monumenta no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.

Imagens anteriores a intervenção Fonte: FREITAS, 2014; MENDONÇA; LUCA, 2008	**Imagens após a intervenção** Fonte: acervo do autor.
1. **Museu Nacional do Mar:** restauração e requalificação de toda a estrutura que abriga o museu.	
	
2. **Parque Ecológico Morro do Hospício**: restauração do imóvel que abriga o acesso ao parque, implantação da estrutura para funcionamento do mesmo, contando com decks para contemplação das diversas visuais para a cidade, mobiliário urbano e iluminação.	
	
3. **Terminal Marítimo de Passageiros:** as ruínas do antigo galpão da Cia. Santista foram completamente restauradas e passaram a abrigar o Terminal Marítimo de Passageiros de São Francisco do Sul, podendo receber atualmente embarcações de pequeno porte. Também funcionam no local a Secretária de Turismo e a Fundação Cultural do município.	
	

4. **Clube XXIV de Janeiro:** restauração das edificações para melhor abrigar suas atividades.





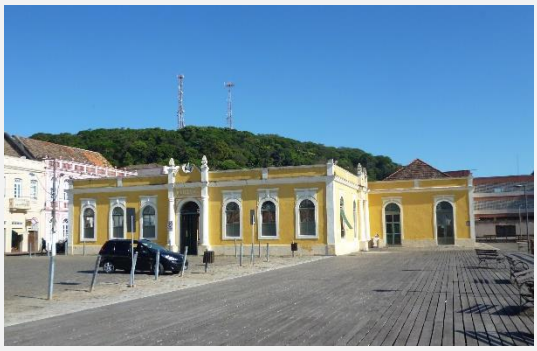
5. **Rua Babitonga:** reabilitação da rua e calçadas, construção de deck junto ao Mercado Municipal e implantação de mobiliário urbano e iluminação especialmente pensados para a intervenção.





6. **Mercado Municipal:** o Mercado passou por obras de restauração e requalificação de sua estrutura para melhor abrigar suas atividades.



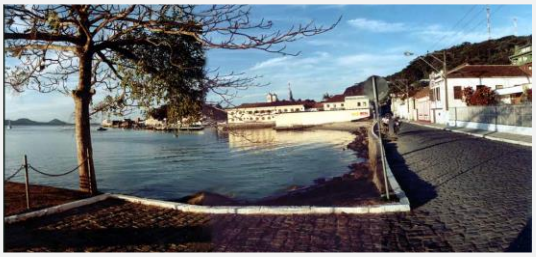


7. **Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça:** a igreja foi restaurada e aos fundos da edificação foi implantado o Museu de Arte Sacra, incluindo nas intervenções o sistema de climatização do mesmo.





8. **Rua Marechal Floriano Peixoto**: reabilitação da rua, construção de calçadas proporcionando o contato direto com a orla, reabilitação de praça e construção de trapiche junto a mesma, além de implantação de mobiliário urbano e iluminação especialmente pensados para a intervenção.





9. **Rua Comandante Cabo**: reabilitação da rua, construção de calçadas proporcionando o contato direto com a orla, reabilitação de parquinho infantil, além de implantação de mobiliário urbano e iluminação.





10. **Museu Histórico Municipal:** restauração do museu e ampliação de seu espaço físico com a inserção de nova edificação aos fundos da principal.





Ainda sobre as ações realizadas na cidade, foram lançados quatro editais visando à realização de obras em imóveis privados, tendo sido recebidas 90 propostas de interesse pelo financiamento, e dessas, em 71 delas os proprietários dos imóveis desistiram por não poderem pagar as parcelas do incentivo ou não foram aprovadas nas análises realizadas pela Caixa Econômica Federal. De acordo com o relatório final do Programa, dos 19 imóveis

selecionados para o recebimento de recursos, 16 obras foram concluídas, 2 estão paralisadas e 1 foi cancelada (FREITAS, 2014, p. 21-23).

Conforme documentos oficiais e depoimentos dos moradores, o Programa Monumenta buscou auxiliar na valorização do conjunto tombado, servindo como marco temporal na vida da cidade. Sua importância pode ser percebida em conversas informais com a população podendo ser identificado que o Programa contribuiu para reforçar a consciência de valorização do patrimônio pelos moradores. No entanto, o diretor-presidente da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul (FUCISF), Aldair Carvalho, considera que o Monumenta atingiu ótimos resultados na realização de obras, mas deixou muito a desejar no processo intelectual de pensar o centro histórico como um todo, dialogando com o ambiente onde está inserido e discutindo a relação das pessoas com o lugar. Para Carvalho, isso fez com que durante muito tempo, as ações do IPHAN fossem percebidas pela população francisquense apenas como tendo uma função operacional e não científica.

Após a conclusão do Programa Monumenta em 2013, o Centro Histórico e Paisagístico não passou por nenhuma outra grande intervenção e as ações estiveram mais centradas na atuação do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul, normalmente desenvolvendo os procedimentos de análise de intervenções e fiscalização na área tombada.

O Escritório Técnico, muitas vezes, desempenhou seu papel de forma restrita, tratando somente dos bens de natureza material e deixando os aspectos imateriais do sítio e a relação com os moradores locais em segundo plano, em função do reduzido quadro de funcionários do escritório, que durante todo seu funcionamento contou com apenas um técnico com formação em arquitetura e urbanismo - geralmente não concursado, o que acabou gerando uma troca constante de pessoas no cargo -, uma secretária e uma servente. Nos dias atuais conta com o apoio de um servidor da prefeitura municipal com formação em arquitetura e urbanismo e, no período da realização do Mestrado, com a minha participação, como bolsista, desenvolvendo a pesquisa aqui apresentada, bem como produtos correlacionados. A área técnica, em função das atividades que precisa desempenhar, fica sobrecarregada de atividades, o que também dificulta a realização de estudos e um trabalho mais amplo. No sentido de aumentar a eficácia da atuação do Escritório Técnico, têm sido implantadas novas iniciativas, principalmente buscando a integração e a participação das outras instituições e da população local nas práticas preservacionistas.

Uma dessas iniciativas aconteceu no ano de 2015, quando foram realizadas oficinas buscando capacitar e integrar os profissionais dos diferentes órgãos que atuam na cidade para a posterior implementação da Casa do Patrimônio[13] de São Francisco do Sul. Como resultado dessa ação, em março de 2016, começou a ser realizado o Curso de Educação Patrimonial, mediado pela Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul (FUCISF) em parceria com o IPHAN. O curso visa "capacitar professores e especialistas para atuarem em ações conjuntas e ou individuais na preservação da memória e da identidade cultural local e nacional" (FUCISF, 2016, p. 3), e é dividido em quatro temas: ambiente cultural, patrimônio arqueológico, patrimônio imaterial e patrimônio material. Todos os meses duas turmas de cerca de 30 professores passam pela atividade, que deve ocorrer até o mês de novembro deste ano. Tive a oportunidade, juntamente com a atual chefe do Escritório Técnico do IPHAN de São Francisco do Sul, Gabriela de Oliveira Cancillier, e o arquiteto da FUCISF, Andrey de Freitas, de elaborar o conteúdo sobre a preservação do patrimônio material nos dois primeiros meses. A experiência foi extremamente satisfatória e pode-se perceber sua importância na formação dos professores, uma vez que muitos, por falta de conhecimento, passavam informações equivocadas para seus alunos ou nem se arriscavam a abordar o tema.

Outra iniciativa também realizada no final do ano de 2015, foi o "I Encontro para Debates – O Papel do Centro Histórico no Desenvolvimento de São Francisco do Sul", organizado pelos técnicos da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina e do Escritório Técnico de São Francisco do Sul. O encontro contou com a participação da Superintendente do IPHAN de Santa Catarina, arquiteta e urbanista Liliane Janine Nizzola, e do arquiteto e urbanista e ex-superintendente e técnico da Superintendência do IPHAN de Santa Catarina, Dalmo Vieira Filho, sendo apresentadas e discutidas as ações desenvolvidas pela instituição no Estado e na cidade de São Francisco do Sul. Além dos técnicos do IPHAN citados, participaram os técnicos representantes da Prefeitura Municipal, os comerciantes e os moradores do centro histórico.

Acredita-se que o encontro serviu para aproximar a instituição da população, aproveitando o momento para o esclarecimento de dúvidas e para reunir os entes envolvidos

[13] *"As Casas do Patrimônio constituem-se de um projeto pedagógico, com ações de educação patrimonial e de capacitação que visam fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural. [...] Um dos seus objetivos é interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural. Não restritas à instalação de uma estrutura física, as Casas do Patrimônio têm como desafio ampliar o diálogo com a sociedade a partir da educação patrimonial, multiplicando locais de gestão compartilhada de ações educativas e de construção das políticas públicas de patrimônio cultural"* Cf. IPHAN, 2016a.

com a gestão do conjunto tombado para participarem ativamente das discussões e das ações que possam ser desenvolvidas para a área. Durante o evento foi sugerida a formação de grupos que, posteriormente, aprofundariam a discussão de diferentes assuntos e buscariam avançar em determinados pontos – como a construção de um calendário de eventos para o centro histórico e conversas com os diretores das instituições que deixaram o conjunto tombado para se instalar na nova centralidade municipal, como será visto no Capítulo 2 - que seriam debatidos em reunião a ser realizada nos meses seguintes. Infelizmente de todos os presentes contatados para o prosseguimento da atividade, um número muito pequeno se mostrou disponível para dar continuidade ao trabalho. Sendo assim, o segundo encontro, previsto para acontecer entre os meses de março e abril de 2016 não aconteceu, e até o momento da finalização dessa dissertação, ainda não havia sido realizado.

Precisa-se ressaltar que a população que vive o centro histórico diariamente, critica a perda da vitalidade do conjunto tombado, mas quando convidados a participar mais efetivamente das ações, poucos se interessam. Vemos uma postura em que muito se espera do poder público, mas poucos se comprometem com a realização de ações que possam reverter a situação.

Sabe-se que muito ainda precisa ser feito, mas acredito que, principalmente, ampliar a participação da população nas ações preservacionistas e de valorização do patrimônio é essencial. Dessa forma, no próximo capítulo, além de analisar o cenário atual do conjunto tombado, será buscado dar voz aos diferentes agentes que participam da vida do centro histórico e contribuem para sua preservação.

CAPÍTULO 2 – As dinâmicas territoriais

Entender São Francisco do Sul a partir do conceito de cidade, concebido como "[...] o espaço onde se desenrola e ganha sentido a vida cotidiana" (CARLOS, 2007, p. 12), bem como suas relações e configurações, se faz necessário para a compreensão do papel do centro histórico dentro das dinâmicas do território e seus aspectos particulares. Dessa forma, o presente capítulo buscará apresentar o cenário atual do sítio urbano tombado partindo das dinâmicas territoriais do município de São Francisco do Sul, considerando os usos do solo e as práticas sociais ali realizadas, abordando, ainda, a questão do turismo na cidade e seus reflexos na área. E por fim serão apresentados os diferentes olhares sobre o centro histórico, considerando os moradores, agentes públicos (representados por profissionais do IPHAN e da Prefeitura Municipal) e visitantes, de modo a identificar as demandas e diferentes posicionamentos frente a área.

2.1 As dinâmicas do município de São Francisco do Sul

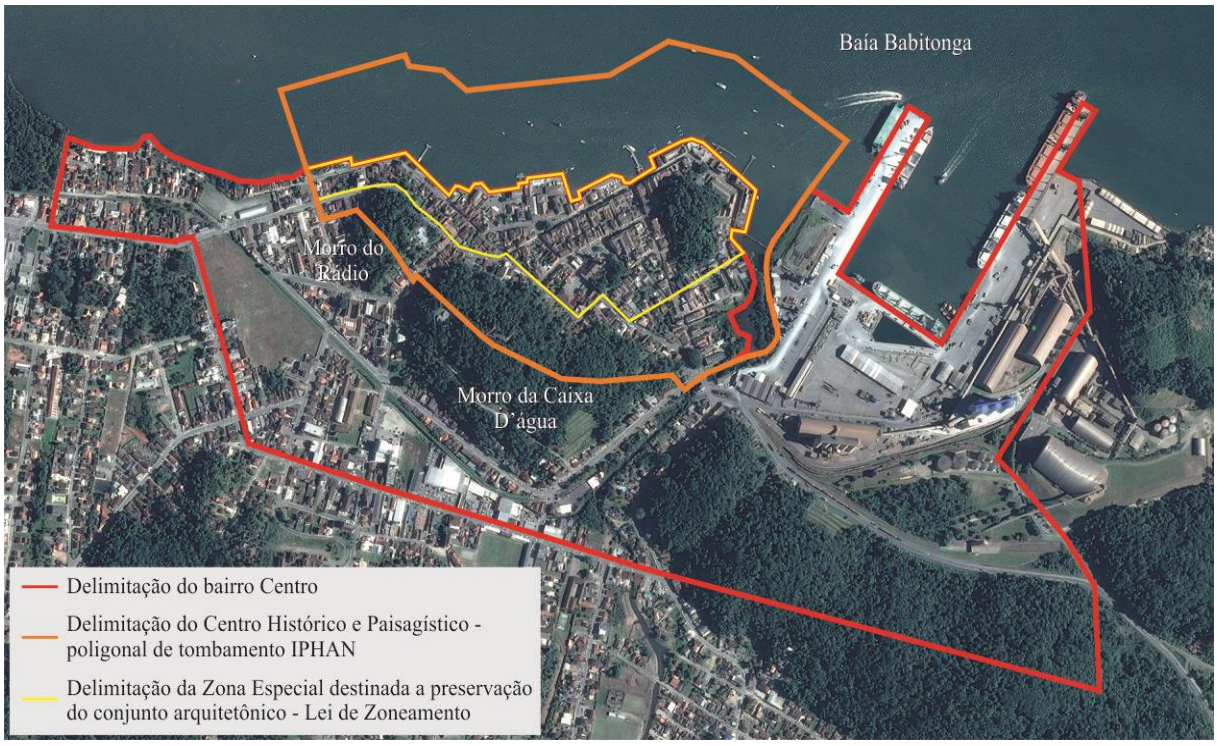
Para o entendimento das dinâmicas territoriais de São Francisco do Sul se faz necessário compreender a localização dessas dinâmicas, bem como elas se configuram e o que representam para o município. Para tanto, nesse primeiro momento, identificamos no Mapa 7 os bairros que compõe a cidade.

Observa-se que a maior parte da área urbana do município está localizada na sua porção insular e somente uma pequena parte na porção continental. Essa última é representada somente pela Vila da Glória, que se encontra separada do restante da área urbana pela Baía Babitonga. Por essa separação física, a Vila da Glória mantém uma relação de relativa independência do restante da cidade. A área é servida por atividades básicas para o dia-a-dia de sua população – mercados, padarias, lojas, etc. -, mas é deficiente em diversos serviços, necessitando o deslocamento de seus moradores para o núcleo central de São Francisco ou para a cidade vizinha de Joinville, distante cerca de 23 quilômetros da Vila.

Na porção insular de São Francisco do Sul, destacam-se as regiões oeste e norte da ilha como sendo as mais densamente ocupadas e onde se estabelecem as principais dinâmicas territoriais. É na região oeste, às margens da Baía Babitonga, que está localizada a região central do município, que se configura como uma primeira zona de adensamento e é nela que se concentram as principais atividades comerciais e de serviço da cidade.

Ressalta-se que o bairro Centro, considerado pela administração municipal e pelo IBGE, extrapola a área delimitada como Centro Histórico e Paisagístico pelo IPHAN, não sendo considerado uma área isolada na divisão territorial do município (Mapa 6). O bairro Centro engloba uma área de grandes proporções, que, além do conjunto tombado, agrega a área portuária e a nova centralidade municipal, espaços que serão abordados no decorrer do capítulo. No mesmo bairro, a administração municipal delimita, através da Lei nº 763/81[14], que dispõe sobre o zoneamento de São Francisco do Sul, uma zona especial que é destinada a preservação do conjunto arquitetônico da área. Analisando o Mapa 6 verifica-se, ainda, que essa zona especial se restringe a uma área de menores proporções que aquela estabelecida pelo tombamento realizado pelo IPHAN.

Mapa 6 – Delimitações do bairro Centro, do Centro Histórico e Paisagístico e da Zona Especial. Fonte: adaptado de Google Earth, 2016.



[14] Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-sao-francisco-do-sul-sc>. Acesso em: 16 ago. 2016.

Adjacente ao bairro Centro localiza-se o bairro do Paulas, voltado principalmente para a atividade residencial, sendo uma das áreas com maior número de pescadores de São Francisco do Sul. De acordo com o diretor-presidente da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul (FUCISF), Aldair Carvalho (2016), o bairro é considerado a maior referência açoriana da cidade, fruto de um movimento migratório, ocorrido na década de 1960, de uma população de origem açoriana, da região de Tijucas para a referida área do território francisquense.

Na região norte da ilha destacam-se os bairros do Ubatuba e da Enseada (Mapa 7), que representam uma zona de ocupação e adensamento mais recentes, afastados cerca de 15 a 20 quilômetros da área central do município, que se configura com uma área primeira de adensamento. Esses bairros possuem um uso residencial bastante presente, que vem se intensificando no decorrer dos últimos anos (IBGE, 2016), como será analisado posteriormente. Essa região da ilha é servida por diversos estabelecimentos comerciais – supermercados, lojas de roupas e artigos diversos, etc. -, e de serviço – hotéis, pousadas, escritórios -, contando também com uma subprefeitura, permitindo um acesso direto aos serviços públicos municipais.

A diversidade de usos que essa região apresenta permite que seus habitantes possam suprir grande parte de suas necessidades básicas sem precisarem se deslocar até a área central do município. Dessa forma, essa relativa independência da centralidade municipal, faz com que a zona, composta pelos bairros do Ubatuba e da Enseada, seja percebida quase como uma cidade a parte por seus moradores, não sendo raro escutar alguém se referindo ao centro histórico, como São Francisco, evidenciando o entendimento de que somente a área central e seus arredores se caracterizariam como a verdadeira São Francisco do Sul. Essa também seria a percepção de moradores de outras áreas da cidade, conforme depoimento de Aldair Carvalho:

> [...] muitas pessoas que vinham do entorno, das comunidades periféricas aqui, Tapera, Gamboa, Ribeira, Praia da Enseada e tal, eles vinham no centro histórico como se... e eles dizem isso até hoje: "eu vou à São Francisco", como se ele tivesse saindo daquela zona do conforto dele, como se ele não estivesse em São Francisco, como se ele reconhecesse que só em São Francisco há essa vida cidadã (CARVALHO, A., 2016).

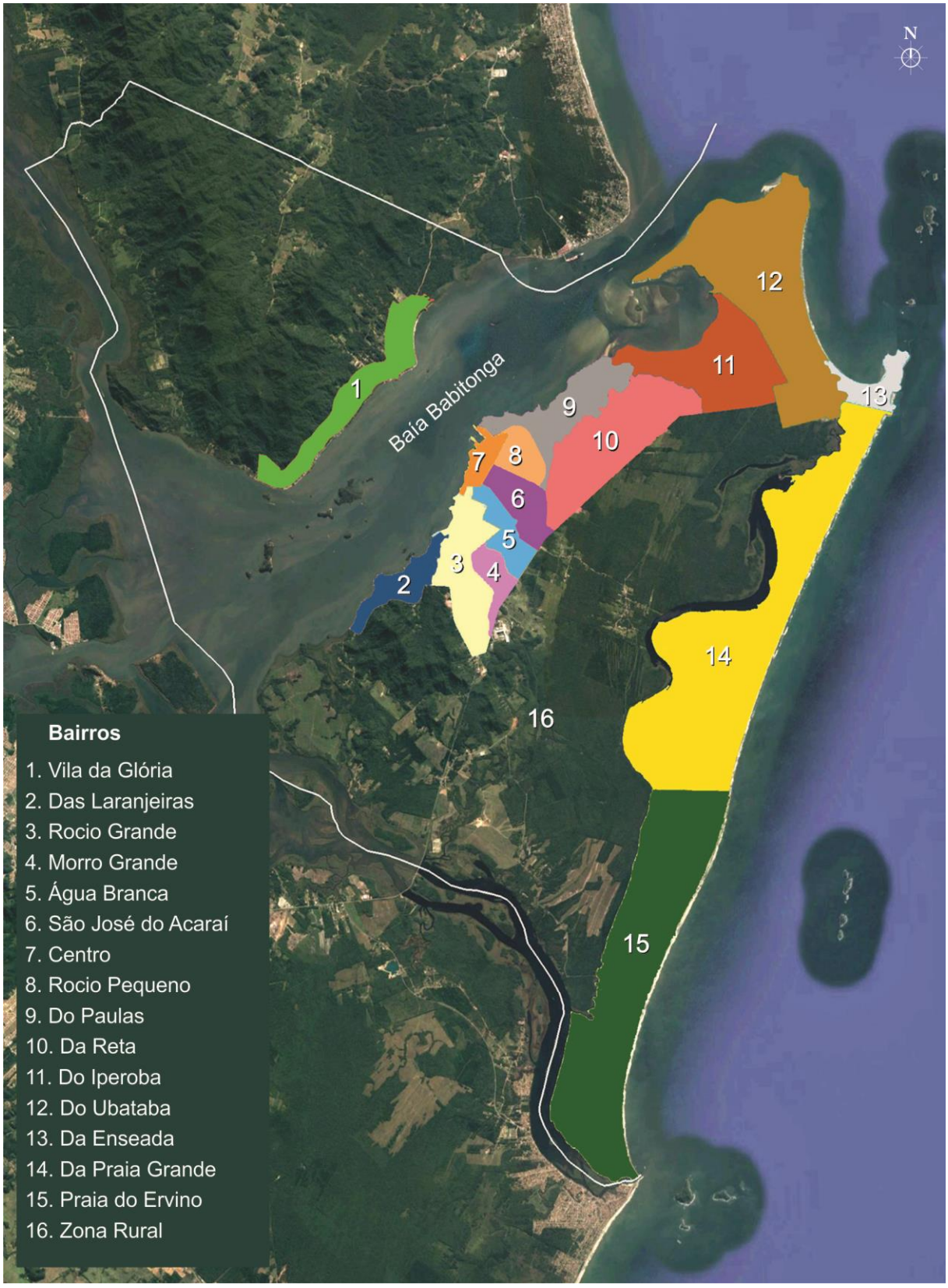
Essa também seria a percepção dos moradores do bairro Praia do Ervino (Mapa 7), distante cerca de 25 quilômetros do núcleo central. O local, atualmente, vem passando por

obras de infraestrutura – calçamento das ruas e abastecimento de água – que vem provocando um adensamento gradativo da área. Até há pouco tempo a área era mais utilizada para veraneio, atualmente, apesar da atividade ainda ser bastante comum, o número de moradores fixos vem aumentando. O Ervino não apresenta uma grande diversidade de usos, dependendo muito da área central do município, diferente dos bairros localizados ao norte da ilha.

Isto posto, é necessário que essa problemática de como a área central de São Francisco do Sul é percebida pelos moradores dos bairros mais distantes seja entendida ao tratar do Centro Histórico e Paisagístico. Isso permitirá a compreensão de questões relacionadas a apropriação do sítio histórico pelos francisquenses e suas relações identitárias com o mesmo.

Os outros bairros do município apresentam situação semelhante. Normalmente voltados para a atividade residencial, esses bairros dependem muito da área central do município e seus moradores normalmente necessitam se deslocar tanto para trabalhar como para o atendimento de suas necessidades básicas.

Mapa 7 - Identificação dos bairros da cidade de São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de Google Earth, 2016.



Seguindo com o entendimento das dinâmicas territoriais de São Francisco do Sul, no Mapa 8 identificamos o Centro Histórico e Paisagístico, a área portuária, bem como as principais praias da cidade, responsáveis por atrair grande número de turistas nos meses de verão. Acredita-se que os locais identificados possuem ampla participação e papel de grande relevância nas dinâmicas citadinas.

Como visto anteriormente, os bairros do Ubatuba e da Enseada destacam-se no território francisquense por configurar uma área de ocupação e adensamento bastante expressiva em São Francisco do Sul e por apresentar uma diversidade de usos que atende satisfatoriamente sua população. Essas características fazem com que a maioria das praias localizadas na região sejam as mais procuradas pelos turistas que visitam a cidade. As praias de Itaguaçu, do Ubatuba, da Enseada e da Prainha destacam-se pela grande movimentação de turistas nos meses de verão e pela maior infraestrutura para atendê-los.

No bairro do Ubatuba localizam-se, ainda, a praia do Capri, distante cerca de 28 quilômetros da área central do município, atendendo, principalmente, os moradores da área, e a praia do Forte, localizada cerca de 20 quilômetros da área central, caracterizada por ser uma das praias com menor movimentação de pessoas e menor infraestrutura para atende-las.

A praia do Ervino, localizada ao sul da ilha, no bairro de mesmo nome, é outra praia bastante utilizada para veraneio, mas também pelos moradores, que vem se intensificando nos últimos anos. Diferentemente das praias localizadas ao norte da ilha, que apresentam maior movimentação de pessoas, a praia do Ervino é procurada por pessoas que buscam maior tranquilidade e um ambiente propício para o descanso.

Ao lado da praia do Ervino, localiza-se a praia Grande, praia com maior extensão da cidade, mas pouco utilizada pelas pessoas e sem nenhuma infraestrutura para atendê-las. Ainda, destacam-se as praias do Paulas e da Vila da Glória, por atenderem principalmente a população de seus bairros, sendo bastante utilizadas pelos pescadores locais. A praia do Paulas é, ainda, a praia com condições propícias para banho mais próxima à área central de São Francisco do Sul, sendo também utilizada por seus moradores.

Mapa 8 - Localização do Centro Histórico e Paisagístico, área portuária e principais praias de São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de Google Earth, 2015.



Além das praias, é possível destacar no Mapa 8 a área correspondente ao centro histórico, O local apresenta uma configuração geográfica bastante peculiar que influência nas dinâmicas territoriais da área. Cercado por morros e pela Baía Babitonga o conjunto tombado somente é acessado circundando os morros ou através da confluência entre esses, o que leva a uma dificuldade de mobilidade entre o conjunto e o restante da urbe, perpassando uma sensação de isolamento. Somado a isso temos a via férrea que adentra o meio urbano de São Francisco, passando aos pés do morro que circundam o conjunto e indo até a área portuária (Figura 23). Diante disso, em muitos horários do dia o trânsito de automóveis e de pedestres fica interrompido para a passagem do trem que leva e traz a produção graneleira ao porto, entre 5 e até 45 minutos, devido a necessidade de manobras da locomotiva para acesso ao porto, ficando o centro histórico e a área portuária isolados do restante da cidade nos referidos períodos. Essa dificuldade de mobilidade, em função dos aspectos geográficos e da ferrovia, corrobora com dinâmicas desfavoráveis à preservação do conjunto tombado e necessita ser incorporada às discussões e reflexões acerca da área.

Além disso, destaca-se no Mapa 8 a área portuária, localizada na adjacência do Centro Histórico e Paisagístico e que interfere de forma mais direta na preservação e nas dinâmicas inerentes ao conjunto tombado. O porto de São Francisco do Sul figura entre os maiores do país, representando cerca de 70 a 80% da economia municipal (SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 218). Diante de sua expressividade, o porto, que ocupa uma área, se não maior, equivalente ao Centro Histórico e Paisagístico, encontra-se limitado pela área tombada, pela Baía Babitonga e pelos morros Bela Vista, dos Ingleses e do Pão de Açúcar, como mostra a Figura 23.

Diante da área delimitada e na busca da expansão de suas atividades, o porto pressiona o sítio tombado, e suas estruturas muitas vezes ultrapassam a altura dos imóveis históricos, e mesmo aqueles que se destacam na paisagem – como a Igreja Matriz – parecem insignificantes diante dos silos ou guindastes em operação. No caminhar pelas ruas do conjunto é possível visualizar ao longe os equipamentos portuários e na vista a partir da Baía Babitonga se percebe a relação da área portuária com o centro histórico e os morros ao fundo, onde vemos que na relação de escala o porto se sobressaí do conjunto histórico, e alguns de seus elementos ultrapassam a altura dos morros (Figura 24).



Figura 23 – Centro Histórico e Paisagístico e área portuária de São Francisco do Sul.
Fonte: adaptado de Google Earth, 2015.

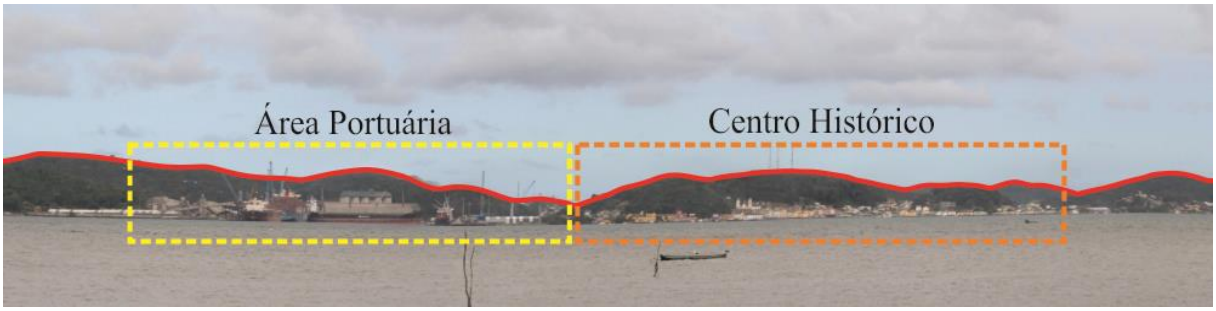


Figura 24 - Vista a partir da Baía Babitonga mostrando a relação do porto com o centro histórico.
Fonte: adaptado de acervo ETEC SFS IPHAN, 2015.

Além da área portuária já consolidada, novos terminais vêm sendo construídos na cidade (Mapa 9). Adjacente ao porto já consolidado será construído o terminal marítimo da Terminal de Granéis de Santa Catarina S.A. - TGSC, que expandirá a área portuária em direção ao norte da ilha, provocando a derrubada de parte do Morro da Bela Vista. A paisagem acima apresentada sofrerá modificações, a área portuária em crescimento sobressairá ainda mais em relação ao conjunto tombado. Além do referido terminal mais três investimentos serão realizados junto a Baía Babitonga, na porção sul da ilha. O Terminal Graneleiro da Babitonga - TGB e o Terminal Marítimo Mar Azul serão destinados

respectivamente a atender à demanda de exportação de açúcar e grãos, e o transporte de bobinas de aço. Já o Estaleiro CMO, que será construído no encontro da Baía com o canal do Linguado, será destinado à construção e montagem de módulos de plataformas de exploração de petróleo (WANZUITA; MACHADO, 2015).

Mapa 9 - Localização dos novos terminais portuários de São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de Google Earth, 2016.



Além da interferência visual que exerce sobre o conjunto tombado, a implantação de novos terminais portuários adentrando ainda mais a Baía Babitonga vem suscitando discussões, uma vez que a Baía representa um ecossistema riquíssimo, frequentada por toninhas - espécie de golfinho ameaçado de extinção -, por uma diversidade de aves e espécies marinhas, além de ser sustento para diversos pescadores artesanais.

Assim, precisamos levar em conta que a atividade portuária é uma das referências culturais francisquenses e sempre esteve presente na vida dessa população, como visto no capítulo anterior. Mas essa relação não se deu somente a partir da atividade portuária, mas também através da pesca e da coleta de mariscos, que acontecem na Baía Babitonga e no seu

entorno, e de onde muitos francisquenses tiram seu sustento. Esses fazeres tradicionais que acontecem junto ao mar são também considerados referências culturais, mas acabam sendo deixados em segundo plano nas ações patrimoniais desenvolvidas pelas instituições, perante a maior atenção dada a materialidade do patrimônio (CARVALHO, A., 2016). Diante disso, ressalta-se que discussões precisam ser realizadas de forma que as diversas atividades possam continuar acontecendo de forma equilibrada e em harmonia, preservando tanto as riquezas naturais, como o amplo patrimônio cultural da região.

Dando prosseguimento a análise, percebe-se que nos últimos anos São Francisco do Sul apresentou um crescimento populacional significativo relacionado em grande parte à atividade portuária e à implantação de grandes empresas na municipalidade. A empresa ArcelorMittal VEGA é um exemplo, operando desde 2003 na cidade, é uma das mais modernas unidades de transformação de aços planos do mundo, destinados, principalmente, às indústrias de automóveis e eletrodomésticos, gerando cerca de 900 empregos. A empresa instalou-se na cidade devido à proximidade das principais montadoras de automóveis do sul do país e do porto, que auxilia na exportação de sua produção[15]. Além dessa, podemos citar empresas como a Litoral Solução em Comércio Exterior Ltda., Rocha Terminais Portuários e Logística S.A., Full Port Operação Portuária e Armazenagem Ltda., Master Operações Portuárias Ltda., que se destacam no ramo de operações portuárias.

A análise do número de habitantes de São Francisco do Sul demonstra um crescimento de cerca de 10% na década de 1990, mas avaliando os dados relativos ao período do ano 2000 ao ano de 2015 percebe-se um aumento de cerca de 50% na população total do município, como mostrado no Gráfico 1.

[15] Disponível em: <http://vega.arcelormittal.com>.

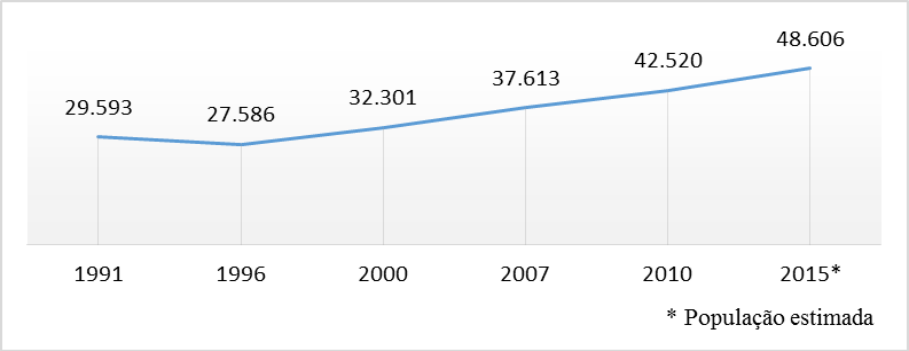


Gráfico 1 - População total de São Francisco do Sul no período de 1991 a 2015.
Fonte, IBGE, 2014.

Diante do expressivo crescimento populacional é preciso verificar em que áreas da cidade esses novos habitantes foram residir. Para tanto, a partir dos dados dos Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010 (IBGE, 2016), analisamos os números separados por bairros. Ressalta-se que os Censos apresentam somente os dados relativos aos setores censitários, e, na maioria das vezes, para se obter o valor de cada bairro é preciso agrupar determinados setores. É o caso do bairro Centro, que é composto por três setores censitários, mas nenhum deles corresponde à área do Centro Histórico e Paisagístico. Assim, o Gráfico 2 apresenta a composição da população por bairro nos Censos dos anos 2000 e 2010 e a Tabela 2 as taxas de acréscimo ou decréscimo da população por bairro no período de análise.

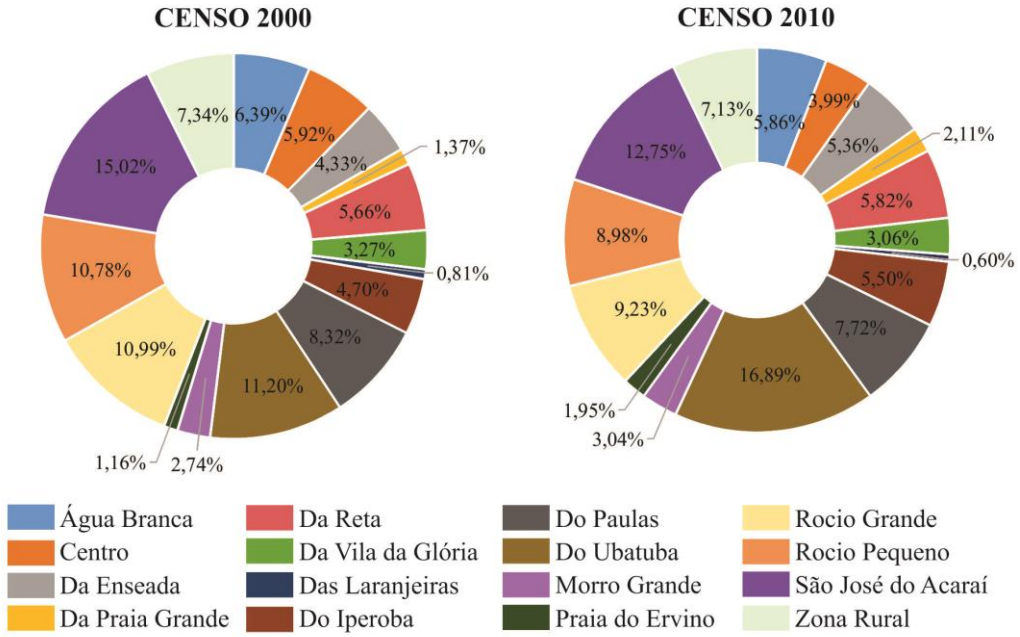


Gráfico 2 - Composição da população de São Francisco do Sul por bairro nos Censos de 2000 e 2010.
Fonte: IBGE, 2016.

Tabela 2 - Taxas de acréscimo ou decréscimo de população por bairro no período de 2000 a 2010. Fonte: IBGE, 2016.

Bairros	Taxas de acréscimo ou decréscimo de população entre os Censos de 2000 e 2010	
	População	Porcentagem (%)
Água Branca	+ 427	+ 20,70%
Centro	- 217	- 11,34%
Da Enseada	+ 882	+ 63,05%
Da Praia Grande	+ 457	+ 103,39%
Da Reta	+ 647	+ 35,39%
Das Laranjeiras	- 6	- 2,29%
Do Iperoba	+ 821	+ 54,12%
Do Paulas	+ 597	+ 22,23%
Do Ubatuba	+ 3.563	+ 98,45%
Morro Grande	+ 406	+ 45,82%
Praia do Ervino	+ 455	+ 121,33%
Rocio Grande	+ 374	+ 10,54%
Rocio Pequeno	+ 337	+ 9,68%
São José do Acaraí	+ 569	+ 11,72%
Vila da Glória	+ 248	+ 23,51%
Zona Rural	+ 659	+ 27,79%

A partir dos dados analisados foi possível perceber que a grande maioria dos bairros de São Francisco do Sul - como os bairros da Enseada, do Iperoba, da Reta e do Ubatuba - apresentou crescimento populacional no período, sendo somente constatado decréscimo nos bairros das Laranjeiras e Centro. Nesse último os números são mais expressivos, representando uma diminuição de cerca de 11% no número de habitantes. O Centro que representava em torno de 6% da totalidade de habitantes do munícipio no censo do ano 2000, passou para 4% no censo de 2010.

Em contraponto aos bairros que apresentaram uma diminuição do número de habitantes, os bairros localizados ao norte da ilha tiveram um crescimento populacional bastante expressivo no período. O bairro do Ubatuba foi responsável por absorver cerca de 35% dos novos moradores da cidade, seguido pelos bairros da Enseada e do Iperoba que incorporaram cerca de 8% cada. Dos três bairros citados, dois abrigam as principais praias de

São Francisco do Sul, e o outro, bairro do Iperoba, é vizinho imediato do bairro do Ubatuba, estando muito próximo da zona costeira.

Se juntamente com os três últimos bairros citados incorporarmos os números relativos aos bairros da Praia Grande, do Ervino e da Vila da Glória - também áreas costeiras do munícipio e com praias propícias para banho, diferentemente dos bairros mais próximos ao Centro e à área portuária - constata-se que mais de 60% dos novos moradores da cidade, no período de 10 anos analisado, se concentraram nessas localidades.

Se considerarmos o contingente populacional flutuante que frequenta a cidade nos meses de verão, os números apresentados com certeza serão outros. De acordo com a Secretaria de Turismo e Lazer de São Francisco do Sul (2016) "todos os anos a população francisquense de aproximadamente 48 mil habitantes assiste este número triplicar durante a temporada de verão". Percebe-se que muitas pessoas, geralmente que moram nas cidades de Joinville e Curitiba, também possuem residência em São Francisco do Sul para passar uma temporada na época de verão ou finais de semana no restante do ano. A grande maioria tem imóvel na área das praias, mas também se observa, em número menor, algumas que tem residência no centro histórico para passar finais de semana.

Essa prática de manter uma segunda residência não se restringe somente a pessoas de outras cidades, também pode ser verificado que alguns francisquenses participam desse processo. Não é raro encontrar pessoas que mantém uma residência fixa no conjunto tombado, mas também possuem outra em alguma das praias de São Francisco para habitar durante os meses de verão, deixando aquela do centro histórico fechada no período.

Após a compreensão dos principais bairros e das dinâmicas territoriais da cidade, se faz necessário o entendimento da relação estabelecida com outros municípios que acabam por influenciar essas dinâmicas. Dessa forma, a análise parte da relação sempre presente na vida dos francisquenses com a vizinha Joinville. Localizada a apenas 40 quilômetros de distância, Joinville é a maior cidade do Estado de Santa Catarina – à frente até da capital Florianópolis -, e evidentemente sempre ofereceu uma diversidade de atividades comerciais e de serviço muito maior que São Francisco do Sul, que é uma cidade de porte muito menor[16]. Essa forte relação é bastante percebida no convívio com o povo francisquense, que vai em busca de um médico, de uma roupa diferenciada, de melhores preços nas grandes redes de supermercado,

[16] Estima-se que São Francisco do Sul esteja com uma população de pouco mais de 48 mil habitantes, enquanto Joinville já apresenta cerca de 570 mil habitantes. Cf. IBGE, 2016.

de outras oportunidades de emprego na cidade vizinha e em tantos outros aspectos que vão sendo percebidos com o contato diário com a população.

Mesmo com essa forte relação que os moradores de São Francisco mantêm com Joinville, a forma de acesso entre as cidades é um fator limitador. O trajeto entre as duas cidades é ofertado pela única empresa de transporte coletivo urbano de São Francisco, que sai das cidades com intervalos aproximados de duas horas, além de veículos automotivos particulares. A forma de transporte oferecida é bastante precária e conta com um longo tempo de viagem considerada a distância entre as cidades, fator que possivelmente diminui o fluxo de pessoas nos dois sentidos, dificultando até mesmo a vinda para São Francisco de turistas que se encontram em Joinville e não possuem meio de transporte próprio[17].

Além da proximidade de Joinville, a cidade de São Francisco do Sul encontra-se relativamente perto de duas capitais brasileiras: cerca de 190 quilômetros da capital de Santa Catarina, Florianópolis, e cerca de 180 quilômetros da capital do estado do Paraná, Curitiba. Apesar de sua quase equidistância entre as cidades, a relação da cidade de São Francisco com Curitiba é mais intensa do que com a própria capital do seu estado, e isso se percebe em conversas com os francisquenses e até mesmo ao analisarmos a oferta de ônibus interurbanos entre as cidades. Entre São Francisco e Curitiba há dois horários diários tanto de ida como de volta, já entre São Francisco e Florianópolis não há nenhuma linha de ônibus, sendo necessário ir até Joinville para então conseguir outro ônibus que faça a ligação com a capital catarinense.

Essa relação, possivelmente é reflexo de um momento anterior na cidade e de processos de apropriação do território. Segundo o diretor-presidente da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul (FUCISF), Aldair Nascimento Carvalho (2016), a cidade de São Francisco do Sul é fruto, principalmente, de dois movimentos distintos de ocupação: o primeiro corresponde ao processo de ocupação pelos vicentistas, que partem da Capitania de São Vicente, povoando regiões dos atuais estados de São Paulo e Paraná, e também a área do centro histórico de São Francisco; e o segundo movimento corresponde a um processo de ocupação pelos descendentes de açorianos, que partem da região de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) para ocupar o litoral catarinense. Diante disso, vemos que esses

[17] Cabe ressaltar que até o início do corrente ano o transporte marítimo era utilizado para a ligação entre as cidades. Sendo a Baía Babitonga facilmente navegável, o trajeto era percorrido em menos tempo se comparado ao realizado através do meio rodoviário, mas possivelmente diante de dificuldades na troca de modais na cidade de Joinville, de forma a se chegar até a área central do município, o meio de transporte marítimo não foi amplamente utilizado pela população francisquense, e acabou sendo extinto.

movimentos de ocupação e apropriação do território até hoje são percebidos, principalmente a partir das referências culturais francisquenses. Carvalho cita o exemplo do 'Boi de Mamão', que é uma manifestação cultural que não é originária de São Francisco do Sul, mas está na cidade mais por um processo de territorialidade, pois representa o povo açoriano. Da mesma forma, a linha de ônibus entre São Francisco e Curitiba parece estar associada a outro processo de territorialidade. Para Aldair Carvalho (2016), isso "[...] parece ser a materialização de dizer: 'Nós reconhecemos como capital Curitiba e não Florianópolis', numa resistência política".

Dando prosseguimento ao estudo, a partir das relações que São Francisco do Sul estabelece com as cidades vizinhas, acredita-se ser necessário tratar da problemática inerente à mobilidade, já que isso influência nas dinâmicas territoriais de toda a cidade.

Acessos difíceis, gargalos, grande demanda de tráfego, e formas de ingressar na ilha e meios de transportes alternativos poucos explorados, são formas de descrever essa problemática na cidade. Por via terrestre a única ligação entre a ilha e o continente se dá pela BR 280, que liga a cidade à Jaraguá do Sul, e intersecta a BR 101 em Joinville. A via é de extrema importância para o escoamento da produção agrícola e demais produtos até o porto de São Francisco do Sul, motivo pelo qual essa estrada termina na entrada do porto, como demonstrado no Mapa 10.

O trecho da BR 280 entre São Francisco e Joinville, conta somente com uma pista simples e o trânsito é interrompido algumas vezes pela via férrea que cruza a estrada. Apresenta, ainda, alto tráfego de caminhões advindos do porto, dos ônibus e automóveis que trazem os turistas nos meses de verão buscando as praias da cidade, além de grande número de francisquenses que se deslocam diariamente até a cidade de Joinville. Provavelmente por esses motivos, encontra-se em estado crítico, o que provoca inúmeros congestionamentos durante o ano todo e diversos acidentes de trânsito. Com a construção de novos terminais portuários em São Francisco do Sul nos próximos anos, a situação deve se agravar ainda mais. Dessa forma, o principal acesso e único terrestre da cidade é um elemento que não facilita o acesso à cidade, ao contrário, muitas pessoas que gostariam de ir a São Francisco do Sul hesitam em utilizar uma estrada perigosa e que apresenta um trânsito extremamente lento.

De acordo com reportagem veiculada no site do Diário Catarinense há oito anos foi anunciada a duplicação da BR 280 no trecho entre o porto de São Francisco do Sul e a cidade de Jaraguá do Sul. As obras nas proximidades de Jaraguá começaram em meados de 2014,

mas existe a possibilidade de serem interrompidas por falta de repasse de verbas do governo federal. No trecho entre a BR 101 e São Francisco do Sul as obras ainda não foram iniciadas e não há previsão para que a tão esperada duplicação aconteça (BALBINOTTI, 2016).

Outra forma de acesso à cidade é feito por meio da ferrovia, que margeia a BR 280 até a entrada da cidade, quando se embrenha pelo núcleo urbano, provocando uma série de interrupções que dificultam a mobilidade da população em diversos horários do dia. Não sendo explorada para o transporte de passageiros, é utilizada somente para o escoamento de cargas advindas do porto, diminuindo consideravelmente o número de caminhões que circulariam pela BR caso o referido meio não fosse utilizado.

Outro acesso à ilha é feito através da balsa que saí da Vila da Glória, na porção continental da cidade. A partir desse local se tem acesso por via terrestre aos municípios vizinhos de Itapoá, Garuva e Joinville, sendo o acesso a esse último feito por uma segunda balsa. A partir do centro histórico também ocorre a ligação com a Vila da Glória, através de um barco destinado somente a passageiros. Essa transposição da Baía é de extrema importância, já que muitos moradores da Vila trabalham diariamente na área central do município e dependem do comércio e dos serviços que são oferecidos somente na porção insular de São Francisco do Sul como, por exemplo os serviços hospitalares.

A partir do exposto, percebe-se que os acessos a São Francisco do Sul são poucos e apresentam deficiências, não atendendo a demanda que o município exige. Nesse sentido, observamos que o maior recurso natural que a cidade tem a sua disposição, a Baía Babitonga, é pouquíssimo explorado. Existem diversas cidades no mundo que utilizam meios de transporte náuticos integrados a outras formas de transporte que possibilitam uma melhor mobilidade urbana, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida para seus habitantes. Quem sabe no futuro a população de São Francisco do Sul possa utilizar, de forma mais intensa, a Baía Babitonga trazendo maior qualidade de vida para seus habitantes e traçando novos rumos ambientalmente sustentáveis?

Mapa 10 - Principais vias de circulação de São Francisco do Sul. Fonte: adaptado de Google Earth, 2015.



Outro ponto que merece destaque em nossa análise das dinâmicas territoriais da cidade diz respeito ao incentivo a uma nova centralidade[18] municipal na porção posterior dos morros da Caixa D'água e do Rádio (Figura 25), situação que vem interferindo de forma mais direta na preservação e nas dinâmicas do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.

Sendo assim, a nova centralidade, configurada nas imediações da Rua Barão do Rio Branco, concentra uma gama de espaços voltados ao comércio varejista e à prestação de serviços. As grandes redes de comércio varejista, assim como o maior supermercado da cidade, têm suas lojas localizadas na extensão da referida rua.

Também se verifica nesse espaço a concentração de algumas secretarias da Prefeitura Municipal. Fruto de decisão recente do poder público municipal, no ano de 2012, algumas secretárias e departamentos foram transferidos do centro histórico para uma nova edificação na rua Barão do Rio Branco, chamada de Centro Integrado Municipal - Multiuso. Segundo o prefeito da cidade, Luiz Zera:

> O Multiuso surgiu a partir de uma ideia nossa de concentrar todas as secretarias fins para o munícipe. O que que acontecia antes e acontece na maioria das cidades da região? As secretarias estão espalhadas. Você vem lá do seu bairro de manhã cedo, muitas vezes com dificuldade, fazer ou retirar uma guia ou uma certidão, acaba errando a secretaria, daí parte pra outra mais distante ainda, enfim, anda em círculo o dia todo e infelizmente, muitas vezes, salvo o melhor juízo, acaba retornando pra casa de mãos vazias[19].

O local reúne as secretarias de Agricultura e Pesca; Educação; Habitação e Assuntos Fundiários; Infraestrutura, Urbanismo e Integração; e Meio Ambiente, além de departamentos como o de Protocolos, de Tributação, Junta Militar, Sine e Procon. Percebe-se que as referidas secretarias e departamentos são as que provocam maior movimentação de pessoas na área, dessa forma, sua retirada do conjunto tombado se torna bastante questionável, diante do papel da área enquanto centralidade municipal. Inclusive, a saída dessas secretarias do centro histórico é tratada por alguns moradores e trabalhadores locais, nas entrevistas realizadas para essa pesquisa (como será visto mais adiante), como um prejuízo para a vitalidade do conjunto tombado. Posteriormente, o tema será novamente abordado a partir da análise mais aprofundada dos usos e atividades consideradas estratégicas para o centro histórico, elencando

[18] O entendimento de centralidade parte da conceituação de Vargas e Castilho como "o lugar mais dinâmico da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias". Cf. VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 1.

[19] Depoimento fornecido pelo prefeito de São Francisco do Sul, Luiz Zera, para o vídeo "Centro Integrado Multiuso" da TV Prefeitura de São Francisco do Sul, 10 maio 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gJg8x42SFIc>. Acesso em: 16 ago. 2016.

aquelas que também estão incluídas nesse processo de saída do conjunto para se instalarem na nova centralidade municipal.



Figura 25 - Relação do conjunto tombado com a nova centralidade.
Fonte: adaptado de Google Earth, 2015.

Nessa nova centralidade municipal, também, foi construído o shopping da cidade, que inicialmente possuía um grande número de lojas, uma praça de alimentação e um cinema, mas com o decorrer dos anos o cinema fechou, a praça de alimentação foi transformada em um único restaurante e muitas lojas estão sendo fechadas. Diante disso, acredito que a construção desse equipamento, algo até então inédito na cidade, pode ser um dos fatores que influenciou a implantação de outros estabelecimentos nas proximidades, motivando inclusive a saída de alguns estabelecimentos comerciais do centro histórico.

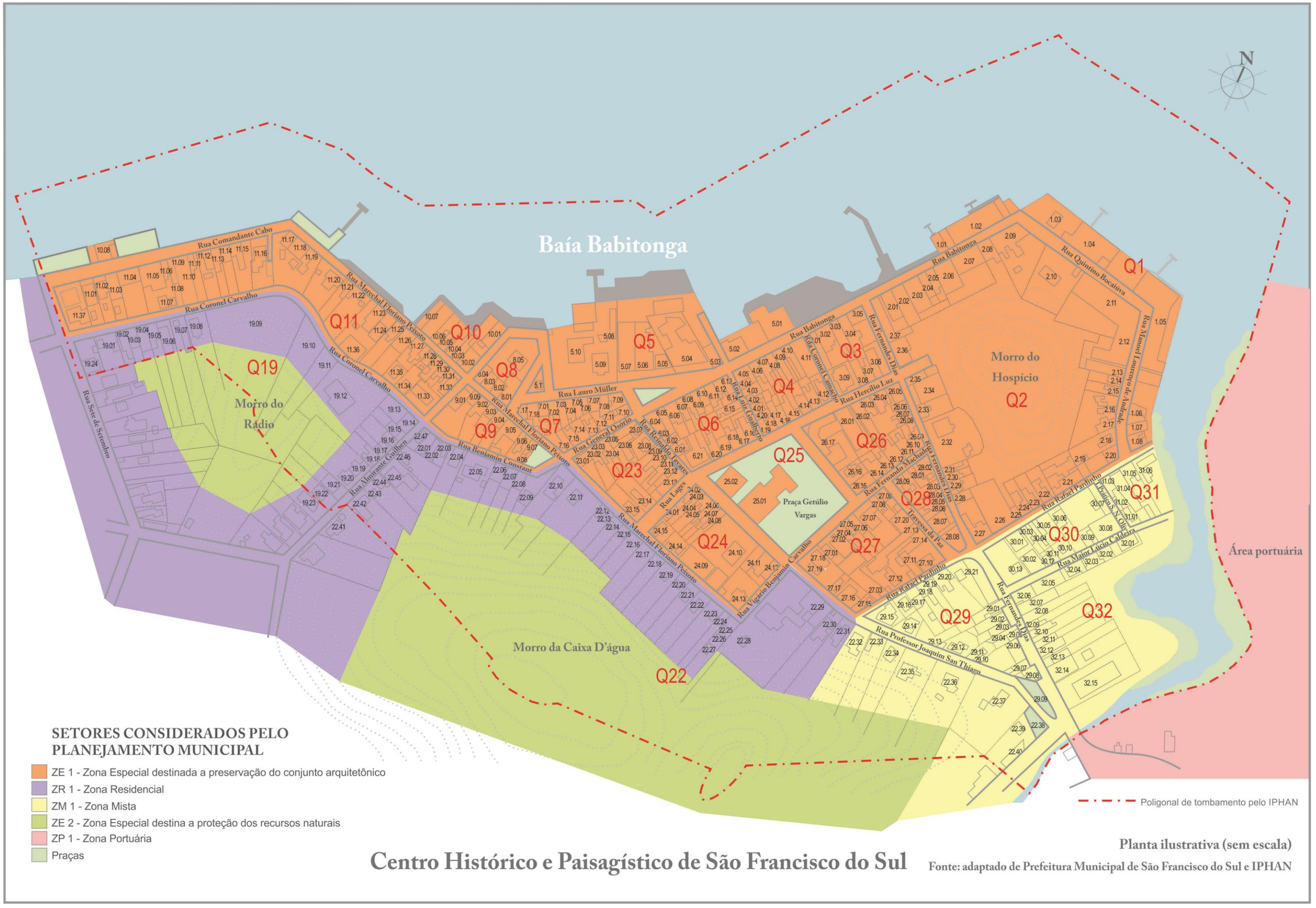
Junto a isso, a área considerada como nova centralidade está inserida numa zona mista e numa zona residencial (zona mista 2 e zona residencial 2), segundo a Lei de Zoneamento[20] do município, que permitem a construção de edificações com maior número de pavimentos e lotes com maiores dimensões, se comparados às zonas em que o centro histórico está inserido

[20] Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-sao-francisco-do-sul-sc>. Acesso em: 16 ago. 2016.

- zona especial 1 destinada a preservação do conjunto arquitetônico, zona residencial 1, zona mista 1 e zona especial 2 destinada a proteção dos recursos naturais (Mapa 11)[21]. As zonas onde a nova centralidade está inserida possibilitam, ainda, a instalação de alguns usos que são vetados no centro histórico, como edificações multifamiliares e supermercados, enquanto no centro histórico são permitidas somente mercearias e armazéns. Vemos assim que a facilidade de implantação de novas construções, com possibilidade para ampliações, a maior facilidade de circulação de veículos e de estacionamento, podem ser fatores que vem motivando a consolidação desse local como centralidade municipal e, consequentemente, provocando uma mudança nas dinâmicas dessa área.

[21] Na nova centralidade são permitidas edificações de até 10 pavimentos (térreo com pilotis mais 9 pavimentos) mais subsolo para garagens, com índice de aproveitamento de até 2,5 e lotes com área mínima de 250 a 800 m². Já no centro histórico a altura máxima das edificações permitidas é de dois pavimentos (térreo mais 1 pavimento), com índice de aproveitamento máximo de até 1,5 e lotes com área mínima de 250 m². Ressalta-se que a altura máxima dos anexos das edificações tombadas no centro histórico pode exceder o número máximo de pavimentos estipulado pela lei, desde que respeitando nos pavimentos um pé-direito de 2,70 metros. O número máximo de pavimentos e a altura permitida ficará de acordo com decisão privativa do IPHAN no momento da análise da proposta (para maiores informações consultar o quadro de parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo no Anexo A).

Mapa 11 - Setores considerados pelo planejamneto municipal no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.



2.2 Os usos do Centro Histórico e Paisagístico

Diante das dinâmicas territoriais percebidas no município de São Francisco do Sul, muitas delas influenciando de forma negativa na preservação do Centro Histórico e Paisagístico da cidade, bem como nas funções vitais de uma área central, o presente item dará maior enfoque para o centro histórico. Dessa forma, se buscará compreender os usos das edificações localizadas no conjunto tombado, destacando atividades consideradas fundamentais para a manutenção de sua vitalidade, bem como a relação do uso com a conservação dos imóveis. Para tanto, foram realizados estudos que buscaram analisar a situação atual do sítio a partir dos aspectos destacados[22]. Dessa forma, a análise se sucedeu partindo de levantamentos *in loco* das 388 edificações que compõem o conjunto tombado, identificando os pontos em estudo, que posteriormente foram assinalados em mapas e organizados em tabelas, possibilitando análises visuais e quantitativas.

Isto posto, a partir da análise realizada, apresentamos um panorama dos usos que são desenvolvidos no Centro Histórico e Paisagístico[23] (Mapa 14). Ressalta-se que edificações de fundo de lote que não puderam ser visitadas não foram consideradas nesse estudo, sendo destacadas no mapa como "edificações não classificadas".

Com base nesses dados, pode-se perceber que nas proximidades dos morros da Rádio e da Caixa d'água há o predomínio da atividade residencial, com grande parte das edificações localizadas em área de encosta. Isso vai ao encontro do zoneamento do município de São Francisco do Sul, instituído pela Lei nº 763/81, que define grande parte das áreas de pé de morro como uma zona residencial, como visto anteriormente.

Nas quadras com ocupação mais intensa, às margens da Baía Babitonga, quadras 03, 04 e 06 (Mapa 12), há um grande número de edificações com uso misto, sendo bastante frequente um dos usos ser o residencial. Essa tipologia configura a rua Babitonga como o principal eixo de atividades comerciais e de serviço do centro histórico (Figura 26).

---

[22] Os estudos realizados ao longo deste item resultaram no 2º Produto das Práticas Supervisionadas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

[23] Os usos estabelecidos no Centro Histórico e Paisagístico foram classificados a partir de cinco categorias: uso residencial, que é destinado à habitação; uso comercial, que concentra atividades destinadas a armazenagem e venda de mercadorias; uso de serviço, que concentra atividades que prestam serviços à população e de apoio às atividades comerciais e institucionais; uso institucional, que concentra atividades de educação, pesquisa e locais de reunião que desenvolvem atividades de cultura, religião, recreação e lazer; e uso misto, que compreende edificações que reúnem duas ou mais categorias de uso. Cf. UFV, 2016.

Mapa 12 - Localização das quadras 03, 04 e 06.

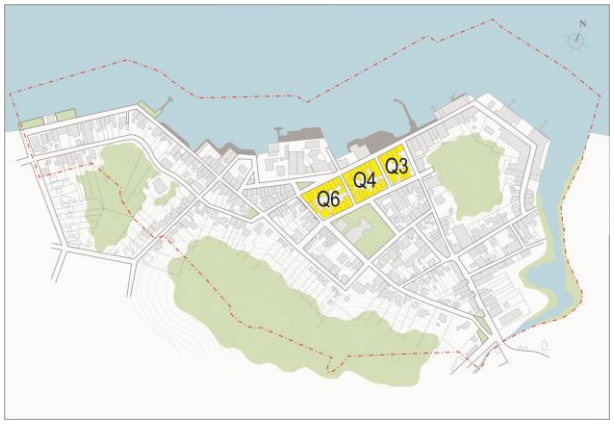




Figura 26 - Rua Babitonga.
Fonte: acervo do autor, 2015.

Chama a atenção a região mais próxima ao porto, correspondente às quadras 27 a 32 (Mapa 13), onde está concentrado o maior número de espaços sem uso, sendo essa área considerada como a mais degradada do Centro Histórico e Paisagístico (Figura 27). Além disso, face ao crescimento da atividade portuária uma gama de serviços a ela relacionados tem sido implantados na cidade – escritórios de serviços portuários e logísticos, agências marítimas, despachantes, entre outros –, com grande concentração no referido local. No restante do sítio as edificações sem uso estão mais dispersas, caracterizando pequenos pontos de degradação e abandono no conjunto.

Mapa 13 - Localização das quadras 27 a 32.

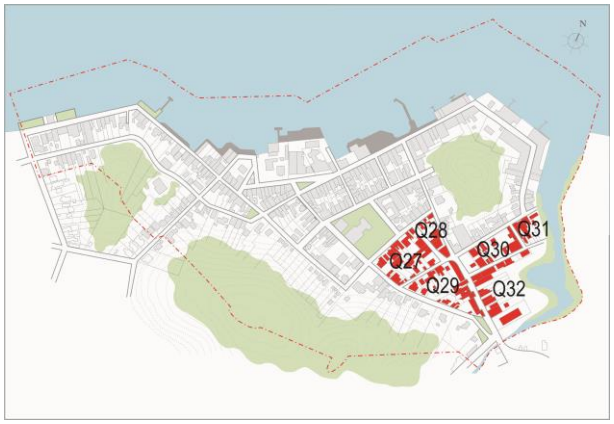
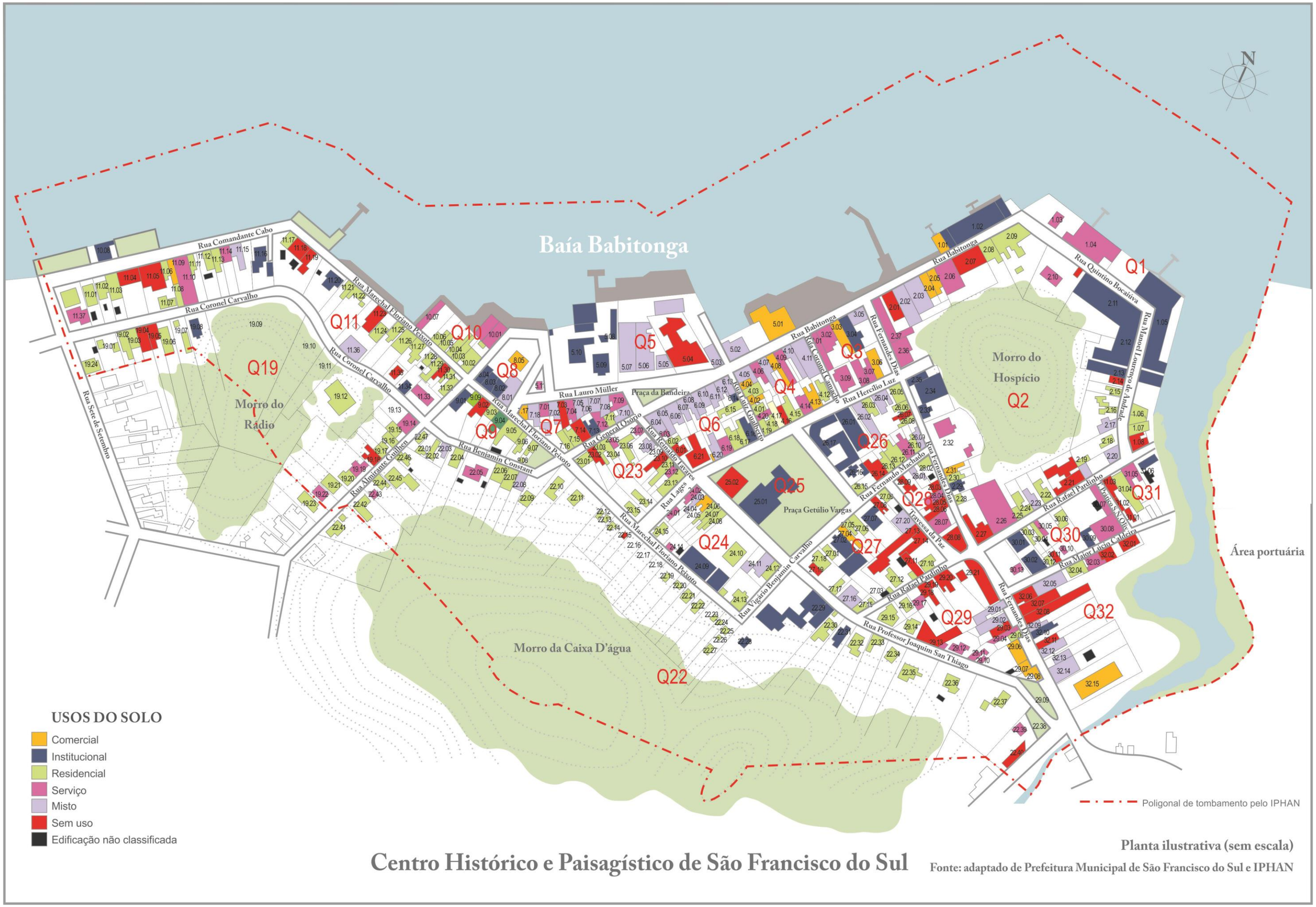




Figura 27 - Rua Fernandes Dias, imediações do porto.
Fonte: acervo do autor, 2015.

Mapa 14 - Usos do solo do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.



Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul

Planta ilustrativa (sem escala)

Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e IPHAN

A partir do Mapa 14, é possível quantificar os usos das edificações (Gráfico 3).

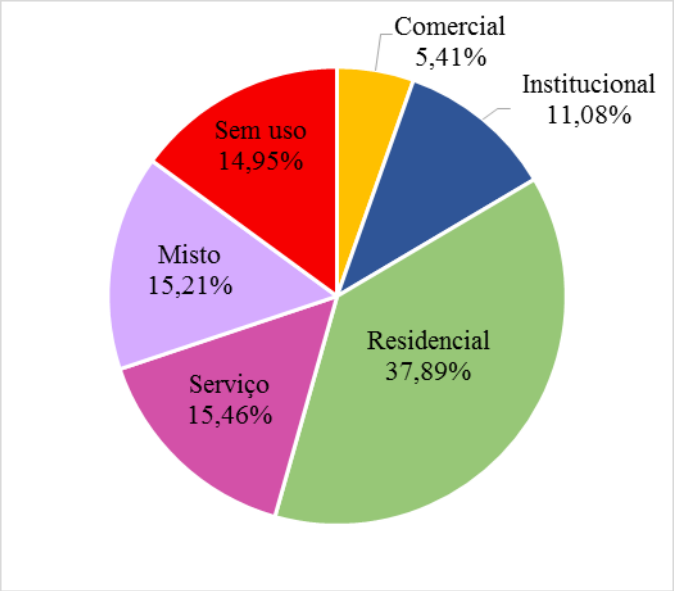


Gráfico 3 - Usos do solo do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.

Analisando os dados mesmo sem o detalhamento do uso misto que inclui como um dos usos o residencial, percebe-se que a atividade residencial predomina no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul: dos imóveis localizados na área, 37,89% possuem exclusivamente esse uso, porcentagem esta bastante próxima da soma das porcentagens dos imóveis de uso exclusivo de serviço e aqueles sem uso, considerando aqueles em estado de arruinamento, que estão à venda ou para alugar.

Percebe-se, ainda, que a porcentagem dos imóveis sem uso representa cerca do triplo da porcentagem dos imóveis destinados à atividade comercial. Essa atividade é considerada baixa quando analisamos os imóveis que possuem exclusivamente tal uso, somente cerca de 5% das edificações. Esses números parecem confirmar a tendência à consolidação de uma nova centralidade municipal, como foi identificado anteriormente.

Aprofundando a análise da situação da área detalhamos os usos mistos de forma a tornar as relações entre eles mais clara e precisa. Assim, no Mapa 15, além de apresentar as informações sobre os imóveis com usos exclusivamente comerciais, residenciais, institucionais, de serviço e aqueles sem uso, são identificados os seguintes: comercial + institucional, comercial + serviço, comercial + sem uso, comercial + residencial, residencial + serviço, residencial + sem uso.

Isto posto, é possível verificarmos como os usos mistos são compostos no centro histórico (Gráfico 4). Assim, percebe-se que dos 59 imóveis que apresentam uso misto, em cerca de 73% um dos usos é o residencial (residencial + comercial, residencial + serviço, residencial + sem uso). Em cerca de 56% dos imóveis com uso misto um dos usos é de serviço (residencial + serviço, comercial + serviço) e em cerca de 54% um dos usos é comercial (comercial + institucional, comercial + serviço, comercial + sem uso, residencial + comercial). Ainda, em cerca de 12% um dos estabelecimentos do imóvel está à venda ou para alugar (residencial + sem uso, comercial + sem uso).

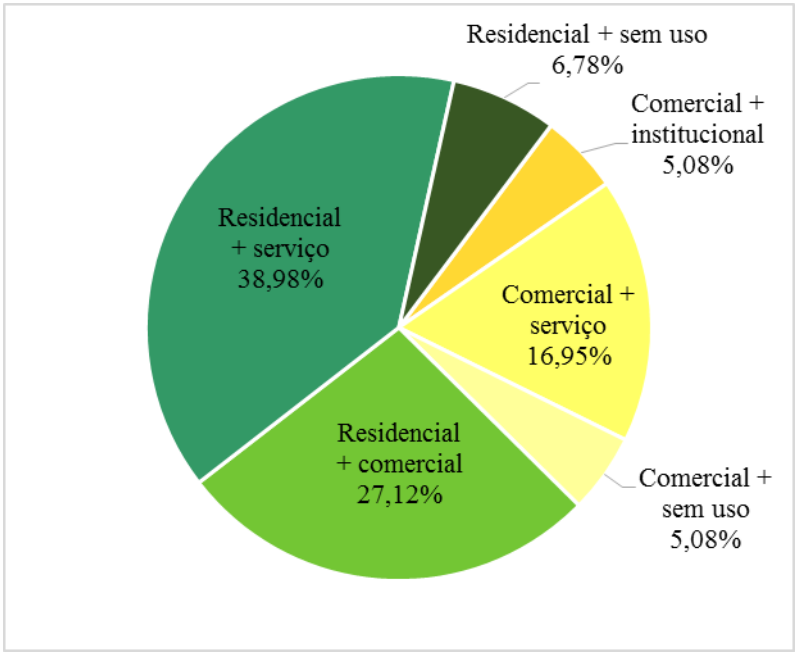


Gráfico 4 - Usos mistos no Centro Histórico e Paisagístico.

Após o detalhamento dos usos mistos e buscando o melhor entendimento da composição de usos do Centro Histórico e Paisagístico, será considerado nessa análise que cada imóvel que apresenta uso misto corresponde a dois estabelecimentos, de forma que o resultado final seja o mais claro possível. Assim, dos 388 imóveis considerados na análise, após a dissociação dos usos, obteve-se 447 estabelecimentos (329 imóveis com uso exclusivo e 59 imóveis com uso misto, que correspondem a 118 estabelecimentos). Sendo assim, como mostra o Gráfico 5, a atividade residencial predomina no centro histórico, correspondendo a 42,51% dos estabelecimentos, o que equivale a 190 moradias. Já as atividades de serviço correspondem a 93 estabelecimentos, número mais alto que as comerciais, em número de 53.

Número parecido é o do uso institucional, que conta com 46 estabelecimentos. Já o número de estabelecimentos sem uso chega a 65, ultrapassando o número de atividades comercias e institucionais na área. Ressalta-se que nessa análise os estabelecimentos sem uso incluem os locais em arruinamento, à venda e para alugar.

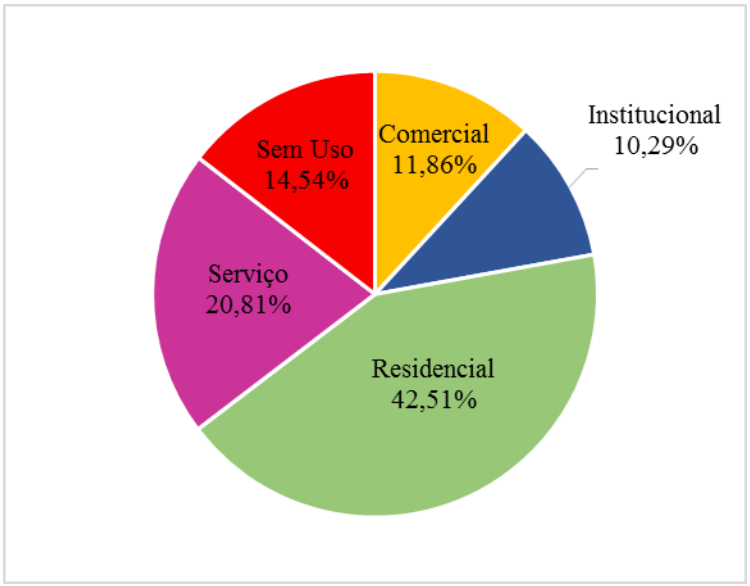
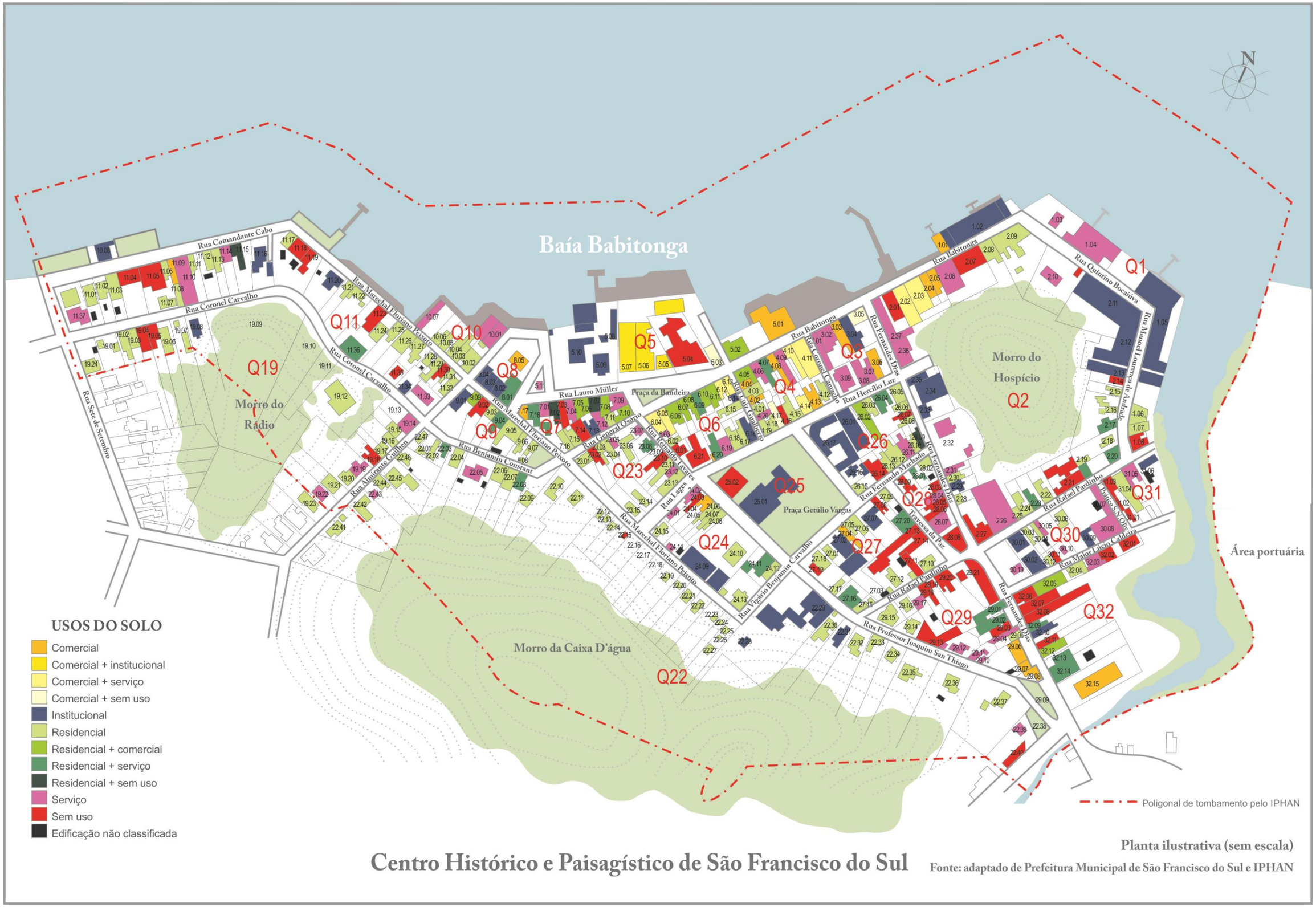


Gráfico 5 - Usos por estabelecimento no Centro Histórico e Paisagístico.

Mapa 15 - Detalhamento dos usos do solo do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.



Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul

Planta ilustrativa (sem escala)

Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e IPHAN

Seguindo com a análise, percebe-se que o elevado número de estabelecimentos de serviço se deve muitas vezes à atividade portuária, que ocorre próximo ao centro histórico. Dos 93 estabelecimentos de serviço cerca de 26% estão voltados à atividade portuária (Gráfico 6), como os escritórios de serviços portuários e logísticos, as agências marítimas e os despachantes. Número expressivo é o relativo aos escritórios voltados para o setor jurídico e de contabilidade, que somados representam cerca de 24% das atividades de serviço. Ressalta-se que apesar desses últimos escritórios não estarem diretamente relacionados ao porto, muitas vezes acabam prestando algum serviço para o mesmo, reforçando a relação dos usos do centro histórico com a atividade portuária.

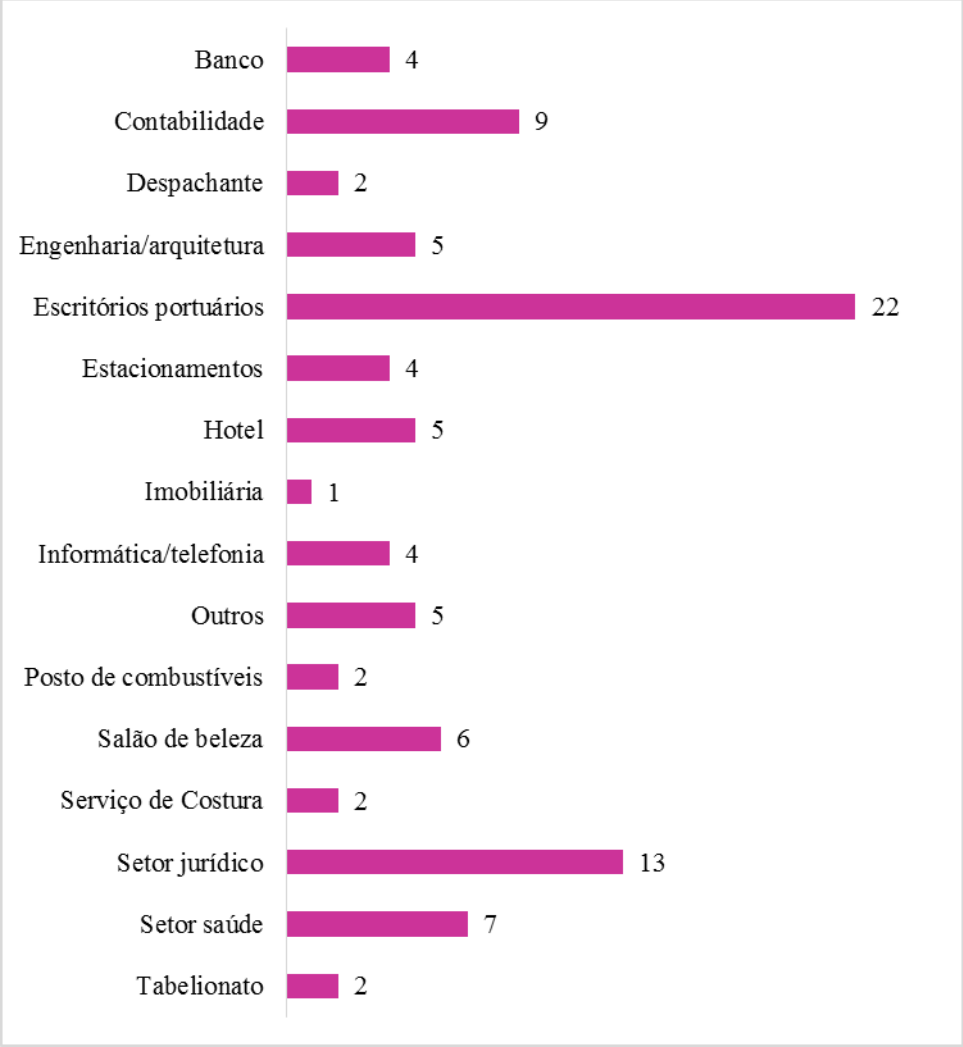


Gráfico 6 - Estabelecimentos de serviço no Centro Histórico e Paisagístico.

Diante das atividades comerciais é possível perceber no Gráfico 7 o predomínio de estabelecimentos voltados à gastronomia, como restaurantes, bares, padaria. A grande maioria atende o público que circula e trabalha na área no período de segunda a sexta-feira, fechando durante o final de semana. Verifica-se também que o conjunto tombado ainda possui um número considerável de lojas de roupas e calçados, que favorece a circulação da população local na área. Por outro lado percebe-se que com a saída de alguns equipamentos estratégicos da área, como o INSS, a Caixa Econômica Federal e os Correios, com o decorrer dos anos o número de estabelecimentos comerciais vem diminuindo, na busca de espaços com maior circulação de pessoas.

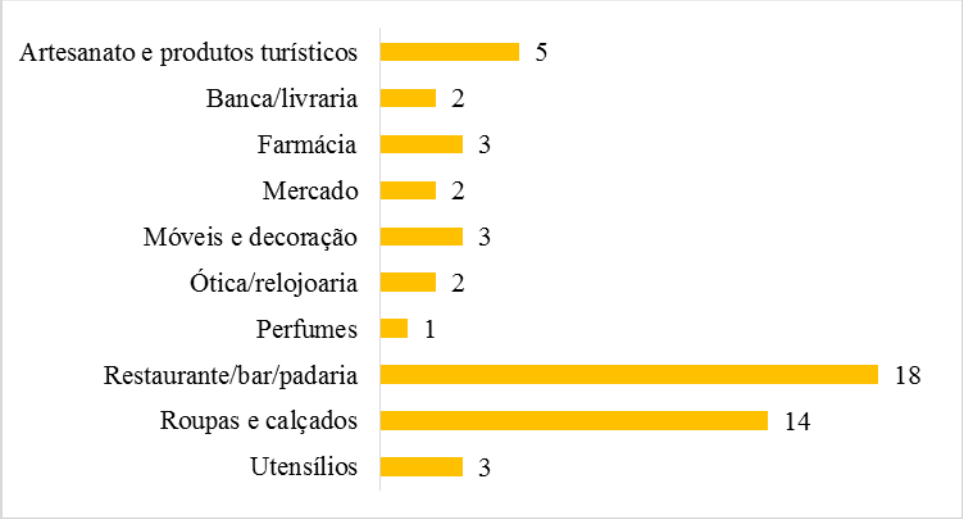


Gráfico 7 - Estabelecimentos comerciais no Centro Histórico e Paisagístico.

Quanto aos estabelecimentos institucionais, verifica-se o predomínio de espaços voltados a práticas religiosas, seguido pelos ambientes culturais, como teatro, museus, biblioteca, e logo após os espaços voltados à educação. Além desses os espaços administrativos tem grande representatividade diante do uso institucional. A Prefeitura Municipal da cidade está localizada no sítio histórico e algumas de suas secretarias ainda permanecem na área, como as de Comunicação Social, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Finanças, Turismo e Lazer e a Fundação Cultural, que não foram transferidas para a nova centralidade, conforme comentado anteriormente. Além desses usos, localizam-se na área estabelecimentos da administração federal, como a Receita Federal, a Capitania dos Portos, além Escritório Técnico do IPHAN.

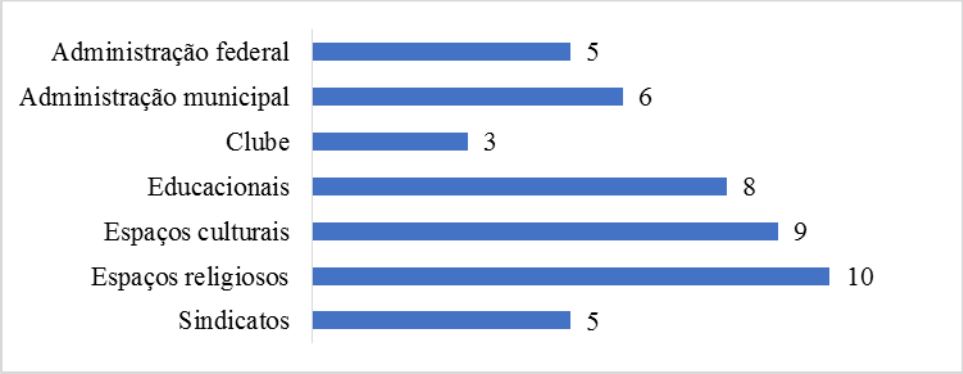


Gráfico 8 - Estabelecimentos institucionais no Centro Histórico e Paisagístico.

Diante do exposto, ressalta-se, como já comentado anteriormente, que o grande número de atividades de serviço voltadas ao porto, muitos imóveis estarem sem uso e um reduzido número de edificações apresentarem o uso comercial, acabam por não proporcionar uma maior circulação de pessoas no centro histórico, diminuindo sua vitalidade. Junto a isso, as facilidades de mobilidade e a diversidade de usos que a nova centralidade do município oferecem, acabam por atrair a população, gerando mudanças nas dinâmicas urbanas do sítio histórico.

Apesar da área ainda possuir um uso residencial bastante significativo, alguns dados são preocupantes. A área apresenta grande número de moradores idosos, que ao falecerem deixam seus imóveis para os herdeiros, que muitas vezes entram em disputas e brigas judiciais que resultam na não ocupação dos imóveis, impossibilitando sua venda ou locação por longo período, quando esses imóveis poderiam ser utilizados como habitação para as pessoas que vão morar na cidade.

Os novos moradores que chegam a São Francisco do Sul não encontram, nessa área, imóveis em condições de ser habitado e compatíveis com seus recursos financeiros. Muitos dos imóveis que se encontram desocupados estão em péssimo estado de conservação ou são destinados às atividades comerciais e de serviço, não possuindo a estrutura necessária para servirem de moradia. No olhar da ex-chefe do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul, Vanessa Pereira:

> A proximidade com o Porto e a necessidade da instalação de uma série de serviços de apoio a este, atuam diretamente sobre a regulação dos preços dos imóveis, que passam a ser alugados ou vendidos por valores impraticáveis para a moradia, mas bastante razoáveis para instalação de empresas. Como consequência deste processo, a proliferação de escritórios de agentes marítimos, despachantes, entre outros, reduz

> a diversidade de funções, contribuindo para a morte gradual dos usos corriqueiros e das relações interpessoais, principalmente fora dos horários comerciais (PEREIRA, 2006, p. 121).

Pude comprovar essa situação em minha chegada à cidade para cursar o Mestrado, ao procurar um imóvel no centro histórico para morar durante a realização do curso. Na ocasião, somente encontrei locais que não possuíam condições para moradia ou apresentavam alto valor de aluguel. Dessa forma, as opções seriam morar nas áreas das praias, distantes do centro histórico, ou na nova centralidade do município, opção escolhida pela proximidade do local de estudo e trabalho.

A partir da análise dos dados também podem ser destacadas as edificações que podem ser consideradas estratégicas para a vitalidade da área, por atraírem diferentes grupos populacionais para o centro histórico de São Francisco do Sul e por serem capazes de incentivar a instalação de outros estabelecimentos na área, buscando atender as pessoas atraídas por esses equipamentos estratégicos (Mapa 16). Também, foram incluídas na referida análise as edificações cujos usos, em algum momento, deixaram a área tombada, provocando uma considerável diminuição na circulação de pessoas pelo local.

Sendo assim, dentre os equipamentos que permanecem no centro histórico e auxiliam na atração de pessoas para a área tombada, destaco as agências bancárias (Banco do Brasil, Bradesco e Itaú) e alguns equipamentos públicos, como a Prefeitura Municipal – que apesar de ter transferido parte de suas secretarias para a nova centralidade, como explicitado anteriormente, ainda mantém sua sede no centro histórico - e o Terminal Marítimo de Passageiros, que abriga também a Secretaria de Turismo e a Fundação Cultural, além do Mercado Municipal, do Museu Nacional do Mar e do Cine Teatro. Também é preciso destacar o uso educacional (como o Colégio Francisquense) como forte atrativo da população jovem para a área.

Em contraponto ao apresentado, alguns usos de grande importância têm deixado a área para se instalar na nova área central do munícipio. Um dos principais exemplos é a Caixa Econômica Federal, que historicamente é grande parceira nas políticas de preservação do patrimônio. Ao que tudo indica a saída da instituição do conjunto histórico foi uma decisão de sua direção, justificada pela dificuldade de estacionamento na área, que poderia ser resolvida em seu novo local de implantação. A saída da Caixa foi contestada pelo IPHAN na época, como fala Dalmo Vieira Filho:

> Nós tentamos de todo o jeito a questão da Caixa, a gente inclusive naquela época interagiu com o André, que era o diretor nacional, ele ligou para o gerente de

> Joinville [...]. Bem, já tinha sido feita a negociação, o gerente regional deu uma desculpa qualquer, [...] ficaram de rever dizendo que era só um aluguel lá e depois voltavam, aí sabe como são essas coisas. [...] Acho que foi uma decisão pessoal do gerente da época. A justificativa geral teria haver com a questão do estacionamento.[24]

Além dessa instituição, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) também deixaram as respectivas edificações que ocupavam no Centro Histórico e Paisagístico, o último menos contestado, pois havia sido incorporado ao Banco do Brasil, mantendo uma agência na área. Destaca-se também a Empresa Brasileiras de Correios e Telégrafos, que muito recentemente deixou a área para também instalar-se na nova centralidade de São Francisco do Sul. Essas perdas são bastante significativas, ainda mais por tratarem de equipamentos públicos, que poderiam auxiliar para que a área tombada não se esvaziasse e não perdesse sua centralidade. Em depoimento no I Encontro para Debates, a comerciante do centro histórico, Sandra Pereira, expõe a situação:

> Eu tenho comércio aqui, e várias pessoas tem, e [...] a gente tem sofrido ao longo dos anos com cada órgão que saí daqui. Então, o primeiro deles foi o INSS, e o prédio está ali desocupado [...]. E a prefeitura alugou um outro prédio para [...] centralizar todas as secretarias lá [na nova centralidade]. [...] E o correio agora para completar a festa. Então, assim, cada órgão que saí a gente vê a diminuição do movimento no centro histórico. Cada vez mais a gente diminui a quantidade de funcionários, se tinha 4, fica 2, se tinha 2, fica 1 e daqui a pouco ou 1 ou nenhum [...]. Então, dizer que a Caixa e os outros órgãos não fizeram falta para que a gente tivesse movimento é uma ideia errada. Eu sinto muito a falta dos clientes que vão na Caixa e nos outros órgãos também. E completando que a prefeitura quando abriu as outras secretárias lá na Barão foi mais uma paulada em cima da gente que ficou aqui, porque só ficou aqui poucos funcionários da prefeitura, e assim diminuiu mais ainda o fluxo de pessoas no centro histórico [...] e no caso essa questão de vida que tem que ter o centro, e que não tem.[25]

O comerciante e também morador do centro histórico, Ricardo Assef, salienta que a saída de cada instituição da área não é prejudicial somente pelo abandono de mais uma edificação na área, mas principalmente pela perda da função que cada órgão desempenhava:

> Quando eu falo do órgão público que abandonou o Centro, não é só usar o prédio, porque, por exemplo assim, o Banco do Brasil (não faz falta) porque tem outro Banco do Brasil aqui, mas o Correio faz uma falta danada. Por mais que a prefeitura, ou por mais que eles vendam, vamos supor que aquilo ali vire um prédio legal, beleza, mas o correio, o correio faz falta. [...] Ninguém manda carta, mas o correio tem uma fila do tamanho de um mundo, as pessoas fazem tudo no correio hoje [...]. Então, o correio faz falta. Que o correio ficou pequeno ali, eu entendo. Que eles vão pra outro lugar, eu entendo. Mas por que que o correio não fica com duas sedes, uma lá e uma aqui? Deixa aqui um pontinho, pra pessoa pagar água, luz, telefone, mandar uma cartinha. [...] Não só se preocupar com o prédio, mas com aquela instituição que faz muita falta. Torno a dizer, o Banco do Brasil não faz falta nenhuma porque

[24] Informação fornecida por Dalmo Vieira Filho no I Encontro para Debates – O Papel do Centro Histórico no Desenvolvimento de São Francisco do Sul, no dia 09 de dezembro de 2015.

[25] Depoimento fornecido por Sandra Pereira, comerciante do centro histórico, no I Encontro para Debates – O Papel do Centro Histórico no Desenvolvimento de São Francisco do Sul, no dia 09 de dezembro de 2015.

> ficou outro, mas o correio faz uma falta danada. Se você quiser pagar uma conta de água ou de luz no centro histórico, hoje você não paga.[26]

Diante do exposto, entendo que iniciativas por parte do Poder Público Municipal, apoiadas pelo IPHAN e demais órgãos que participam da vida cotidiana do centro histórico, precisam ser tomadas a médio e longo prazos. Isso para que a situação não piore ainda mais e num futuro próximo outros equipamentos também deixem o local. Acredito que esses equipamentos são essenciais para a vitalidade do espaço e são fatores de atração de pessoas, que utilizando e vivenciando o centro histórico poderão auxiliar na sua preservação.

26 Depoimento fornecido por Ricardo Assef, morador e comerciante do centro histórico, no I Encontro para Debates – O Papel do Centro Histórico no Desenvolvimento de São Francisco do Sul, no dia 09 de dezembro de 2015.

Mapa 16 – Equipamentos estratégicos do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.



Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul

Planta ilustrativa (sem escala)

Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e IPHAN

Outros dados analisados dizem respeito ao estado de conservação dos imóveis (Tabela 3 e no Mapa 18). O estudo teve como base a análise realizada pelo IPHAN no início do ano de 2015, para dar suporte às ações visando à preservação e gestão do sítio tombado, como os mecanismos de incentivos fiscais (redução do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) a incidirem nos imóveis localizados na área tombada. Dessa forma, as planilhas, elaboradas por técnicos da instituição, foram atualizadas conforme os critérios já utilizados: excelente, bom, regular, ruim e em arruinamento. Destaca-se que não há a definição desses critérios, assim as análises realizadas são bastante subjetivas e partem do entendimento dos critérios pelo técnico do IPHAN que está aplicando o método.

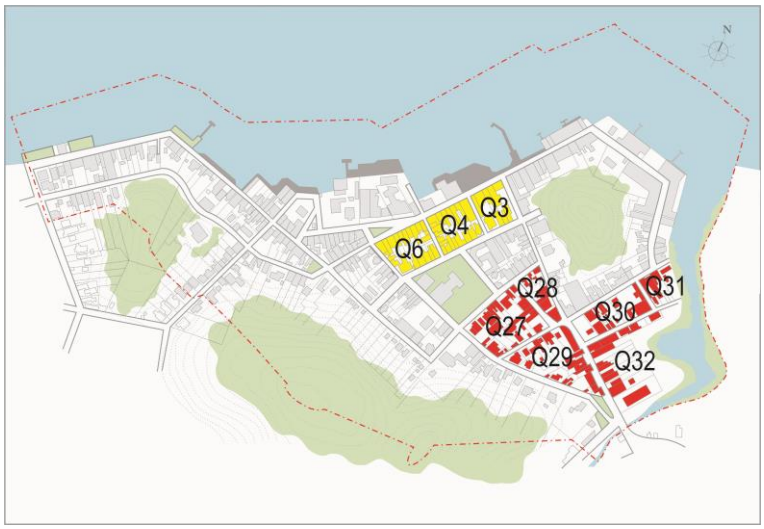
Além desses critérios já utilizados pela instituição, nesse estudo foi acrescido o critério "em obras", uma vez que não seria possível adotar nenhum dos anteriormente descritos para imóveis que estão passando por intervenções. Ressalta-se que na análise dos usos, esses imóveis foram classificados de acordo com a atividade que está sendo pretendida para o local após a finalização das obras.

Tabela 3 - Estado de conservação dos imóveis do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.

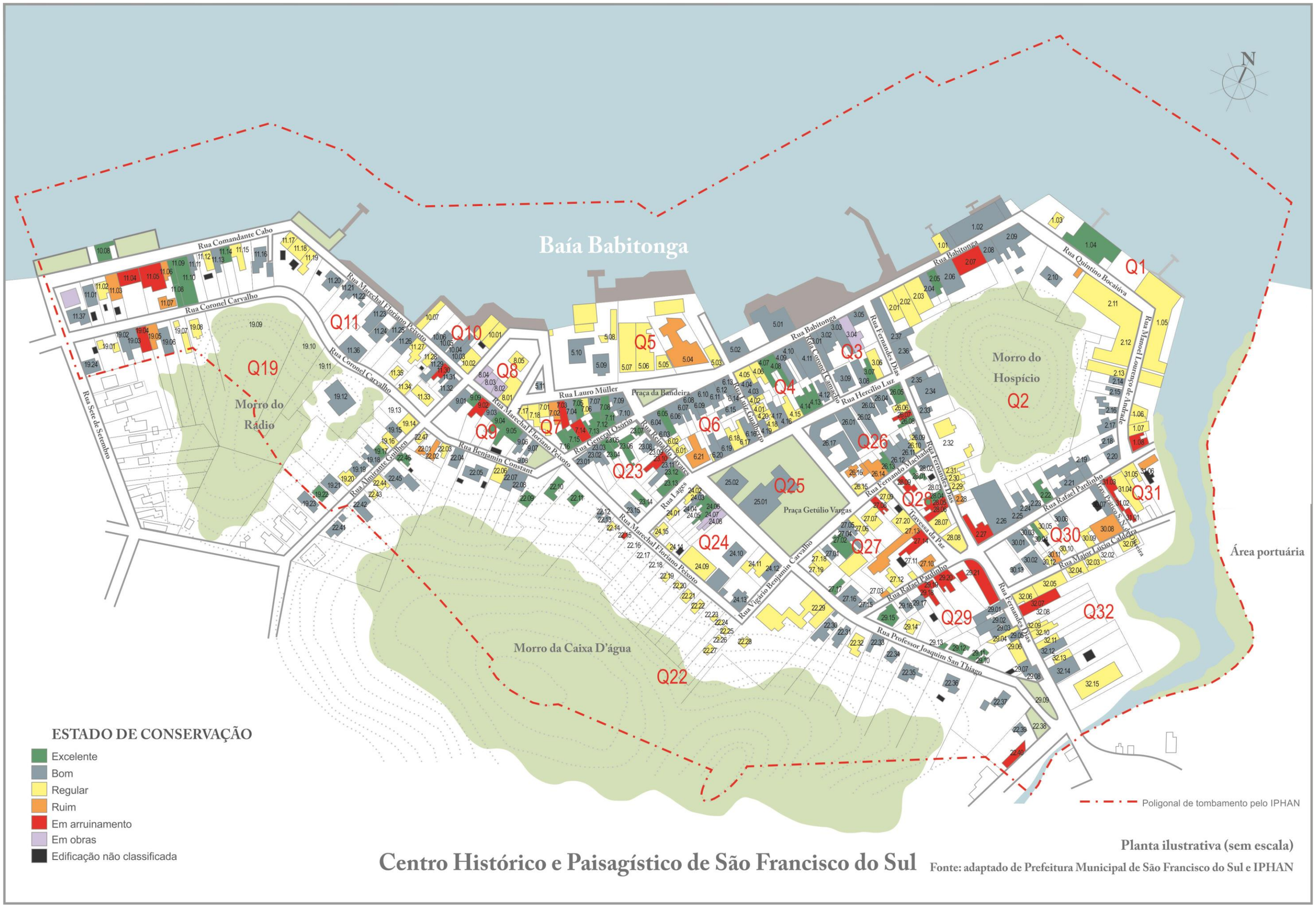
Estado de conservação	Número de edificações	Porcentagem (%)
Excelente	52	13,40
Bom	161	41,50
Regular	121	31,19
Ruim	21	5,41
Em arruinamento	26	6,70
Em obras	7	1,80
Total	388	100

Ainda a partir da análise dos dados é possível identificar que nas quadras diante da orla marítima, principalmente nas quadras 03, 04 e 06 (Mapa 17) - consideradas as mais densamente ocupadas do centro histórico - se concentra um grande número de edificações em bom estado de conservação, principalmente aquelas voltadas para a Rua Babitonga. Verifica-se também que nas proximidades da área portuária (quadras 27 a 32 – Mapa 17) concentra-se o maior número de edificações em estado de conservação regular, ruim ou em arruinamento, resultado de parte dessas encontrarem-se sem uso. No restante do conjunto o estado de conservação dos imóveis é bastante variado.

Mapa 17 – Localização das quadras 03, 04 e 06, e 27 a 32.



Mapa 18 - Estado de conservação dos imóveis do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.



Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul

Planta ilustrativa (sem escala)

Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e IPHAN

Os estudos realizados até aqui permitem traçar um panorama preliminar do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul e algumas questões instigaram a nossa reflexão. Percebe-se que o conjunto ainda apresenta predomínio do uso residencial, mas ao mesmo tempo constata-se que se essa área continuar a perder os outros usos necessários e compatíveis com essa atividade, com o tempo, ocorrerá a diminuição do número de moradores. Isso já pode ser percebido ao constatar-se o grande número de edificações sem uso.

Assim, é preciso chamar a atenção para a mudança das dinâmicas do espaço, já que, acredito no que foi afirmado por Jane Jacobs (2011, p. 158), que uma diversidade de usos é capaz de transformar o local, garantindo a vitalidade urbana. Essa diversidade é entendida pela autora como um "fenômeno fundamental" das cidades, que precisa ser nutrida pelo planejamento urbano.

Dessa forma, para que a vitalidade da área seja garantida e, consequentemente, a preservação do patrimônio seja assegurada, é preciso dar atenção aos equipamentos estratégicos, que geram fluxos na área. Como já visto, muitos equipamentos estão deixando o centro histórico e indo para a nova centralidade do município, na busca por espaços que possibilitem edificações mais amplas e com maior facilidade para estacionamento de seus funcionários e usuários.

Outro ponto que pode ser destacado diz respeito à crítica da população ao tempo de análise dos processos que chegam ao IPHAN, uma vez que isso, de alguma maneria, pode influenciar na manutenção tanto do uso residencial, como de outros usos no centro histórico, repercutindo na vitalidade da área. Durante a realização do I Encontro para Debates, promovido pelo IPHAN, foi possível perceber que alguns moradores e trabalhadores locais sentiram-se insatisfeitos com a demora na análise de alguns processos, que se estenderam por um longo período, desestimulando intervenções futuras e podendo até levar alguns moradores ou investidores da área a se deslocarem para outra região da cidade. O morador e comerciante do centro histórico, André Biz, expõe a questão durante a realização do Encontro:

> [..] como morador do centro histórico, eu vejo que nos últimos anos, eu não tenho um dado exato, mas eu acredito que o número de moradores diminui. Diminuiu porque as pessoas foram morrendo e ninguém mais veio morar no centro, na minha rua mesmo são poucas as pessoas. E a questão é a seguinte: por que que as pessoas não querem mais morar no centro histórico e por que que elas estão desistindo? Não sei, podem ser várias as hipóteses que eu imagino, as pessoas que tem dinheiro, que querem investir num imóvel, acabam investindo num bairro porque não tem paciência, os herdeiros acabam não tendo paciência, também, de querer construir, de querer morar, de querer colocar o imóvel para alugar, ou algo desse tipo.

> Para mim, [...] como morador [...] ele (o IPHAN) é muito cheio de altos e baixos. Quando eu precisei de uma autorização pra colocar uma porta de blindex eu achei que nunca ia conseguir, [...] e em 15 dias eu consegui a autorização [...]. E numa outra situação, ano passado, eu tive que trocar as esquadrias de madeira da minha janela, estavam podre, já tinham mais de 20 anos, estava chovendo dentro de casa. Eu queria trocar exatamente pelo mesmo modelo, da mesma cor, com o mesmo vidro, com a mesma película. A gente levou 9 meses. Então, eu não sei, as pessoas acabam desistindo. Há uns 3 anos atrás eu comprei um outro imóvel ali na Praia do Mota, e eu já estou com meu projeto de construção há mais de um ano no IPHAN. Não é nada mirabolante, mas já passou mais de um ano [...].
>
> Então, eu acho que falta esse contato entre o IPHAN e os moradores, saber porque que as pessoas não querem ir para o centro histórico, ter mais agilidade nessas requisições que a gente faz, até porque é um prédio, é um patrimônio, mas são pessoas que moram ali dentro, tem suas necessidades, tem seus sonhos, e quando o IPHAN atrasa alguma coisa ele está interferindo diretamente na nossa vida [...]. Então, eu acho que o primeiro ponto é trazer o IPHAN próximo aos moradores.[27]

No período em que estive trabalhando no Escritório Técnico do IPHAN para a realização do Mestrado, pude perceber que houve períodos em que a análise dos processos demorou um tempo considerável em função da transição de chefias. Durante os dois anos que trabalhei no Escritório Técnico três pessoas passaram pelo cargo. Não pretendo discutir a fundo essa questão, pois não faz parte do escopo desse trabalho, mas ressalto a necessidade de reflexão sobre a imprescindibilidade de que os trabalhos e ações desenvolvidas pela representação do IPHAN possam ter continuidade e que a Instituição possa manter um contato mais próximo dos moradores e trabalhadores da área.

2.3 As práticas sociais no Centro Histórico e Paisagístico

Para além dos usos do solo, tratarmos das práticas sociais que acontecem no centro histórico se faz necessário para o entendimento das dinâmicas territoriais que envolvem o conjunto e suas interconexões com as demais áreas da cidade. Deste modo, o presente item buscará abordar a questão da diversidade religiosa e das principais festas que acontecem no sítio histórico, além das atividades turísticas realizadas, percebidas em diversos pontos da cidade.

[27] Depoimento fornecido por André Biz, morador e comerciante do centro histórico, no I Encontro para Debates – O Papel do Centro Histórico no Desenvolvimento de São Francisco do Sul, no dia 09 de dezembro de 2015.

Como ponto de partida apontamos a questão da religiosidade que sempre esteve presente na vida dos francisquenses e determinou uma série de relações e práticas no centro histórico. As manifestações religiosas, sobretudo ligadas à igreja católica, sempre foram presentes e continuam movimentando grande número de fiéis na cidade. Sua importância está materializada na principal igreja da cidade, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, localizada em posição de destaque no conjunto tombado. A festa em homenagem a santa é uma das mais importantes festividades que ocorrem em São Francisco do Sul e vem se perpetuando no decorrer dos anos. A pesquisadora Letícia Bauer, ao analisar um artigo do jornal local "A Razão", do dia 29 de setembro de 1923, destaca a ampla comemoração da festa e a movimentação provocada nas imediações:

> A Festa de Nossa Senhora da Graça também era amplamente comemorada. Num artigo intitulado *Reminiscencias*, Odon França relembra aspectos da festividade, com as praias apinhadas de canoas, as casas cheias de gente e as lojas lotadas de fregueses. Roupas eram compradas especialmente para a festa e os prédios principais tinham suas fachadas iluminadas. Muitos botequins eram estabelecidos próximos à praça da Matriz. Segundo as lembranças do autor, as ruas Coronel Camacho e Babitonga eram cobertas de flores de laranjeira para receber a procissão (BAUER, 2008, p. 63).

Atualmente a festividade continua movimentando o centro histórico, anualmente, por um período de 10 dias no início do mês de setembro. Nesse período grande número de católicos enfeitam suas casas na espera da passagem da imagem da santa que saí às ruas em procissão. Apesar de estar mais concentrada no sítio histórico, as manifestações de adoração extrapolam a área. Em um dos dias da festa a imagem da santa percorre, sobre o carro de bombeiros, além do centro, bairros como o do Paulas, Rocio Grande e São José do Acaraí, sendo saudada com fogos de artifício e flores que são jogadas durante a passagem da santa. Ainda, há a procissão marítima, que sai da Vila da Glória e percorre a Baía Babitonga até chegar novamente no centro histórico, lembrando a chegada da santa na cidade (DIAS, 2015).

Percebe-se que ao extrapolar a área do centro histórico, a celebração de Nossa Senhora da Graça acaba atraindo moradores de diversas regiões das cidades, que diariamente vem à igreja para participar das missas e das festividades que a procedem. Junto a isso comerciantes informais se concentram nos arredores da igreja trazendo um público que também consome as mercadorias oferecidas.

Apesar do catolicismo ser a vertente religiosa mais forte[28] em São Francisco do Sul, percebe-se no centro histórico, mais recentemente, a realização de eventos e cultos ligados à religião evangélica. Nos últimos anos, logo após a realização da festa que marca o aniversário da cidade, vem ocorrendo um evento *gospel* denominado "Liberta São Chico", possibilitando a reunião de uma outra parcela de francisquenses no sítio histórico. Mesmo sendo recente a atividade vem se consolidando na área, sendo muito aguarda pela comunidade evangélica.

Ao se tratar das manifestações religiosas precisamos levar em conta a presença do Espiritismo em São Francisco do Sul. É no centro histórico da cidade que, no ano de 1895, foi fundado o primeiro centro espírita do estado de Santa Catarina (SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 11-12). Apesar da doutrina espírita não possuir manifestações que extrapolem o espaço físico das edificações onde acontecem, como ocorre com as religiões comentadas anteriormente, sua presença é marcante na cidade e provoca influências na questão da religiosidade francisquense (CARVALHO, A., 2016).

Participando do processo inicial de consolidação do território francisquense, percebe-se que a religiosidade se mantém presente no cotidiano da população, permeando as relações no centro histórico através das diferentes práticas que atualmente são vivenciadas.

Para além dos aspectos religiosos, as festividades e celebrações que ocorrem no conjunto são outras manifestações culturais que podem ser citadas. O carnaval é uma dessas festividades que ocorrem na cidade, mobilizando grande número de francisquenses que se divertem pelas ruas do centro histórico, local com maior tradição da folia. Diversos são os registros fotográficos que documentam a festividade, conforme as Figuras 28 e 29, que mostram os desfiles carnavalescos nas ruas do conjunto em duas épocas distintas. Registros da festividade de outrora também são encontrados, como apresenta Bauer:

> Segundo registro arquivado no MHSFS, datado de 1951, os festejos tomavam conta de ruas da cidade. Semana antes do "domingo gordo" saíam os chamados Zé-pereiras, passeatas realizadas à tarde ou noite, onde rapazes tocavam bumbo, rufo e toques de clarim, molhando ou borrifando de polvilho qualquer transeunte menos avisado. Saíam pelas ruas jogando água nos outros com baldes, latas, canecas e seringas feitas de zinco ou caule de bambu. Também apareciam nas ruas os *balulas*, mascarados que passavam pela cidade com laços que faziam o terror dos moleques de São Francisco. Essa tradição perdurou por muitos anos na cidade e era aguardada e comentada todos os anos (BAUER, 2008, p. 64).
>
> Os Clubes também ofereciam bailes de Carnaval, onde circulavam máscaras de seda e cetim vindas do Rio de Janeiro ou fabricadas na cidade pelo artesão Lilico Pinho.

[28] De acordo com os dados do Censo Demográfico do ano de 2010, 63,24% da população de São Francisco do Sul é católica, já 27,59% é evangélica, 1,90% é espírita, 2,32% é adepta de outra religião e 4,95% não tem religião. Cf. IBGE, 2016.

> Em alguns anos, as ruas da cidade viram passar carros e corsos carnavalescos (BAUER, 2008, p. 66).



Figura 28 - Desfile de carnaval, [s.d.].
Fonte: Acervo MHSFS.



Figura 29 - Desfile de carnaval, 2016.
Fonte: Venturini, 2016.

Atualmente o carnaval continua movimentando as ruas do centro histórico, os tradicionais desfiles dos blocos e os bailes nos clubes animam tanto francisquenses como turistas que passam o feriado na cidade. O desfile das escolas de samba, que a Prefeitura Municipal havia retirado do centro histórico nos últimos anos, transferindo a sua realização para uma rua asfaltada da nova centralidade municipal, retornou em 2016 para a principal rua do conjunto histórico. Como será visto posteriormente, nas entrevistas realizadas muitos moradores e trabalhadores do centro histórico enfatizaram a importância da realização da festividade nas ruas do conjunto tombado, tanto pela tradição da festa no local, como por auxiliar na vitalidade do conjunto, atraindo em maior número os francisquenses, mas também turistas, que movimentam a área e consomem em seus estabelecimentos comerciais.

É importante ressaltar que o carnaval na cidade de São Francisco do Sul não se restringe somente ao centro histórico, ele também se estende às diversas praias do município, apresentando perfis diferenciados nas diferentes áreas. Nas praias a festividade é marcada principalmente pelos trios elétricos e pelos desfiles dos blocos carnavalescos da cidade e da região, reunindo em maior número os turistas, mas também francisquenses, principalmente os que moram na região. Já no centro histórico, apesar de atrair número considerável de turistas, a festividade é mais frequentada pelos moradores do centro histórico e pelo restante da população francisquense, que se identifica com a folia no entremeio das antigas edificações e busca manter a tradição do carnaval francisquense. Prova disso é a organização de diversos moradores da área tombada na formação do bloco carnavalesco Unidos do Centro Histórico

(Figura 30). O bloco atrai, além dos moradores do centro histórico, também os moradores dos bairros vizinhos da área, e é formado majoritariamente por famílias, desde pessoas idosas até crianças, diferentemente dos outros blocos da cidade que geralmente são formados por jovens.

Com isso, percebe-se também que a festividade no centro histórico não prejudica a preservação do patrimônio, pelo contrário, acredita-se que sua realização no local, sendo amplamente aceita pela população local e buscando resgatar aspectos tradicionais da cultura local, auxilia em sua preservação e corrobora para reforçar a consciência de valorização do patrimônio.



Figura 30 - Bloco carnavalesco Unidos do Centro Histórico.
Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, 2016.

Além do carnaval, uma das mais representativas festividades que ocorre no centro histórico, é a Festa das Tradições da Ilha, denominada de Festilha. Realizada em meados de abril, a festa comemora o aniversário de elevação de São Francisco do Sul à categoria de cidade e busca resgatar as tradições e o folclore francisquense. Além da diversidade gastronômica, tendo por base os pratos com frutos do mar e o tradicional pirão com linguiça, são realizadas diversas apresentações artísticas convidando ao público a reviver as tradições da cidade.

Essa festa se caracteriza por movimentar a principal rua do conjunto – Rua Babitonga – durante os dias de sua realização, trazendo a população francisquense para confraternizar e

se divertir na área histórica da cidade. Nos últimos anos, porém, as manifestações culturais tradicionais da cidade perderam um pouco de seu espaço e a administração municipal passou a dar maior destaque para a realização de *shows* nacionais durante a festividade. Como será visto posteriormente, diversos moradores locais criticam essa alteração e enfatizam a perda da característica principal da festa, diminuindo os aspectos voltados para a cultura local e passando por um processo de mudança de público mais voltado para as grandes atrações musicais.

Avançando no entendimento das práticas sociais, a abordagem das atividades do turismo no centro histórico e nas demais áreas da cidade se faz necessária. Através de uma abordagem que extrapola a poligonal de tombamento se quer demonstrar as interconexões percebidas na cidade diante de seu contexto dinâmico. Posto isto, verifica-se que o turismo tem grande importância para São Francisco do Sul, participando com cerca de 15% da receita total do município, e juntamente com a atividade portuária corresponde a aproximadamente 85 a 95% da sua economia (SANTOS, NACKE, REIS, 2004, p.218). Apesar de sua representatividade, o turismo em São Francisco do Sul ocorre de forma muito sazonal, atraindo maior número de visitantes durante os meses de verão, impulsionado pelo fluxo às diversas praias que a cidade oferece. Nesses meses, o centro histórico, muitas vezes, fica em segundo plano, devido à falta de atrativos que estimulem a permanência na área e a fruição do conjunto tombado pelos visitantes.

Diante disso, buscando o entendimento dessa atividade, partimos da inserção da cidade no Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo do Governo Federal. Esse programa foi lançado no ano de 2004 como parte de uma política de desenvolvimento regional, tendo por objetivo principal "apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016a, p. 6). No ano de 2013 o programa foi reformulado sendo definidos novos eixos de atuação que orientam as ações das regiões e dos municípios[29]. De acordo com o Ministério do Turismo, as regiões turísticas são territórios formados por municípios "que possuem características similares e/ou complementares e aspectos em comum (identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica)" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016a, p.6), que buscam desenvolver o turismo de forma integrada, regionalizada e cooperada, com o objetivo de que o

[29] São oito os eixos de atuação do programa: gestão descentralizada do turismo; planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; empreendedorismo, captação e promoção de investimentos; infraestrutura turística; informação ao turista; promoção e apoio à comercialização; monitoramento.

turista permaneça por mais tempo na região, podendo conhecer mais de uma cidade, gerando mais recursos para os municípios envolvidos.

No Mapa do Turismo Brasileiro são identificadas as regiões que compõem o Programa e seus referidos municípios, que são categorizados de acordo com seu desempenho na economia do turismo, de forma que sejam propostas e implantadas ações que respeitem as particularidades de cada local[30]. Assim, os municípios turísticos são divididos em 5 categorias: A "que representa os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem"; B; C; D; e E "que representa os municípios que não possuem fluxo turístico expressivo e nem empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016a, p. 3)[31].

O estado de Santa Catarina está representado no Mapa do Turismo Brasileiro por 184 municípios divididos em 12 regiões turísticas[32], e a cidade de São Francisco do Sul está classificada na categoria B e inserida na região turística do Caminho dos Príncipes, que é composta por 16 municípios (Mapa 19). De acordo com a Santa Catarina Turismo S/A - SANTUR[33] o Caminho dos Príncipes é um dos roteiros mais diversificados do estado, "combinando história e cultura, desenvolvimento econômico e preservação da natureza, belas paisagens litorâneas e bucólicos recantos rurais" (SANTUR, 2016a). A SANTUR ressalta ainda que "praticamente todos os municípios do Caminho dos Príncipes preservam os costumes e tradições europeias dos povos colonizadores. O legado germânico é predominante, especialmente em Joinville, maior cidade e polo industrial catarinense".

No entanto, para o Secretário de Turismo e Lazer de São Francisco do Sul, Guilherme Neves Pereira (2016), o nome da região não é o mais adequado para a realidade de São Francisco e de algumas outras cidades que a compõe, já que essas não tiveram influência da monarquia. Para o Secretário, a denominação 'Caminho dos Príncipes' é mais associada às

[30] O Ministério do Turismo acredita que a categorização dos municípios pode servir para: *"a) Otimizar a distribuição de recursos públicos; b) Orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios; c) Aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores do Ministério e dos Estados mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão; d) Auxiliar na atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, que é feita periodicamente; e) Auxiliar na reflexão sobre o papel de cada município no processo de desenvolvimento turístico regional"* Cf. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016a, p. 2.

[31] De acordo com a atualização de 2016 o Mapa do Turismo Brasileiro conta com 2.175 municípios, organizados em 291 regiões turísticas. Desses, 51 municípios são classificados na categoria A, 155 na categoria B, 424 na categoria C, 1219 na categoria D e 326 na categoria E.

[32] As regiões turísticas de Santa Catarina são: Caminho dos Canyons, Caminho dos Príncipes, Caminhos da Fronteira, Caminhos do Alto Vale, Costa Verde & Mar, Encantos do Sul, Grande Florianópolis, Grande Oeste, Serra Catarinense, Vale das Águas, Vale do Contestado e Vale Europeu.

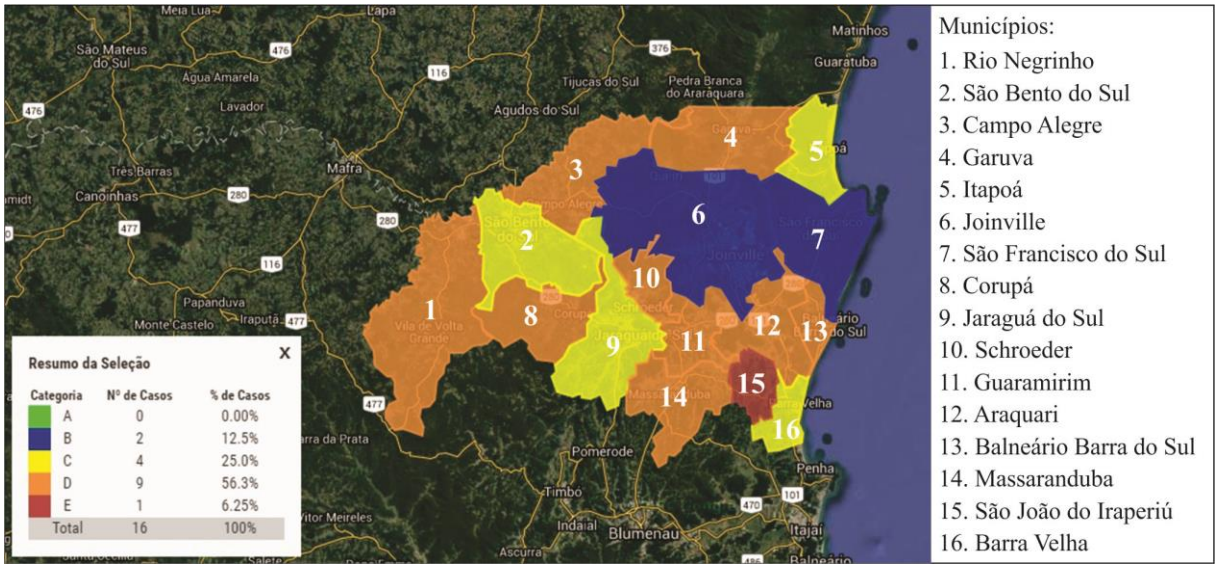
[33] A SANTUR é uma empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte – SOL que se destina à divulgação das políticas estaduais de turismo.

características da cidade de Joinville, que ele considera ser a cidade polo da região, responsável por receber e distribuir os turistas para as demais cidades.

Apesar da problemática referente ao nome da região, o Secretário acredita que essa categorização auxilia no trabalho desenvolvido pela administração municipal visando à promoção da prática turística em São Francisco do Sul. Para ele, as ações são realizadas em torno da região turística, a partir dos diferenciais de cada localidade:

> [...] nós trazemos esse pessoal [os turistas] pra cá, muito em conjunto com a região, nós trabalhamos muito unidos, as cidades da região norte. Então, nós não nos tratamos como concorrentes. Joinville, São Bento, a gente se vende junto, nós vendemos a região, tem espaço pra todo mundo. Então, a gente vende a região que é o Caminho dos Príncipes, que é a região turística nossa, nós vendemos a serra e vendemos o mar. Então, você está na praia e a uma hora e meia você está na serra, em São Bento, em Campo Alegre.
>
> A nossa região aqui talvez seja uma das mais ricas, que represente o que o Estado de Santa Catarina é, então, Santa Catarina tem praia, tem serra, tem o frio, e a nossa região aqui remete um pouco a isso aí [...] (PEREIRA, G., 2016).

Mapa 19 - Região Turística Caminho dos Príncipes. Fonte: adaptado de MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016b.



Buscando melhor entendimento da prática turística em São Francisco do Sul, bem como o perfil dos turistas que a frequentam, constatou-se que uma série de dados apresentavam a realidade turística da cidade somente para os meses de verão, enquanto algumas outras cidades do estado de Santa Catarina foram encontradas pesquisas relativas a outras épocas do ano.

Com base nos dados divulgados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO) de Santa Catarina, analisamos aqueles relativos ao período de verão dos anos de 2014 a 2016. A partir desses dados podemos perceber que a grande maioria dos turistas que frequenta a cidade são brasileiros: 97,5% no ano de 2014, 98,8% em 2015 e 93,5% em 2016. Somente uma pequena parcela corresponde aos turistas estrangeiros, em sua grande maioria, representada por argentinos, e, em uma minoria, por paraguaios e até alemães[34]. Esse número de turistas difere da média do estado de Santa Catarina, que no último ano foi de cerca de 25% de turistas estrangeiros e, em anos anteriores de 10%.

Analisando os dados relativos aos turistas brasileiros constata-se que é do estado do Paraná que chega o maior número de visitantes para São Francisco do Sul, representando, no ano de 2014, cerca de 40%, passando a cerca de 50% no ano de 2016. Logo em seguida aparecem os turistas do próprio estado de Santa Catarina, que em 2014 representavam cerca de 50% e em 2016 passando a 40%. Assim, vemos que em torno de 90% dos turistas brasileiros que visitam São Francisco nos meses de verão são provenientes dos dois estados citados. O restante dos turistas são provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Isso difere da média de turistas no estado, cujo porcentual é de cerca de 25 a 30% de turistas que provêm do Rio Grande do Sul. Muito provavelmente em função da distância, por estar localizada no extremo norte catarinense, São Francisco do Sul talvez não consiga atrair um grande número de turistas gaúchos como ocorre em grande parte do estado.

O fator da distância pode ser um dos motivos pelo qual São Francisco do Sul atraía maior número de turistas do próprio estado e do estado imediatamente vizinho, Paraná, uma vez que cerca de 90% utiliza o automóvel como meio de transporte para chegar à cidade. Diante disso, acredita-se que esse tipo de turista prefira fazer viagens com distâncias menores, localizando-se em locais próximos a sua região. Além disso, a pesquisa realizada pela FECOMÉRCIO no ano de 2014 especifica que são das cidades de Joinville, em Santa Catarina, e de Curitiba, no Paraná, os turistas que viajam para São Francisco do Sul. Isso reforça a ideia de que o turismo regional é a base do turismo de São Francisco do Sul.

As pesquisas realizadas pela FECOMÉRCIO demonstram também que a maioria dos turistas que visita São Francisco do Sul no verão se hospeda em casas alugadas para

[34] Os turistas argentinos representaram cerca de 2,3% dos turistas que visitaram São Francisco do Sul em 2014, 1% em 2015 e 5,7% em 2016; já os paraguaios no ano de 2014 não atingiram percentual e em 2015 e 2016 representaram cerca de 0,2% dos turistas; por fim, os alemães no ano de 2014 representaram cerca de 0,3% e em 2016 0,5%, não atingindo percentual em 2015. Cf. FECOMÉRCIO, 2014; FECOMÉRCIO, 2015; FECOMÉRCIO 2016.

temporada. Esse número cresceu do ano de 2014 para o de 2016, passando de cerca de 30% para 55%, refletindo a tendência da média estadual, que passou de cerca de 20% para 30%. Essa prática de hospedagem em casas é bastante comum nas cidades litorâneas do estado, tanto que os turistas que optam por esse tipo de acomodação acabam por permanecer uma média de uma semana a 10 dias na cidade, diferentemente daqueles que preferem hotéis ou pousadas, que geralmente ficam entre 5 e 6 dias, possivelmente em função do custo dessas hospedagens.

Por um lado, essa característica tem seus aspectos positivos, já que o turista permanece mais tempo na cidade, mas por outro é negativa, uma vez que o setor hoteleiro e de pousadas acaba não sendo tão procurados. Em São Francisco do Sul o número de visitantes que procuram esses últimos meios de acomodação ficou somente entre 9% e 15% nos anos de análise.

Números também expressivos são os relativos aos turistas que se hospedam em casas de parentes e amigos, que nos anos de 2014 e 2016 ficaram em torno de 20%, com pico de 30% no ano de 2015, sendo que os mesmos permaneceram na cidade cerca de 10 dias. Ainda, percebe-se na cidade uma movimentação considerável de pessoas que são proprietárias de imóvel na cidade, mas moram em outras cidades, como explicado anteriormente. Esse tipo de visitante representa cerca de 13% dos turistas em 2015 e 2016, número mais baixo se comparado com o de 2014, quando representaram cerca de 20%. Geralmente essas pessoas são as que permanecem por maior tempo na cidade, ficando cerca de 20 dias durante a temporada de verão. Ressalta-se que esse tipo de turista muitas vezes proveniente de Joinville e Curitiba, no decorrer do ano acaba vindo à cidade em finais de semana ou feriados, buscando descanso e o sossego que a cidade oferece.

Por fim, um dado bastante interessante, mas somente divulgado na pesquisa da FECOMÉRCIO de 2015, diz respeito aos pontos de comércio que o turista desejava visitar durante sua estadia em São Francisco do Sul. Cerca de 94% pretendia visitar o comércio das praias – lojas de roupas e calçados, artesanato e presentes - e somente 0,7% o comércio da área central da cidade, incluindo aí o centro histórico, e os demais não tinham intenção de visitar o comércio da cidade ou não souberam responder.

Esses dados demonstram uma realidade que percebi nas conversas informais com turistas nos dois verões em que permaneci em São Francisco do Sul e na entrevista concedida pelo Secretário de Turismo e Lazer do município. Muitas vezes o turista de veraneio acaba

vindo à cidade em função de suas praias, sendo que "muita gente entra em São Francisco e não sabe que tem o centro histórico, vai direto pra praia, passa reto e acha que não existe esse conjunto arquitetônico aqui" (PEREIRA, G.), e se sabem de sua existência muitas vezes em função da distância das praias e da falta de maiores atrativos na cidade, acabam não se deslocando até o local.

Finalizando a análise sobre as atividades turísticas se faz necessário retornar a questão da sazonalidade. Essa questão é elencada como um dos principais problemas do turismo pelo Secretário de Turismo de São Francisco do Sul, que enfatiza a realização de eventos nos meses de baixa temporada, como o "Encontro de Motos", o "Encontro de Carros Antigos" e o "Festival Gastronômico", como uma das soluções para atrair maior número de visitantes para a cidade:

> A nossa maior luta aqui, o nosso maior trabalho, é pra tentar reverter essa situação. A gente sabe que no verão é automático, não preciso divulgar que o povo vem pra cá. Então a nossa intensificação é pra que nos meses de inverno, então, de maio a agosto, [...] a gente está tentando intensificar com ações de divulgação, trabalhando bastante em cima do turismo cultural, a visita aos museus, aos casarios do centro histórico, a própria gastronomia, e através de eventos. Nós estamos sempre tentando fazer um evento por mês durante a baixa temporada, pra tentar atrair o turista (PEREIRA, G., 2016).

Diante disso, destaco também o que pude observar sobre o centro histórico durante o tempo que morei na cidade. Nos meses de verão é possível perceber claramente uma movimentação considerável de turistas circulando pela área tombada, com suas máquinas fotográficas sempre a postos, muitos ainda com roupas de banho, realizando um passeio pós praia. Já no restante do ano, principalmente nos meses de inverno percebe-se que a movimentação turística é muito baixa. Circulando pelo centro histórico de segunda a sexta-feira é extremamente raro encontrar alguma pessoa cuja motivação para estar no local seja o turismo. Mas durante os finais de semana se torna mais comum a circulação de visitantes, muito em função do passeio de barco turístico entre Joinville e São Francisco do Sul. O Barco Príncipe, como é chamado, quando em lotação máxima, transporta mais de 300 pessoas para visitar o centro histórico de São Francisco do Sul, permanecendo por um período de 1:30 hora para visitação. Chama a atenção que nos meses de verão o barco faz viagens diárias, em diversos horários, durante toda a semana, mas no restante do ano se percebe a diminuição de seus horários e somente aos finais de semana.

No próximo item essas atividades voltarão a ser discutidas, sendo abordadas pelos diversos agentes que tem participação no cotidiano do conjunto tombado, possibilitando uma análise para além da minha visão enquanto pesquisador.

2.4 Os diferentes olhares sobre o Centro Histórico e Paisagístico

Partindo das análises até aqui realizadas, no presente item será apresentado o entendimento de como o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul é percebido pelos diferentes atores envolvidos com o lugar. Para tanto foram realizadas entrevistas, uma vez que acreditamos que "[...] recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação [...]" (HALBWACHS, 2006, p. 29). Assim, almeja-se que as análises já realizadas, juntamente com os diferentes olhares sobre o conjunto tombado, possam auxiliar na proposição de ações para a área, visando a sua preservação e de modo a refletir os interesses dos diferentes atores.

A escolha dos entrevistados partiu da definição de três grupos distintos que acreditamos que possam apresentar diferentes olhares sobre o centro histórico. Um grupo corresponde aos agentes públicos cuja atuação se reflete diretamente sobre a área, outro se refere à população local, ou seja, pessoas que moram e/ou trabalham no sítio histórico e, por fim, o terceiro grupo é relativo aos visitantes da cidade, que diferentemente da população local que vivencia diariamente o lugar, apresenta sua primeira impressão sobre a área.

No primeiro grupo optou-se por entrevistar técnicos do IPHAN e da Prefeitura Municipal, instituições que têm maior atuação na área. Entre os técnicos do IPHAN escolheu-se entrevistar a atual Superintendente do IPHAN em Santa Catarina, arquiteta e urbanista Liliane Janine Nizzola, uma vez que ela se encontra a frente de todas as ações realizadas nos últimos seis anos pela instituição na cidade, e o técnico e ex-superintendente do IPHAN em Santa Catarina, arquiteto e urbanista Dalmo Vieira Filho, que vem acompanhando as ações no centro histórico desde o encaminhamento da proposta de tombamento. A atual chefe do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul, arquiteta e urbanista Gabriela

Cancillier, não foi entrevistada devido ao curto período de atuação junto ao mesmo. Entre os representantes da Prefeitura Municipal decidiu-se por aqueles cuja atuação se reflete mais diretamente na preservação e nas dinâmicas da área, sendo entrevistados o diretor-presidente da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul - FUCISF, Aldair Nascimento Carvalho, e o Secretário de Turismo e Lazer, Guilherme Neves Pereira.

Já a escolha dos entrevistados do grupo referente à população local foi feita a partir do contato com os entrevistados nas atividades que realizei como parte do Mestrado, de vistorias, juntamente com a chefe do Escritório Técnico, em diversos imóveis do centro histórico, para posterior concessão de desconto de IPTU pela Prefeitura[35]. Nessas vistorias, além da avaliação do estado de conservação do imóvel, é feita uma aproximação da instituição com a população da área, abrindo espaço para esclarecimentos e conversas. Assim, foi possível fazer um contato preliminar com diversas pessoas que moram e/ou trabalham no centro histórico e constatar que algumas que vivenciam a realidade da área por um período de tempo considerável estariam disponíveis para novas conversas.

Por fim, a escolha dos participantes do terceiro grupo, referente aos visitantes da cidade, partiu da abordagem aleatória das pessoas nas ruas do centro histórico. Nesse procedimento alguns visitantes recusaram-se a participar das entrevistas, alegando falta de tempo, já que grande parte dos turistas que circulava pelo local estava somente passando o dia na cidade. Como as entrevistas foram realizadas no mês de junho de 2016, encontramos dificuldades para localizar turistas circulando pela área entre segunda e sexta-feira, sendo possível realizar as entrevistas somente durante o final de semana, quando já era possível perceber-se uma maior movimentação, apesar de não ser intensa.

Foram realizadas 18 entrevistas qualitativas entre os meses de abril e junho de 2016. Conforme a Tabela 4, foram realizadas 4 entrevistas com agentes públicos, sendo que nenhum deles é morador do centro histórico, 8 foram com a população local, sendo 4 dessas com pessoas que somente moram no centro histórico, 2 com pessoas que somente trabalham e 2 com pessoas que tanto moram como trabalham na área. Ainda, foram realizadas 6 entrevistas

[35] O benefício é destinado a todos os proprietários dos imóveis do conjunto tombado, mas necessita ser solicitado à Prefeitura Municipal, que repassa ao IPHAN a demanda de solicitações. Esse desconto pode ser de até 95% do valor do IPTU a ser pago, no caso dos imóveis estarem bem conservados; o benefício não é concedido para os imóveis que estejam em péssimo estado de conservação. Após realização de vistoria na edificação e constatado o estado de conservação do imóvel, o benefício é concedido ou não. No ano de 2016 cerca de 25% dos proprietários de imóveis solicitaram esse benefício.

com visitantes, sendo que duas dessas foram realizadas com grupos de 3 estudantes de arquitetura cada, que estavam à passeio na cidade[36].

As entrevistas foram organizadas de forma semiestruturada, de modo a permitir que os entrevistados pudessem discorrer mais livremente sobre os temas propostos. Assim, os roteiros das entrevistas (ver Apêndice A) foram elaborados previamente de forma a auxiliar o entrevistador na condução da conversa. As entrevistas com os grupos dos agentes públicos e da população local foram realizadas em locais escolhidos pelos entrevistados, normalmente suas casas ou locais de trabalho. Já as entrevistas com o grupo dos visitantes ocorreram nas ruas e espaços públicos do centro histórico a partir da abordagem aleatória das pessoas. Sucedida a realização das entrevistas, essas foram escutadas e transcritas (ver Apêndice B) para posteriormente serem analisadas.

Tabela 4 – Relação dos entrevistados.

	GRUPOS			
	AGENTES PÚBLICOS	**POPULAÇÃO LOCAL**		**VISITANTES**
		Moradores	**Trabalhadores**	
ENTREVISTADOS	Aldair Nascimento Carvalho – FUCISF	Alice Moreira		Flavia
	Dalmo Vieira Filho – IPHAN		Alisson Brito	Grupo de estudantes 1
	Guilherme Neves Pereira – Secretaria de Turismo e Lazer	Maria de Lourdes Cecyn		Grupo de estudantes 2
	Liliane Janine Nizzola – IPHAN	Phrynea Stazak		Julia Lehn
		Ricardo Assef		Maria Helena
		Ruth Carvalho		Vitor Farias
			Sandra Pereira	
		Waldemar Jacob		

Após a identificação dos entrevistados cabe identificar as suas percepções sobre o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, apontando as diferenças e

[36] As entrevistas desses dois grupos de 3 estudantes cada não foram dissociadas em 6 entrevistas pois na abordagem realizada os integrantes dos grupos acabaram complementando as falas um do outro. Assim, optou-se por tratar cada grupo de forma genérica denominando-os "grupo de estudante 1" e "grupo de estudante 2". Dessa forma, somam-se 18 entrevistas realizadas com 22 entrevistados.

semelhanças nos olhares dos diversos agentes que tem participação direta ou indireta na vida e nas dinâmicas do conjunto tombado. Assim, o primeiro ponto de análise se refere às mudanças percebidas pelos entrevistados no centro histórico no tempo de vivência no local.

A moradora Phrynea Stazak relembra a substituição de algumas edificações do conjunto em período anterior ao seu tombamento: "Aonde é a Caixa Econômica eram tudo casarios [sic] bem baixinhos, assim, bem antigos... Aonde é o INSS não existia, ali era uma quadra de vôlei [...]". Já, a moradora Alice Moreira acredita que poucas modificações ocorreram no centro histórico já que as casas mantêm suas características e estilos arquitetônicos. Alguns outros moradores afirmam que a área passou por processos de degradação no decorrer dos anos, "[...] era mais bonito, [...] porque as casas não estavam destruídas [...]" (CARVALHO, R., 2016); "mudou bastante. [...] todos esses imóveis que hoje tá em ruína aí funcionavam na época" (JACOB, 2016); "a cidade tá caindo, as casas estão caindo" (MOREIRA, 2016).

A Rua Babitonga é lembrada pela permanência das edificações históricas, não ocorrendo substituições antes do tombamento do conjunto, mas Maria de Lourdes Cecyn acredita que o local era mais conservado. A mesma entrevistada entende que grande parte dos imóveis mal conservados são ocupados por pessoas que os alugam, o que difere daqueles ocupados permanentemente por seus proprietários, "[...] quem comprou restaurou, tudo bem, mas quem não comprou tá caindo aos pedaços né". Outros entrevistados do grupo da população local afirmam que nos últimos anos o centro histórico passou por mudanças positivas, "[...] o centro tem se mantido, [...] de um modo geral tem se mantido. Inclusive tá melhor, o impacto é positivo, porque assim, [...] há uns 20 anos atrás tinha muita coisa aqui no centro abandonada [...]" (ASSEF, 2016). Para a comerciante Sandra, que se estabeleceu no centro histórico no ano de 2001, e pode acompanhar as obras do Programa Monumenta na cidade, na época o local:

> [...] era bem precário, assim, era bem feio, pra se dizer a verdade, e bastante prédio foi restaurado [...]. A parte do museu, aquela parte do lado do... [...] Ali era uma ruína que tinha na verdade... Lá no terminal era uma ruína, então ali foi... toda a praia do Mota foi restaurada, todas as coisas, assim, questão de paralelepípedo de rua, tudo foi modificado. E pra melhor, né? Teve uma revitalização, assim, dos prédios, as pessoas se animaram em mexer né? E ficou bem legal (PEREIRA, S., 2016).

Alguns entrevistados comentam, também, que a área possuía maior vivacidade antigamente, "[...] era animado aqui, a Babitonga ficava animada no meu tempo, meu Deus do

céu... Tinha o clube aqui, onde tem essa loja era um clube em cima... É, aqui dançavam muito, era muito bom mesmo" (CECYN, 2016).

A região do centro histórico, mais próxima ao porto, nas imediações da Rua Fernandes Dias, também é bastante lembrada pelos entrevistados. No local sempre funcionou estabelecimentos comerciais, mas, mais recentemente, muitos imóveis foram abandonados e vem passando por um processo de degradação e arruinamento (STAZAK, 2016). Alguns entrevistados presumem que esses imóveis estão nessa situação devido a um processo de especulação imobiliária. Para Alisson Brito (2016) "[...] se você andar na parte de baixo, onde tem o posto de gasolina, aqueles imóveis foram comprados, e também mais pra cima você vê uma especulação de pessoas com poder aquisitivo que compraram e estão esperando o tempo para valorizar ainda mais né [...]". Da mesma forma, o morador e comerciante Ricardo Assef reitera a posição:

> [...] Ali perdeu, perdeu muito. [...] Eu acho que ali as pessoas estão esperando para vender pro porto, sabe, eu acho que é isso. [...] Eu acho que ali o pessoal está esperando muito, tipo assim, não quer investir e fica naquele aguardo de chegar ali o TESC [Terminal Portuário Santa Catarina] ou essas coisas grandes, tipo assim, 'ah, nós vamos arrematar aqui', e vamos dizer que vale 100 mil, os caras pagam 200. [...] Então eu acho que seja isso, [...] esperando uma possível especulação imobiliária, eu acho que é isso, esperando uma valorização do porto, esperando o porto ou a parte privada do porto comprar (ASSEF, 2016).

Segundo Dalmo Vieira Filho (2016), essa área foi inserida na poligonal de tombamento do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, "[...] basicamente, por razões de coerência com o conceito adotado, que era o conceito de selecionar o sítio geográfico, não segmentar o sítio geográfico onde se implementou a cidade. Do ponto de vista arquitetônico ela tem e sempre teve uma importância secundária". Dessa forma, o local é analisado como uma oportunidade para o centro histórico, possibilitando reflexões e novas formas de intervir no local, alinhado ao que se deseja para o seu futuro. Para Vieira Filho o local:

> [...] desde o tombamento passou por altos e baixos, de um modo geral a importância foi decrescendo, porque a participação... a participação do porto na vida da cidade foi sendo crescentemente automatizada, precisando de menos gente. O Sindicato dos Estivadores, que é ali perto, foi perdendo significância em termos gerais da cidade, e aquela área foi sentindo essa perda de lugar de convívio, de uma centralidade que ela tinha. Então, hoje o estado geral daquela área da cidade é realmente muito ruim, mas ela representa, no meu entendimento, uma oportunidade importante para a cidade (VIEIRA FILHO, 2016).

Segundo o diretor-presidente da FUCISF, Aldair Nascimento Carvalho:

> [...] aquele lugar, aquela região ali, ela só vai realmente ter um caráter... passar por um processo novo, de olhar o patrimônio daquela região ali, pensar

> arquitetonicamente ou urbanisticamente aquela região ali, quando houver uma junção de instituições, inclusive com o porto, inclusive com o CDL da cidade, coisa que não tem, não há essa discussão. [...] Quem sabe naquele lugar, que inclui... que é ali passando o Museu Nacional do Mar, aquela região toda ali, que vai pro berço do porto, eu acho que aquela região, a partir dessa obra da Oceânica, possibilitaria um olhar um pouco mais reflexivo a respeito do que é de fato e o que São Francisco quer de fato como patrimônio. E eu estou dizendo isso porque o prédio da Oceânica é o prédio que vai dialogar com essa coisa do patrimônio tradicional do centro histórico. Então, eu penso que talvez naquele lugar ali pudesse se pensar uma coisa nova, não nova em termos de se despreocupar com o patrimônio, mas novo de um diálogo. Porque assim, é inevitável o porto passar por um processo de modernização seguido, não tem como tu manter coisas dentro do porto, por exemplo, a produção tecnológica do porto... agora com a história dos silos à granel, que tem a história da produção... que é o desenvolvimento econômico da cidade. Então, não tem como a gente dizer: 'Não, isso não pode acontecer'. Não, isso vai acontecer. [...] E talvez São Francisco, naquela regiãozinha portuária ali, esteja o momento de se pensar o que é e qual é a melhor saída urbanística, tecnológica, pra não inviabilizar o desenvolvimento do porto, nem da cidade (CARVALHO, A., 2016).[37]

Seguindo com as mudanças percebidas na área, a saída de diversas instituições e as consequências que isso trouxe para a área do centro histórico foram bastante comentadas pelos entrevistados. Conforme Sandra Pereira, nos últimos anos:

> [...] o centro histórico ele foi, como todo mundo fala, se tu perguntar pro pessoal daqui o pessoal vai dizer 'Ah, o centro histórico tá morto, né?'. É o que mais se houve falar. É porque realmente a gente perdeu as secretarias da Prefeitura, a gente perdeu [...] órgãos que seriam âncora do centro histórico, né? Como o Correio, como a única lotérica que existe na cidade, que era no centro histórico, e hoje não é mais... [...] Então muita coisa foi tirada daqui [...]. Então, assim, perdeu muito nisso, as pessoas não investem mais porque não tem o movimento, tudo se centralizou na [Rua] Barão [do Rio Branco]. Então, retirar essas coisas aqui do Centro diminuiu, só quem é muito teimoso, tipo, eu sou teimosa, entende, em ainda estar aqui, ainda apostar alguma coisa. Então uma das coisas que acabou perdendo assim foi justamente isso, de terem tirado o que trazia mais movimento. [...] Começou assim já pela saída da lotérica, que a lotérica era aqui no centro histórico, depois da lotérica veio o INSS, que era aqui também, depois veio a Caixa, depois veio todas as secretarias da Prefeitura, que foram pra lá, depois foi o Besc, que era o Banco do Brasil, Besc, enfim, e aí por último o Correio. Então, tudo isso tirou a movimentação de pessoas do centro histórico (PEREIRA, S., 2016).

O morador Waldemar Jacob reitera a situação e reconhece que antes da saída das instituições "[...] o centro histórico era muito forte, né? Era o Centro, vinha tudo pra cá, né?". Da mesma forma, Alisson Brito acredita que o local "está mais parado" após esse movimento de saída das atividades e instituições do conjunto tombado. Isso é bastante sentido pelos moradores e trabalhadores locais, muitos reclamam que não se encontra local para o

[37] A edificação da empresa Oceânica a que Aldair Carvalho se refere foi recentemente aprovada pelos técnicos da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina. Inicialmente, o projeto apresentado buscava sua integração com as outras edificações inserindo, na fachada, elementos encontrados nas edificações históricas do conjunto. Por sugestão de uma técnica da Instituição foi apresentada nova proposta - utilizando novos materiais, como estrutura metálica e esquadrias de vidro – que foi amplamente discutida entre os técnicos. Por fim, a proposta foi aprovada e será a primeira edificação a ser construída com características marcadamente contemporâneas no conjunto tombado. Percebe-se que pelo contraste da construção, a obra vem provocando discussões e, por vezes, estranhamento por parte da população local.

pagamento de contas no centro histórico, sendo necessário o deslocamento até a nova centralidade municipal, nas imediações da Rua Barão do Rio Branco, para obter o referido serviço e como muitos moradores do sítio histórico são idosos esse deslocamento acaba sendo difícil (CECYN, 2016; PEREIRA, S., 2016; STAZAK, 2016). A moradora e comerciante do centro histórico, Maria de Lourdes Cecyn, comenta que o movimento da sua loja diminuiu muito com a saída das instituições, porque as pessoas recebem seus pagamentos nos bancos localizados na nova centralidade e acabam gastando seu dinheiro por lá, não vindo aos estabelecimentos localizados no conjunto tombado. Muitos entrevistados afirmam ainda que não veriam tanto prejuízo na saída dessas instituições se ao menos um posto de atendimento fosse mantido no centro histórico (ASSEF, 2016; CECYN, 2016; STAZAK, 2016).

A saída dessas instituições, reforçando a consolidação de uma nova centralidade municipal provoca algumas comparações e por vezes alguns comentários irônicos feitos pelos entrevistados. A moradora Ruth Carvalho compara a situação vivenciada em São Francisco do Sul com a da capital do estado baiano, Salvador: "[...] agora virou que nem a Bahia, né? Cidade nova e cidade antiga. Então ficou patrimônio histórico aqui, e lá a região nova né? Porque lá só tem comércio, não tem quase morador" (CARVALHO, R., 2016). Outra moradora ironiza os acontecimentos: "[...] a última [instituição] que saiu foi o Correio... Eu acho que qualquer hora vão levar a igreja (STAZAK, 2016).

Já o morador Waldemar Jacob acredita que ao mesmo tempo em que a saída de algumas instituições prejudicou o centro histórico, entende que elas não poderiam permanecer no conjunto tombado, devido aos crescentes problemas de trânsito e da falta de locais para estacionamento, o que impossibilitaria o bom funcionamento da área e a circulação de pessoas:

> [...] eu acho que prejudicou e foi uma necessidade, né? Porque também não tinha como. Não tinha lugar pra estacionar, não tinha lugar pros carro ficar.
>
> [...]
>
> [...] hoje em dia o centro histórico não funciona, porque os caras vem trabalhar, deixam os carros estacionados e só tiram de noite, né? Isso é o grande problema do centro histórico. Até porque eles [estabelecimentos comerciais e de serviço] não tem entra e sai, por isso que eu acho que no patrimônio histórico aqui do Centro, e talvez até lá na [Rua] Barão [do Rio Branco], devia cobrar estacionamento. Porque os caras da Receita [Federal] aqui eles botam o carro ali e só tiram de noite. Não tem lugar pra estacionar, e aí os caras vão embora. O comércio lá embaixo sofre muito por causa disso, né? [...] Isso aí é uma coisa que eu acho que devia funcionar, porque senão você não consegue, o comércio não consegue movimentar, né? Não tem estacionamento (JACOB, 2016).

Para o arquiteto do IPHAN, Dalmo Vieira Filho a saída dessas instituições do centro histórico:

> [...] decorre de uma leitura realmente equivocada do papel do centro histórico, da visão de cidade e até de visão de atualidade de cada uma dessas entidades que estão deixando o centro. Eu acho que o IPHAN até agora agiu pontualmente tentando reverter uma ou outra situação, como foi o caso da Caixa Econômica Federal. Mas isso, para mim, é mais um indicador de que é preciso uma ação urbanística integrada, coerente, forte, partilhada com o município, com as lideranças locais, pra reverter o processo de degradação, de perda de significância do Centro da cidade. Repetindo, é hoje o maior risco que o centro histórico sofre, é uma espécie de gentrificação, pior do que gentrificação, porque é um abandono (VIEIRA FILHO, 2016).

A atual Superintendente do IPHAN em Santa Catarina, Liliane Nizzola, considera que dois fatores levaram à saída dessas instituições: o primeiro, a dificuldade de implantação de determinados equipamentos na área e de compatibilização com algumas necessidades de acessibilidade, de atendimento de normas de bombeiros, vigilância; o segundo seria o fascínio pelo que é novo, numa concepção que muitas pessoas têm de que o novo é melhor do que o antigo. A Superintendente afirma que o IPHAN "tem trabalhado, conversado, tentando facilitar até a questão das reformas dos imóveis" buscando a volta das instituições para o centro histórico, mas não é algo fácil.

O diretor-presidente da FUCISF, Aldair Carvalho (2016), acredita que faltou um trabalho integrado dos órgãos que atuam na gestão do centro histórico para que as instituições mencionadas não saíssem da área. Ainda, da mesma forma que alguns moradores e trabalhadores, Aldair Carvalho pensa que ao menos um posto de atendimento dessas instituições deveria ter sido mantido no centro histórico de forma a não prejudicar a área e atender sua população.

Além da saída de importantes instituições do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, os entrevistados também foram perguntados sobre os demais usos na área, buscando identificar se sentem falta de alguma atividade ou se a intensificação de alguma delas seria favorável para o conjunto.

A moradora Ruth Carvalho atenta para a saída de diversos estabelecimentos comerciais do centro histórico: "Ah tinha muito comércio aqui. Tinha. Tinha muita lojinha, muita coisinha. Foi fechando". Ainda foi apontada a falta de um supermercado, porque a moradora acredita que o mercadinho que atende à área serve somente para compras rápidas, "[...] se a gente quer uma coisa melhor, frios e tudo, tem que ir lá pra [Rua] Barão [do Rio Branco], né?". A permanência do Mercado Municipal também é elencada por essa moradora e

por Alice Moreira como sendo positiva para o conjunto, principalmente por esse dispor de um açougue. Alice Moreira ressalta ainda que no centro histórico havia um supermercado que foi transferido para a nova centralidade. Alice Moreira e Sandra Pereira ressaltam ainda a falta de valorização do comércio local pela população francisquense, constatando que as pessoas normalmente preferem ir até Joinville para comprar em suas lojas do que comprar nas lojas localizadas no centro histórico, o que pode ser um fator para que novos estabelecimentos não venham a se implantar no conjunto histórico, "[...] porque se todo mundo comprasse aqui eles colocariam aqui" (MOREIRA, 2016).

Para o morador e comerciante Ricardo Assef no decorrer dos anos alguns estabelecimentos deixaram o centro histórico, mas outros chegaram, "[...] como em qualquer lugar, coisas saem e coisas vem". Segundo ele, o maior problema na área seria a saída de alguns órgãos públicos, mas quanto às demais atividades ele acha que são suficientes, que o centro histórico conta com uma diversidade que possibilita que a pessoa não precise sair da cidade para viver bem. Para o entrevistado essa diversidade é bastante positiva, acrescentando que sempre lutou para que isso não fosse perdido, inclusive questionando a atuação do IPHAN na cidade durante muitos anos:

> [...] isso foi a briga que eu sempre tive com o IPHAN e me parece que agora o IPHAN tá pensando como eu sempre pensei. [...] No começo dos anos 2000 eu fazia parte do Centro Comercial, logo que começou o Projeto Monumenta e na época o IPHAN me parece que tinha uma linha de pensamento o seguinte, 'vamos fazer isso aqui um troço limpo, maravilhoso, mas pro turista'. E eu brigava muito com isso aí, eu digo [sic] 'Ó gente, isso aí não funciona'. Na época o Pelourinho em Salvador estava a milhão, e eu falei 'Gente, não é assim, eu moro aqui, eu não quero que isso sirva só pro turista'. Aí qual era a ideia, fazer aqui um grande centro gastronômico e de hotelaria e não sei o que, e eu falei 'Mas não é isso que a gente quer, não é isso que o morador quer, vocês não estão pensando como a gente'. [...] E eu sempre briguei por isso, para ter diversidade, não pode ficar... o centro não pode ficar exclusivo de uma coisa só, pelo menos no meu entendimento, e me parece que agora o IPHAN tá com essa mesma linha, inclusive a linha de trazer morador, o que eu acho excelente, tem que ter gente morando, por isso que eu briguei para morar aqui. Também não adianta só ter comércio, seis da tarde fecha e morre. Tem que ter gente morando, as pessoas circulam, interagem. Então tem que ter de tudo um pouco, tudo um pouco (ASSEF, 2016).

Conforme a Superintendente do IPHAN em Santa Catarina:

> "Primeiro o [uso] residencial tem que ser reforçado, porque a última coisa que a gente quer é que os moradores saiam do centro histórico. Os serviços já são ruins, mas se sair os moradores, morre o centro histórico, então a gente tem que incentivar a moradia e a permanência. A questão turística, incentivar locais para pousadas, hotéis, para que o turista desfrute mais desse centro histórico, também é importante. E claro, os serviços e o comércio eles tem que estar sempre sendo incentivados a permanecerem, e até mesmo algumas instituições chaves, por exemplo, o Museu do Mar e a Prefeitura Municipal, é muito simbólico e representativo que eles estejam no centro histórico, nunca desejaria que a Prefeitura, por exemplo, saísse do centro histórico, eu quero que ela permaneça no centro histórico (NIZZOLA, 2016).

O arquiteto Dalmo Vieira Filho também salienta a questão da diversidade de atividades no centro histórico, dando enfoque ao uso residencial. Insere, ainda, em seu depoimento a ideia de tornar o conjunto histórico um centro regional de lazer que possa beneficiar toda a região:

> O principal é a moradia, a moradia é essencial no equilíbrio da cidade, para que ela não se transforme apenas num cenário, pra que ela tenha segurança, tenha cotidiano, para que o pequeno comércio sobreviva. [...] Mas, é verdade que o centro histórico é vocacionado pra uma mescla de atividades, para um *mix*, que deve abranger moradias, como sempre foi, mas precisa também privilegiar comércios e serviços, principalmente no caso de serviços, serviços de modo geral, mas aí também tem a dimensão de serviços que não envolvem só a comunidade de São Francisco, que é a questão do lazer e do turismo. Na nossa percepção o centro histórico de São Francisco tem duas, digamos assim, premissas: primeiro é não deixar de ser uma cidade, no sentido de ser usufruído cotidianamente por seus moradores e tal; e a segunda é ser uma espécie de centro regional de lazer daquela região toda. Se ele conseguir ser as duas coisas, sem deixar de ser cidade, se ele se mantiver, se ele crescer nessa dimensão do centro regional de lazer e turismo... eu acho que é pra isso que ele está vocacionado (VIEIRA FILHO, 2016).

Essa questão é ainda abordada por outros agentes públicos do munícipio e trazem posicionamentos diferenciados e por vezes conflitantes. Aldair Carvalho, diretor-presidente da FUCISF, acredita que o centro histórico precisa ser visto como um conjunto de lares para que as políticas implantadas na área tenham sucesso e que a importância do conjunto seja resgatada como centralidade municipal:

> [...] eu acho que a gente já tem feito bastante trabalho de trazer atividades que as pessoas chamam de atividades culturais, mas acho que não é atividade cultural que se precisa aqui, o que se precisa aqui é fazer com que as pessoas voltem a morar no Centro, isso é outra história. Nós temos que parar de olhar o centro histórico como um conjunto de imóveis, e nós temos que olhar o centro histórico como um conjunto de lares, que é outra coisa. Então, enquanto a gente estiver tratando o centro histórico como um conjunto de imóveis, como se fossem objetos dentro de uma prateleira organizada, a gente tá fadado a quase que sucumbir com a relação do patrimônio revitalizado [...] (CARVALHO, A., 2016).

Já o Secretário de Turismo e Lazer, Guilherme Neves Pereira, acredita que as atividades desenvolvidas no centro histórico devem estar voltadas para os turistas e não para a população local:

> Eu acho que um conjunto desse aqui não deveria ter talvez espaço para o comércio local, para atender somente... uma loja de roupa, por exemplo, não sei se se encaixaria aqui no centro histórico, as vezes o pessoal ocupa uma sala para atender um público local, eu vejo mais como atender um público turístico. O turista que vem pra cá não vai procurar uma loja de roupas, vamos citar até nomes, a Hering. A Hering ele tem na cidade dele, então não se enquadra num contexto talvez de um conjunto turístico aqui do centro histórico. E as pessoas tem esse pensamento muito ainda atrasado, de não quererem reverter, esperar muito do poder público, eles esperam muito da gente, sendo que deveria ser o contrário, como em outras cidades. A situação de ter muito morador aqui no centro histórico... Você conhece Parati? Parati é parecido, só que o centro histórico deles acaba sendo um pouco maior, porque são várias ruas, enquanto o nosso tem a rua de baixo e a rua de cima, lá eles

> tem umas seis ruas. E lá, o que acontece? Tem gente que eu acredito que more lá ainda, mas ele destinou um cômodo da frente da casa dele para uma loja de artesanato, uma loja de souvenires, restaurantes. Eu fui em restaurante lá que era o tamanho dessa minha sala, aí tinha as mesas na... tinha quatro ou cinco mesas na rua, e ele fazia só três tipos de prato, ele não tinha uma variedade, tinha só dois, três tipos de prato, e ele adaptou... eles foram adaptando, que era o que a gente deveria ter aqui. 'Eu vou continuar morando', 'Não, não tem problema, mas o cômodo da frente tu adapta pra que vire um barzinho'. Isso é muito bacana. Nas ruas não passam carros, só anda carro no entorno do centro histórico, nas ruas do meio não tem trânsito, e as mesas ficam todas na rua. Não precisa ter uma estrutura grande dentro para adaptar. E tu chega a noite lá é a coisa mais linda, é muito bacana. [...] Aquilo lá fica magnífico, e era um sonho que São Francisco se tornasse [...] (PEREIRA, G., 2016).

Percebe-se a diferença de posicionamentos dos entrevistados: uns defendem a valorização do centro histórico para a população local; outros, que a área esteja voltada para um público turístico, deixando as necessidades da população em segundo plano. A comerciante Sandra Pereira, em seu depoimento, acredita que o plano de gestão do atual prefeito da cidade esteja mais vinculado ao segundo posicionamento: "Eu acho que o prefeito, pelo menos o que estava no plano dele, [...] no plano de gestão dele, ele tinha outras ideias pro centro histórico. Na verdade o plano dele era tirar as lojas daqui, que aqui ficasse residência e gastronomia, sabe?" (PEREIRA, S., 2016).

Para Alisson Brito essa era a proposta a ser implantada principalmente ao longo da Rua Babitonga, transformando-a em uma via cultural e gastronômica. Para o entrevistado, isso só não aconteceu por uma falha do Programa Monumenta que, ao propor projetos artísticos e culturais e criar um plano de negócios para atrair investidores para o centro histórico, priorizou a realização de obras de recuperação do conjunto.

Também buscou-se ouvir os visitantes acerca das atividades de comércio e serviço encontradas no centro histórico, a fim de que a análise pudesse englobar os olhares dos diversos envolvidos com as dinâmicas da área. Os entrevistados desse grupo – Maria Helena e Vitor Farias - tiveram dificuldade de responder às perguntas devido ao pouco tempo de permanência no local. Ressalta-se que dos visitantes entrevistados, somente dois iriam passar mais de um dia em São Francisco do Sul, Vitor Farias estava hospedado na casa de um parente e Flávia que estava hospedada em hotel, ambos fora do centro histórico. Os restastes ou estavam visitando o centro histórico em grupo, numa excursão e permaneceriam somente durante o dia na cidade (GRUPO 1 e GRUPO 2, 2016), ou estavam fazendo o passeio no Barco Príncipe, permanecendo, portanto, na cidade, somente cerca de 1 hora e 30 minutos (LEHN e MARIA HELENA, 2016).

Para a visitante Flávia as atividades oferecidas no centro histórico são satisfatórias, não sentindo falta de nada no tempo que estava circulando na área. Já para o primeiro grupo de estudantes entrevistados falta "[...] uma variedade maior de restaurantes, parece que tem pouca opção de restaurante, na verdade, pouca opção com preço acessível [...]" (GRUPO 1, 2016). Essa é a mesma opinião de outra pessoa entrevistada do segundo grupo, que comentou que, anteriormente, já tinha visitado o centro histórico com sua família e que havia ficado impressionada com o alto valor de muitos desses estabelecimentos no local (GRUPO 2, 2016). Ainda, o segundo grupo julgou o centro histórico como 'meio morto', e que tiveram a impressão de que tinha "[...] bastante coisa fechada [...], a gente olha e parece que tudo está fechado" (GRUPO 2, 2016). Julia Lehn, da cidade de Joinville, que já havia estado na cidade anteriormente, criticou as atividades comerciais que a área apresenta, chamando a atenção inclusive para o horário de funcionamento dos estabelecimentos:

> É fraco, bem fraco, principalmente sendo uma cidade bem turística. A gente chegou aqui e a minha maior dificuldade foi a questão do cartão, tive que subir... [...] vindo de Barco Príncipe, eu estou me locomovendo de a pé aqui, né? E o meu banco, Banco do Brasil, fica lá do outro lado, não tem tantos informativos. E assim, por ser um comércio que tem bastante artesanato, não aceitam cartão. Então assim, a minha maior dificuldade é essa questão, né? E assim, as lojas, pelo o que eu vi, assim que a gente chegou a maioria já fechou. Então assim, o horário às vezes não bate com o que é a cidade em si, né? Que é atrativo turístico (LEHN, 2016).

Da mesma forma, a questão do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do centro histórico abordada por Julia Lehn, é tratada pelo Secretário de Turismo e Lazer, Guilherme Pereira, que comenta que:

> A gente tem uma grande briga da situação do domingo aqui, você chega no centro histórico e está tudo fechado no domingo, vai estar aberto o restaurante Portela e o restaurante do hotel Zibamba, a tarde a padaria abre [...]. A gente vem pro centro histórico, chega no centro histórico tudo fechado, não tem onde comprar uma água. Essa pessoa que teve aqui essa experiência, vai passar essa experiência negativa para várias pessoas. [...] Então, chega aqui não tem nada aberto, então o que que eles [comerciantes] falavam: 'Ah, mas as vezes a gente tem que pagar funcionário pra ficar o dia todo e não entrar ninguém no restaurante'. Mas se não se iniciar esse processo nunca vai entrar ninguém, então é sempre aquela imagem negativa de chegar o final de semana e estar fechado (PEREIRA, G., 2016).

Outro ponto levantado para a análise se refere à construção de novas edificações na área e às necessidades atuais da população. Alguns moradores se manifestaram a favor do centro histórico contar com novas edificações, inclusive ressaltaram que seria válido que alguns imóveis arruinados fossem demolidos e substituídos por novos, a fim de abrigar novas moradias na área:

> A única coisa que a gente sugeria e a gente não entende... Por que essas casas aí que tão em ruína como se diz, não deixar o proprietário fazer alguma coisa, entendeu?

> Que não use o modelo antigo, que faça uma coisa nova, entendeu? Não muito alta pra não prejudicar o centro histórico, mas uma coisa que venha alguém pra morar né (JACOB, 2016).
>
> Aqui você vê uma casa... Ali nessa... Você vai aqui, desce... As duas casas de esquina, são casas lindas, de antigamente, mas ninguém conserva. Se você chamar um pedreiro hoje pra fazer eles não sabem fazer aquilo. E o prédio não, o prédio é mais fácil. Bota ali aquela *coisarada* velha no chão e constrói um prédio. Quatro ou cinco andares não são prédios altos, não precisa construir de dez ou de quinze [...] (MOREIRA, 2016).

No entanto, moradores como Ruth Carvalho e Phrynea Stazak acreditam que o mais importante seria a restauração das edificações em arruinamento e mal conservadas do que a construção de novos imóveis no centro histórico, de forma a valorizar o conjunto. Já para o comerciante e morador Ricardo Assef deveriam ser preservadas as edificações que realmente possuem valor histórico no conjunto e, nos lotes sem edificação ou que a edificação não é considerada de valor histórico, poderiam ser construídos novos prédios com características contemporâneas, de forma que quem circula pela área possa identificar as épocas distintas de construção das edificações:

> Uma coisa que eu sempre briguei muito também, o Dalmo é testemunha disso, [...] mas a minha concepção é o seguinte, o que é histórico é histórico, ponto. O que não é, não é. Por exemplo, a minha casa que não tinha nada ali, eu brigava... Eu queria fazer uma coisa ultramoderna, como aquele *transformer* que tão fazendo do outro lado da rua lá... eu acho isso. [...] Mas tem lugares que você vê vazio e você pensa em um troço altamente moderno, pra que a pessoa olhe "esse aqui é moderno e esse aqui não é" (ASSEF, 2016).[38]

O técnico do IPHAN, arquiteto Dalmo Vieira Filho, tem ressalvas quanto à construção de edificações com características contemporâneas que venham a destoar daquelas preexistentes na área. Para ele “A gente tem riscos até de, digamos assim, retrocessos [...] [ao] simular ou admitir arquiteturas com grandes contrastes na área tombada. Eu acho que é um desserviço ao Centro, é uma leitura equivocada de como se deva tratar uma área tombada (VIEIRA FILHO, 2016).

Ainda, o entrevistado Ricardo Assef defende que deve haver um bom senso diante das necessidades atuais da população por parte do IPHAN, buscando-se uma maior flexibilização nas intervenções que possam vir a ser realizadas na área:

> [...] tem que ter um meio termo, isso eu sempre briguei, um bom senso, pra que tudo possa existir, coexistir. Não dá pra imaginar uma casa de 100 anos atrás onde não tinha banheiro, os banheiros eram fora, não tinha ar-condicionado, não tinha carro, então... Eu não estou dizendo pra gente quebrar um buraco numa fachada e meter um carro, não é isso, mas vamos relaxar um pouco, de repente a gente consegue pelo lado, consegue alguma coisa... [...] (ASSEF, 2016).

[38] A edificação a que Ricardo Assef se refere corresponde à obra que vem sendo executada na sede da empresa Oceânica, evidenciada anteriormente. Ver nota de rodapé nº 37.

Para a Superintendente do IPHAN em Santa Catarina, Liliane Nizzola, atualmente a instituição vem mudando sua forma de atuação, estando mais atenta às necessidades atuais da população e buscando uma maior flexibilidade nas intervenções de forma que o centro histórico não perca sua vitalidade por questões associadas ao não poder fazer:

> O IPHAN vem mudando um pouquinho a forma de trabalhar, eu acho que a gente já foi muito mais rígido, hoje a gente [vem] buscando, também, na verdade, ter o apoio da população e flexibilizar para que o centro histórico não seja abandonado, tenha moradores, tenha serviços, tenha comércio. A gente tem sido, de fato, mais flexível e atento à realidade atual. Eu acho que é uma necessidade a gente também se adequar as necessidades atuais, tanto de acessibilidade, como de outros órgãos, tipo bombeiros. [...] Novas áreas construídas a gente tenta sempre viabilizar se for dentro do contexto do centro histórico, se estiver de acordo com o que a gente imagina para o centro histórico. E tenta orientar também, porque não adianta também dizer assim não pode, mas não diz como pode. Então, a gente não quer que ninguém saía de lá porque não pode fazer uma área a mais, porque tá o tio, o primo, o sobrinho, que tem que morar lá, ou porque tem que ampliar o negócio, enfim, a gente sempre tenta auxiliar para que aconteça sim, regradamente, e não desmesuradamente, as ampliações, as áreas novas (NIZZOLA, 2016).

Os agentes públicos comentaram também sobre o papel que o centro histórico desempenha, ou deveria desempenhar, no contexto da cidade como um todo. Liliane Nizzola pensa que o conjunto "[...] deveria ser o polo gerador de tudo. Eu entendo ele como a concentração, tem que ser a concentração das atividades, foi a concentração do desenvolvimento da própria cidade, então, ele tem que ser o polo agregador e gerador de todo o funcionamento da máquina [...]". Da mesma forma, Dalmo Vieira Filho considera "[...] o centro histórico como uma oportunidade de desenvolvimento para o município de São Francisco, sempre achamos que ele era um trunfo do desenvolvimento, uma vez que seja bem tratado", e que a própria realização do Programa Monumenta na cidade esteve muito associada a esse princípio. Já o diretor-presidente da FUCISF, Aldair Carvalho, critica a forma como o patrimônio é tratado em São Francisco do Sul, afirmando que "[...] nós enxergamos apenas o centro histórico dentro da poligonal, aliás, nem dentro da poligonal, porque a gente tá preocupado muito com o que é muito visual, e a produção cultural da Baía Babitonga, que inclui São Francisco, é muito maior que esse visual que ela propõe". Diante disso, o entrevistado pensa que somente quando se parar de "[...] ficar dividindo o patrimônio, dividindo os conceitos do patrimônio [...]", e compreendermos esse conjunto como um todo, inserido num contexto mais amplo, será possível a sua contribuição para o desenvolvimento da cidade (CARVALHO, A., 2016).

Prosseguindo com a análise das entrevistas, outro ponto que foi tratado se refere a questão do turismo em São Francisco do Sul, com enfoque na área tombada. Para o grupo dos

agentes públicos o Centro Histórico e Paisagístico tem papel fundamental para o desenvolvimento da atividade turística na cidade e, junto com as praias, essa área se torna um grande diferencial que São Francisco apresenta quando comparado com outras cidades do estado. A Superintendente do IPHAN em Santa Catarina reconhece que "O papel do centro histórico é chave, ele é um dos indutores do turismo. São Francisco também tem várias praias, mas o diferencial da cidade é de ter praias e ter um centro histórico [...]" (NIZZOLA, 2016). Ela afirma, ainda, que as atividades turísticas na cidade, atualmente, são positivas, não é um turismo predatório, mas que necessita de acompanhamento constante, de forma a assegurar a preservação do conjunto. Da mesma forma, Dalmo Vieira Filho considera que "O turismo é uma fonte inegável de recursos, de riquezas, pra São Francisco do Sul, e tanto quanto as praias, o centro histórico é um grande suporte possível dessa atividade" (VIEIRA FILHO, 2016).

O Secretário de Turismo e Lazer de São Francisco, Guilherme Pereira, apresenta igual posicionamento ao tratar das políticas de turismo da cidade:

> Nós, enquanto Secretaria, [...] priorizamos um pouco mais o centro histórico, por conta de ser um diferencial, praia... nós temos o litoral inteiro de Santa Catarina que tem praia [...]. Então a gente tenta atrair o turista pra cá com o centro histórico, só que com o complemento de praia. Então ele tem duas opções: o turismo cultural aqui no centro histórico, que ele pode conhecer todos os museus, os casarões, o mercado; e depois ele tem a opção de ir para a praia também [...] (PEREIRA, G., 2016).

Para Aldair Carvalho, diretor-presidente da FUCISF, "a Fundação, hoje, tem pensado no turismo como um bom negócio [...]. Se não tiver turista eu não consigo girar a cadeia produtiva da cultura, porque se eu não tiver turista, o restaurante não vende, o artesão não vende, o músico não toca, então, isso é fundamental" (CARVALHO, A., 2016). Mas ele reconhece ainda que se deixou de pensar o turismo de forma estratégica em São Francisco do Sul:

> Agora, eu acho que se deixou de pensar estrategicamente o turismo para São Francisco do Sul sob o aspecto econômico, e aí isso é um fator que pesa muito na cadeia produtiva da cultura. [...] Mas o turismo é o... aquela coisa do desenvolvimento, eu penso a respeito do turismo. Não acho que o turismo seja a principal fonte, mas é uma fonte secundária muito interessante, que mantém o comércio local, é isso (CARVALHO, A., 2016).

O entrevistado aponta que para isso acontecer é preciso uma junção das instituições que atuam em São Francisco, principalmente junto ao centro histórico, e que todos os envolvidos estejam engajados nisso. Diante disso, Carvalho critica a postura do IPHAN,

considerando que a instituição assume um papel na cidade voltado para a realização de obras, e deixa a desejar no envolvimento com discussões que envolvem o sítio histórico:

> O IPHAN tem capital intelectual para ajudar a pensar isso, mas o IPHAN não tem evoluído nessa discussão com São Francisco. Nós continuamos tratando, embora tenhamos evoluído em relação à questão do Programa Monumenta, mas nós continuamos tratando a questão do IPHAN aqui como um escritório técnico de obras e não a possiblidade de trazer para cá discussões (CARVALHO, A., 2016).

A atividade turística na cidade é tratada por parte dos agentes públicos com prioridade na região. Aldair Carvalho afirma que "O nosso raio é muito curto de atuação do turismo, então, é uma questão quase que local, inviabilizada em razão do acesso" (CARVALHO, A., 2016). Diante dessa questão do acesso à cidade, o Secretário de Turismo e Lazer acredita que a problemática envolvendo a BR 280 prejudica principalmente o turista regional, que normalmente vem passar o dia na cidade e se preocupa se irá pegar congestionamentos e quanto tempo perderá para chegar e deixar a cidade, questionando se virá a São Francisco ou irá a outra cidade da região que não tenha a mesma dificuldade de acesso (PEREIRA, G., 2016).

Sobre essa abordagem do turismo regional, Dalmo Vieira Filho opina que a Prefeitura de São Francisco deve tomar partido dessa abrangência regional e propor políticas públicas que estejam voltadas para o desenvolvimento da atividade turística e para o lazer regional, algo que é pouco explorado no país:

> [...] São Francisco, ao contrário, por exemplo, de Alcântara, do centro de Olinda, de São Cristóvão, de Diamantina, da maior parte dos centros históricos preservados no Brasil, São Francisco está numa região em que a 150 quilômetros existem cidades como Curitiba, Florianópolis, Blumenau, Jaraguá, São Bento, quer dizer, uma população carente de lazer, com forte poder aquisitivo. A cidade precisaria se preparar para transformar o fato de ela estar às margens da baía, é uma ilha, tem praias, tem lagoas, sítios arqueológicos, centro histórico, culinária, náutica, praticamente todos os elementos que podem criar, tornar a cidade um polo de turismo regional. Isso entra qual que é a nossa visão: precisa ser cidade, quer dizer, ter gente morando, ter cotidiano e ela precisa crescer grandemente nesse viés do turismo. No caso de São Francisco do Sul, eu não vejo, se for bem administrado, um antagonismo. É possível. Eu acho que a cidade precisa apostar nisso... e na realidade todo o projeto Monumenta, por exemplo, e outros projetos estratégicos desenvolvidos pelo município, como a questão do Cine Teatro e a criação do Museu do Mar, eles buscaram um equilíbrio entre esses dois objetivos, digamos, do desenvolvimento urbano, da própria valorização do patrimônio na cidade, ser cidade e ser um polo de lazer e turismo. Eu até, às vezes, priorizo o termo 'lazer' ou "entretenimento", porque não existe praticamente no Brasil a tradição, a política própria, do chamado lazer regional. É diferente do turismo, nós fazemos turismo no Ceará, no Caribe, uma vez, de vez em quando, pra um lugar, pra outro distante, mas quando a gente usufrui dos lugares próximos a gente pode ir lá várias vezes por ano. Tem uma relação inclusive da maneira de usufruir dos locais, porque a gente vai pra um hotel, por exemplo, e se for bem recebido a gente pode voltar no mês seguinte, [...] só que essas diferenças precisam ser trabalhadas. A cidade deveria ter uma programação cultural densa, importante, para significar uma atração a mais, pra

> estimular as pessoas a um tempo de permanência maior e não só passar de carro por ali. Então assim, isso exigiria realmente uma política, uma estratégia, ser bem estruturada pra dar resultados (VIEIRA FILHO, 2016).

Diante do exposto, o entrevistado pensa que a consolidação de uma marina pública junto ao centro histórico seria um passo importante para tornar São Francisco um polo de lazer e turismo e regional:

> [...] eu acho que a marina, a marina da cidade, ou a marina do Museu [Museu Nacional do Mar], ela seria para São Francisco, do ponto de vista desse projeto de lazer regional, [...] um diferencial pra cidade, porque ela geraria muita, muita possiblidade, não só indireta, em hotéis e restaurantes, mas mais serviços. As pessoas vem com frequência, nós passaríamos a ter uma base mais consistente para o lazer regional em São Francisco do Sul com a marina (VIEIRA FILHO, 2016).

Essa questão da criação de uma marina pública no centro histórico é também abordada pela comerciante Sandra Pereira, que entende que "[...] São Francisco perde muito em não ter uma Marina Pública, [...] que traria o movimento, uma vitalidade pra esse centro, onde poderia trazer mais comércio, mais gastronomia e tudo o mais [...]". A entrevistada pensa também que a baía poderia dispor de pedalinhos para as pessoas passearem e aproveitarem mais o lugar, atraindo mais pessoas para o centro histórico.

Além dessas, outras considerações sobre a atividade turística na cidade foram apresentadas pelos moradores e trabalhadores entrevistados. A questão da sazonalidade da atividade foi destacada por Alisson Brito: "Na pesquisa da SANTUR se você pegar mais de 90% dos turistas que visitam São Francisco do Sul são veranistas, não são turistas, né? Então, [turismo] só durante a temporada de verão, baixa temporada não existe turismo" (BRITO, 2016). Já Ricardo Assef observa que a praia é o maior atrativo para os visitantes de São Francisco do Sul, por isso, ao contrário de querer competir com esse atrativo, como diversas vezes se tentou fazer, é preciso aproveitar o grande número de pessoas que vem à cidade por causa da praia e achar meios de atrair parte desse público para o centro histórico. O entrevistado critica ainda a gestão municipal, que nos últimos anos não realizou algumas celebrações e suprimiu alguns elementos que ele considera importante para atrair de turistas ao centro histórico.

> [...] uma coisa legal que o antigo Prefeito tinha feito, o Odilon, ele fez naquela praça lá de cima uma época a casinha do Papai Noel e a casinha do Coelhinho da Páscoa. Sabe, parecia bobagem, mas... E ele estendia, o Papai Noel ia até fevereiro, ou o Papai Noel não ia embora nunca. [...] O turista vinha, e vinha de monte [...] (ASSEF, 2016).

Ricardo Assef comenta ainda que sempre questionou a Secretaria de Turismo sobre a elaboração de um calendário de eventos anual para o centro histórico de São Francisco. Para o

entrevistado no decorrer de todo o ano deveria ter uma programação que pudesse atrair tanto turistas como a população local para o centro histórico, de forma harmoniosa com o comércio da área. Então, além das datas já tradicionais, que atraem as pessoas para a área - como Natal, Ano Novo, Carnaval, a Festilha -, nas demais épocas do ano poderiam ser previstas outras festividades e eventos, como ocorria antigamente:

> Então, [...] são coisas que tinha no Centro e que se acabaram, por exemplo, podia ter o encontro de carros antigos, que era bem legal, o encontro de fanfarra, bandas de fanfarra, uma coisa assim, era muito legal, e uma coisa que funcionava muito bem e [era] barato era a banda no mercado, todo sábado tinha (ASSEF, 2016).

A chegada dos navios transatlânticos em São Francisco do Sul durante a temporada de verão é outro ponto destacado pelos entrevistados, embora criticado por alguns. A moradora Phrynea Stazak comenta: "Como eles [representantes da Prefeitura Municipal] dão tanto valor pros navios de passageiros, eu não dou valor nenhum. Não dou valor nenhum porque eles não deixam dinheiro na cidade, eles não compram nada, mal andam [...]". Além de Phrynea, a moradora Ruth Carvalho avalia que parte dos visitantes que chegam de navios nem ficam na cidade, se deslocam para as cidades vizinhas: "Os que vem dos transatlânticos ficam aqui e vão pra Joinville. Isso eu notei e disse 'mas que absurdo, né?'" (CARVALHO, R., 2016); "Mas então vão pra Joinville, pra Blumenau, pra Jaraguá... Aí eu acho um absurdo. E eles não gastam nada aqui daí, né? Porque vão nesses lugares aí, compram o que eles querem, que é malha, é chocolate, outras coisas, né?" (STAZAK, 2016).

O tema também é abordado pelo diretor-presidente da FUCISF:

> Eu acho inclusive que essa questão dos navios virem pra São Francisco... eu acho interessante, mas não acho isso fundamental, até porque quem vem de navio para São Francisco não fica em São Francisco. Nós temos uma sensação de que isso produz turismo, mas isso ainda não produz o turismo que nós... que subsidia a economia local, isso produz uma outra fonte de... é uma outra fonte de financiamento, financia outras coisas, que não a produção local. Agora, uma coisa é fato, a questão de o navio estar ancorado aqui na Baía atrai pessoas da região, que é onde é o nosso maior foco de turismo [...] (CARVALHO, A., 2016).

Os entrevistados também foram perguntados sobre o que consideravam como os maiores atrativos do centro histórico. O Museu Nacional do Mar foi citado por grande parte dos moradores e trabalhadores da área (ASSEF, 2016; BRITO, 2016; CARVALHO, R., 2016; CECYN, 2016), constatando-se sua importância diante da atividade turística e até mesmo como uma referência cultural para a população local. Da mesma forma, sua relevância é percebida no trabalho de divulgação que é realizado pela Secretaria de Turismo e Lazer, de acordo com Guilherme Pereira:

> Quando a gente fala fora da cidade a gente usa muito, além do conjunto arquitetônico, a gente usa muito o Museu Nacional do Mar, pela característica dele, de ser o único na América do Sul, então ele tem esse apelo maior de ser um museu diferente dos demais. A gente falar em Museu Histórico, toda cidade tem um Museu Histórico, então a gente trabalha bastante com a situação do Museu do Mar (PEREIRA, G., 2016).

Os entrevistados do grupo 'população local' também destacaram a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça e o Museu de Arte Sacra (anexo à igreja), o Mercado Municipal, o Parque Ecológico Municipal e o Museu Histórico, que mesmo localizado fora da poligonal de tombamento, é identificado como pertencente ao conjunto. Além disso, o casario que compõe o centro histórico e a própria Baía Babitonga são considerados os principais atrativos para os visitantes que chegam à São Francisco do Sul. Ricardo Assef, inclusive, ressalta que o pôr do sol na baía é um atrativo único, "[...] são poucos lugares no mundo que tem aquele pôr do sol dali" (ASSEF, 2016) e Waldemar Jacob cita os passeios de barco realizados na baía como um bom atrativo para a cidade.

Apesar do pouco tempo de permanência na cidade, a maioria dos visitantes entrevistados também apresentaram algumas considerações sobre a atividade turística no centro histórico e os principais atrativos do local. Assim, a visitante de Balneário Camboriú, Flávia, que foi passar o final de semana na cidade, ressaltou que a maior parte do conjunto encontra-se conservada, e isso chamou a sua um aspecto positivo:

> Olha, uma coisa que me chamou a atenção, até no ponto positivo, é que está tudo muito impecável, a pintura, porque, tipo assim, as vezes a gente vai em centros históricos, vamos supor de Salvador, eles não cuidam, e a gente vai pra fora do país e é tudo impecável. E a gente estava falando 'Meu Deus, parece realmente Portugal', e tu olha assim a maior parte é muito conservada, nos chamou a atenção isso, um ponto positivo (FLÁVIA, 2016).

Entre os principais atrativos turísticos, o conjunto tombado como um todo e a própria história da cidade foram destacados por alguns dos visitantes: para a visitante de Joinville, Julia Lehn, o centro histórico é um dos principais atrativos da cidade; para um dos grupos de estudantes de arquitetura entrevistado (GRUPO 1), vindo de Blumenau, chamou a atenção o conjunto de imóveis; a visitante Flávia destacou as 'ruazinhas' do sítio histórico; para o visitante da cidade de Tubarão, Vitor Farias, o principal atrativo é "[...] a história de São Francisco, a cultura que é rica". Além desses pontos levantados, os entrevistados destacaram o Parque Ecológico Municipal e as edificações do Mercado Municipal, da Prefeitura Municipal e da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, essa última apontada por sua arquitetura imponente diante das demais edificações do conjunto (GRUPO 2, 2016). Chamou-nos a atenção que, diferentemente da população local e do Secretário de Turismo e Lazer,

nenhum visitante entrevistado apontou o Museu Nacional do Mar ou outros equipamentos museológicos como sendo um atrativo do centro histórico.

Durante as entrevistas alguns visitantes ressaltaram alguns outros aspectos que acreditam faltar para que a atividade turística na área seja mais satisfatória. O visitante Vitor Farias aponta a falta de guias turísticos no centro histórico, porque acredita que isso poderia auxiliar no passeio, possibilitando maiores informações sobre o conjunto. Essa questão foi inclusive abordada por uma moradora do centro histórico, que enfatizou que vários alunos já se formaram no Curso Técnico em Guia de Turismo, do Instituto Federal Catarinense, e que não estão atuando na área (STAZAK, 2016). Julia Lehn, que já havia visitado a cidade anteriormente, destacou que "Antigamente, lá por 95 [1995], 98 [1998], tinha aquelas máquinas [binóculos fixos] que a gente podia olhar as ilhas [...]", e que foram tiradas do local, sugerindo que poderiam ser novamente instaladas.

Perguntados se voltariam à cidade, futuramente, todos os visitantes confirmaram que gostariam de voltar e alguns deles expressaram a vontade de conhecer as praias que São Francisco do Sul oferece: "A gente quer vir agora no verão também, pra aproveitar daí as praias, né?" (FLÁVIA, 2016); "[...] eu queria conhecer as praias que todo mundo está falando, [a] região norte lá..." (GRUPO 1, 2016). Já a visitante Julia Lehn, moradora da cidade vizinha Joinville, que já havia visitado São Francisco do Sul algumas vezes, comentou que apesar da cidade oferecer algumas dificuldade de acesso e até das próprias atividades comercias e de serviço, sempre que possível ela busca retornar.

Outro ponto abordado nas entrevistas diz respeito às referências culturais percebidas no centro histórico, mais especificamente as festividades e manifestações culturais, uma vez que, de acordo com a Superintendente do IPHAN em Santa Catarina, "[...] São Francisco é além do patrimônio material dela, a gente tem que lembrar também que tem todo o patrimônio imaterial, as festas [...]" (NIZZOLA, 2016). O diretor-presidente da FUCISF, Aldair Carvalho, ao tratar do tema comenta que se percebe hoje como referências culturais de São Francisco do Sul são provenientes de movimentos distintos, que provocaram uma mistura de manifestações e celebrações na cidade:

> Então, eu sempre brinco que, assim, tem duas São Francisco, tem uma São Francisco que é a São Francisco do litoral de Santa Catarina, e tem a São Francisco do litoral do Paraná, são duas São Francisco. [...] Então assim, tem os vicentistas que desceram de São Paulo pra cá, pra essa região toda, [...] que povoaram o centro histórico, portanto o centro histórico tem um tipo de português. E tem depois um outro movimento, que vem de Florianópolis, Desterro, e sobe para ocupar o litoral de Santa Catarina, que são os descendentes de açorianos, dois séculos depois. Então,

> essa junção de dois grupos, embora seja a base portuguesa, acabou juntando duas informações [...], porque tem uma parte que se diz descendentes de açorianos e outra parte que se diz descendentes de caiçaras. São dois nomes que acabaram dizendo o que é o povo pobre que ocupou esse lugar aqui. E tem um outro movimento que é dos portugueses ricos que ocuparam essa região aqui. Mais tarde, daí vem outras influências, vem a questão dos franceses, [...] a questão africana, dos negros daqui, a relação da presença negra em São Francisco [...]. E depois vem os árabes, que são os sírios libaneses [...]. Então, São Francisco tem uma mistura muito engraçada nessa coisa do "fazer cultural popular", [...] esse "fazer cultural popular" é muito misturado [...] (CARVALHO, A., 2016).

Para o entrevistado, as principais manifestações culturais percebidas na cidade estão associadas à religiosidade, "[...] não dá pra discutir atividade cultural sem pensar sobre qual perspectiva da religiosidade nós queremos entrar [...]" (CARVALHO, A., 2016). Dessa forma, o entrevistado identifica o 'catolicismo português', associando-o à Festa da Nossa Senhora da Graça, ao Terço de São Gonçalo, à Chama Rita, à Festa do Divino Espírito Santo; 'a religiosidade ligada a Assembleia de Deus'; a religiosidade de matriz africana, como o Candomblé; e o Espiritismo, associado aos "[...] descendentes de franceses, que ficaram na Vila da Glória e depois vieram pra cá e fundaram o centro espírita que fica aqui no centro histórico" (CARVALHO, A., 2016).

Nesse contexto, a Festa de Nossa Senhora da Graça é citada por alguns entrevistados, que afirmam que ela movimenta o conjunto tombado no mês de setembro (BRITO, 2016; CECYN, 2016). O Secretário de Turismo e Lazer ressalta que "[...] é uma festa tradicional já da igreja católica, e essa é uma festa que também traz gente de fora, geralmente pessoas que foram embora de São Francisco e retornam pra festa, então uma festa bem tradicional" (PEREIRA, G., 2016).

Além disso, outras referências culturais identificadas na cidade e utilizadas institucionalmente pela FUCISF são:

> [...] o 'Boi de Mamão', que é uma forçação de barra, porque o 'Boi de Mamão' não é um representante autêntico da ilha de São Francisco do Sul, ele é... ele está em São Francisco do Sul, porque ele representa muito o povo açoriano que vem no segundo momento pra cá [...]. Então, ele está aqui dentro de um movimento mais de briga pelo território, pra dizer 'os açorianos são donos da ilha e não os caiçaras'. Só que, a palavra caiçara... quando tu vê alguém dizendo a palavra caiçara, a referência dele é o Paraná. Então, tem, pontualmente, a 'Dança do Vilão', que é muito mais aceita pela comunidade de São Francisco do que o 'Boi de Mamão'; [...] nós temos a Capoeira, numa tentativa de africanizar a cultura, mas que não é originária daqui, não tem essa relação aqui, essa é uma invenção, uma invenção muito contemporânea, o Carnaval é muito mais relacionado ao povo negro daqui do que a Capoeira, ela não é uma referência cultural tradicional da cidade. E eu acho que a gente tem que começar parar de buscar referências culturais, artístico-cultural, pra materializar São Francisco. São Francisco é uma cidade que produz, é um porto de entrada e de saída, então, ela é uma cidade que trabalha. Então, a nossa maior referência cultural é a forma como a gente trabalha (CARVALHO, A., 2016).

O carnaval também é lembrado pelos entrevistados. Segundo Guilherme Pereira (2016) "[...] é um carnaval que se destaca entre os melhores de Santa Catarina [...]", considerado por ele "o maior evento turístico que traz público pra cá [...]". Ainda, alguns entrevistados, concordando com a importância da festividade para a cidade, acentuaram a questão da retirada da festa do centro histórico por alguns anos e seu retorno para a área em 2016. Ricardo Assef aborda o prejuízo que a realização do carnaval fora do conjunto tombado trouxe para diversos comerciantes do local:

> Eu brigo muito pra ser aqui. Tirar a Festilha do Centro? Isso não existe. [...] Eu sempre brinco, que tirar a Festilha do centro é que nem cantar parabéns pra ti daqui a 6 meses depois do teu aniversário. Não tem cabimento. [...] O Carnaval também, tirar do Centro, isso é uma vergonha, vergonha. No ano que tiraram eu mandei um e-mail direto pra Associação Comercial, e depois a Associação Comercial encaminhou pro Prefeito e na época pra Secretária de Turismo... Um e-mail [...] explicando que eu achava um erro tirarem do Centro, porque você prejudicava... [...] eu contei na época, se não me engano, 22 estabelecimentos comerciais diretos. [...] E para esses caras é muito importante. Sabe, assim, o Carnaval esse ano eu não sei quantas mil pessoas tinha aqui num desfile de [...] domingo. Não dá para andar. Esses caras [comerciantes] ganham dinheiro. Sabe, os caras tem que ganhar dinheiro, se tu não ganhar dinheiro no teu comércio tu não vive. Aí os cara [Prefeitura Municipal] mudaram pra lá com a alegação que o piso é asfáltico. Eu até entendo, realmente é melhor do que desfilar aqui, mas tinham desfilado aqui durante 32 anos. [...] Tu não pode tirar, e as pessoas simplesmente numa canetada tiraram, foram pra um lugar que não beneficiou financeiramente ninguém, porque aquela rua não tem um bar, não tem nada, não tem um hotel, não tem nada. [...] E ficaram durante anos, e aí mudaram para cá esse ano, alegaram que não tinha dinheiro para fazer arquibancada, alegaram... [...] Eu pra mim trouxeram pra cá única e exclusivamente porque é ano de política, ano de eleição, sabe. [...] Tomara que o próximo Prefeito continue mantendo aqui. A gente nunca sabe né... [...] Eu garanto pra ti que se ele tivesse vindo aqui embaixo perguntar pro comércio jamais o carnaval teria saído daqui. Por exemplo, prejudicou muito, muita gente, sabe, assim, muita gente deixou de ganhar dinheiro, durante 6 anos né [...] (ASSEF, 2016).

A grande maioria dos moradores e trabalhadores da área também destaca a Festa das Tradições da Ilha (Festilha), que acontece no mês de abril, como uma das principais festividades que ocorrem na cidade. A Festilha, de acordo com o Secretário de Turismo e Lazer da cidade:

> [...] é uma festa totalmente regional, então uma festa pra comunidade e pra pessoas que são daqui ou tem parentes aqui, que acabam vindo pra cá. Não é uma festa que traz turista pra cidade, é uma festa que tem que acontecer, tradicional, tem gastronomia, tem a situação do envolvimento das entidades, que é uma festa com fim filantrópico, então acaba ajudando as entidades (PEREIRA, G., 2016).

Apesar de sua representatividade como um dos principais eventos da cidade, muitos moradores e trabalhadores acreditam que nos últimos anos a festa vem mudando seu perfil e não sendo mais tão atrativa para a população. Para a moradora Phrynea Stazak:

> A Festilha, por exemplo, ainda tá, olha, caminhando a passos lentos, porque também não é mais como foi quando começou. [...] Então foi se perdendo, assim, aos

> poucos. E tinha muito esse negócio das tradições, então tinha muita... muito clube de dança, tinha aquele de... o pau de fita... que eles dançavam... Convidavam clubes de Curitiba, dos poloneses, franceses, vinham todos esses clubes de dança. E aquilo, meu Deus, lá embaixo [na rua Babitonga] ficava assim que não dava nem pra andar de tanta gente, e aquilo era todos os dias. Houve época de ter 10 dias de festa, e agora tem 3 dias e olhe lá, com pouco movimento, tem dias que não tem movimento nenhum (STAZAK, 2016).

Alisson Brito ressalta que nos últimos anos a festa que era voltada para as tradições francisquenses, passou a contar com a realização de shows, perdendo a sua característica:

> Hoje a Festilha, no caso, esse ano não teve, mas ela mudou totalmente o perfil dela, porque se voltou para shows nacionais, então eles montaram, lá no início do centro histórico, onde tem o pórtico turístico, uma arena de shows, [...] aí durante a Festilha, quatro dias de festa, tem shows nacionais todos os dias e a festa tradicional, aqui mesmo [na rua Babitonga], praticamente ficou descaracterizada [...] (BRITO, 2016).

O morador e comerciante Ricardo Assef concorda com a opinião de Alisson Brito, e acredita que o enfoque na realização de shows não é a verdadeira Festilha, "[...] isso é um show, você pode trazer isso quando você quiser [...], mas não é Festilha, a Festilha tá aqui [na rua Babitonga]. Você dividir o povo pra lá, isso não tem cabimento. Isso não é... não tem nada a ver com a festa" (ASSEF, 2016). O morador Waldemar Jacob acredita que a Festilha era melhor antigamente, e observa que em anos anteriores "[...] tinha um pessoal que tinha bacalhau pra você comer, vinha sempre farinha... [...] farinha de mandioca... Parece que dessa vez não veio.... Nós tinha ali o pessoal do Paraguai, vendendo jogos [...]. E tudo isso aí foram cortando e cortando [...]". Já a comerciante Sandra Pereira chama a atenção para a qualidade dos atrativos culturais e dos produtos que a festa apresenta: "A questão de qualidade de produtos, o que é vendido, de realmente ser explorado o que a cidade... A proposta, né, nessa questão cultural e tudo o mais. Eu acho que é muito pobre" (PEREIRA, S., 2016).

Essa questão dos produtos comercializados na festa levantada por Sandra Pereira, é também abordada por Alisson Brito num contexto mais amplo, ao se referir que os diversos produtos tradicionais da cidade não são explorados de forma a incrementar a atividade turística que se desenvolve em São Francisco:

> Nós temos aqui muitos produtos autênticos e nenhum está dentro do Mercado [Municipal] ali. Tem a farinha produzida no engenho, a cambira, que é o peixe defumado, muita coisa do mar, as compotas, os embutidos, e nada disso está ali. Então, essas temporadas que teve, o turista desce aqui e praticamente ele tem uma decepção, claro, ele vai ver só a parte arquitetônica, mas aí ele vai procurar o que que tem além disso, a parte humana, não tem (BRITO, 2016).

Alisson Brito também aponta alguns eventos que surgiram mais recentemente no centro histórico, mas vem se consolidando: "[...] tem o festival gastronômico que ainda é uma

coisa que tá um embrião, né? Em julho, na baixa temporada; tem o encontro de motos, que é depois da Festilha" (BRITO, 2016). De acordo com o Secretário de Turismo e Lazer esses eventos menores foram criados para tentar reverter essa sazonalidade da atividade turística na cidade (PEREIRA, G., 2016). O Secretário destacou, ainda, o 'Encontro de Motos' que acontece no centro histórico como "[...] o segundo ou terceiro evento que mais atrai turistas" para a cidade, trazendo pessoas dos países vizinhos, como Paraguai, Argentina e Uruguai, e de várias regiões do Brasil. O entrevistado comentou que o Encontro:

> [...] cumpre um papel importante, pessoas de fora vem e ocupam a rede hoteleira, ocupam restaurantes e funciona como uma ferramenta de divulgação, levam o que aproveitaram da cidade. E é um evento único também, não existe nenhum encontro de motos que esteja num centro histórico de frente para uma baía (PEREIRA, G., 2016).

Algumas festividades e manifestações que ocorriam antigamente na cidade foram deixando de acontecer e são lembradas por alguns entrevistados. Alisson Brito comenta que "Já teve muita coisa e tem muita coisa também para ser resgatada né? Festas populares assim como a Festa do Divino, Festa de São Gonçalo, e outras [...]". Da mesma forma, Phrynea Stazak menciona:

> [...] Antigamente tinha muito Boi de Mamão, tinha o Terno de Reis... Terno de Reis que vinha nas casas cantar, a gente mandava entrar, oferecia [...] uma bebida, oferecia um salgadinho, um docinho... Ainda pagava pra eles uma quota, aí eles iam na outra casa, e assim... hoje em dia não tem mais. [...] Antes era, assim, por exemplo, os festejos de junho... eu sei porque aqui na frente da minha casa, nesse tablado aqui, eles faziam um tablado de madeira, a Prefeitura fazia, e vinham tudo cantar e tocar ali. Era muito bacana e foi perdendo. [...] Esse ano nós não tivemos... da festa da Páscoa não teve enfeite nenhum na cidade, e não é porque é contenção de despesas, porque tinha muita coisa de enfeite guardada. Do Natal então nem se diz, né? Porque o que vinha gente de Joinville pra fotografar essa praça todinha enfeitada aqui, meu Deus do céu, 2 horas da manhã tava cheio de criança aí com os pais, as famílias tudo fotografando, tinha Papai Noel, tinha tudo... E não teve mais nada (STAZAK, 2016).

A maioria dos entrevistados comenta também que costuma participar das festividades que ocorrem no centro histórico. O morador Waldemar Jacob, por exemplo, diz que participa e até estranha a movimentação de pessoas em época de festas, pois cotidianamente o local é muito tranquilo. A moradora e comerciante Maria de Lourdes Cecyn afirma que as festividades realizadas no conjunto provocam maior animação no centro histórico, porque "[...] dá bastante movimento, tem muito turista [...]", beneficiando o comércio local, inclusive sua loja.

Ressalta-se que diante do tema exposto os visitantes não puderam apresentar sua percepção pois no período de realização das entrevistas nenhuma festa ou manifestação estava ocorrendo no conjunto.

Por fim, outros pontos foram abordados exclusivamente com o grupo dos agentes públicos, de forma a evidenciar alguns aspectos referentes a gestão do território e possíveis parcerias ou a existência de conflitos entre a atuação das instituições, no sentido de subsidiar as propostas a serem apresentadas no Capítulo 3. Assim, a Superintendente do IPHAN em Santa Catarina afirma que há uma parceria entre a Instituição e a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, "[...] de tentar investir em ações conjuntas pra cidade, pro IPHAN, valorizando o patrimônio material e imaterial, a população local, a educação patrimonial" (NIZZOLA, 2016). A questão da educação patrimonial, citada pela Superintendente, é bastante abordada pelo diretor-presidente da FUCISF, que acredita que o curso que vem sendo realizado para professores da rede pública municipal, em parceria com o IPHAN, é uma das principais ações de sua gestão, uma vez que acredita que "[...] se tu não conhece [o patrimônio cultural da sua cidade] não tem como valorizar [...]" (CARVALHO, A., 2016). O entrevistado comenta ainda que essa ação está possibilitando, pela primeira vez em São Francisco do Sul, que um técnico do IPHAN seja ouvido "[...] de maneira desvestida da instituição, pela comunidade, [...] como se ele estivesse dizendo 'não, isso aqui nós também temos erro [...], mas nós não conseguimos resolver' [...]", o que ele acredita ser de extrema importância, inclusive como forma de aproximar o IPHAN da população local. Para Aldair Carvalho essa parceria entre as instituições na realização do curso de Educação Patrimonial pode trazer bons frutos futuramente: "[...] eu acho que dos 700 professores que passarem por nós, se 10%, não precisa 10, pode ser 2%, 2% deles desenvolverem uma atividade nos seus territórios que vão convergir com essa coisa do patrimônio, isso vai ter um impacto muito interessante (CARVALHO, A., 2016).

Já o Secretário de Turismo e Lazer de São Francisco do Sul afirma que não existe nenhuma parceria direta entre a Secretaria e o IPHAN, mas talvez por meio de uma ponte realizada pela FUCISF, seja possível realizar alguma ação que englobe todos os referidos entes. O Secretário ressalta ainda que o IPHAN muitas vezes foi visto de forma negativa na cidade, e que a FUCISF teve um papel fundamental na tentativa de reverter essa imagem:

> [...] a Fundação Cultural tá totalmente inserida dentro do IPHAN, [...] o Andrey tá ali dentro, que é funcionário da Fundação Cultural, então o Daia [diretor-presidente da FUCISF] conseguiu desmistificar. Antes o IPHAN era aquele monstrinho que existia aqui, que não podia fazer nada no centro histórico que o IPHAN não permite,

> e a Fundação Cultural conseguiu desmistificar um pouco essa situação [...] (PEREIRA, G., 2016).

Nessa discussão Aldair Carvalho aborda também o conflito existente entre a forma de pensar a gestão pública municipal da cultura e do turismo em São Francisco do Sul. Para ele, no início de sua gestão na cidade, no ano de 2009, São Francisco do Sul era vista de forma muito alegórica, e o trabalho do turismo e da cultura buscava trazer diversas referências culturais para a cidade no intuito de torna-la mais atrativa. Carvalho acredita, ainda, que na época a cultura estava subjugada ao turismo na cidade, "[...] a finalidade da Fundação Cultural era arrecadar dinheiro para a produção do Turismo ou carregar os bonecos gigantes, os folclores [...]", e que "[...] o que eles estavam pensando sobre a política cultural não era pra política cultural, era pra outra coisa, era pra política do turismo" (CARVALHO, A., 2016).

Diante disso, o entrevistado acredita que seu tempo à frente da FUCISF possibilitou mudanças nesse sentido, uma vez que "[...] o desenvolvimento econômico sempre esteve pautado como base das nossas atividades, porque eu entendo, e conduzi as pessoas para esse entendimento também, que sem qualidade de vida não há preservação da cultura" (CARVALHO, A., 2016). Assim, os recursos que a FUCISF possuía para investir na cultura - eram anteriormente aplicados, principalmente, na realização das Praças do Coelhinho da Páscoa e do Papai Noel, eventos que foram extintos na sua gestão, no Carnaval e na Festilha -, foram melhor distribuídos, proporcionando a realização de outras ações que o entrevistado acredita serem mais pertinentes à gestão cultural, como o Curso de Educação Patrimonial. Aldair Carvalho comenta ainda que "Hoje, bem ou mal, a gente consegue dialogar com as pessoas que estão afetas a esse processo todo e eles conseguem minimamente diferenciar o que que é produção turística e o que que é produção cultural". Diante disso, o entrevistado expõe ainda que:

> [...] nós passamos de meros carregadores de bonecos gigantes pra uma discussão estratégica de administração pública municipal. Então, hoje a Fundação Cultural ela é ouvida dentro de vários assuntos, dentro da área de infraestrutura, dentro da área ambiental, nós somos ouvidos, antes nós não éramos nem consultados [...] Hoje a Cultura discute muito mais do que o Turismo estrategicamente a nível de administração municipal. Tanto que é o novo candidato a prefeito, ele colocou como uma área de discussão a cultura, é saúde, educação, infraestrutura, planejamento e cultura. Então, eu acho que nesse ponto fez com que a pauta da cultura deixasse de ser uma pauta alegórica, folclórica, pra [ser] uma pauta de planejamento, que é outro nível de discussão (CARVALHO, A., 2016).

Para finalizar, os agentes públicos foram perguntados sobre o que esperavam para o futuro do centro histórico a partir das ações que os órgãos já realizam na área e das que ainda pretendem realizar. Assim, a Superintendente do IPHAN em Santa Catarina, Liliane Nizzola,

espera que o conjunto esteja mais preservado e que a população local se aproprie do local e sinta-se pertencente a ele. Ainda, ela diz que gostaria "[...] que São Francisco para além de um monte de casas, ela tenha uma representatividade, as pessoas tenham um entendimento do porquê que aquilo é tombado, o que que é aquilo, o que isso significa, porque ela é patrimônio, enfim, trazer isso ao conhecimento das pessoas [...]" (NIZZOLA, 2016).

Da mesma forma, o diretor-presidente da FUCISF, enfatiza a questão da apropriação e do pertencimento do conjunto histórico pelos moradores:

> Eu gostaria de vir um dia aqui em que as pessoas estivessem de fato usando isso, esse lugar, como sendo delas, não com medo de usar. E eu estou falando isso cotidianamente, não estou falando só em eventos, as pessoas confundem as coisas. [...] Você passar nas casas aí e ver cobertas pegando sol, eu não vejo isso. Antes sentia cheiro de urina por causa dos penicos jogados pelas janelas, hoje não se sente cheiro de urina, mas também não tem cheiro de gente, então perde essa coisa da moradia. [...] Então, é isso [...] o que eu espero do centro histórico. Eu espero que as pessoas que venham fazer a gestão disso aqui, venham com a intenção de pensar sobre esse lugar e ressignificar ele [...] (CARVALHO, A., 2016).

O entrevistado aborda ainda que espera que a duplicação da BR 280 logo possa ser concluída, pois acredita que trará uma nova perspectiva para a cidade e para o centro histórico (CARVALHO, A., 2016). Já o Secretário de Turismo e Lazer de São Francisco do Sul idealiza que o centro histórico, num futuro próximo, possa ter como prioridade, primordialmente, a atividade turística:

> [...] eu espero, num futuro não muito distante, ver o centro histórico com uso real voltado pro turismo, ver essas ruas cheias de gente não só no verão, no verão a gente já está acostumado, mas durante a baixa temporada. Então, ver os hotéis lotados durante a baixa temporada, as pousadas... vindo novos estabelecimentos pra cá, uma grande rede de hotel vindo pra cá [...]. Então, bons restaurantes, bons bares aqui no centro, tendo uma vida noturna também, com isso aqui talvez fechado para o trânsito se tornando uma via gastronômica, toda essa orla da Babitonga, aqui embaixo. Então, [...] isso aqui [vai] estar cheio de bares e mesas na rua, tendo feiras durante o dia, manifestações culturais, algo espontâneo, não aquela situação que a gente tenta fazer, a gente tenta empurrar, empurrar, empurrar, mas não tá indo, então eu acho que isso aí com o tempo vai acontecendo [...] (PEREIRA, G., 2016).

Por fim, o técnico da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina, Dalmo Vieira Filho, aborda a questão de um modo mais amplo, discorrendo sobre a modernidade e tratando de pontos que poderiam também ser desenvolvidos em outros centros históricos:

> [...] O IPHAN, que é a instituição encarregada, digamos, de zelar pelo patrimônio, precisa lidar de uma maneira diferenciada com a modernidade. O IPHAN nunca foi, desde a sua criação, um órgão conservador, e hoje em dia ele é. Ele tenta vencer esse conservadorismo, eu diria assim, com bobagens arquitetônicas, por exemplo, com visões que no fundo são descompromissadas com o que é a tônica de um lugar tombado. Então, eu acho que atualizar e rediscutir, ter mais focado o conceito de modernidade, deixar de lado o conservadorismo, pensar a cidade como ela é, como um complexo urbano, não apenas uma somatória de unidades arquitetônicas, interagir fortemente com a sociedade, interagir com lideranças empresariais,

> transformar o patrimônio em riqueza num país como o nosso, que tem que gerar trabalho e tal, é o nosso desafio. Eu não vejo isso acontecendo, e não vejo, também, o IPHAN chamando para si essa responsabilidade [...]. Eu acho que o IPHAN se fixou em coisas como fiscalização e normativas rígidas, esse é um caminho que até pode existir, mas esse não é o caminho principal, não é assim que se lida com cidades nem com comunidades. Lidar é realmente ter esse ideal urbano, que se relaciona com essa noção de lugares de convívio, com cidades como pontos [...] atuantes, vivos [...] (VIEIRA FILHO, 2016).

Diante dos diferentes olhares sobre o conjunto tombado e das diversas opiniões aqui expressadas, as informações foram organizadas na Tabela 5 buscando sintetizar as demandas e anseios para o futuro do centro histórico. A partir disso e de minha visão enquanto pesquisador e morador da cidade por um período, o próximo capítulo buscará discutir ações que visem promover a preservação do conjunto tombado e a melhoria da qualidade de vida da população.

Tabela 5 – Síntese das informações fornecidas pelos entrevistados.

GRUPOS		
AGENTES PÚBLICOS	**POPULAÇÃO LOCAL**	**VISITANTES**
Região do centro histórico próxima ao porto		
A região do centro histórico, mais próxima ao porto, é vista como uma oportunidade (CARVALHO, A.; VIEIRA FILHO).	A região do centro histórico, mais próxima ao porto, possuía maior número de estabelecimentos comerciais, mas recentemente muitos imóveis foram abandonados e vem passando por processos de degradação e arruinamento (STAZAK).	
	A região do centro histórico, mais próxima ao porto, vem passando por um processo de especulação imobiliária (ASSEF; BRITO).	
Saída de diversas instituições do centro histórico – Besc, Caixa Econômica Federal, Correios, INSS e algumas secretarias da Prefeitura Municipal		
Necessidade de uma ação urbanística integrada e partilhada com a administração municipal e demais lideranças locais, buscando reverter o processo de degradação e perda de significância do centro histórico (VIEIRA FILHO).	A saída de diversas instituições do centro histórico provocou a diminuição do número de pessoas que circulam pela área e consequentemente a diminuição das atividades comerciais (BRITO; CECYN; PEREIRA, S.).	
Um dos fatores para a saída de diversas instituições do centro histórico pode ter sido a dificuldade de compatibilização de algumas necessidades de acessibilidade e de atendimento às normas de prevenção de incêndios e da vigilância sanitária (NIZZOLA).	A saída de diversas instituições fez com que o centro histórico perdesse seu papel de centralidade municipal (JACOB).	
	Falta local para pagamento de contas no centro histórico (CECYN; PEREIRA, S.; STAZAK).	
Faltou um trabalho integrado dos órgãos que atuam na gestão do centro histórico para que as instituições não saíssem da área (CARVALHO, A.).	Necessidade de pelo menos um posto de atendimento no centro histórico das instituições que saíram da área (ASSEF; CECYN; STAZAK).	
Necessidade de pelo menos um posto de atendimento no centro histórico das instituições que saíram da área (CARVALHO, A.).	Problemas de trânsito e falta de locais para estacionamento impossibilita o bom funcionamento do centro histórico e a circulação de pessoas (JACOB).	

Demais usos no centro histórico		
Diversidade de usos é fundamental para a vitalidade do centro histórico (NIZZOLA; VIEIRA FILHO).	Diversos estabelecimentos comerciais fecharam (CARVALHO, R.).	Atividades oferecidas no centro histórico são satisfatórias, não sentindo falta de nada (FLÁVIA)
Intensificação do uso residencial (CARVALHO, A.; NIZZOLA, VIEIRA FILHO).	Falta um mercado com maior variedade no centro histórico (CARVALHO, R.).	
O centro histórico necessita continuar sendo usufruído cotidianamente pelos moradores e as ações desenvolvidas na área podem estar voltadas para que ele também seja um centro regional de lazer (VIEIRA FILHO).	Permanência do Mercado Municipal considerada positiva para o conjunto (CARVALHO, R.; MOREIRA).	Necessidade de maior variedade de restaurantes e opções com preços acessíveis (GRUPO 1; GRUPO 2).
Centro histórico voltado para o turismo, com maior número de restaurantes, lojas de artesanato e souvenires, e menos espaço para o comércio local e moradias (PEREIRA, G.).	Maior valorização do comércio de Joinville do que de São Francisco do Sul (MOREIRA; PEREIRA, S.).	Impressão de que o centro histórico perdeu sua vitalidade (GRUPO 2).
Horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviço não são compatíveis com a atividade turística, principalmente aos finais de semana (PEREIRA, G.).	Há diversidades de atividades comerciais e de serviço que possibilita que as pessoas não precisem sair da cidade para viver bem (ASSEF).	Horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviço não são compatíveis com a atividade turística (GRUPO 2, LEHN).
	Diversidade de usos é vista como algo positivo para o centro histórico (ASSEF).	
Construção de novas edificações e necessidades atuais		
Ressalvas quanto a construção de edificações com características contemporâneas no centro histórico, considerando uma leitura equivocada de como se tratar uma área tombada (VIEIRA FILHO).	Alguns imóveis arruinados poderiam ser demolidos e substituídos por novas edificações (JACOB; MOREIRA).	
	A restauração de edificações arruinadas ou mal conservadas seria mais importante que a construção de novos imóveis (CARVALHO, R.; STAZAK).	
Atualmente o IPHAN está mais atendo às necessidades atuais da população, buscando maior flexibilização nas intervenções (NIZZOLA).	Edificações que realmente possuem valor histórico deveriam ser preservadas, e nos lotes sem edificação ou que a edificação não é considera de valor histórico, poderiam ser construídos novos prédios com	

	características contemporâneas (ASSEF).	
	Precisa haver bom senso por parte do IPHAN diante das necessidades atuais da população, buscando-se uma maior flexibilização nas intervenções na área (ASSEF).	
Papel do centro histórico no contexto da cidade		
Centro histórico como uma oportunidade de desenvolvimento para a cidade de São Francisco do Sul (NIZZOLA; VIEIRA FILHO).		
Somente quando o centro histórico for compreendido como um todo, inserido num contexto mais amplo, e não somente um conjunto dentro de uma poligonal, será possível que ele contribua para o desenvolvimento da cidade (CARVALHO, A.).		
Atividade turística		
O diferencial do turismo na cidade é ter praias e também ter um centro histórico (NIZZOLA, PEREIRA, G.).	Consolidação de uma marina pública auxiliaria na vitalidade do centro histórico (PEREIRA, S.).	O conjunto de imóveis e as 'ruazinhas" são considerados importantes atrativos do centro histórico (FLÁVIA; GRUPO 1; LEHN).
Atualmente o turismo é positivo no centro histórico, não é predatório, mas necessita de constante acompanhamento (NIZZOLA).	Aproveitar mais a Baía Babitonga para o desenvolvimento da atividade turística – passeios de barco, pedalinhos, etc. (PEREIRA, S.; JACOB).	
O turismo é uma fonte inegável de recursos para a cidade (VIEIRA FILHO).	É preciso aproveitar o grande número de pessoas que vem à cidade por causa da praia e achar meios de atrair parte desse público para o centro histórico. As festividades e manifestações culturais poderiam auxiliar nesse processo (ASSEF).	A própria história de São Francisco do Sul é considerada um dos principais atrativos (FARIAS).
O turismo vem sendo positivo, sem ele a cadeia produtiva da cultura não gira (CARVALHO, A.).		O Parque Ecológico Municipal e as edificações do Mercado Municipal, da Prefeitura Municipal e da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, também são destacados pelo grupo 'visitantes' como importantes atrativos turísticos do centro histórico.
O turismo é uma fonte secundária que auxilia na vitalidade do centro histórico (CARVALHO, A.).	Elaboração de um calendário de eventos anual para o centro histórico, buscando atrair maior número de turistas (ASSEF).	
Atividade turística tratada com prioridade na região (CARVALHO, A.; VIEIRA FILHO).	A chegada dos navios transatlânticos no centro histórico não é importante, porque os turistas não permanecem no	

Dificuldade de acesso à cidade prejudica o turismo (CARVALHO, A., PEREIRA, G.).	local e acabam indo para outras cidades da região (CARVALHO, R.; STAZAK).	A falta de guias turísticos é considerada um ponto negativo da atividade turística no centro histórico (FARIAS).
Necessidade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade turística e para o lazer regional no centro histórico (VIEIRA FILHO).	Museu Nacional do Mar é considerado um dos principais atrativos do centro histórico (ASSEF; BRITO; CARVALHO, R.; CECYN).	
Consolidação de uma marina pública auxiliaria o centro histórico se tornar um polo de lazer e turismo regional (VIEIRA FILHO).	A Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, o Museu de Arte Sacra, o Mercado Municipal, o Parque Ecológico Municipal, o Museu Histórico e a Baía Babitonga também são destacados pelo grupo 'população local' como importantes atrativos turísticos.	Sugestão de reinstalação de binóculos fixos no centro histórico, possibilitando a visualização da paisagem (LEHN).
Os navios transatlânticos não são fundamentais para o turismo em São Francisco do Sul, pois os visitantes não permanecem na cidade (CARVALHO, A.).	A falta de guias turísticos é considerada um ponto negativo da atividade turística no centro histórico (STAZAK).	Todos visitantes pretendem retornar à cidade futuramente, e alguns expressaram o desejo de conhecer as praias que São Francisco oferece (FLÁVIA; GRUPO 1).
Museu Nacional do Mar é considerado um dos principais atrativos do centro histórico (PEREIRA, G.).	Os diversos produtos tradicionais da cidade não são explorados de forma a incrementar a atividade turística (BRITO).	
Referências culturais – festividades e manifestações culturais		
As principais manifestações culturais percebidas na cidade estão associadas à religiosidade (CARVALHO, A.).	A Festa de Nossa Senhora da Graça provoca movimentação no centro histórico no mês de setembro (BRITO; CECYN).	
A Festa de Nossa Senhora da Graça é tradicional da igreja católica e atrai pessoas de fora da cidade (PEREIRA, G.).	A grande maioria do grupo 'população local' considera o carnaval e a Festilha como as principais festividades que acontecem na cidade.	
O 'Boi de Mamão', a 'Dança do Vilão', a Capoeira e o Carnaval são algumas das referências identificadas na cidade e utilizadas institucionalmente pela FUCISF (CARVALHO, A.).	A realização do carnaval fora do centro histórico trouxe inúmeros prejuízos para os comerciantes locais. Sua realização no conjunto tombado é de grande importância para a área (ASSEF).	
A maior referência cultural de São Francisco do Sul é a forma como sua população trabalha (CARVALHO, A.).	A Festilha, nos últimos anos, mudou seu perfil. Antes voltada para as tradições francisquenses, nos últimos anos passou a contar com a realização de shows, perdendo a	

	sua característica e não sendo mais tão atrativa para a população (ASSEF; BRITO; JACOB; PEREIRA, S.; STAZAK).	
O carnaval é o maior evento turístico da cidade, atraindo maior número de visitantes (PEREIRA, G.).	Alguns eventos não tão tradicionais, como o festival gastronômico e o encontro de motos, que surgiram mais recentemente vem se consolidando no centro histórico (BRITO).	
A Festilha é uma festa tradicional para a comunidade e para as pessoas que são da cidade, não atraindo grande número de turistas (PEREIRA, G.).	Algumas festividades populares, como a Festa do Divino e a Festa de São Gonçalo, e manifestações, como o Terno de Reis, foram deixando de acontecer na cidade e poderiam ser resgatadas (BRITO; STAZAK).	
Alguns eventos, como o festival gastronômico e o encontro de motos, foram criados buscando-se reverter a sazonalidade da atividade turística (PEREIRA, G.).	As festividades que ocorrem no centro histórico provocam maior animação e movimentação de pessoas no centro histórico, beneficiando o comércio local (CECYN; JACOB).	
Gestão do território		
Há uma parceria entre o IPHAN e a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul buscando investir em ações conjuntas para a cidade, valorizando o patrimônio cultural, a população local e a educação patrimonial (NIZZOLA).		
O curso de Educação Patrimonial que vem sendo realizado em parceria entre IPHAN e Prefeitura Municipal deve trazer bons frutos para a cidade e, principalmente, para o centro histórico (CARVALHO, A.).		
Existe um conflito na forma de pensar a gestão da cultura e a gestão do turismo no âmbito da administração municipal de São Francisco do Sul. Atualmente, a cultura deixou de ser uma pauta alegórica e passou a ser uma pauta de planejamento, tendo maior		

importância na gestão municipal (CARVALHO, A.).		
Futuro do centro histórico		
Que o centro histórico esteja mais preservado, seja apropriado pela população local e que as pessoas entendam o significado desse patrimônio (NIZZOLA).		
Que o centro histórico seja apropriado pela população e ela sinta-se pertencente ao local (CARVALHO, A.).		
Que a duplicação da BR 280 seja concluída e traga novas perspectivas para a cidade e para o centro histórico (CARVALHO, A.).		
Ver o centro histórico com uso real voltado para o turismo (PEREIRA, G.).		
Pensar o centro histórico como um complexo urbano, como um local de convívio, atuante, vivo (VIEIRA FILHO).		

CAPÍTULO 3 – Discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico

No presente capítulo será realizada a discussão acerca das ações necessárias e adequadas à preservação do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, tentando conciliar os diferentes olhares sobre a área, aferidos no capítulo anterior. Foram priorizadas na discussão as questões ligadas à retomada da vitalidade da área e, quando cabível, procurou-se conciliar a discussão com as diretrizes de normatização desenvolvidas por mim no âmbito das atividades supervisionadas do Mestrado Profissional.

3.1 Ações de preservação

Conforme inicialmente mencionado, podemos entender o conceito de preservação como toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais, incluindo, além das formas legais de preservação, as atividades administrativas do Estado que se caracterizam como ações que têm como consequência a preservação da memória. (RABELLO, 2009, pp.28;84;86,91)

Definir as ações de preservação do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul é um ponto essencial nessa pesquisa. Acredita-se que a parceria entre os órgãos que atuam no centro histórico é fundamental para garantir a vitalidade e para a retomada do papel da área enquanto centralidade municipal. Não é eficaz a atuação de cada órgão de forma isolada, sendo necessário que as ações desenvolvidas possam estar voltadas para os mesmos objetivos e o trabalho possa ser contínuo, não gerando conflitos na gestão da área. Da mesma forma, os sucessivos representantes da gestão pública municipal poderiam zelar pela continuidade das ações.

Como comentado pelos agentes públicos entrevistados do IPHAN e da Prefeitura Municipal a parceria entre os órgãos é algo recente. Até pouco tempo muitos conflitos eram percebidos na gestão do centro histórico por esses entes. Recentemente houve uma aproximação do IPHAN, principalmente, com a Fundação Cultural Ilha de São Francisco do

Sul – FUCISF, e as ações desenvolvidas para a área começaram a convergir para um mesmo rumo. Fruto dessa parceria é a implementação da Casa do Patrimônio de São Francisco do Sul, que como primeira ação vem realizando o curso de Educação Patrimonial para professores da rede municipal de ensino, como explanado no primeiro capítulo. Essa ação é muito importante e futuramente deve trazer bons frutos para o centro histórico. No entanto acredita-se que isso precisa ser uma ação continuada e não se esgotar com a troca de gestão municipal. Assim, vejo o IPHAN como órgão que teria o papel de estimular que o trabalho que vem sendo realizado perdure e continue sendo apoiado pelas diferentes gestões que venham assumir a Prefeitura Municipal.

Para além da parceria com a FUCISF, a realização de parcerias com a Secretaria de Turismo e Lazer de São Francisco do Sul também deveria ser buscada. Atualmente, os órgãos ainda estão atuando de forma isolada e, como visto nas entrevistas, com propostas bastante diferentes para a área. Dessa forma, acredita-se que é improdutivo que essas instituições sigam caminhos opostos na gestão do centro histórico. Assim, se faz necessário buscar linhas de ação compartilhadas entre os órgãos, de forma que as ações possam se transformar em instrumento de valorização social e do patrimônio cultural. Por exemplo, no caso das atividades turísticas o que se deseja é que a área não se transforme em um cenário para ser consumido pelos turistas, mas que ela seja amplamente incorporada ao cotidiano francisquense e que o patrimônio cultural tenha significado tanto para a população local como para quem o visita.

Além disso, acredita-se que não é possível tratar o centro histórico como uma ilha dentro da cidade, encerrado em uma poligonal de tombamento, pelo contrário, "[...] o centro histórico, como espaço urbano praticado por seus usuários, sempre será um ambiente física e culturalmente interconectado com outras áreas da cidade, com outras realidades [...]" (NARDI, 2015, p. 36). Assim, as ações ali realizadas precisam estar "[...] intimamente ligadas ao desenvolvimento integral de toda a cidade [...]" (AZEVEDO, 2001, p. 307, tradução nossa). A integração a políticas de transporte, habitação, tecnologia, geração de renda, entre outras, pode induzir a resultados e impactos bastante positivos na área de intervenção (MONTEIRO; LIMEIRA, 2012, p. 263). Essa integração pode auxiliar muito na vitalidade do centro histórico e na retomada do seu papel de centralidade municipal.

E o mais importante é proporcionar a participação da comunidade local na tomada de decisões para o centro histórico. Como bem observa o morador e comerciante da área Ricardo

Assef (2016), o poder público ao realizar alguma ação no centro histórico pode considerar que está fazendo algo positivo, mas para a população isso pode ser algo negativo. Então, as ações precisam estar integradas e serem discutidas com proprietários e locatários dos imóveis do centro histórico, agentes imobiliários, iniciativas privadas e demais organizações que compõem o espaço. Isso é necessário de forma que as ações desenvolvidas, visando a vitalidade da área e a preservação do patrimônio, possam gerar estruturas permanentes, integradas ao planejamento urbano e a vida cotidiana da cidade e de sua população (SANT'ANNA, 2004, p. 288).

Diante disso, as discussões que seguem no capítulo buscam propor ações que auxiliem na retomada da vitalidade do centro histórico e na preservação do seu patrimônio cultural. Mas para que essas ações possam vir a ser implementadas em São Francisco do Sul é necessário o engajamento dos diferentes órgãos públicos atuantes na cidade a favor dos mesmos objetivos, proporcionando uma gestão integrada, partilhada e participativa.

3.2 Preservação do patrimônio cultural e vitalidade

Até o momento abordamos a situação atual do centro histórico, percebendo que nos últimos anos o local vem passando por processos de diminuição de moradores, de estabelecimentos comerciais e sobretudo de alguns equipamentos considerados estratégicos por promoverem a maior circulação de pessoas na área. Assim, o conjunto tombado vem perdendo seu papel enquanto centralidade municipal. Com disso, se percebe a gradual diminuição da vitalidade do centro histórico, o que pode trazer prejuízos para a preservação do patrimônio cultural de São Francisco do Sul.

Isso parte do entendimento de que quanto menos os bens patrimoniais forem utilizados, mais eles estarão propícios a processos de degradação. Como bem observa Farret: "Esse patrimônio urbano, histórica e socialmente construído, não pode ser simplesmente observado; precisa ser usado intensamente. Afinal, a melhor receita para a sua preservação ainda é o uso" (2009, p. XXII).

Tenho o entendimento de que se esses bens patrimoniais estiverem sem uso, eles estarão perdendo importância e significado para a população, que poderá considera-los algo negativo, uma espécie de entrave para a vida urbana se desenvolver. Mas se eles estiverem sendo utilizados efetivamente, eles estarão incorporados no dia-a-dia dessa população, fazendo sentido e tendo significado, consequentemente a sua preservação será garantida. Assim, vemos que o uso está intimamente associado a preservação do patrimônio. Conforme Françoise Choay (2006, p. 230), nos bens arquitetônicos o "[...] uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica [...]".

Assim, penso que a relação da preservação do patrimônio com a vitalidade do centro histórico é de extrema importância. Ao proporcionar uma diversidade de atividades, possibilitando interações sociais, além do uso dos espaços públicos e das ruas, o local será amplamente utilizado e estará incorporado no cotidiano da população francisquense, que se apropriará do lugar e garantirá que ele se mantenha preservado. Nesse sentido, acredito, ainda, que a preservação do patrimônio está intimamente associada a qualidade de vida da população, e nesse contexto a vitalidade da área é essencial, possibilitando um espaço amplamente aceito e voltado para todos.

À vista disso, partindo das análises até aqui realizadas e dos diferentes olhares sobre o conjunto tombado, nos itens a seguir se buscará discutir ações que podem vir a auxiliar na preservação do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, reforçando a posição do conjunto enquanto centralidade municipal, entendida como o local mais dinâmico da cidade e de convergência de fluxos, procurando garantir sua vitalidade e proporcionar maior qualidade de vida e bem-estar para a população local.

As discussões das ações aqui propostas foram organizadas a partir dos assuntos abordados pelos três grupos entrevistados e pelas análises e estudos realizados nessa pesquisa. Assim, foram divididas conforme os respectivos subitens: diversidade de usos; adaptação da infraestrutura existente e novos espaços construídos; atividades turísticas e festividades; e mobilidade urbana.

3.2.1 Diversidade de usos

A discussão de ações para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul parte do argumento principal levantado pela escritora Jane Jacobs (2011) no livro "Morte e Vida de Grandes Cidades" ao acreditar que a diversidade de usos é capaz de garantir a vitalidade urbana. Para a autora é fundamental que as ruas e os bairros atendam a mais de uma função principal, ou seja, não se pode esperar que uma determinada área tenha vitalidade sendo somente utilizada para o uso residencial ou para o uso comercial. É preciso misturar os usos de forma a "[...] garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes [...]" (JACOBS, 2011, p. 165).

Isto posto, trazendo esse entendimento para nosso objeto de análise, percebe-se que o centro histórico apresenta uma certa deficiência quanto a combinação de funções principais. A função residencial ainda se apresenta em destaque no conjunto, e isso é extremamente importante, pois possibilita a movimentação de pessoas em todos os horários do dia pelas ruas do conjunto, proporcionando inclusive maior segurança para o local. Mas, apesar de ainda estar consolidada no conjunto, percebe-se que vem diminuindo pouco a pouco diante de um cenário de perda de vitalidade da área.

A função comercial, como constatado no capítulo anterior, vem diminuindo sua representatividade no conjunto no decorrer dos anos. Grande parte dos moradores e trabalhadores entrevistados ressaltaram a diminuição dessas atividades, acreditando ser consequência da menor circulação de pessoas pelo centro histórico. Comparado com os estabelecimentos de serviço, os estabelecimentos comerciais se mostram numericamente inferiores nas análises realizadas, possivelmente porque a proximidade com o porto favoreceu que as atividades de serviço - que muitas vezes possuem alguma relação com o ramo portuário e não necessitam de grande circulação de pessoas para sua manutenção - conseguissem continuar no conjunto mesmo com a gradual perda de sua vitalidade.

Já as atividades de serviço ainda se mantêm em número considerável no centro histórico. Muitas delas, de forma direta ou indireta, estão relacionadas à atividade portuária, o que favoreceu sua manutenção no conjunto tombado. Grande parte desses estabelecimentos prestadores de serviço não provoca uma grande circulação de pessoas pelo conjunto, mas não

quer dizer que o uso não seja positivo tendo em vista a vitalidade da área. Acredita-se que ele desempenhe papel importante nesse contexto, mas sem a forte presença de outras funções não se atingirá o esperado.

Por sua vez, a função institucional possui um papel importante para a vitalidade do conjunto, principalmente no que se refere aos estabelecimentos da administração municipal, que são capazes de promover a atratividade de parcela considerável de pessoas para as ruas do centro histórico. Mas o que vem se verificando nos últimos anos é a saída da área de muitos desses estabelecimentos, juntamente com algumas das mais importantes atividades prestadoras de serviço – Caixa Econômica Federal, INSS e Correios.

Como verificado no capítulo anterior, esses estabelecimentos institucionais e de serviço que saíram da área, atraiam grande número de pessoas e eram considerados estratégicos para a vitalidade do centro histórico. Diante disso, a totalidade dos entrevistados do grupo ‘população local’ e a grande maioria do grupo ‘agentes públicos’, ressaltaram que a saída desses estabelecimentos trouxe prejuízo para o centro histórico, provocando a diminuição significativa do número de pessoas circulando e utilizando o espaço e o egresso de alguns estabelecimentos comerciais que não conseguiram se manter com a diminuição de público. Um dos moradores entrevistado inclusive destacou que essa problemática fez com que o centro histórico perdesse seu papel de centralidade municipal (JACOB, 2016).

Isto posto, constata-se que uma das principais ações que precisariam ser realizadas no centro histórico é referente ao retorno desses equipamentos considerados estratégicos para a área. Como pôde-se perceber nas entrevistas realizadas, a importância da volta desses equipamentos não se restringe somente a reocupar uma edificação abandonada, mas sobretudo a função que cada um exerce, que tem papel de grande relevância na vitalidade do conjunto. Assim, partindo pela administração municipal, que deveria dar o exemplo para as outras instituições, o retorno das secretarias que saíram do centro histórico deveria ser incentivado, uma vez que essas são as que tem maior demanda pela população, provocando maior movimentação de pessoas.

Da mesma forma, seria importante que as outras instituições que deixaram o centro histórico – Caixa Econômica Federal, Correios e INSS – repensassem a decisão e avaliassem as consequências que suas saídas da área provocaram. Ambas instituições abandonaram imóveis próprios no conjunto tombado para se instalarem na nova centralidade. O INSS, por exemplo abandonou uma edificação própria de três pavimentos para se alojar em uma sala

alugada no shopping da cidade. Enfatiza-se que esses novos imóveis ocupados por ambas instituições já aparentam não estar comportando o grande número de pessoas que utilizam seus serviços.

Fica claro que, tendo o interesse, há a possibilidade de todas essas instituições terem uma segunda agência ou ponto de atendimento no centro histórico, bem como sugerido por alguns moradores e trabalhadores locais (ASSEF, 2016; CECYN, 2016; STAZAK, 2016) e pelo diretor-presidente da FUCISF (CARVALHO, A., 2016). O caso do Banco do Brasil é um exemplo disso, ao incorporar o antigo Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) ficou com duas agências no centro histórico, assim optou por transferir uma delas para a nova centralidade, não trazendo nenhum prejuízo para o Banco. Inclusive, percebe-se que atualmente ambas as agências estão sempre lotadas. No entanto, uma edificação pública ficou abandonada no conjunto tombado e isso precisa ser revisto. Mas é indiscutível que a manutenção de uma dessas agências no centro histórico é de extrema importância, pois provoca uma considerável movimentação de pessoas e atende os moradores e trabalhadores da área.

Diante disso, acredita-se que seja necessário a mobilização e a integração de diversos agentes trabalhando para possibilitar a volta dessas instituições para o centro histórico (CARVALHO, A., 2016; VIEIRA FILHO, 2016). Chamamentos isolados como os que foram realizados até agora por parte do IPHAN ou por algum morador do conjunto não se mostraram eficazes. Mas mobilizações unificadas de órgãos como IPHAN, Prefeitura Municipal, Associação Empresarial de São Francisco do Sul, Câmara de Dirigentes Lojistas de São Francisco do Sul, além de moradores e trabalhadores locais, pode trazer algum resultado e possibilitar que esses equipamentos considerados estratégicos retornem para o conjunto.

Em último caso, após todos os meios e tentativas possíveis visando o retorno dessas instituições, se não se obter sucesso é preciso pensar em formas de dar um uso adequado para esses diversos imóveis públicos abandonados que vem se deteriorando com o passar do tempo. Encaminhar os imóveis para alienação seria uma das alternativas, visando sua utilização por outra atividade. A exemplo disso Raquel Rolnik e Renato Balbim (2005, p. 22) citam o caso do próprio INSS, que encaminhou para alienação mais de mil imóveis em diversas cidades brasileiras “para fins de provisão habitacional e regularização fundiária”.

Não foi o caso de São Francisco do Sul, mas verifica-se uma possibilidade, em última instância, para a utilização desses imóveis públicos abandonados no centro histórico.

Somado a isso, o fortalecimento da função residencial é outro ponto que necessita ser discutido no contexto de São Francisco do Sul. Como visto, apesar da função ainda estar consolidada, pouco a pouco vem diminuindo o número de habitações no centro histórico muito em função da sua perda de vitalidade. Dessa forma, acredito, assim como os agentes públicos entrevistados do IPHAN e da FUCISF, que pensar formas de incorporar novos moradores no local se faz necessário visando maior número de pessoas utilizando o espaço durante todos os períodos do dia, princípio defendido por Jacobs (2011), como visto anteriormente, e também evidenciado por Raquel Rolnik e Renato Balbim:

> A promoção do uso residencial das áreas centrais visa, sobretudo, possibilitar que essas áreas, assim como outros bairros da cidade, tenham um uso 24 horas. É comum existirem centros urbanos que se tornam vazios durante o período noturno e nos finais de semana. Ou seja, o uso quase que exclusivo para atividades comerciais e de serviços faz com que essas áreas só sejam usadas no horário comercial, ficando subutilizadas nos outros períodos, gerando a idéia de que o centro é um lugar vazio. O uso residencial imprime ao centro a qualidade de bairro, como no restante da cidade. (ROLNIK; BALBIM, 2005, p.76-77).

Da mesma forma que os autores acima citados, Paulo Ormindo de Azevedo apresenta o mesmo posicionamento ao defender o uso residencial como garantia de vida 24 horas por dia nos centros históricos. O autor expõe ainda mais três pontos onde reconhece a importância desse uso em zonas históricas:

> Em primeiro lugar, porque o centro histórico sempre foi uma área multifuncional e nisso reside seu grande dinamismo e vitalidade. Segundo, porque a habitação cria vínculos afetivos com o edifício e com o bairro, que facilitam a conservação do centro histórico. Terceiro, porque a presença de uma população fixa cria uma economia própria do bairro, representada pela produção artesanal, comércios de primeira necessidade e serviços pessoais (AZEVEDO, 2001, p. 308, tradução nossa).

Penso ainda que a melhoria da qualidade de vida da comunidade local está intimamente associada a esse processo, capaz de proporcionar maior conforto e até segurança, visto o maior número de pessoas ocupando as ruas e as diversas edificações do conjunto.

Além disso, considero que com um maior número de moradias, combinado com o retorno e fortalecimento dos equipamentos estratégicos e com as atividades de serviço que acontecem na área, outros estabelecimentos podem ser incentivados a se instalar no centro histórico, contribuindo para sua vitalidade e para a retomada de seu papel enquanto centralidade municipal. Esse processo é chamado por Jane Jacobs de “diversidade derivada”:

> Diversidade derivada é um termo que se aplica aos empreendimentos que surgem em consequência da presença de usos principais, a fim de servir às pessoas atraídas pelos usos principais. Se essa diversidade derivada servir a usos principais únicos, sejam eles quais forem, ela será naturalmente ineficiente. Ao servir a usos principais combinados, ela pode ser naturalmente eficiente [...] (JACOBS, 2011, p. 178).

Assim, acredito que os estabelecimentos comerciais seriam os que mais sofreriam influência desse processo. Com maior número de pessoas circulando na área em função da presença dos usos principais, possivelmente maior número de comerciantes teria interesse em investir no conjunto histórico, afinal "a maioria das empresas de consumo depende [...] de pessoas transitando de um lado para o outro o dia inteiro [...]" (JACOBS, 2011, p. 167).

Nesse processo para promover a diversidade de usos no centro histórico, é preciso estar atento para que as atividades desenvolvidas na área aconteçam em diversos períodos do dia, possibilitando que as pessoas circulem e utilizem o espaço de diferentes formas durante todo o dia (JACOBS, 2011, p. 165). Essa ainda não é a realidade no conjunto tombado, onde se percebe que as atividades desenvolvidas entre segunda e sexta-feira, em sua maioria, estão concentradas no período diurno. Ao fim da tarde, quando os estabelecimentos de serviço e comércio fecham suas portas, rapidamente as ruas do centro histórico se esvaziam, e o pouco movimento que se verifica são dos moradores locais.

Essa situação necessita ser revista e incentivos precisam ser dados visando a incorporação de alguns estabelecimentos comerciais que funcionem no período noturno, atendendo tanto aos moradores, como aos trabalhadores quando saem de seus serviços, mas também atraindo pessoas de fora da área. A incorporação de restaurantes, bares, bem como opções culturais – por exemplo, a exibição de peças teatrais e filmes no Cine Teatro da cidade, que é pouco utilizado para esse fim -, pode favorecer esse processo. Também, acredito que a implantação de algum estabelecimento educacional – com cursos técnicos ou superiores - que funcionasse a noite poderia ser uma boa alternativa para dinamizar a área nesse período, tendo potencial de atrair outros empreendimentos que servissem aos usuários desse primeiro.

Da mesma forma, aos finais de semana verifica-se situação semelhante, se não pior, aos dias úteis. A maioria dos estabelecimentos do centro histórico que atendem à população local e aos visitantes encontram-se fechados no período. Poucos restaurantes e bares permanecem abertos, assim como é raro algum outro tipo de comércio estar funcionando, a não ser aos sábados pela manhã. Os moradores da área, necessitando de algum item para o atendimento de suas necessidades básicas, normalmente precisam se deslocar até a nova centralidade, onde mercados e outros estabelecimentos comerciais permanecem abertos por

maior período. Da mesma forma, os visitantes que chegam a cidade, em número maior aos finais de semana, se deparam com uma área quase sem vida e sem movimentação, como percebido nas entrevistas com o grupo de visitantes e com o Secretário de Turismo e Lazer.

Assim, empreendimentos que funcionem aos finais de semana são importantes de modo a garantir a vitalidade do centro histórico, possibilitando que a população francisquense possa utilizar e se apropriar dessa área em seus momentos de lazer e de convívio. Da mesma forma, proporcionar condições para que a atividade turística possa se desenvolver, principalmente aos finais de semana, pode ser importante para essa vitalidade buscada. Quando se fala em desenvolvimento da atividade turística, está se tratando de uma atividade que ocorra em harmonia com a preservação do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul e com a vida cotidiana da população local, que ao meu ver deve ser o foco prioritário das ações desenvolvidas para na área.

3.2.2 Adaptação da infraestrutura existente e novos espaços construídos

No item anterior discutiu-se a importância de incentivar a diversidade de usos no centro histórico de forma a garantir a vitalidade urbana. Assim, a incorporação de novas moradias, bem como outras atividades, se faz necessário. Mas para que isso ocorra acredito que a qualificação e adaptação da infraestrutura preexistente no centro histórico é fundamental, além da inserção de novos espaços construídos que auxiliem nessa diversidade. Isso tudo ocorrendo de forma harmônica, preservando as características e valores atribuídos ao sítio histórico.

Sendo assim, um estudo[39] foi realizado buscando reconhecer os locais com potencial de renovação e inclusão dessas atividades que podem auxiliar na geração de diversidade e vitalidade no centro histórico, conforme a Tabela 6 e o Mapa 20.

[39] O estudo realizado é parte do 2º Produto das Práticas Supervisionadas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio.

Tabela 6 - Locais com potencial de renovação no Centro Histórico e Paisagístico de Sul.

Locais com potencial de renovação	Número de locais	Porcentagem (%)
Edificação em arruinamento	26	38,23
Edificação sem uso	22	32,35
Edificação subutilizada	8	11,77
Lote sem uso e sem edificação	8	11,77
Lote usado como estacionamento	4	5,88
Total	68	100

Com base na análise dos dados gerados, verificou-se que há 68 locais ou edificações com possibilidade de renovação. Desses, cerca de 38% são imóveis em estado de arruinamento e aproximadamente 32% são edificações que não possuem nenhum uso, estando à venda, para alugar ou simplesmente desocupadas, e que, por isso, passam por graves processos de deterioração em função de um grande tempo sem utilização. Além disso, em torno de 12% dos espaços analisados são locais subutilizados, onde o térreo ou segundo pavimento da edificação encontra-se sem uso. Assim, vemos que mais de 80% dos locais considerados com possibilidade de renovação são edificações preexistentes, não utilizadas ou subutilizadas, que comprometem grandemente a preservação do patrimônio do centro histórico, uma vez que se acredita que sua utilização efetiva é capaz de promover a preservação.

Além disso, um estoque imobiliário subutilizado em uma zona central da cidade, dotada de infraestrutura instalada, próxima a equipamentos públicos e estabelecimentos comerciais, e servida de transporte coletivo, deveria estar sendo aproveitado e inserido nas políticas públicas para a área. A recuperação desses espaços visando uma diversidade funcional, mas sobretudo proporcionando novas moradias que atendam a população de diversas camadas sociais - principalmente aquelas de baixa renda, que normalmente são colocadas pelo poder público em áreas afastadas da zona central que necessitam de investimentos em infraestrutura -, “[...] promove o uso e a ocupação democrática e sustentável dos centros urbanos [...]” (ROLNIK; BALBIM, 2005, p.18).

Diante da análise dos dados, verifica-se ainda que em torno de 18% dos espaços levantados são lotes sem nenhuma edificação construída e sem utilização, ou utilizados para estacionamento. Assim, a partir do que vem sendo explicitado, imagina-se que esses locais poderiam ser ocupados por novas edificações que auxiliem a alcançar os objetivos de

promover a diversidade e consequentemente a vitalidade desse conjunto histórico, tão necessárias para sua preservação.

Isto posto, penso que primeiramente deveria se pensar em recuperar as edificações em arruinamento e mal conservadas, possibilitando sua ocupação e inserção nas dinâmicas do centro histórico, e somente após isso, voltar o olhar para novos espaços construídos. Esse posicionamento segue o explicitado por alguns moradores entrevistados, que afirmaram que a restauração das edificações que se encontram degradadas é uma das ações primordiais para o centro histórico (CARVALHO, R., 2016; STAZAK, 2016).

Diante disso, possibilitar meios para que esses bens degradados possam ser recuperados é essencial. A incorporação de uma forma de financiamento para imóveis privados, como acontecia na época da realização do Programa Monumenta, é uma das alternativas para a essa problemática. Isso é inclusive enfatizado pela Superintende do IPHAN em Santa Catarina, Liliane Nizzola, ao afirmar que no Estado não há, atualmente, nenhuma forma de financiamento que possa auxiliar na recuperação e conservação desses imóveis privados, diferentemente dos imóveis públicos, que mesmo não existindo uma linha de financiamento, se consegue recursos através de Termos de Ajustamento de Conduta – TACs ou até mesmo pelo próprio orçamento do IPHAN.

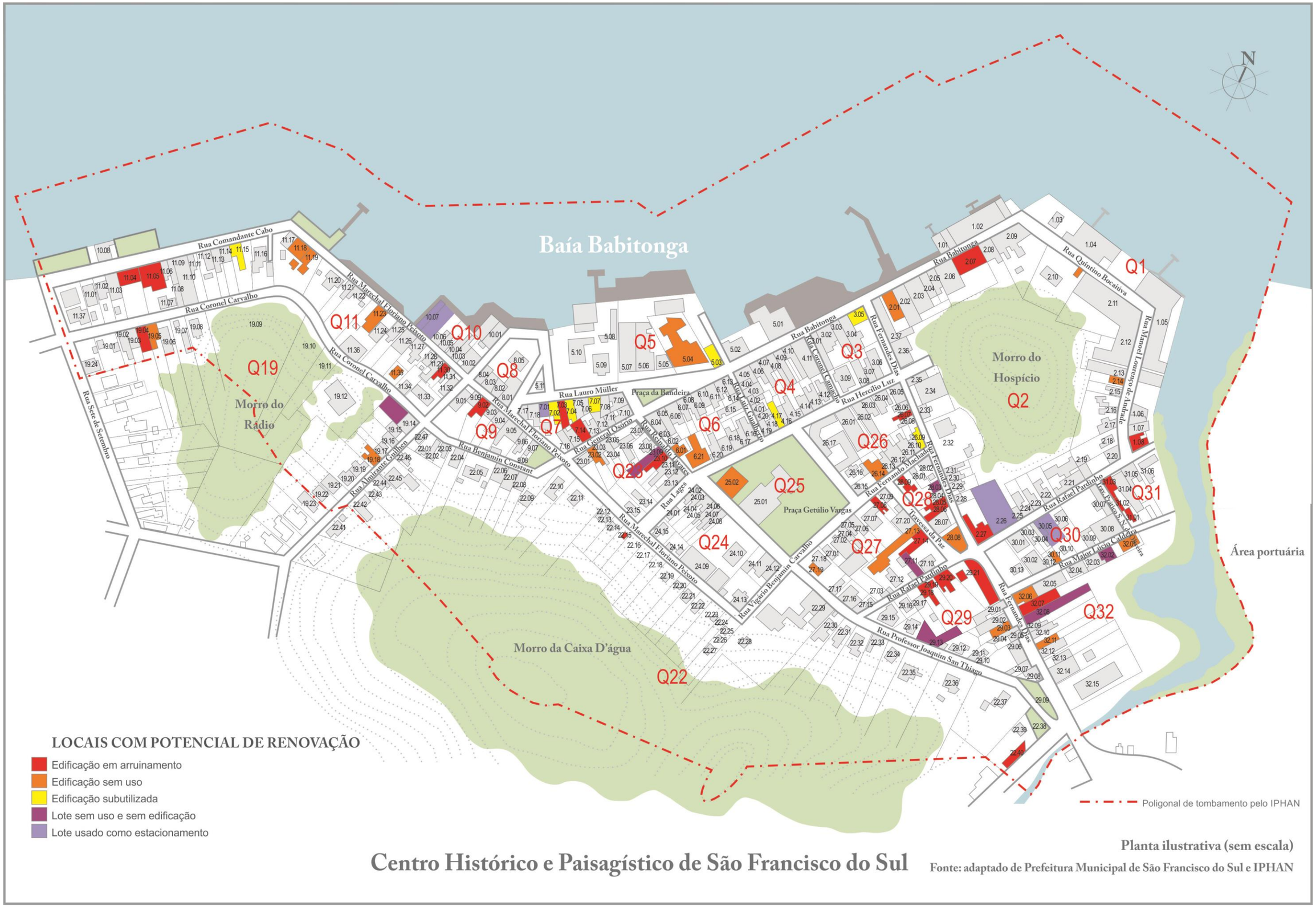
Além disso, pensando na recuperação dos diversos imóveis degradados do centro histórico, precisa-se estar atento para a situação de que os proprietários desses imóveis muitas vezes não têm interesse em investir nesses espaços a fim de torná-los aptos para uso. Isso, pode ser em função de uma forte especulação imobiliária relacionada a atividade portuária, onde se espera que alguma empresa com grande capital financeiro possa ter interesse em adquirir o imóvel, visando sua instalação nas proximidades do porto, e pague um valor além do de mercado. Essa questão inclusive foi abordada nas entrevistas por alguns moradores e trabalhadores locais, que elencaram a área do conjunto tombado mais próxima ao porto como um local de ocorrência desse processo (ASSEF, 2016; BRITO, 2016).

Essa situação é extremamente desfavorável para a vitalidade do centro histórico e necessita ser enfrentada pelo poder público municipal de forma que diversos imóveis não continuem por longos períodos sem utilização, comprometendo sua preservação e não cumprindo sua função social. Nesse sentido, os instrumentos de política urbana consagrados

pelo Estatuto da Cidade[40] podem colaborar para a mudança dessa situação se implementados pelo poder público municipal, promovendo a utilização desses imóveis e a recuperação das edificações degradadas. Dentre esses instrumentos, destacam-se o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, estabelecido pelo artigo 5º e 6º do Estatuto da Cidade, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, estabelecido pelo artigo 7º, e a desapropriação com pagamento de títulos, estabelecido pelo artigo 8º (BRASIL, 2001).

[40] Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo *"[...] normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental"* Cf. BRASIL, 2001.

Mapa 20 - Locais com potencial de renovação no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.



Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul

Planta ilustrativa (sem escala)

Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e IPHAN

Seguindo com a análise, reitera-se o que já vinha sendo constatado a partir dos apontamentos realizados pelos entrevistados, confirmando-se que a área mais próxima ao porto é a que apresenta maior número de espaços que poderiam ser utilizados para a incorporação de novas moradias ou outros estabelecimentos que colaborem para a diversidade e retorno da vitalidade do conjunto histórico. Essa região do conjunto apresenta grande número de imóveis sem uso e encontra-se bastante degradada, gerando uma sensação de insegurança para a população, que evita circular por algumas ruas (Figura 31).

Mapa 21 - Localização no Centro Histórico e Paisagístico da Figura 31.

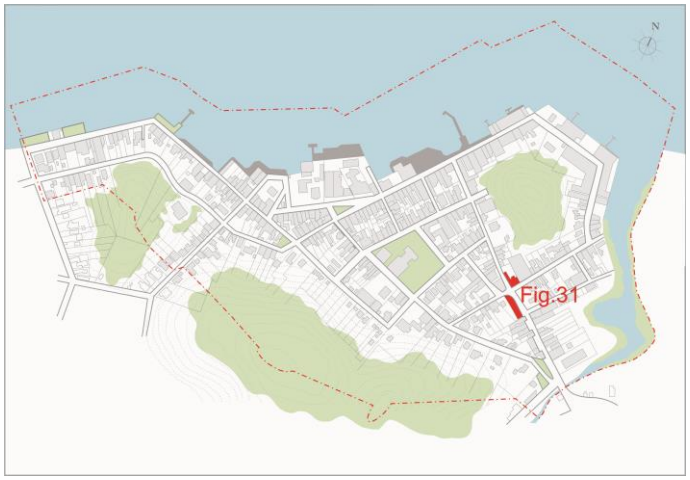




Figura 31 - Edificações em arruinamento nas proximidades do porto.
Fonte: acervo do autor, 2015.

No entanto, o local é visto por agentes públicos, como Dalmo Vieira Filho e Aldair Carvalho, como um espaço oportuno para um processo de reabilitação, passando de um

cenário de degradação e insegurança, para um local com maior vivacidade, com mais pessoas circulando, morando, trabalhando e convivendo.

Para Aldair Carvalho (2016) essa região do conjunto tombado poderia passar por um processo de reflexão, de forma a se construir um novo conceito de cidade, integrando a área portuária e o centro histórico. Afinal, o porto sempre esteve presente no cotidiano francisquense e sempre provocou influências na vida de sua população. Carvalho enfatiza, ainda, que isso não significaria negligenciar o patrimônio, mas sim proporcionar um diálogo entre os bens patrimoniais e os espaços contemporâneos. Como exemplo disso, ele cita a edificação da empresa Oceânica (Figura 32) que vem sendo construída nas proximidades do Museu Nacional do Mar e às margens da Baía Babitonga, na área onde localizava-se o antigo porto da cidade. Como visto anteriormente, a edificação, também destacada pelo morador e comerciante Ricardo Assef (2016), apresenta características contemporâneas e busca dialogar com o seu entorno marcado por edificações históricas e com a área portuária. A edificação segue parâmetros de altura e alinhamento conforme os imóveis vizinhos, e busca, ainda, abrir as visuais para a Baía Babitonga a partir da rua de mesmo nome, para tanto a edificação foi concebida com um grande vão livre que enquadra a paisagem para quem circula pela via.

Mapa 22 - Localização da edificação da empresa Oceânica no Centro Histórico e Paisagístico.

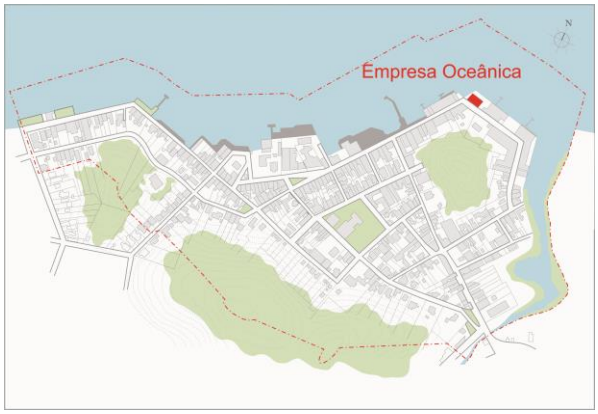




Figura 32 – Imagens da proposta da nova edificação da empresa Oceânica.
Fonte: METROQUADRADO, 2016.

Como apontado nas entrevistas realizadas, o técnico do IPHAN Dalmo Vieira Filho (2016) afirma que a região do centro histórico próxima ao porto sempre teve uma importância secundária do ponto de vista de arquitetônico, sendo inserida na poligonal de tombamento por razões de coerência com a seleção do sítio geográfico onde a cidade foi implantada. Assim, acredita-se que algumas outras edificações, além das levantadas nessa análise, poderiam vir a ser demolidas com o propósito de inserir novos espaços construídos que garantam uma maior diversidade de usos no centro histórico e possibilitem um diálogo com a área portuária. Isso é pensado porque se percebe que a substituição de alguns imóveis não acarretaria em prejuízo para o conjunto, pelo contrário, poderia qualificar o espaço. Ressalta-se esse posicionamento parte de discussões realizadas no âmbito da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina e salienta-se que estudos aprofundados necessitariam ser realizados de forma a identificar quais edificações são passíveis de substituição, não tendo relevância histórica e não prejudicando a legibilidade do conjunto.

Deste modo, com a incorporação de novas moradias e novos estabelecimentos, esse local poderia ser um dos indutores que proporcionariam maior diversidade e consequentemente uma maior vitalidade do centro histórico, auxiliando, ainda, na preservação de seu patrimônio. No entanto, a incorporação de novos espaços construídos, bem como a adaptação dos preexistentes, necessita ser regulamentada pelo IPHAN, estabelecendo critérios e parâmetros a serem seguidos pelas novas edificações de forma a manter a harmonia e os valores atribuídos ao Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.

Assim, normas de preservação "eficientes e capazes de nortear com clareza e objetividade as intervenções" no centro histórico necessitam ser implementadas pela instituição (IPHAN, 2011, p. 6). É nesse sentido que me foi solicitado o desenvolvimento do estudo que resultou na proposta "Diretrizes para a Normatização do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul" (3º Produto das Práticas Supervisionadas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural), que busca dar o aporte para a posterior construção de normas de preservação pelos técnicos do IPHAN.

Nesse primeiro momento de elaboração das diretrizes de normatização as discussões concentraram-se somente no âmbito do IPHAN, já que se tratava de uma atividade acadêmica e não havia tempo hábil para estender as discussões aos agentes externos. Mas ressalta-se que para o sucesso da futura normativa será necessário debate-la durante o processo de sua formulação com os órgãos municipais e com a comunidade local, visando sua ampla

aceitação. O ideal é que essa normativa possa vir a ser inserida no Plano Diretor de São Francisco do Sul, facilitando a gestão da área e proporcionando uma atuação conjunta e articulada dos diferentes entes.

Além de apresentar parâmetros que visem minimizar os impactos visuais de intervenções que venham a ser realizadas no centro histórico, a normativa desenvolvida também precisa considerar a qualificação do espaço, se ocupando "[...] em promover e reafirmar as funções de centralidade e da apropriação social [...]". Precisando, ainda, "[...] contar com elevado grau de razoabilidade em sua elaboração, de forma a garantir a preservação das características que motivaram seu tombamento, sem representar um entrave para a qualidade de vida da população que ali vive ou que utiliza a área" (IPHAN, 2011, p. 32).

Nesse sentido, as diretrizes para a normatização, que foram desenvolvidas como parte das atividades supervisionadas no âmbito do curso de Mestrado, buscaram abarcar parte das discussões que vem sendo apresentadas nessa dissertação. Incentivando a recuperação de edificações arruinadas, definindo parâmetros para a inserção de novos espaços construídos e possíveis ampliações em imóveis preexistentes, estimulando a diversidade de usos na área, fomentando a preservação e valorização de aspectos paisagísticos, além de buscar garantir as visuais tanto para o mar, como para o centro histórico, que são valores atribuídos ao tombamento.

Essas diretrizes propostas, que embasarão normas de preservação para o centro Histórico e Paisagístico, foram definidas a partir da delimitação de setores no conjunto tombado[41], que se diferenciam principalmente pelos elementos urbanos e naturais neles contidos, assim como pelas diferentes formas de apropriação do espaço. Estes setores possuem características próprias e demandam ações diferenciadas para a preservação de suas características e para sua qualificação (Mapa 23).

Conforme pode-se perceber no Mapa 23 o Centro Histórico e Paisagístico foi dividido em sete setores que demandam ações diferenciadas: setor Rua Babitonga; setor Igreja Matriz; setor Rua Comandante Cabo; setor Aterros; setor Rua Fernandes Dias; setor Pé de Morro; e setor de Preservação Paisagística. Não se pretende nessa dissertação detalhar cada um desses,

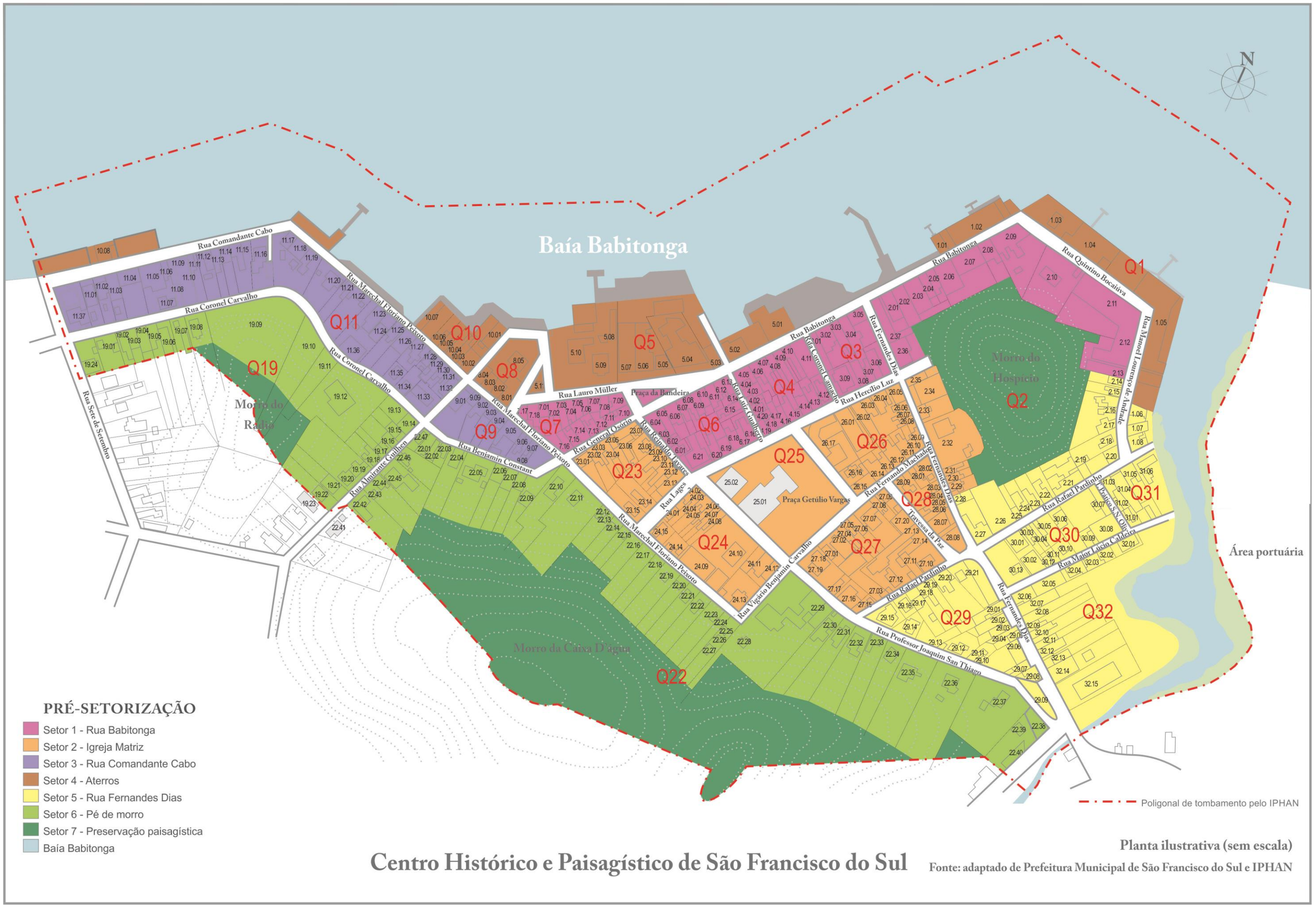
[41] Os setores definidos no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul foram definidos a partir de diversas análises realizadas, sendo as seguintes: aspectos históricos; aspectos geográficos; evolução urbana; eixos visuais e perspectivas; tipologia dos lotes; implantação; gabarito de altura; usos; áreas degradadas; vias de acesso e comunicação; e setores considerados pelo planejamento municipal.

mas utilizá-los como exemplo para o que vem sendo proposto (para maiores detalhamentos consultar o Apêndice C). Assim, é possível perceber que o setor Rua Fernandes Dias, por exemplo, se refere ao que até aqui denominamos de região do centro histórico mais próxima ao porto. As diretrizes propostas para esse setor vem ao encontro do que vem sendo colocado nessa dissertação, possibilitando uma maior flexibilização e inserção de novos espaços construídos com características que não seriam permitidas em outras áreas do conjunto tombado, como nos setores Rua Babitonga, Igreja Matriz e Rua Comandante Cabo, que necessitam de maior rigidez nas diretrizes de forma a garantir as características e os valores atribuídos ao sítio em seu tombamento.

Da mesma forma se considerarmos que é incentivada a incorporação de novas moradias e novos estabelecimentos comerciais de forma a proporcionar maior diversidade e vitalidade para o centro histórico, é preciso pensar que na área do setor Pé de Morro é necessário uma maior regulação, de modo que em locais que estão previstas novas construções, a ocupação não avance morro acima, a fim de não trazer prejuízos para a paisagem.

Assim sendo, as diretrizes propostas buscam retratar a forma como o IPHAN está atuando na área atualmente. As diretrizes foram organizadas de forma a transparecer o que se espera para a área, não criando parâmetros extremamente rígidos, mas permitindo que as novas intervenções que venham ocorrer no centro histórico possam dialogar com as preexistências, permitindo um olhar mais contemporâneo, e estando mais atentas às necessidade atuais da população.

Mapa 23 – Pré-setorização do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul



Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul

Planta ilustrativa (sem escala)

Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e IPHAN

3.2.3 Atividades turísticas e festividades

Como se pode ver, as ideias discutidas nos itens anteriores buscam dar prioridade para o papel do centro histórico enquanto centralidade municipal, inserido nas dinâmicas territoriais citadinas e visto como um local de moradia, trabalho e convívio. Visto que o rico patrimônio presente nesse local necessita estar cada dia mais inserido no cotidiano da população francisquense e amplamente apropriado pelas diversas camadas da sociedade. Assim, voltado para esse princípio, a questão da atividade turística no centro histórico precisa ser discutida.

No Brasil, por muito tempo a noção de preservação do patrimônio esteve vincula à atividade turística, no sentido de viabilizar economicamente essa preservação. Essa ideia é implementada pelo Programa de Cidades Históricas - PCH, na década de 1970, e apesar dos poucos resultados na alteração da deterioração de bens patrimoniais e de processos de estagnação econômica em diversos locais onde o programa atuou, a noção seguiu sendo desenvolvida em intervenções e ações mais recentes implementados pelo governo federal, como o Programa Monumenta (SANT'ANNA, 2016, p. 70-71). Nesse sentido, as ações estiveram prioritariamente voltadas para um público turístico e muito pouco para a população local, que vivencia os espaços diariamente e mantém relações simbólicas e identitárias com o as áreas de intervenções.

Assim, vemos que o turismo por si só não foi capaz de promover a vitalidade das áreas que passaram por intervenções e a falta de uma ampla integração social nas ações é compreendida como um dos grandes problemas nesse processo. Como observa o arquiteto Paulo Ormindo de Azevedo "o turismo é importante, mas somente quando os principais problemas socioeconômicos tenham sido solucionados. Antes disso é atropelar o processo" (2001, p. 305, tradução nossa).

Nesse sentido, imagino que a prática turística não seja a prioridade para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Isso não quer dizer que ela seja vista como algo negativo, mas acredito que ela deva funcionar de forma a complementar o ponto prioritário para a vitalidade da área, entendido como o local onde se desenvolve a vida cotidiana.

Diante disso, percebe-se que a administração pública municipal, a partir da entrevista realizada com o Secretário de Turismo e Lazer, Guilherme Pereira (2016), está direcionando suas ações para transformar o centro histórico quase que exclusivamente para o uso turístico, incentivando a implantação na área de bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais voltados para a referida atividade, em oposição ao comércio local e às moradias. Esse posicionamento diverge muito dos estudos atuais sobre o tema, mas principalmente, dos interesses e anseios dos moradores e trabalhadores que se relacionam com esse lugar, conforme constatado nas entrevistas.

Ressalta-se que esse posicionamento não é unânime no que tange a administração pública municipal. Na entrevista realizada com o diretor-presidente da FUCISF, Aldair Carvalho (2016), constata-se um ponto de vista oposto ao apresentado anteriormente, sendo defendido que o centro histórico deve estar voltado para a população francisquense, intensificando-se o uso residencial de forma que as ações realizadas na área possam alcançar o sucesso almejado. Apesar dos diferentes posicionamentos apresentados no âmbito municipal, constata-se que a forma de atuação que vem sendo seguida está mais associada ao primeiro posicionamento.

Diante disso, apresento alguns casos de projetos de requalificação realizados nas cidades de Santo Domingo, capital da República Dominicana, e Salvador, como forma de proporcionar um olhar reflexivo perante a prática que se pretende seguir para São Francisco do Sul. Na primeira cidade um projeto de requalificação pretendia transformar um setor histórico em um local voltado para a atividade turística. Assim, muitas casas foram demolidas dando lugar a museus e espaços culturais. Mas sem moradores esses locais se converteram em "[...] zonas mortas, muito pouco atrativas para o turismo [...]" (AZEVEDO, 2001, p. 304, tradução nossa). Já em Salvador, uma intervenção realizada na década de 1990, buscou transformar o Pelourinho em uma "área turístico-cultural para consumidores de alto poder aquisitivo", ocasionando a exclusão de moradias e dos pequenos comércios e atraindo restaurantes, galerias de arte e novas lojas voltadas para a atividade turística. No entanto, o êxito da intervenção foi muito baixo e inúmeros estabelecimentos acabaram fechando suas portas (AZEVEDO, 2001, p. 305-306, tradução nossa).

Dessa forma, vemos que a atividade turística dissociada das demandas da comunidade local, transformando o patrimônio cultural em um produto de consumo, comprometido com interesses de mercado, oferece sérios "riscos à vitalidade urbana e social" (SOTRATTI, 2010,

p. 79). A transformação do patrimônio em um produto para ser consumido por turistas "[...] pode levar, num curto período de tempo, à aceleração do processo de degradação e especulação dos bens e espaços culturais [...]", comprometendo grandemente sua preservação (SOTRATTI, 2010, p. 86).

Assim, propiciar uma atividade turística onde o patrimônio cultural seja entendido como fonte de conhecimento e significado é fundamental. Para além de uma mercadoria a ser consumida e de cenários que agradem visualmente, o patrimônio cultural deve possibilitar "[...] a expansão do conhecimento individual e o despertar de novos valores pessoais para os turistas, transformando-os em agentes ativos na proteção e valorização do patrimônio cultural" (SOTRATTI, 2010, p. 83). Segundo Marcelo Sotratti (2010, p. 84), uma das formas de proporcionar essa relação entre patrimônio e turista seria a interpretação do patrimônio, que "[...] consiste em ações de comunicação entre os elementos culturais e os visitantes através de textos, imagens ou outras representações possibilitando um melhor aproveitamento ou experiência no local visitado", auxiliando ainda na sensibilização dos turistas quanto a importância da preservação dos bens culturais.

No caso de São Francisco do Sul, percebe-se que faltam instrumentos que auxiliem nessa interpretação do patrimônio. O visitante que chega ao centro histórico circula pelas ruas e as aprecia visualmente, mas pouco absorve de suas histórias e de seus valores. Faltam guias turísticos que conduzam e transmitam de forma adequada informações que possam despertar novos olhares sobre o patrimônio cultural da cidade. Além disso, não há sinalização nem placas explicativas que venham auxiliar nesse processo, como ressaltaram, nas entrevistas realizadas, alguns visitantes, moradores e trabalhadores locais.

O próprio Museu Nacional do Mar, que é um equipamento de extrema importância e repleto de significado, que poderia estar contribuindo de forma mais intensa na sensibilização do turista, não tem seu potencial completamente aproveitado. Nas entrevistas realizadas, o museu foi elencado por grande parte dos moradores e dos agentes públicos como um dos principais atrativos do centro histórico, mas ele não foi citado por nenhum turista, já que muitos deles nem se quer haviam visitado o local. Isso demonstra que muito ainda precisa ser feito no sentido de que a atividade turística realizada no centro histórico seja mais engajada com o patrimônio cultural, sensibilizando os visitantes e auxiliando na proteção dos bens patrimoniais.

Além disso, a priorização da comunidade local na gestão do turismo é de extrema importância. Proporcionar espaços que atendam prioritariamente a população francisquense, garantido locais de convívio e lazer, e estabelecimentos que sirvam essas pessoas cotidianamente é fundamental para que a atividade turística também possa se desenvolver no centro histórico, como afirmou Aldair Carvalho (2016) na entrevista efetuada. É importante que os mesmos espaços que são utilizados pela população local no seu dia-a-dia sejam também usufruídos pelos visitantes. Não é cabível que se priorizem locais exclusivos para o desenvolvimento da atividade turística, excluindo assim a comunidade local.

Como visto anteriormente, alguns agentes públicos destacam a abrangência regional como foco prioritário para a atividade turística em São Francisco do Sul. Inclusive, o técnico do IPHAN Dalmo Vieira Filho (2016) aborda, na entrevista realizada, que o centro histórico poderia se tornar um centro regional de lazer e turismo que atendesse às cidades próximas. Assim, não se vê impedimento para que isso aconteça desde que os princípios de valorização do patrimônio e de priorização da população local sejam seguidos. Pensar que o que será usufruído pelos visitantes, necessariamente deve fazer sentido e também ser utilizado pelos francisquenses. Como já mencionado, acredito que o centro histórico primeiramente deve ser o local da vida cotidiana, e só depois visto como um local onde a atividade turística também pode se desenvolver, sendo uma forma complementar de garantir a vitalidade da área e a preservação do patrimônio.

Uma das propostas citadas por Dalmo Vieira Filho seria a criação de uma marina pública no centro histórico, mas entendemos que essa ação precisaria ser discutida amplamente com a população local, pois a sua implantação não deveria servir prioritariamente para as pessoas de fora da cidade, com alto poder aquisitivo, e sim para a comunidade local. Inclusive, penso que essa ação poderia provocar uma grande valorização econômica da área, favorecendo processos de gentrificação, o que não se deseja. Assim, é necessário que isso seja discutido e que as problemáticas sejam destacadas, de forma que a população local, que mantém laços identitários e de pertencimento com o lugar, não seja excluída e participe da tomada de decisões.

Além disso, outras propostas, que acredito serem mais simples e mais viáveis para implantação, foram elencadas pelos entrevistados dos diferentes grupos. O maior aproveitamento da Baía Babitonga é uma delas. O secretário de lazer e turismo acredita que os passeios de barco que já acontecem em São Francisco do Sul, saindo do centro histórico,

poderiam ser melhores explorados, aumentando o percurso do passeio de forma que as pessoas consumam mais na cidade, em alimentação e em bebidas, e que no decorrer do passeio paradas sejam realizadas na Vila da Glória e em outros pontos de interesse no entorno da baía, de forma a qualificar e agregar valor à atração. Esse tipo de passeio possibilita ainda que as pessoas visualizem o centro histórico a partir da baía, permitindo a maior compreensão da configuração do conjunto e das relações que esse estabelece com seu entorno, como colocado pela moradora Phrynea Stazak (2016). Além disso, a comerciante Sandra Pereira (2016) sugere a incorporação de pedalinhos junto a baía, que poderiam ser utilizados para o lazer tanto dos turistas, como da população local, permitindo uma maior relação com o mar.

Os produtos tradicionais da cidade – como o peixe defumado, as compotas, os embutidos, a farinha - também foram lembrados pelos entrevistados que acreditam que eles poderiam ser melhor explorados de forma a incrementar a atividade turística na cidade, já que não se encontra esses produtos nos estabelecimentos do centro histórico (BRITO, 2016; PEREIRA, S., 2016). A questão do artesanato também é abordada, por exemplo, para a moradora Phrynea Stazak (2016) deveria ser incentivada a comercialização de produtos produzidos pela população francisquense, e não produtos industrializados que são comprados fora da cidade e trazidos para serem vendidos em São Francisco do Sul.

Ainda, o incentivo para a implantação de hotéis e pousadas é indicado pela superintendente do IPHAN em Santa Catarina, Liliane Nizzola, como forma de promover a atividade turística no centro histórico. Diante disso, acredito que a incorporação de pequenas pousadas em algumas edificações seria o mais adequado, de forma que esses espaços estejam integrados nas dinâmicas cotidianas da área, auxiliando na diversidade de usos e de pessoas frequentando o centro histórico em todos os períodos do dia. Além disso, a parceria com agências de viagem poderia ser buscada, de forma a criar pacotes de viagem para que as pessoas viajem até São Francisco do Sul e fiquem hospedadas no centro histórico, como sugeriu o segundo grupo de visitantes entrevistado.

Outro ponto importante relativo a atividade turística é quanto a sua sazonalidade. Nos meses de verão a atividade ocorre de forma mais intensa em São Francisco do Sul devido as praias que a cidade apresenta. Assim, parte desse grande contingente de turistas que visita a cidade nesse período desloca-se também ao centro histórico, promovendo um turismo harmônico que não prejudica a preservação do patrimônio, como afirmou a superintendente do IPHAN em Santa Catarina. Acredito que isso seja positivo, afinal nem se deseja que esse

grande número de turistas que viaja para a cidade no período de verão desloque-se para o centro histórico, pois isso poderia comprometer a preservação do conjunto diante da circulação de tantas pessoas.

O grande problema que identifico, assim como muitos dos entrevistados, se refere ao turismo nos meses de baixa temporada, considerado muito inexpressivo. Assim, acredita-se que as ações já discutidas acima seriam bastante importantes buscando a atração de maior número de turistas, mas também as festividades que acontecem na cidade poderiam favorecer a atividade na baixa temporada. Acredito que se as festividades estiverem voltadas para a cultura local, valorizando as manifestações culturais da cidade e integrando a comunidade local, serão capazes de atrair um maior número de visitantes.

Como visto nas entrevistas realizadas, muitas festividades que acontecem no centro histórico, vem perdendo suas características tradicionais, sendo substituídas pela realização de shows, como vem acontecendo com a Festilha, e até sendo retiradas do conjunto tombado pela Prefeitura Municipal, como aconteceu com o carnaval durante alguns anos. Muitos moradores e trabalhadores locais ressaltaram que isso é prejudicial para o centro histórico, afinal, tradicionalmente, as festas ocorriam nas ruas do conjunto, celebrando e valorizando as tradições e referências culturais francisquenses. Dessa forma, resgatar as características tradicionais dessas manifestações, como sugere a população local, pode auxiliar a garantir a vitalidade do conjunto, que passa a ser mais apropriado e utilizado pela comunidade local, e auxilia ainda no desenvolvimento da atividade turística. Afinal, os turistas não vão ser atraídos para uma festividade que poderia ocorrer em qualquer outra cidade, diferentemente de uma festividade com características locais e únicas, que desempenhará um papel de atratividade muito maior.

Junto ao resgate dessas características tradicionais, a elaboração de um calendário de eventos que possa favorecer a atividade turística e a apropriação do centro histórico pela população francisquense ao longo de todo o ano é também considerado algo de grande importância para a garantia da vitalidade da área, proporcionando, principalmente, a ocupação da área aos finais de semana, período de menor movimentação no conjunto.

Em vista do exposto acerca da atividade turística e do que se almeja para a área, concordando com Marcelo Sotratti (2010, p. 221) ao dizer que “espera-se ainda que o turismo encontre um caminho correto para o bom e justo planejamento, gestão e promoção dos bens

culturais e demonstre seu potencial como atividade propulsora de desenvolvimento e inclusão social".

3.2.4 Mobilidade urbana

Por fim, o último item dessa discussão trata da questão da mobilidade urbana, que é outro ponto que necessita passar por reflexões e ser amplamente debatido no contexto de São Francisco do Sul. Primeiramente a questão do acesso à cidade através da BR 280 é um dos grandes problemas que a cidade enfrenta. Segundo Aldair Carvalho (2016), a conclusão da duplicação da via poderia trazer novas perspectivas de desenvolvimento para a cidade e para o centro histórico. No meu entendimento essas novas perspectivas para o centro histórico estão principalmente associadas ao turismo. Como já discutido, a atividade na cidade tem foco prioritário na região, dessa forma, as más condições da BR e os problemas de fluxo que a mesma apresenta, interferem negativamente no turismo, já que muitos visitantes desistem de vir à São Francisco do Sul.

Diante disso, penso que São Francisco do Sul precisa ser olhada como um todo. A maior parte do seu território está em uma porção insular, banhado em grande parte por uma baía com grande potencial de navegabilidade, e isso é pouco explorado. Assim, propor formas de acesso para além do meio rodoviário pode ser uma das alternativas para os problemas que a cidade enfrenta.

A maior utilização de meios hidroviários poderia ser uma dessas soluções. Como já visto, até pouco tempo existia a possibilidade de transporte entre São Francisco do Sul e Joinville por meio de barcos, que realizavam o percurso entre as cidades em menor tempo que os automóveis. Mas essa opção de locomoção acabou sendo desativada. Então, pensar em sua reativação seria uma das ideias para uma melhor mobilidade, principalmente, com essa cidade vizinha. Mas somente a reativação desse meio de transporte não é suficiente, é preciso pensar na integração com os outros meios para que a população utilize efetivamente essa forma alternativa de transporte, e também os turistas possam fazer uso.

Além disso, os problemas de mobilidade enfrentados no centro histórico precisam ser discutidos e soluções necessitam ser encontradas. Um desses problemas se refere às vagas para estacionamento no conjunto tombado. Segundo o morador Waldemar Jacob (2016) as vagas disponíveis são ocupadas prioritariamente por trabalhadores do centro histórico, o que dificulta a vinda dos usuários dos estabelecimentos localizados no conjunto, que ao não encontrarem vagas para seus automóveis acabam não permanecendo no local, buscando outras áreas da cidade que atendam suas necessidades.

Essa noção ressaltada pelo entrevistado parte de um entendimento, bastante presente em nossa realidade, da primazia dos automóveis particulares no âmbito da mobilidade urbana. Para Dalmo Vieira Filho (2014, p. 101), em países como o Brasil, "os padrões de crescimento se desvincularam das noções de qualidade urbana", e os veículos particulares assumiram um papel prioritário nos deslocamentos. As cidades passaram a ser entendidas mais como meros espaços a serem percorridos, que exigem facilidades de acessos e estacionamentos, e menos como "espaços de vida, tributários de acúmulos e tradições".

Dessa forma, penso que a coexistência de diferentes meios de locomoção precisa ser tratada como uma questão prioritária, dando ênfase ao transporte público, ao transporte cicloviário e, sobretudo, ao pedestre, como expõe Sandra Ribeiro:

> A ideia de mobilidade deve estar voltada para as pessoas e deve valorizar o espaço urbano como lugar de encontro, circulação, cruzamento de diferenças e, no caso de centros históricos, lugar de fruição do patrimônio. [...] Esses espaços devem proporcionar um deslocamento fácil e seguro para todos os usuários, além de possibilitar a permanência para sua fruição (RIBEIRO, 2014, p. 16).

Assim, primeiramente proporcionar um transporte público de qualidade e eficiente é imprescindível para a questão da mobilidade da cidade como um todo, e não somente do centro histórico. Um transporte público com horários regulares e integrado a todas as regiões da cidade é fundamental para uma mudança de atitude da população, de forma que as pessoas optem por deixar seus veículos particulares em suas casas e utilizem o meio de transporte público para realizarem suas atividades cotidianas.

Acredita-se que no interior do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul não se deva permitir a circulação dos tradicionais ônibus de transporte público, como ocorre atualmente, visto que esses provocam trepidações que prejudicam a conservação dos casarios históricos e por apresentar grandes dimensões são incompatíveis com diversas ruas do conjunto. Assim, um veículo diferenciado, mais leve e de menores dimensões, poderia ser utilizado somente para a circulação no interior da área tombada, como já ocorre em algumas

cidades pelo mundo. Uma delas é Viana do Castelo, em Portugal, onde implementou-se um "[...] sistema de carros elétricos (micro-ônibus) para o transporte público no centro histórico, o que significa uma alternativa de baixo impacto ambiental, pois utiliza energia não poluente, com baixo ruído e de baixo custo, e é um sistema compatível com a largura das ruas" (RIBEIRO, 2014, p. 51).

Com essa solução os veículos, de porte bastante reduzido, poderiam circular por mais ruas do centro histórico de São Francisco do Sul - já que atualmente os ônibus utilizados somente percorrem um pequeno trajeto na área - possibilitando que os usuários possam chegar mais próximos ao seu locais de destino, incentivando, assim, que maior número de pessoas passem a utilizar o referido meio de transporte. Para seu maior sucesso, esse meio deveria estar ainda integrado às demais linhas de transporte coletivo do munícipio, podendo ser implantado um terminal no exterior da poligonal de tombamento possibilitando essa integração.

Outro ponto que poderia colaborar para a melhoria da mobilidade urbana da área seria a utilização da bicicleta como meio de transporte, solução que vem se disseminando em diversas cidades do mundo, inclusive nas brasileiras, proporcionando, ainda, maior qualidade de vida para as pessoas. Conforme Sandra Ribeiro, "a bicicleta ajuda a promover a democratização do espaço urbano, na medida em que permite maior mobilidade, autonomia e acessibilidade a todos os grupos sociais, de todas as idades", e seu uso "[...] propicia melhor fruição dos espaços urbanos e agrega um elemento facilitador na reocupação de centros antigos subutilizados" (2014, p. 35).

Em São Francisco do Sul percebe-se que grande número de pessoas já utilizam a bicicleta como forma de locomoção, mas a falta de infraestrutura não incentiva que mais pessoas venham a adotar o meio de transporte. Assim, acredita-se que a implantação de um sistema cicloviário venha colaborar com a expansão desse meio de locomoção. Nesse sentido, a inserção de ciclofaixas no centro histórico seria uma das soluções que poderia ser facilmente adotada pelo poder público municipal, uma vez que se configuram como faixas pintadas (podendo haver a inserção de tachões do tipo "tartaruga") que separam o espaço de circulação de bicicletas nas vias, tendo custo bastante reduzido. Junto a isso, a inserção de sinalização adequada, a realização de programas educacionais para ciclistas, motoristas e pedestres, a implantação de bicicletários, além de ações facilitadoras, como o aluguel de bicicletas a baixo custo – tal como já acontece em diversas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo,

Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife - são capazes de colaborar para a ampla utilização desse meio de transporte pela população.

A integração entre os diferentes meios de transporte necessita ser pensada para que as ações desenvolvidas possam ser satisfatórias. Por exemplo, no caso de implantação do sistema de transporte público e do aluguel de bicicletas propostos, é fundamental que uma estação de aluguel de bicicletas seja inserida próxima ao terminal de ônibus, possibilitando seu maior uso. Da mesma forma, se tem na cidade a situação do transporte hidroviário, que possibilita a ligação do centro histórico com a Vila da Glória, assim outra estação de aluguel de bicicletas deveria ser localizada próxima ao local de embarque e desembarque dos barcos. Essa integração entre os meios de locomoção é fundamental para o sucesso das políticas de mobilidade que possam vir a ser implantadas na área, auxiliando na vitalidade e na fruição do centro histórico.

A ênfase ao pedestre é outro ponto fundamental se tratando de mobilidade urbana. Proporcionar espaços com segurança para que a população possa circular e usufruir da cidade é de extrema importância. Nesse sentido, acredito que no centro histórico já existam as condições necessárias. As diversas intervenções urbanas realizadas no Programa Monumenta trouxeram maior qualidade aos passeios públicos, proporcionando o alargamento de muitos deles, sua padronização e acessibilidade. Mas ainda existem problemas.

O maior conflito acontece na relação dos usuários de meios de transporte público, ciclistas, pedestres etc. com os usuários de automóveis, cujos veículos muitas vezes são mais valorizados, ocupando espaços que poderiam ser apropriados pela população. Um desses exemplos é o largo ao lado do Mercado Municipal que é destinado ao estacionamento de automóveis (Figura 33). O espaço se configura como uma barreira entre a Baía Babitonga e os casarios históricos, dificultando a circulação e sua maior apropriação pelas pessoas. Esse espaço poderia ser utilizado para a realização de feiras, de manifestações culturais, ou simplesmente como ponto de encontro e convívio dos transeuntes. Mas, diante do contexto atual de São Francisco do Sul, sabe-se que um maior número de vagas para estacionamento é necessário, e simplesmente retirá-las desses locais ao lado do Mercado Municipal sem que novos estacionamentos surjam é algo incoerente. No entanto, a partir do estabelecimento de políticas que priorizem o pedestre, o transporte cicloviário e um transporte público de qualidade pode-se repensar essa situação, e proporcionar maior qualidade e bem-estar para a população local.



Figura 33 - Largo do Mercado Municipal.
Fonte: acervo do autor, 2016.

Poderíamos, por exemplo, até pensar na restrição da circulação de grande parte desses veículos do centro histórico, priorizando espaços com maior qualidade para os pedestres e auxiliando na preservação do conjunto tombado, como já vem ocorrendo em alguns centros urbanos europeus, mas ainda não se tem, atualmente, um transporte público de qualidade e nem outros meios eficazes de locomoção que permitam a implantação dessa medida. Além disso, como estamos buscando a retomada da vitalidade do centro histórico, essa dinâmica de exclusão pode não ajudar e ainda piorar a situação, como diz o arquiteto e urbanista espanhol, Mateus Porto Schettino:

> A completa exclusão dos carros em determinadas zonas é a melhor solução em muitos casos. No entanto, apesar dos benefícios inegáveis para a preservação dos bens de interesse histórico e para a requalificação do espaço público, também pode trazer consigo algumas dificuldades para o desenvolvimento das cidades e sua vitalidade. Entre os efeitos indesejáveis de uma segregação excessiva, com desmedida exclusividade de espaços destinados ao pedestre em um entorno altamente motorizado, estão: a expulsão da população residente; a "gentrificação"; a homogeneização do comércio; a redução da variedade social e de atividades etc. (SCHETTINO, 2014, p. 114).

Assim, diante da questão dos automóveis privados e das vagas para estacionamento no centro histórico, penso que medidas de controle e outras que incentivem formas alternativas de mobilidade podem ser aplicadas na área. Um sistema de estacionamento rotativo é uma dessas formas que pode auxiliar na solução da problemática. Conforme Sandra Ribeiro (2014, p. 21), "em algumas cidades, já existe a cobrança para estacionar ao longo das vias públicas, a chamada 'zona azul'. Esses procedimentos, aliados a um adequado tratamento urbanístico dos espaços públicos, estimulam o trânsito a pé nos centros históricos".

O referido sistema pode proporcionar um fluxo constante de usuários na área, coibindo o que ocorre atualmente, onde muitos automóveis permanecem estacionados do início da manhã até o fim da tarde, impossibilitando a utilização das vagas por outros usuários.

Ressalta-se que com a implantação de sistema desse tipo é necessário pensar em formas de isentar de pagamento os moradores do centro histórico que não possuem garagem em seus imóveis, algo bastante comum na área, de forma a garantir que esses permaneçam habitando o conjunto histórico.

Por fim, chama-se a atenção para a ressalva de Jane Jacobs (2011, p. 253-254) ao afirmar que "a inexistência de uma diversidade ampla e concentrada pode levar as pessoas a andarem de automóvel por praticamente qualquer motivo". Mas, "quanto mais variada e concentrada for a diversidade de determinada área, maior a oportunidade para caminhar". Assim, o que se pretende para a área, incentivando a diversidade de atividades e a sua consequente vitalidade, pode também trazer resultados positivos no campo da mobilidade. Somando-se a isso, ações educativas que visem o respeito entre as diferentes formas de mobilidade alternativas aos usos dos veículos particulares para se deslocar, podem colaborar com a qualidade e a fruição do centro histórico.

Diante das discussões realizadas nessa pesquisa e das ações propostas para o conjunto tombado, finalizo o capítulo com uma pergunta: deseja-se que o centro histórico seja um local esvaziado de pessoas em que o patrimônio não tenha significado, ou um local para ser consumido turisticamente, ou, ainda, um lugar inserido na vida francisquense, repleto de vitalidade, em que o patrimônio cultural tenha sentido e seja apropriado amplamente pelas pessoas? Assim, é preciso refletir, discutir amplamente, dando voz à população local, e repensar o que realmente se deseja para o futuro da área, e então executar ações que auxiliem nos objetivos almejados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui desenvolvida procurou discutir ações para promover a preservação do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul a partir dos diversos estudos e análises que foram realizados, buscando constatar a situação atual da área, e dos olhares dos diferentes atores envolvidos com o lugar, averiguados a partir das entrevistas efetuadas.

Essas entrevistas foram bastante enriquecedoras para o trabalho e auxiliaram no entendimento de diversas questões relativas ao centro histórico, possibilitando que eu construísse um novo olhar sobre esse lugar para além de minha visão como arquiteto e urbanista. Ouvir esses diversos entrevistados foi muito satisfatório, mas, principalmente, poder dar voz aos moradores e trabalhadores do centro histórico, que muito pouco são ouvidos e consultados nas tomadas de decisões, foi de extrema importância. Afinal, acredito, e busquei transparecer isso nas discussões de ações para a área, que o foco prioritário em qualquer ação desenvolvida no centro histórico é a população local. São essas pessoas que cotidianamente estarão usufruindo desse lugar e zelando para sua preservação.

Diante disso, foi possível constatar nessa pesquisa que diversas dinâmicas territoriais percebidas em São Francisco do Sul estão prejudicando a vitalidade do centro histórico e, consequentemente, interferindo de forma negativa na preservação de seu patrimônio cultural. Como visto anteriormente, questões como dificuldade de mobilidade, grande crescimento populacional verificado na cidade e diminuição na área central do município, e incentivo a uma nova centralidade municipal, fazem parte dessa problemática. Além disso, a saída do centro histórico de diversos equipamentos considerados estratégicos para a vitalidade da área, a consequente saída de algumas atividades comerciais que não conseguiram se manter sem um fluxo considerável de pessoas e a diminuição do número de moradias, contribuíram para que o centro histórico fosse perdendo sua importância e seu papel de centralidade municipal, provocando, também, a perda de sua vitalidade. Assim, com menos pessoas circulando e usufruindo do centro histórico e com muitos imóveis abandonados por tempo considerável, os processos de degradação dos bens patrimoniais só tendem a aumentar.

Nesse sentido, acredito que buscar formas de promover a vitalidade da área é, também, promover a preservação de seu patrimônio. Obviamente, precisa-se ter cuidado para que as ações que venham a ser desenvolvidas visando a retomada da vitalidade do centro histórico

estejam voltadas para os interesses da população local. Essas ações precisam favorecer a apropriação do lugar por essas pessoas, não promovendo a exclusão de uma camada social em detrimento de outra. Da mesma forma, acredito que não seja cabível pensar na área como um espaço voltado exclusivamente para o turismo. Mas sim, um espaço da vida cotidiana que também possa ser usufruído por visitantes. Diante disso, buscando proporcionar maior vitalidade para o centro histórico e garantir sua preservação, as ações discutidas nessa pesquisa levaram em conta essas questões expostas.

Entre o que foi discutido, uma das principais ações consideradas é referente a diversidade de usos no centro histórico como forma de promover sua vitalidade, princípio defendido por Jane Jacobs (2011). Essa ação buscou explicitar a necessidade do retorno dos equipamentos estratégicos para o centro histórico, de forma com que maior número de pessoas circulem pelo conjunto tombado, incentivando também a instalação de outros estabelecimentos comerciais. Além disso, o reforço da atividade residencial foi discutido, garantindo que a área seja utilizada 24 horas por dia, não sendo esvaziada ao fim da tarde, como acontece em muitos centros urbanos. A garantia de estabelecimentos que funcionem no período da noite e aos finais de semana também foram elencados como importantes ações para promover a diversidade e a vitalidade no sítio histórico.

Discutiu-se também a questão da adaptação da infraestrutura preexistente e a incorporação de novos espaços construídos de forma a auxiliar na geração de diversidade que se propôs. Dando ênfase primeiro a adaptação dos espaços preexistentes, realizou-se uma análise onde foram constatados diversos imóveis com possibilidade de abrigar novos usos no centro histórico. Após isso, locais que possibilitem a inserção de novos espaços construídos também foram destacados como forma de auxiliar nesse processo.

Essa discussão esteve bastante associada a região do centro histórico mais próxima ao porto, considerada nessa pesquisa como o local mais degradado do conjunto. Assim, reflexões foram realizadas a partir do que se espera para a área e de como ela pode estar auxiliando nesse processo de diversidade de usos e de retomada da vitalidade, sendo elencada como um local que possibilitaria um novo olhar sobre a relação do patrimônio com os dias atuais. Nessa discussão, incorporou-se questões relativas as diretrizes de normatização do Centro Histórico e Paisagístico, reforçando a necessidade de uma gestão integrada entre os entes públicos e novos olhares perante as necessidades atuais da população.

Outro ponto discutido diz respeito a atividade turística. Como já comentado, o foco das ações propostas foi a comunidade local, assim, o turismo aparece como uma forma complementar de promover a vitalidade da área. A atividade turística discutida nessa pesquisa prioriza a utilização do patrimônio cultural como uma fonte de conhecimento, que venha a sensibilizar o turista sobre a importância de sua preservação, e não tratado como uma mercadoria, como muitas vezes acontece.

Além disso, a atividade turística tendo como foco a região é uma das principais formas para permitir o seu desenvolvimento junto ao centro histórico. Nesse sentido, acredita-se ainda que qualquer ação que venha ser desenvolvida no centro histórico para atender o turista, precisa também servir à comunidade local, de forma a garantir o sucesso da atividade no conjunto. A exemplo disso, foi citado a valorização das festividades e manifestações culturais, garantindo que suas características tradicionais sejam mantidas, assim como espera a comunidade local, servindo, também, como atrativo para os turistas.

A questão da mobilidade também foi discutida como forma de auxiliar na vitalidade da área. Como visto, a dificuldade de estacionamento no centro histórico é algo recorrente, assim, a possibilidade de inserção de um sistema de estacionamento rotativo poderia vir a auxiliar nessa problemática. Além disso, a priorização ao pedestre e a outros meios de transporte alternativos aos automóveis particulares, como transporte público e bicicletas, foram elencados como opções viáveis para o centro histórico. Nesse sentido, a qualificação dessas formas de transporte e a integração entre elas poderia auxiliar na sua maior aceitação pela população e na promoção da vitalidade do conjunto tombado.

Diante disso, percebe-se a necessidade de uma gestão do território com ações integradas e continuadas entre os órgãos públicos, proporcionando a ampla participação da população nas reflexões e tomadas de decisões. Assim, acredita-se que as ações discutidas nessa pesquisa tem capacidade para contribuir com a retomada da vitalidade do centro histórico e com seu papel enquanto centralidade municipal, auxiliando na promoção da preservação de seu patrimônio cultural. No entanto, sabe-se que muito ainda precisa ser discutido e muitas questões precisam ser aprofundadas, preferencialmente em conjunto com os diferentes atores envolvidos com o lugar. Em vista disso, para o sucesso de futuras ações e políticas para a área é preciso somar forças e trabalhar em conjunto em prol de um bem que é todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leila Bianchi. O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a "viabilidade econômica" do patrimônio (1973-1979). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 137-149, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0105>. Acesso em: 03 set. 2016.

ALMEIDA, Luiz Fernando de. Patrimônio e Sustentabilidade: A trajetória do IPHAN. In: TORELLY, Luiz Phillippe (Org.). **Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: IPHAN, 2012, p. 07-11.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. La Lenta construccíon de modelos de intervención en centros históricos americanos. In: CARRIÓN, Fernando (Ed.). **Centros Históricos de América Latina y el Caribe**. Quito: FLACSO, 2001, p. 297-315. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/11257-opac>. Acesso em: 05 out. 2016.

BALBINOTTI, Jean. Corte no orçamento pode parar duplicação da BR 280 em Jaraguá do Sul e Guaramirim. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04 maio 2016. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/05/corte-no-orcamento-pode-parar-duplicacao-da-br-280-em-jaragua-do-sul-e-guaramirim-5792735.html>. Acesso em: 13 jul. 2016.

BAUER, Letícia. Pesquisa histórica sobre São Francisco do Sul (1880 – 1930). In: LUCA, Virginia Gomes de; MARTINS, Marina Canãs (Coord.). **Estudos, levantamentos e consultorias sobre o centro histórico de São Francisco do Sul/SC**. IPHAN, 2008.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BRASIL. **Lei 10.257/2001**. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 21 out. 2016.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, v. II, 2005.

BUGAY, Eliane Regina; SILVA, Andréa de Souza Marques. **Revitalização do Sítio Histórico de São Francisco do Sul.** 1985. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Entre vestígios do passado e interpretações da História: introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra; SOARES, Inês; LAGE, Claudia (Org.). **Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011a, p. 37-49.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: CHUVA, Márcia Romeiro (Org.). **Revista do Patrimônio, nº 34. História e Patrimônio**. 2011b. p. 147-165.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro; PESSÔA, José Simões de Belmont. Centro Histórico de São Francisco do Sul. In: PESSÔA, José Simões de Belmont. **Caderno de Documentos 2. Estudos de Tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

DIAS, Maria Cristina. São Francisco do Sul comemora 350 anos de fé. **Notícias do Dia**, Joinville, 08 set. 2015. Disponível em: <http://www.ndonline.com.br/joinville/noticias/280995-sao-francisco-do-sul-comemora-350-anos-de-fe.html>. Acesso em: 01 ago. 2016.

DIOGO, Érica (Org.). **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

FARRET, Ricardo L. Prefácio da primeira edição. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2009.

FCC. Fundação Catarinense de Cultura. **Espaços Culturais**. 2016. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br//pagina/11401/casas>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FECOMÉRCIO. **Pesquisa Fecomércio de Turismo – Verão em Santa Catarina 2014**: Turismo de Verão em Florianópolis, Balneário Camboriú, São Francisco do Sul, Barra Velha e Imbituba. 2014. Disponível em: <http://www.fecomercio-sc.com.br/fmanager/fecomercio/pesquisas/arquivo313_1.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

FECOMÉRCIO. **Pesquisa Fecomércio de Turismo – Verão em Santa Catarina 2015**: Turismo de Verão em Florianópolis, Balneário Camboriú, São Francisco do Sul e Imbituba. 2015. Disponível em: <http://www.fecomercio-sc.com.br/fmanager/fecomercio/pesquisas/arquivo389_1.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

FECOMÉRCIO. **Pesquisa Fecomércio SC - Turismo de Verão 2016**: Turistas e Empresários. 2016. Disponível em: <http://www.fecomercio-sc.com.br/fmanager/fecomercio/pesquisas/arquivo490_1.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FRANCO, Luiz Fernando P. N. Centro Histórico de Laguna. In: PESSÔA, José Simões de Belmont. **Caderno de Documentos 2. Estudos de Tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

FREITAS, Andrey de. **Relatório de Cumprimento do Objeto**. Programa Monumenta São Francisco do Sul. 2014.

FUCISF. Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul. **Projeto de Educação Patrimonial**. 2016.

GIANNECCHINI, Ana Clara. **O IPHAN e o Programa Monumenta**: Lições para a gestão do patrimônio cultural. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública). Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1898>. Acesso em: 10 nov. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

IBGE. **Censos Demográficos**. 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 05 jul. 2016.

IBGE. **Evolução Populacional de São Francisco do Sul**. 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php>. Acesso em: 23 set. 2015.

IPAC. **Monumenta**. 2016. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/monumenta>. Acesso em: 10 nov. 2016.

IPHAN. Ata da 124ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: Processo nº 1.163-T-85. **Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul**. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN. 1987. Documento impresso.

IPHAN. **Casas do Patrimônio.** 2016a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>. Acesso em: 24 jun. 2016.

IPHAN. **Cronologia e bibliografia das práticas de preservação**. In: Caderno de Estudos do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP. Rio de Janeiro: COPEDOC-IPHAN, 2004. p. 44-45.

IPHAN. **Laguna**. 2016b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sc/galeria/detalhes/314/>. Acesso em: 10 nov. 2016.

IPHAN. **Lista de Bens Tombados e Processo em Andamento (1938 – 2015).** 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 22 nov. 2015.

IPHAN. **Normatização de Cidades Históricas**: orientação para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas. 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/intranet/baixaFcdAnexo.do?id=4997>. Acesso em: 16 fev. 2015.

IPHAN. **Vida e Obra**: Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/481/vida-e-obra-rodrigo-melo-franco-de-andrade-1898-%E2%80%93-1969>. Acesso em: 29 nov. 2016.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LIMA, Rosane. **Museu Victor Meirelles**, em Florianópolis. 2015. Disponível em: <http://ndonline.com.br/joinville/plural/13a-semana-dos-museus-ocorre-em-mais-de-90-instituicoes-museologicas-e-culturais-de-santa-catarina>. Acesso em: 10 nov. 2016

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Dafne Marques de; LUCA, Virginia Gomes de. Morfologia urbana e paisagem construída. In: LUCA, Virginia Gomes de; MARTINS, Marina Cañas (Coord.). **Estudos, levantamentos e consultorias sobre o centro histórico de São Francisco do Sul/SC**. IPHAN, 2008.

METROQUADRADO. **Corporativo, São Francisco do Sul/SC**. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/metroquadrado.sc>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**: perguntas e respostas. 2016a. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/downloads/pdf/categorizacao/Perguntas_e_respostas_Categorizacao_2016.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2016b. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MONTEIRO, Circe; LIMEIRA, Juliana. Revitalização, Habitação e Gentrificação. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes (Org.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana**: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p. 262-278. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/livros.html>. Acesso em: 20 out. 2016.

NARDI, Letícia. **Centro Histórico**: entre a preservação e a dinâmica urbana. Curitiba: Appris, 2015.

PEREIRA, Julia Wagner. Nem heroico nem moderno: a constituição do "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" na gestão de Renato Soeiro no IPHAN (1967-1979). In: IPHAN. Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. **Programa de Especialização em Patrimônio – Artigos (2005 e 2006)**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2009.

PEREIRA, Vanessa Maria. Gestão democrática do patrimônio cultural em São Francisco do Sul (SC). **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 119-128, maio/out. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15592>. Acesso em 28 jul. 2016.

PEREIRA, Vanessa Maria. **São Francisco do Sul: o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói**. 2007. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PGAU0003-D.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Carnaval no Centro Histórico**. 2016. Disponível em: <http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/noticias#.V6JReYMrLIU>. Acesso em: 03 ago. 2016.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, Reedições do IPHAN, 2009.

RIBEIRO, Sandra Bernardes (Org.). **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2014. 120 p. (Cadernos Técnicos; 9).

ROLNIK, Raquel; BALBIM, Renato (Coord.). **Reabilitação de Centro Urbanos**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programa Urbanos. Brasília: Ministério das Cidades, dez. 2005. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/RegularizacaoFundiaria/Reabilitacao_Centros_SNPU_2006.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-atração**: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANT'ANNA, Marcia. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 59-74, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0102>. Acesso em: 04 set. 2016.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade documento** - a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SAN THIAGO, Arnaldo. **Breve notícia histórico-descritiva do município**. São Francisco do Sul: [s.e.], 1938.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese; REIS, Maria José (Orgs.). **São Francisco do Sul**: muito além da viagem de Gonneville. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

SANTUR. **Caminho dos Príncipes**: Descubra Santa Catarina. 2016a. Disponível em: <http://turismo.sc.gov.br/destinos/caminhos-dos-principes/>. Acesso em 13 jul. 2016.

SANTUR. **Palácio dos Príncipes**. 2016b. Disponível em: <www.turismo.sc.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SCHETTINO, Mateus Porto. Moderação do tráfego e a nova cultura da mobilidade em áreas de valor histórico e cultural. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes (Org.). **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2014. 120 p. (Cadernos Técnicos; 9).

SECRETARIA DE TURISMO E LAZER DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **São Francisco do Sul registra crescimento do setor turístico nos últimos anos**. São Francisco do Sul, 04 abr. 2016. Disponível em: <http://www.visitesaofranciscodosul.com.br/noticia/25/sao-francisco-do-sul-registra-crescimento-do-setor-turistico-nos-ultimos-anos>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SOTRATTI, Marcelo Antonio. **Imagem e Patrimônio Cultural**: as Ideologias Espaciais da Promoção Turística Internacional do Brasil – EMBRATUR 2003-2010. 2010. Tese (Doutorado em Ciências). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Caminas, Campinas, SP, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000779039>. Acesso em: 08 nov. 2016.

SOTRATTI, Marcelo Antonio. **Pelas Ladeiras do Pelô**: A Requalificação Urbana Como Afirmação de Um Produto Turístico. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000384839>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SOUZA, Alcídio Mafra de Souza. Parecer do Processo nº 1.163-T-85. In: Processo nº 1.163-T-85. **Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul**. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN. 1987. Documento impresso.

THOMPSON, Analucia. Campo cultural e contexto histórico: nomes do IPHAN. In: MOTTA, Lia (Org.). **Um panorama do campo da preservação do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

UFSC. **Fortaleza de São José da Ponta Grossa**. 2016. Disponível em: <http://www.fortalezas.ufsc.br/fortaleza-ponta-grossa/>. Acesso em: 10 nov. 2016.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. **Plano Diretor de Viçosa.** Projeto Lei. 2016. Disponível em: <http://www.ufv.br/pdv/ocupacaouso.htm>. Acesso em: 13 nov. 2016.

VARGAS, Heliana Comim; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2009. p. 1-51.

VENTURINI, Suellen dos Santos. Em São Chico, o casario emoldura a festa de carnaval mais tradicional do Norte catarinense. **Notícias do Dia**, Joinville, 08 fev. 2016. Disponível em: <http://ndonline.com.br/joinville/noticias/298146-em-sao-chico-o-casario-emoldura-a-festa-de-carnaval-mais-tradicional-do-norte-catarinense.html>. Acesso em: 03 ago. 2016.

VIEIRA FILHO, Dalmo. Mobilidade urbana em centros históricos brasileiros: que caminhos trilhar?. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes (Org.). **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2014. 120 p. (Cadernos Técnicos; 9).

WANZUITA, Carolina; MACHADO, Pedro. Babitonga: uma baía dividida. **A Notícia**, Joinville, 22 maio 2015. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_babitonga/introducao.html>. Acesso em: 09 jul. 2016.

ENTREVISTAS REALIZADAS

ASSEF, Ricardo. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 06 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

BRITO, Alisson. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 03 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

CARVALHO, Aldair Nascimento. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, FUCISF, 02 maio 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

CARVALHO, Ruth. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 02 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

CECYN, Maria de Lourdes. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 03 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

FARIAS, Vitor. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 04 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

FLAVIA. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 04 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

GRUPO DE ESTUDANTES 1. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 04 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

GRUPO DE ESTUDANTES 2. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 04 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

JACOB, Waldemar Alfredo. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 07 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

LEHN, Julia. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 04 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

MARIA HELENA. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 04 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

MOREIRA, Alice. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 01 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

NIZZOLA, Liliane Janine. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. Florianópolis, IPHAN, 27 abr. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

PEREIRA, Guilherme Neves. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, Secretaria de Turismo e Lazer, 02 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

PEREIRA, Sandra. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 03 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

STAZAK, Phrynea. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. São Francisco do Sul, 06 jun. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

VIEIRA FILHO, Dalmo. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. Florianópolis, IPHAN, 27 abr. 2016. Entrevista concedida a Bruno Cezar Pozzobon. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B dessa dissertação.

ANEXO

ANEXO A – Quadro de parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo nas zonas correspondentes ao centro histórico e à nova centralidade de São Francisco do Sul segundo a lei nº 763/81

	Zonas	Nº Máx. de Pavimentos	Índice de Aprov. Máx.	Taxa Máx. de Ocupação (%)	Lote Mínimo (m^2)	Testada Mínima (m)	Afast. Frontal (m)	Afast. Fundos (m)	Afast. Laterais (m)
Centro Histórico	**ZE 1[1]**	Térreo + 1	1,5	76	250	8	-	4	-
	ZR 1	Térreo + 1	1	50	250	10	4	4	1,5
	ZM 1	Térreo + 1	1,5	76	250	8	-	4	-
	ZE 2[2]	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Centralidade	**ZR 2**	Térreo + 2	2	50	250	10	4	4	2
	ZM 2	Térreo + 1	1,3	65	250	8	4	4	-
		Térreo + 2	2	50	360	12	4	4	2
		Pilotis + 5 + garagem	2,4	40	450	15	4	6	2
		Pilotis + 7 + garagem	2,4	30	800	20	6	6	3
		Pilotis + 9 + garagem	2,5	25	800	20	8	6	4

Observações:

[1] Zona destinada a preservação do conjunto arquitetônico;

[2] Zona destinada a proteção dos recursos naturais.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiros das entrevistas

Grupo 'Agentes Públicos' – técnicos do IPHAN
1. Desde quando você atua no centro histórico ou na cidade de São Francisco do Sul? 2. Para você, qual a importância do centro histórico perante o cenário socioeconômico de São Francisco do Sul? 3. Ao longo do tempo o centro histórico passou por algumas mudanças significativas, sendo as intervenções realizadas pelo Programa Monumenta a principal delas, que teve papel fundamental na busca pela qualificação da área. Como essas mudanças são percebidas pelo IPHAN? Os resultados foram os esperados? Quais aspectos você considera positivos e poderiam ser repetidos em novos programas na área? 4. Temos hoje no centro histórico um cenário em que grande parte do conjunto tombado se mantém conservado, mas outra parcela passa por processos de degradação. O local mais próximo à área portuária é o maior exemplo que vem sofrendo com os processos de degradação. Em relação a essa área, no decorrer dos anos esse cenário piorou ou melhorou? O IPHAN visualiza ações que possam reverter o quadro? Quais? 5. Percebe-se que uma gama de atividades comerciais e de serviço, e principalmente, alguns equipamentos de grande importância, como o INSS, os correios e a Caixa Econômica Federal, deixaram o centro histórico nos últimos anos para se implantar em uma nova centralidade municipal. A quais fatores a instituição atribui a saída dessas atividades da área? Algo vem sendo feito buscando um possível retorno dessas atividades? 6. Com base na atuação institucional, além do citado na pergunta anterior, quais atividades/usos podem vir a ter incentivos para sua intensificação ou implantação na área? Por que? Como isso pode ser feito? 7. Pensar no incentivo ao desenvolvimento a partir da valorização de aspectos locais, que possam priorizar a população da cidade e os moradores da área, pode ser uma das formas de fortalecer e dinamizar a área. Como a instituição vê essa questão? Acredita ser um meio ou visualiza outras formas para isso? 8. Como o IPHAN vem lidando com as necessidades atuais perante intervenções no patrimônio tombado? Como a acessibilidade, incorporação de novas áreas construídas junto a preexistência, abertura de garagens. 9. Como a instituição percebe o turismo na cidade? Qual o papel do centro histórico nesse contexto? 10. Existe alguma ação que vem sendo realizada, ou intenção de alguma, em parceria entre IPHAN, Secretaria de Turismo e Fundação Cultural para o centro histórico? 11. A partir das ações que vem sendo desenvolvidas e das pretendidas para a área, o que o

IPHAN espera para o futuro do centro histórico?

Grupo 'Agentes Públicos' – Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul

1. Desde quando você atua no centro histórico de São Francisco do Sul?
2. Para você, enquanto presidente da Fundação Cultural, qual a importância do centro histórico perante o cenário socioeconômico de São Francisco do Sul?
3. Quais as principais mudanças que você percebe no centro histórico durante seu período de atuação? Quando e porque ocorreram?
4. As intervenções realizadas pelo Programa Monumenta tiveram papel fundamental na busca da qualificação do centro histórico, ocasionado diversas mudanças na área. Como essas mudanças são percebidas pela Fundação Cultural? Quais aspectos do Programa você considera positivos e poderiam ser repetidos em novas ações na área?
5. Temos hoje no centro histórico um cenário em que grande parte do conjunto tombado se mantém conservado, mas outra parcela passa por processos de degradação. O local mais próximo à área portuária é o maior exemplo que vem sofrendo com os processos de degradação. Em relação a essa área, no decorrer dos anos esse cenário piorou ou melhorou? A Fundação Cultural visualiza ações que possam reverter o quadro? Quais?
6. Percebe-se que uma gama de atividades comerciais e de serviço, e principalmente, alguns equipamentos de grande importância, como o INSS, os correios e a Caixa Econômica Federal, deixaram o centro histórico nos últimos anos para se implantar em uma nova centralidade municipal. A quais fatores a Fundação Cultural atribui a saída dessas atividades da área? Algo vem sendo feito buscando um possível retorno dessas atividades?
7. Com base na sua atuação, além do citado na pergunta anterior, quais atividades/usos podem vir a ter incentivos para sua intensificação ou implantação na área? Por que? Como isso pode ser feito?
8. Quais lugares, objetos, celebrações, formas de expressão, saberes, que a Fundação Cultural considera referências culturais do município?
9. Quais ações que a Fundação Cultural já vem realizando ou pretende promover buscando a integração cultura-desenvolvimento?
10. Como a Fundação Cultural percebe o turismo na cidade? Qual o papel do centro histórico nesse contexto?
11. Existe alguma ação que vem sendo realizada, ou intenção de alguma, em parceria entre Fundação Cultural, Secretaria de Turismo e IPHAN, para o centro histórico?
12. A partir das ações que vem sendo desenvolvidas e das pretendidas para a área, o que a Fundação Cultural espera para o futuro do centro histórico?

Grupo 'Agentes Públicos' – Secretaria de Turismo e Lazer

1. Desde quando você atua no centro histórico ou na cidade de São Francisco do Sul?
2. Quais as prioridades da Secretaria de Turismo para a cidade? (sol e praia, cultura...)
3. Como a Secretaria de Turismo lida com a sazonalidade do turismo no munícipio, mais intenso nos meses de verão? Existe algum interesse por parte da Secretaria de intensificar a atividade turística no restante do ano? Se sim, quais ações vem sendo implantadas ou pretende-se implantar?
4. De acordo com a categorização das regiões turísticas brasileiras realizada pelo Ministério do Turismo, São Francisco do Sul está inserida na região turística do Caminho dos

Príncipes. Como o município se articula a essa região?

5. Quais os principais atrativos que a Secretaria de Turismo considera no centro histórico?
6. Há falta de atividades/estabelecimentos que deem suporte a atividade turística na área? Se sim, quais?
7. Quais você considera, enquanto secretário de turismo e lazer, serem as principais festas, manifestações culturais e eventos do município? E como estão inseridos nas políticas turísticas do município?
8. Quais ações que a Secretaria de Turismo já vem realizando ou pretende promover buscando a integração turismo-cultura-desenvolvimento?
9. Existe alguma ação que vem sendo realizada, ou intenção de alguma, em parceria entre Secretaria de Turismo, Fundação Cultural e IPHAN para o centro histórico?
10. A partir das ações que vem sendo desenvolvidas e das pretendidas para a área, o que a Secretaria de Turismo espera para o futuro do centro histórico?

Grupo 'Visitantes'

1. Qual sua cidade de origem?
2. Por que você escolheu visitar São Francisco do Sul?
3. Quanto tempo pretende permanecer na cidade?
4. Quais atrativos que lhe chamaram atenção na cidade? E no centro histórico?
5. Você conheceu alguma festa, manifestação cultural, evento típico da cidade? Qual(is)?
6. Você está hospedado no centro histórico? Por que?
7. O que você acha das atividades comerciais e de serviço que a área apresenta? Sente falta de alguma?
8. Em relação ao turismo, o que você acha que poderia ser melhorado ou melhor explorado no centro histórico?
9. Pretende visitar novamente São Francisco do Sul? Por que?

Grupo 'População Local'

1. Qual a sua relação com o centro histórico? (trabalha, mora)
2. Desde quando mora/trabalha no centro histórico?
3. Porque você escolheu o bairro para morar/trabalhar?
4. Como era o centro histórico quando você o conheceu/passou a ter contato com ele? Você percebe alguma mudança nesse lugar ao longo dos anos? Quais?
5. Você identifica áreas mais conservadas ou mais degradas no centro histórico? Quais?
6. Há lugares, atividades, usos que deixaram o centro histórico? Você sente falta deles? Qual gostaria que retornasse?
7. Além do citado na pergunta anterior, quais atividades/usos você gostaria que se intensificassem ou que fossem implantadas na área?
8. Para os trabalhadores: Acredita que algum outro aspecto (infraestrutura, equipamentos...) poderia ser melhor explorado de forma a favorecer as atividades comercias e de serviço na área?

9. O que você acha da construção de prédios novos na região do centro histórico?
10. Cite um prédio ou lugar que você acha bonito ou agradável e outro que considera que deva ser demolido no centro histórico. Explique.
11. Você gostaria de realizar obras na sua casa/estabelecimento? Quais?
12. Quais você considera ser os maiores atrativos turísticos de São Francisco do Sul?
13. Se você fosse apresentar o centro histórico para um visitante/amigo/familiar, que lugares mostraria? Por que?
14. Referente ao turismo, há algum aspecto ou elemento (lugar, edificação etc.) que você acredita que possa ser melhor explorado?
15. Quais você considera serem as principais festas, manifestações culturais e eventos do município? Você participa?

APÊNDICE B – Transcrição das entrevistas (CD-ROM)

APÊNDICE C – Indicações normativas e de planejamento dos setores considerados nas "Diretrizes para a Normatização do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul"

Setor 1 – Rua Babitonga
• A configuração das vias, quanto ao seu traçado, deve ser mantida íntegra e com as características atuais. • A Praça da Bandeira deve ter sua conformação e ambiência preservadas, assim como sua vegetação arbórea. • Deverá ser respeitada a forma predominante na área de implantação das edificações no lote, construídas no alinhamento predial e não possuindo recuos laterais. • Edificações descaracterizadas ou arruinadas devem procurar recuperar e/ou reconstruir o ritmo e proporção das aberturas, volumetria e forma do telhado, a partir de análise em documentos cadastrais e arquivos fotográficos dos imóveis. • A inserção de novas edificações terá como condicionantes as edificações vizinhas ao lote da proposta, que balizarão o projeto. As novas inserções deverão estar em harmonia com o conjunto, respeitando princípios tipológicos predominantes quanto ao gabarito de altura, implantação no lote, volumetria, ritmo de aberturas e acabamentos. As novas propostas devem dialogar com os imóveis do entorno, não competindo com os mesmos, mas devem demonstrar sua época de construção, não reproduzindo falsos históricos. • O gabarito de altura para novas construções deve estar condicionado aos imóveis lindeiros. Assim, as alturas das fachadas frontais das novas edificações deverão seguir a média observada da cota de beirais, cimalhas ou platibandas das edificações imediatamente vizinhas, não ultrapassando dois pavimentos. Já, as construções localizadas no fundo do lote poderão ter maior altura desde que, a partir de um estudo de viabilidade, se comprove que a construção não impacte no conjunto. • Edificações preexistentes que utilizam telha cerâmica na cobertura devem manter o mesmo modelo de telha. Já, na cobertura das novas edificações devem ser utilizadas preferencialmente telhas cerâmicas, podendo ser admitidos outros materiais, analisados caso a caso. • Não será permitido a mudança de inclinação dos panos de cobertura das edificações existentes, a não ser em caso de retorno a sua inclinação original. • Reservatórios de água deverão ser instalados somente no entreforro em edificações preexistentes, abaixo do pano de cobertura, sem criar volume próprio. Já, os demais equipamentos, como placas solares e antenas parabólicas, devem ser instalados de forma a proporcionar o mínimo impacto visual, de preferência na porção de fundos da cobertura. Da mesma forma, fica vetada a instalação de equipamentos de ar condicionado na fachada frontal das edificações, devendo ser buscado localizações que acarretem no mínimo impacto visual. • Nas novas construções as esquadrias devem ser preferencialmente em madeira, não sendo permitido sob hipótese alguma o uso de vidros refletivos (espelhados). • Não será permitida a abertura de vãos de garagem nas edificações existentes que alterem as proporções e os vão das aberturas existentes. Já nas novas edificações será permitido desde que a abertura mantenha relação de proporção e alinhamento com as demais. • Quanto a pintura, em edificações preexistentes recomenda-se que alvenaria, esquadrias e

elementos decorativos tenham cores diferentes de forma a valorizar o imóvel. Não sendo permitida a pintura da fachada de um mesmo prédio com cores diferentes, caracterizando-o como dois edifícios. A escolha das cores deve passar por apreciação do IPHAN, que também poderá sugerir paleta de cores de forma a valorizar o bem.

- A colocação de elemento publicitário ou toldos nas fachadas das edificações devem seguir norma específica já utilizada pelo Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul. A seguinte norma não faculta a avaliação da proposta de intervenção junto a essa instituição. Da mesma forma, elementos publicitários temporários não estão facultados de apreciação pela instituição.
- Em caso de acréscimo de área construída em edificação preexistente, os novos volumes, preferencialmente, devem estar localizados ao fundo da edificação original, tendo como altura máxima total o beiral, cimalha ou platibanda da edificação existente, de forma que sua altura total seja menor que a edificação principal. Em casos que se verifique que a nova inserção não impacte no conjunto, sua altura poderá ser ampliada.
- Novas construções devem deixar claro a época de sua construção, utilizando formas e materiais diferenciados das preexistências de forma a não produzir falsos históricos.
- Serão admitidas adaptações nas edificações de forma a garantir a acessibilidade universal, desde que não impliquem em descaracterizações dos bens, sobretudo externas, devendo ser estudadas soluções que compatibilizem as necessidades dos usuários à preservação dos imóveis.
- A diversidade de usos deve ser mantida e incentivada na área, dando prioridade para o uso misto, onde o pavimento térreo é utilizado para atividades comerciais e de serviço, e o segundo pavimento para residência, como já predomina no setor.

Setor 2 – Igreja Matriz

- A configuração das vias, quanto ao seu traçado, deve ser mantida íntegra e com as características atuais.
- A Praça Getúlio Vargas deve ter sua conformação e ambiência preservadas, assim como sua vegetação arbórea. Não sendo permitido a construção de novas edificações em sua quadra, de forma a garantir a ambiência e as visadas para a Igreja Matriz e para a antiga edificação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- Para novas construções, a forma de implantação no lote deverá respeitar o predominante na "face de quadra" onde está inserida a proposta.
- Edificações descaracterizadas ou arruinadas devem procurar recuperar e/ou reconstruir o ritmo e proporção das aberturas, volumetria e forma do telhado, a partir de análise em documentos cadastrais e arquivos fotográficos dos imóveis.
- A inserção de novas edificações terá como condicionantes as edificações vizinhas ao lote da proposta, que balizarão o projeto. As novas inserções deverão estar em harmonia com o conjunto, respeitando princípios tipológicos predominantes quanto ao gabarito de altura, implantação no lote, volumetria, ritmo de aberturas e acabamentos. As novas propostas devem dialogar com os imóveis do entorno, não competindo com os mesmos, mas devem demonstrar sua época de construção, não reproduzindo falsos históricos.
- O gabarito de altura para novas construções deve estar condicionado aos imóveis lindeiros. Assim, as alturas das fachadas frontais das novas edificações deverão seguir a média observada da cota de beirais, cimalhas ou platibandas das edificações imediatamente vizinhas, não ultrapassando dois pavimentos. Já, as construções localizadas no fundo do lote poderão ter maior altura desde que, a partir de um estudo de viabilidade, se comprove que a construção não impacte no conjunto.
- Edificações preexistentes que utilizam telha cerâmica na cobertura devem manter o mesmo modelo de telha. Já, na cobertura das novas edificações devem ser utilizadas

preferencialmente telhas cerâmicas, podendo ser admitidos outros materiais, analisados caso a caso. • Não será permitido a mudança de inclinação dos panos de cobertura das edificações existentes, a não ser em caso de retorno a sua inclinação original. • Reservatórios de água deverão ser instalados somente no entreforro em edificações preexistentes, abaixo do pano de cobertura, sem criar volume próprio. Já, os demais equipamentos, como placas solares e antenas parabólicas, devem ser instalados de forma a proporcionar o mínimo impacto visual, de preferência na porção de fundos da cobertura. Da mesma forma, fica vetada a instalação de equipamentos de ar condicionado na fachada frontal das edificações, devendo ser buscado localizações que acarretem no mínimo impacto visual. • Nas novas construções as esquadrias devem ser preferencialmente em madeira, não sendo permitido sob hipótese alguma o uso de vidros refletivos (espelhados). • Não será permitida a abertura de vãos de garagem nas edificações existentes que alterem as proporções e os vão das aberturas existentes. Já nas novas edificações será permitido desde que a abertura mantenha relação de proporção e alinhamento com as demais. • Quanto a pintura, em edificações preexistentes recomenda-se que alvenaria, esquadrias e elementos decorativos tenham cores diferentes de forma a valorizar o imóvel. Não sendo permitida a pintura da fachada de um mesmo prédio com cores diferentes, caracterizando-o como dois edifícios. A escolha das cores deve passar por apreciação do IPHAN, que também poderá sugerir paleta de cores de forma a valorizar o bem. • A colocação de elemento publicitário ou toldos nas fachadas das edificações devem seguir norma específica já utilizada pelo Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul. A seguinte norma não faculta a avaliação da proposta de intervenção junto a essa instituição. Da mesma forma, elementos publicitários temporários não estão facultados de apreciação pela instituição. • Em caso de acréscimo de área construída em edificação preexistente, os novos volumes devem ter como altura máxima total o beiral, cimalha ou platibanda da edificação existente, de forma que sua altura total seja menor que a edificação principal. Nas novas construções localizadas no fundo do lote e onde se verifique que a mesma não impacte no conjunto, sua altura poderá ser ampliada. Ressalta-se que os acréscimos devem ser compatíveis com a preexistência, buscando seguir ritmos de cheios e vazios e possíveis linhas base, deixando claro a época da construção, de forma a não produzir falsos históricos. • Novas construções devem deixar claro a época de sua construção, utilizando formas e materiais diferenciados das preexistências de forma a não produzir falsos históricos. • Serão admitidas adaptações nas edificações de forma a garantir a acessibilidade universal, desde que não impliquem em descaracterizações dos bens, sobretudo externas, devendo ser estudadas soluções que compatibilizem as necessidades dos usuários à preservação dos imóveis. • Deve ser mantido e incentivado na área o uso residencial, contando também com o incremento de atividades comerciais e de serviço.
Setor 3 – Rua Comandante Cabo
• A configuração das vias, quanto ao seu traçado, deve ser mantida íntegra e com as características atuais. • A Praça da Carioca deve ter sua conformação e ambiência preservadas, assim como a conservação da fonte d'água que compõem o espaço. • Deverá ser respeitada a forma predominante na área de implantação das edificações no lote. Assim, na quadra 9 devem ser mantidas edificações no alinhamento predial e sem recuos laterais. Na quadra 11 as novas edificações também devem estar no alinhamento predial, podendo ter ou não recuos laterais; essa análise deve ser realizada a partir das "faces de

quadra", seguindo a forma predominante das edificações vizinhas ao local da proposta.

- Edificações descaracterizadas ou arruinadas devem procurar recuperar e/ou reconstruir o ritmo e proporção das aberturas, volumetria e forma do telhado, a partir de análise em documentos cadastrais e arquivos fotográficos dos imóveis.
- A inserção de novas edificações terá como condicionantes as edificações vizinhas ao lote da proposta, que balizarão o projeto. As novas inserções deverão estar em harmonia com o conjunto, respeitando princípios tipológicos predominantes quanto ao gabarito de altura, implantação no lote, volumetria, ritmo de aberturas e acabamentos. As novas propostas devem dialogar com os imóveis do entorno, não competindo com os mesmos, mas devem demonstrar sua época de construção, não reproduzindo falsos históricos.
- O gabarito de altura para novas construções deve estar condicionado aos imóveis lindeiros. Assim, as alturas das fachadas frontais das novas edificações deverão seguir a média observada da cota de beirais, cimalhas ou platibandas das edificações imediatamente vizinhas, não ultrapassando dois pavimentos. Já, as construções localizadas no fundo do lote poderão ter maior altura desde que, a partir de um estudo de viabilidade, se comprove que a construção não impacte no conjunto.
- Buscando o incremento de novos espaços residenciais, comerciais e de serviço, será admitido para novas construções localizadas em lotes com frente para duas ruas, trabalhar a diferença de altura entre as vias através de construções escalonadas, interferindo o mínimo possível na paisagem.
- Edificações preexistentes que utilizam telha cerâmica na cobertura devem manter o mesmo modelo de telha. Já, na cobertura das novas edificações devem ser utilizadas preferencialmente telhas cerâmicas, podendo ser admitidos outros materiais, analisados caso a caso.
- Não será permitido a mudança de inclinação dos panos de cobertura das edificações existentes, a não ser em caso de retorno a sua inclinação original.
- Reservatórios de água deverão ser instalados somente no entreforro em edificações preexistentes, abaixo do pano de cobertura, sem criar volume próprio. Já, os demais equipamentos, como placas solares e antenas parabólicas, devem ser instalados de forma a proporcionar o mínimo impacto visual, de preferência na porção de fundos da cobertura. Da mesma forma, fica vetada a instalação de equipamentos de ar condicionado na fachada frontal das edificações, devendo ser buscado localizações que acarretem no mínimo impacto visual.
- Nas novas construções as esquadrias devem ser preferencialmente em madeira, não sendo permitido sob hipótese alguma o uso de vidros refletivos (espelhados).
- Não será permitida a abertura de vãos de garagem nas edificações existentes que alterem as proporções e os vão das aberturas existentes. Já nas novas edificações será permitido desde que a abertura mantenha relação de proporção e alinhamento com as demais.
- Quanto a pintura, em edificações preexistentes recomenda-se que alvenaria, esquadrias e elementos decorativos tenham cores diferentes de forma a valorizar o imóvel. Não sendo permitida a pintura da fachada de um mesmo prédio com cores diferentes, caracterizando-o como dois edifícios. A escolha das cores deve passar por apreciação do IPHAN, que também poderá sugerir paleta de cores de forma a valorizar o bem.
- A colocação de elemento publicitário ou toldos nas fachadas das edificações devem seguir norma específica já utilizada pelo Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul. A seguinte norma não faculta a avaliação da proposta de intervenção junto a essa instituição. Da mesma forma, elementos publicitários temporários não estão facultados de apreciação pela instituição.
- Em caso de acréscimo de área construída em edificação preexistente, os novos volumes devem ter como altura máxima total o beiral, cimalha ou platibanda da edificação existente, de forma que sua altura total seja menor que a edificação principal. Nas novas construções localizadas no fundo do lote e onde se verifique que a mesma não impacte no conjunto, sua

altura poderá ser ampliada. Ressalta-se que os acréscimos devem ser compatíveis com a preexistência, buscando seguir ritmos de cheios e vazios e possíveis linhas base, deixando claro a época da construção, de forma a não produzir falsos históricos.

- Novas construções devem deixar claro a época de sua construção, utilizando formas e materiais diferenciados das preexistências de forma a não produzir falsos históricos.
- Serão admitidas adaptações nas edificações de forma a garantir a acessibilidade universal, desde que não impliquem em descaracterizações dos bens, sobretudo externas, devendo ser estudadas soluções que compatibilizem as necessidades dos usuários à preservação dos imóveis.
- Deve ser mantido e incentivado na área o uso residencial, e junto a ele o incremento de atividades comerciais e de serviço principalmente na rua Comandante Cabo e Marechal Floriano Peixoto.

Setor 4 – Aterros

- A configuração das vias, quanto ao seu traçado, deve ser mantida íntegra e com as características atuais.
- A Praça General Cintra e a Praça dos Gorresen devem ter sua conformação e ambiência preservadas, assim como sua vegetação arbórea.
- Novas inserções devem respeitar a forma de implantação predominante no local de inserção, analisadas a partir das "faces de quadra".
- Edificações descaracterizadas ou arruinadas devem procurar recuperar e/ou reconstruir o ritmo e proporção das aberturas, volumetria e forma do telhado, a partir de análise em documentos cadastrais e arquivos fotográficos dos imóveis.
- A inserção de novas edificações terá como condicionantes as edificações vizinhas ao lote da proposta, que balizarão o projeto. As novas inserções deverão estar em harmonia com o conjunto, respeitando princípios tipológicos predominantes quanto ao gabarito de altura, implantação no lote, volumetria, ritmo de aberturas e acabamentos. As novas propostas devem dialogar com os imóveis do entorno, não competindo com os mesmos, mas devem demonstrar sua época de construção, não reproduzindo falsos históricos.
- Novas inserções na área devem priorizar o contato da população com a Baía Babitonga, permitindo, sempre que possível, visuais e aproximação das pessoas com a mesma.
- O gabarito de altura para novas construções deve estar condicionado aos imóveis lindeiros. Assim, as alturas das fachadas frontais das novas edificações deverão seguir a média observada da cota de beirais, cimalhas ou platibandas das edificações imediatamente vizinhas, não ultrapassando dois pavimentos. Já, as construções localizadas no fundo do lote poderão ter maior altura desde que, a partir de um estudo de viabilidade, se comprove que a construção não impacte no conjunto.
- Edificações preexistentes que utilizam telha cerâmica na cobertura devem manter o mesmo modelo de telha. Já, na cobertura das novas edificações devem ser utilizadas preferencialmente telhas cerâmicas, podendo ser admitidos outros materiais, analisados caso a caso.
- Não será permitido a mudança de inclinação dos panos de cobertura das edificações existentes, a não ser em caso de retorno a sua inclinação original.
- Reservatórios de água deverão ser instalados somente no entreforro em edificações preexistentes, abaixo do pano de cobertura, sem criar volume próprio. Já, os demais equipamentos, como placas solares e antenas parabólicas, devem ser instalados de forma a proporcionar o mínimo impacto visual, de preferência na porção de fundos da cobertura. Da mesma forma, fica vetada a instalação de equipamentos de ar condicionado na fachada frontal das edificações, devendo ser buscado localizações que acarretem no mínimo impacto visual.
- Nas novas construções as esquadrias devem ser preferencialmente em madeira, não sendo

permitido sob hipótese alguma o uso de vidros refletivos (espelhados). • Não será permitida a abertura de vãos de garagem nas edificações existentes que alterem as proporções e os vão das aberturas existentes. Já nas novas edificações será permitido desde que a abertura mantenha relação de proporção e alinhamento com as demais. • Quanto a pintura, em edificações preexistentes recomenda-se que alvenaria, esquadrias e elementos decorativos tenham cores diferentes de forma a valorizar o imóvel. Não sendo permitida a pintura da fachada de um mesmo prédio com cores diferentes, caracterizando-o como dois edifícios. A escolha das cores deve passar por apreciação do IPHAN, que também poderá sugerir paleta de cores de forma a valorizar o bem. • A colocação de elemento publicitário ou toldos nas fachadas das edificações devem seguir norma específica já utilizada pelo Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul. A seguinte norma não faculta a avaliação da proposta de intervenção junto a essa instituição. Da mesma forma, elementos publicitários temporários não estão facultados de apreciação pela instituição. • Em caso de acréscimo de área construída em edificação preexistente, os novos volumes devem ter como altura máxima total o beiral, cimalha ou platibanda da edificação existente, de forma que sua altura total seja menor que a edificação principal. Nas novas construções localizadas no fundo do lote e onde se verifique que a mesma não impacte no conjunto, sua altura poderá ser ampliada. Ressalta-se que os acréscimos devem ser compatíveis com a preexistência, buscando seguir ritmos de cheios e vazios e possíveis linhas base, deixando claro a época da construção, de forma a não produzir falsos históricos. • Novas construções devem deixar claro a época de sua construção, utilizando formas e materiais diferenciados das preexistências de forma a não produzir falsos históricos. • Serão admitidas adaptações nas edificações de forma a garantir a acessibilidade universal, desde que não impliquem em descaracterizações dos bens, sobretudo externas, devendo ser estudadas soluções que compatibilizem as necessidades dos usuários à preservação dos imóveis. • A diversidade de usos deve ser mantida, incentivando-se a utilização da área por atividades que propiciem o lazer e o contato da população com a Baía Babitonga. • Destaca-se no setor o antigo imóvel do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que encontra-se em desuso desde a saída da instituição do Centro Histórico. A edificação tem grande potencial na área, assim, deve ser incentivada sua utilização enquanto local que favoreça a circulação de pessoas e a vitalidade do espaço durante todo o dia, sendo exemplo, sua utilização enquanto ambiente de ensino para cursos técnicos e superiores.
Setor 5 – Rua Fernandes Dias
• A configuração das vias, quanto ao seu traçado, deve ser mantida íntegra e com as características atuais. • A Praça do Ponto de Táxi deve ter sua conformação e ambiência preservadas, assim como sua vegetação arbórea. • Deverá ser respeitada a forma predominante na área de implantação das edificações no lote, com recuos frontais e laterais. Mas, será condicionado ao contexto de inserção, de acordo com análise de "face de quadra". • Edificações descaracterizadas ou arruinadas devem procurar recuperar e/ou reconstruir o ritmo e proporção das aberturas, volumetria e forma do telhado, a partir de análise em documentos cadastrais e arquivos fotográficos dos imóveis. • A inserção de novas edificações terá como condicionantes as edificações vizinhas ao lote da proposta, que balizarão o projeto. As novas inserções deverão estar em harmonia com o conjunto, respeitando princípios tipológicos predominantes quanto ao gabarito de altura, implantação no lote, volumetria, ritmo de aberturas e acabamentos. As novas propostas

devem dialogar com os imóveis do entorno, não competindo com os mesmos, mas devem demonstrar sua época de construção, não reproduzindo falsos históricos.

- O gabarito de altura para novas construções deve estar condicionado aos imóveis lindeiros. Assim, as alturas das fachadas frontais das novas edificações deverão seguir a média observada da cota de beirais, cimalhas ou platibandas das edificações imediatamente vizinhas, não ultrapassando dois pavimentos. Já, as construções localizadas no fundo do lote poderão ter maior altura desde que, a partir de um estudo de viabilidade, se comprove que a construção não impacte no conjunto.
- Edificações preexistentes que utilizam telha cerâmica na cobertura devem manter o mesmo modelo de telha. Já, na cobertura das novas edificações devem ser utilizadas preferencialmente telhas cerâmicas, podendo ser admitidos outros materiais, analisados caso a caso.
- Não será permitido a mudança de inclinação dos panos de cobertura das edificações existentes, a não ser em caso de retorno a sua inclinação original.
- Reservatórios de água deverão ser instalados somente no entreforro em edificações preexistentes, abaixo do pano de cobertura, sem criar volume próprio. Já, os demais equipamentos, como placas solares e antenas parabólicas, devem ser instalados de forma a proporcionar o mínimo impacto visual, de preferência na porção de fundos da cobertura. Da mesma forma, fica vetada a instalação de equipamentos de ar condicionado na fachada frontal das edificações, devendo ser buscado localizações que acarretem no mínimo impacto visual.
- Nas novas construções as esquadrias devem ser preferencialmente em madeira, não sendo permitido sob hipótese alguma o uso de vidros refletivos (espelhados).
- Não será permitida a abertura de vãos de garagem nas edificações existentes que alterem as proporções e os vão das aberturas existentes. Já nas novas edificações será permitido desde que a abertura mantenha relação de proporção e alinhamento com as demais.
- Quanto a pintura, em edificações preexistentes recomenda-se que alvenaria, esquadrias e elementos decorativos tenham cores diferentes de forma a valorizar o imóvel. Não sendo permitida a pintura da fachada de um mesmo prédio com cores diferentes, caracterizando-o como dois edifícios. A escolha das cores deve passar por apreciação do IPHAN, que também poderá sugerir paleta de cores de forma a valorizar o bem.
- A colocação de elemento publicitário ou toldos nas fachadas das edificações devem seguir norma específica já utilizada pelo Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul. A seguinte norma não faculta a avaliação da proposta de intervenção junto a essa instituição. Da mesma forma, elementos publicitários temporários não estão facultados de apreciação pela instituição.
- Em caso de acréscimo de área construída em edificação preexistente, os novos volumes devem ter como altura máxima total o beiral, cimalha ou platibanda da edificação existente, de forma que sua altura total seja menor que a edificação principal. Nas novas construções localizadas no fundo do lote e onde se verifique que a mesma não impacte no conjunto, sua altura poderá ser ampliada. Ressalta-se que os acréscimos devem ser compatíveis com a preexistência, buscando seguir ritmos de cheios e vazios e possíveis linhas base, deixando claro a época da construção, de forma a não produzir falsos históricos.
- Novas construções devem deixar claro a época de sua construção, utilizando formas e materiais diferenciados das preexistências de forma a não produzir falsos históricos.
- Serão admitidas adaptações nas edificações de forma a garantir a acessibilidade universal, desde que não impliquem em descaracterizações dos bens, sobretudo externas, devendo ser estudadas soluções que compatibilizem as necessidades dos usuários à preservação dos imóveis.
- A área apresenta possibilidade de substituição de algumas edificações consideradas de pouca relevância para o conjunto por novos espaços construídos. O IPHAN determinará quais exemplares podem ser substituídos, e sua demolição ficará condicionada à aprovação de nova

proposta no local.

- Deve ser mantido e incentivado na área o uso residencial, e junto a ele o incremento de atividades comerciais e de serviço principalmente na rua Comandante Cabo e Marechal Floriano Peixoto.

Setor 6 – Pé de morro

- A configuração das vias, quanto ao seu traçado, deve ser mantida íntegra e com as características atuais.
- A forma de parcelamento do solo deve ser preservada, sendo desmembramentos e unificações de lotes evitados.
- A Praça da Bíblia deve ter sua conformação e ambiência preservadas.
- Novas construções devem respeitar a forma predominante na área de implantação das edificações no lote, construídas possuindo recuos frontal e laterais.
- Deve-se priorizar a baixa ocupação do lote, com a inserção da área edificada próxima a porção frontal do mesmo.
- Todos os lotes da área devem buscar ocupar sua porção de fundos com massa vegetativa, buscando preservar e recompor a vegetação da encosta dos morros do Rádio e da Caixa D'água, considerados elementos de grande importância para a compreensão do Centro Histórico e Paisagístico.
- Tanto novas edificações, como as já consolidadas, devem buscar sua integração na paisagem, não sobressaindo-se no conjunto. A utilização de elementos de acabamento neutros, pinturas de fachadas em tons de verde e uso de elementos vegetais, podem auxiliar nessa integração.
- Edificações descaracterizadas ou arruinadas devem procurar recuperar e/ou reconstruir o ritmo e proporção das aberturas, volumetria e forma do telhado, a partir de análise em documentos cadastrais e arquivos fotográficos dos imóveis.
- A inserção de novas edificações terá como condicionantes as edificações vizinhas ao lote da proposta, que balizarão o projeto. As novas inserções deverão estar em harmonia com o conjunto, respeitando princípios tipológicos predominantes quanto ao gabarito de altura, implantação no lote, volumetria, ritmo de aberturas e acabamentos. As novas propostas devem dialogar com os imóveis do entorno, não competindo com os mesmos, mas devem demonstrar sua época de construção, não reproduzindo falsos históricos.
- O gabarito de altura para novas construções deve estar condicionado aos imóveis lindeiros. Assim, as alturas das fachadas frontais das novas edificações deverão seguir a média observada da cota de beirais, cimalhas ou platibandas das edificações imediatamente vizinhas, não ultrapassando dois pavimentos. Já, as construções localizadas no fundo do lote poderão ter maior altura desde que, a partir de um estudo de viabilidade, se comprove que a construção não impacte no conjunto.
- Edificações preexistentes que utilizam telha cerâmica na cobertura devem manter o mesmo modelo de telha. Já, na cobertura das novas edificações devem ser utilizadas preferencialmente telhas cerâmicas, podendo ser admitidos outros materiais, analisados caso a caso.
- Não será permitido a mudança de inclinação dos panos de cobertura das edificações existentes, a não ser em caso de retorno a sua inclinação original.
- Reservatórios de água deverão ser instalados somente no entreforro em edificações preexistentes, abaixo do pano de cobertura, sem criar volume próprio. Já, os demais equipamentos, como placas solares e antenas parabólicas, devem ser instalados de forma a proporcionar o mínimo impacto visual, de preferência na porção de fundos da cobertura. Da mesma forma, fica vetada a instalação de equipamentos de ar condicionado na fachada frontal das edificações, devendo ser buscado localizações que acarretem no mínimo impacto visual.
- Nas novas construções as esquadrias devem ser preferencialmente em madeira, não sendo

permitido sob hipótese alguma o uso de vidros refletivos (espelhados). • Não será permitida a abertura de vãos de garagem nas edificações existentes que alterem as proporções e os vão das aberturas existentes. Já nas novas edificações será permitido desde que a abertura mantenha relação de proporção e alinhamento com as demais. • Quanto ao fechamento do lote, é aconselhado a utilização de elemento vazado, como cercas e gradis. Já, a utilização de muro de alvenaria só será autorizado até altura de 50 centímetros, sendo que acima disso deve-se utilizar elemento vazado. • Quanto a pintura, em edificações preexistentes recomenda-se que alvenaria, esquadrias e elementos decorativos tenham cores diferentes de forma a valorizar o imóvel. Não sendo permitida a pintura da fachada de um mesmo prédio com cores diferentes, caracterizando-o como dois edifícios. A escolha das cores deve passar por apreciação do IPHAN, que também poderá sugerir paleta de cores de forma a valorizar o bem. • A colocação de elemento publicitário ou toldos nas fachadas das edificações devem seguir norma específica já utilizada pelo Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul. A seguinte norma não faculta a avaliação da proposta de intervenção junto a essa instituição. Da mesma forma, elementos publicitários temporários não estão facultados de apreciação pela instituição. • Em caso de acréscimo de área construída em edificação preexistente, os novos volumes devem ter como altura máxima total o beiral, cimalha ou platibanda da edificação existente, de forma que sua altura total seja menor que a edificação principal. Nas novas construções localizadas no fundo do lote e onde se verifique que a mesma não impacte no conjunto, sua altura poderá ser ampliada. Ressalta-se que os acréscimos devem ser compatíveis com a preexistência, buscando seguir ritmos de cheios e vazios e possíveis linhas base, deixando claro a época da construção, de forma a não produzir falsos históricos. • Novas construções devem deixar claro a época de sua construção, utilizando formas e materiais diferenciados das preexistências de forma a não produzir falsos históricos. • Serão admitidas adaptações nas edificações de forma a garantir a acessibilidade universal, desde que não impliquem em descaracterizações dos bens, sobretudo externas, devendo ser estudadas soluções que compatibilizem as necessidades dos usuários à preservação dos imóveis. • Deve ser mantido e incentivado o uso residencial no setor.
Setor 7 – Preservação paisagística
• Os morros do Rádio e da Caixa D'água devem ser mantidos enquanto área de preservação paisagística, tendo sua vegetação recomposta, quando necessário, servindo de pano de fundo do conjunto tombado, mantendo os valores atribuídos ao tombamento do Centro Histórico e Paisagístico. • Da mesma forma, o morro do Hospício, que abriga atualmente o Parque Ecológico Municipal, deve ter suas espécies vegetais preservadas, tendo sua vegetação recomposta, quando necessário, e mantido como área de lazer e contemplação do conjunto histórico. A infraestrutura do parque deve interferir da menor maneira possível nas visuais para o conjunto, estando integrada a paisagem da área. • Não será permitida a construção de edificações, nem abertura de vias no setor, sendo somente autorizada, a partir de análise do IPHAN, a instalação de equipamentos, como antenas telefônicas, que causem o mínimo impacto na paisagem da área.